



Rui Miguel Marques da Silva

Bobadela em Época Romana: Cidade e Território Periurbano

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, orientada pelo Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho, apresentada ao Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



Faculdade de Letras

Bobadela em Época Romana: Cidade e Território Periurbano

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Bobadela em Época Romana: Cidade e Território Periurbano
Autor	Rui Miguel Marques da Silva
Orientador	Prof. Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho
Júri	Presidente: Prof. Doutora Maria da Conceição Lopes Vogais: Doutor João Luís Inês Vaz
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arqueologia e Território
Área científica	Arqueologia
Especialidade	Arqueologia Romana
Data da defesa	21-10-2014
Classificação	18 valores

A meu Pai

Traço-te comigo. Traço-te no meu coração...

Agradecimentos

Lembro os nomes daqueles que por dedicação à causa e/ou por amizade contribuíram para a realização deste trabalho. Presto-lhes assim um singelo mas sentido tributo:

Prof. Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho, docente do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;

Dr. José Francisco Tavares Rolo, Vice-presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;

Prof.^a Maria da Graça de Brito da Silva, Vereadora do Pelouro da Educação, Cultura, Associativismo e do Património Municipal de Oliveira do Hospital;

Prof. Doutor Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Prof.^a Doutora Raquel Maria da Rosa Vilaça, docente do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Prof.^a Doutora Lúcia Maria Gil Catarino, docente do Departamento Ciências da Terra da Universidade de Coimbra;

Prof.^a Doutora Ilda Abreu de Noronha, docente do Departamento de Biologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;

Dr.^a Lúcia Maria Marques Fernandes, Coordenadora do Museu do Teatro Romano de Lisboa;

Prof. Doutor Virgílio Hipólito Correia, Diretor do Museu Monográfico das Ruínas de Conímbriga;

Prof. Doutor José Ruivo, Museu Monográfico das Ruínas de Conímbriga;

Eng.^o Bruno Filipe Borges Gonçalves, do Departamento de Engenharia Eletrotécnica e Computadores da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Prof.^a Maria da Glória Pereira de Almeida Borges Gonçalves, doente de Português/Inglês da Escola Básica 2º e 3º ciclo, grupo 220, do Sabugal;

Prof.^a Célia Lourenço, docente da Área Disciplinar de História, do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital;

Arquiteto Luís Filipe de Brito Nogueira Ferreira Diniz, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Lusíada do Porto;

Dr. José Luís de la Barrera, conservador do Museu Nacional de Arte Romana de Mérida;

Eng.^o Agostinho Vaz Patto, proprietário do espaço reservado à escavação arqueológica, realizada em 2010;

Rui Filipe Gomes Baptista, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Teresa Mónica Mesquita Guerra, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Carlos Vilela, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Marta Andreia Cruz Jorge, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Ana Isabel da Silva Fernandes, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Fábio Filipe Gomes Simões Capela, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

José Alberto Simões Franco, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Marco Alexandre Ferreira Penajoia, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Tiago Filipe Fonseca Batista Gil, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Rebeca Ema Le-Feuvre Moore, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Filipe André Pereira da Silva Santos, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Diogo de Oliveira Matos, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

André Figueiredo Brito, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Miguel Cipriano Esteves Costa, estudante do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Eunice Carvalho Dionísio, funcionária do Instituto de Arqueologia da faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

André Alexandre Vicente Bargão, estudante da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Paulo Jorge da Silva Ribeiro, *Oficina* das Artes, Oliveira do Hospital;

Alexandre Paulo de Almeida Augusto Freire, *Oficina* das Artes, Oliveira do Hospital;

Diogo Alexandre Henriques Duarte, Departamento de topografia e Desenho Técnico da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;

Rui Fernando Pereira Aguiar, Departamento de topografia e Desenho Técnico da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;

Fernando Campos Cruz, Departamento de topografia e Desenho Técnico da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;

Vanessa Gonçalves Paiva, Departamento de topografia e Desenho Técnico da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;

Paulo Jorge Faria Lopes, Departamento de topografia e Desenho Técnico da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital;

Índice

Preâmbulo	VI
1. Introdução	1
2. Bobadela e o Estado da Arte	7
3. Investigação efetuada/ trabalho de campo desenvolvido	16
3.1. Prospeção Arqueológica de Superfície	16
3.1.1. Metodologia	16
3.1.2. Prospeção arqueológica de superfície: resultados na sua dimensão descritiva	29
3.2. Escavação arqueológica	46
3.2.1. Metodologia	46
3.2.2. Resultados	56
4. “Síntese histórica ou arqueológica”	75
4.1. A Bobadela Pré-romana: Proto-histórica / Idade do Ferro e o seu entorno imediato	75
4.2. A Bobadela romana: contributos para o estudo do seu urbanismo/arquitetura	86
5. Conclusões.....	112
6. Bibliografia	117

Preâmbulo

O presente estudo é realizado no âmbito de uma dissertação de mestrado em 'Arqueologia e Território', intitulada *Bobadela em Época Romana: Cidade e Território Periurbano*, orientada pelo Prof. Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho e apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Permitam-nos, mesmo sob pena de quebrarmos o protocolo académico, em circunstâncias como esta, de abirmos um parêntese — não tão breve quanto isso — para dedicarmos as primeiras linhas da dissertação à revelação de um facto, que, em boa verdade, preenche esta rubrica. Consintam-nos, também, que a redijamos na primeira pessoa do singular, pois o caso tocou-me pessoalmente e teve a Boaventura de trazer-me até este momento.

O acontecimento, ou melhor, a tomada de decisão reporta-se a dezembro de 2009. Já a frequentar o primeiro ano de mestrado em 'Arqueologia e Território' da FLUC e a desempenhar a função de jardineiro no parque municipal do Mandanelho, em Oliveira do Hospital, o atual presidente da Câmara Municipal, Professor José Carlos Alexandrino Mendes, lançou-me o seguinte repto: desenvolver um conjunto de iniciativas com vista a promover o vasto e rico património histórico do concelho junto dos cidadãos locais, nacionais e estrangeiros¹. Desde então, e no âmbito dessa divulgação, têm sido muitas as iniciativas tomadas para cumprir esse desígnio — desígnio, este, fundamental, por considerar que a arqueologia e o património arqueológico, para além da investigação que encerram ou exigem, carecem igualmente da devida projeção social. Ações, atividades de sensibilização junto dos quatro agrupamentos escolares concelhios e visitas-guiadas aos monumentos mais emblemáticos assumiram um carácter frequente.

Não desconsiderando outros entretanto cumpridos, relevo o projeto 'Férias Arqueológicas', desenvolvido com maior incidência na freguesia de Bobadela — nomeadamente, na várzea e no núcleo histórico, onde, no subsolo e à superfície, jaz e vive a consagrada cidade romana: a *splendidissima civitas*².

Na primeira edição deste evento definiram-se os seguintes princípios: o pedagógico, que passa por inculcar nos jovens participantes — e «aprendizes de arqueólogos» — o gosto por visitarem e interpretarem, futuramente, outros núcleos arqueológicos, assim como a determinação, decerto agora mais esclarecida, para se envolverem em ações cívicas de preservação do património histórico-cultural; o científico e arqueológico, que pretendeu divulgar aspetos da nossa história que remonta à época pré-romana e romana, mas também conhecer e praticar métodos e técnicas de prospeção e escavação arqueológicas; e o cultural, em que se desejou consciencializar os jovens e menos jovens para o estudo, preservação e divulgação do património, e conjuntamente dinamizar o núcleo histórico de Bobadela, onde, pese embora o carácter temporário das escavações arqueológicas, se pode conceber um novo espaço museológico visitável, no centro ou nas cercanias das suas ruínas [anexo 1, foto 1].

Num mundo obstinado em viver o presente e desvalorizar o passado (ao secundarizar as ciências das Humanidades), receei que o projeto arqueológico pudesse não ser compreendido, não suscitando a adesão da comunidade. Todavia, o receio rapidamente se desvaneceu! Inicialmente

¹ "Sinto-me afortunado...", in «Correio da Beira Serra», Oliveira do Hospital, ano II, n.º 100, 25 de março de 2010, p. 2.

² "Escavações na Bobadela já deram frutos.", in «Jornal de Oliveira», Oliveira do Hospital, ano XVI, número 277, 25 de agosto de 2010, p. 3.

destinado à população escolar do concelho (*de pequenino se torce o pepino!* diz o adágio), a iniciativa ultrapassou, num ápice, as fronteiras institucionais e geográficas previamente estabelecidas³. E hoje as atividades arqueológicas acolhem dezenas de participantes provenientes de estabelecimentos educativos públicos e de instituições privadas do concelho, e de concelhos limítrofes.

Apesar da desfavorável conjuntura económico-financeira presentemente vivida, é louvável o esforço desenvolvido pela entidade promotora do projeto — a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital — que tem revelado uma vontade férrea para perpetuar esta iniciativa⁴. A comprová-lo (e a breve prazo) está o facto do projeto se encontrar em fase de revigoramento e a ganhar novos contornos e identidade, através da criação do 'Clube de Arqueologia'. Esta versão melhorada do atual projeto permitirá alongar no tempo as atividades arqueológicas. A sua integração na orgânica escolar, ao jeito de projeto área-escola, assim o diz [anexo 1, foto 2]. Esta — a da divulgação — foi uma outra dimensão que associei ao meu trabalho de investigação, conducente à realização desta dissertação de mestrado, que desde o início acarinhei, por considerar que a causa do património só se ganha verdadeiramente se do seu lado estiverem as populações locais, a começar pelos jovens das escolas do concelho.

No caso de Bobadela e em qualquer parte do mundo, em cenários onde estruturas habitacionais mais recentes coabitam com vestígios Histórico-arqueológicos, a causa patrimonial é ganha com a tomada de consciência, por parte dos seus habitantes, dos benefícios culturais mas também socioeconómicos provenientes da concretização de iniciativas que visam estudar, salvaguardar e valorizar o património arqueológico. Resultantes das ações de sensibilização, do contato e diálogo próximos com a população, vive-se, atualmente, um ambiente cívico, saudável, capaz de gerar a confluência harmoniosa de vontades e interesses⁵.

No passado como jardineiro ou no presente como arqueólogo do município de Oliveira do Hospital, reconheci e reconheço em concretizações como estas mais-valias culturais a oportunidade soberana para dar visibilidade à importância do património e projetar socialmente a utilidade da prática arqueológica, muitas vezes incompreendida e/ou desprezada.

Dou por terminado o 'Preâmbulo' com um especial reconhecimento e o reforçar de uma ideia. Sempre que finda uma edição das 'Férias Arqueológicas' apraz-me reconhecer nos amigos e colegas provenientes do Instituto de Arqueologia de Coimbra, o sentimento de missão cumprida e o desejo de continuarem a cumpri-la; com a consciência plena de contribuírem sobremaneira para colocar a ciência arqueológica e nós, arqueólogos(as), como agentes culturais que somos ao serviço de valores cívicos ou de cidadania [anexo 1, foto 3].

³ “ Em busca de uma vila romana desaparecida em Santa Ovaia.”, in «Diário As Beiras», Coimbra, edição n.º 5306, 26 de abril de 2011, pp. 4-5.

⁴ “ 25 peças com valor arqueológico foram encontradas durante escavações na Bobadela.”, in «Folha do Centro», Oliveira do Hospital, ano XVII, n.º 275, 13 de setembro de 2010, p. 2.

⁵ «Pequenos “Indiana Jones” descobrem artefactos romanos»., in *Diário As Beiras*, Coimbra (edição publicada conjuntamente no *Diário de Notícias*), 21/22 de agosto de 2010.

1. Introdução

Inserido no setor Português do Maciço Hespérico (DALLMAYER & MARTINEZ GARCIA, 1990: 3-4; SANTOS, 2007: 25-28), onde a suas principais unidades geológicas são os complexos Xisto-graváquico e o Xisto-graváquico Ante-ordovídico (JULIVERT *et al.*, 1980: 1408; FARIAS *et al.*, 1987: 411-431), [anexo 1, mapa 1]. Situado no extremo/este do distrito de Coimbra⁶ [anexo 1, mapas 2 e 3]. Agraciado pela natureza com uma diversificada formação vegetal⁷ e enaltecido por um deslumbrante cenário paisagístico [anexo 1, fotos 4 e 5], o concelho de Oliveira do Hospital é também privilegiado com a presença milenar do Homem e com as suas realizações artístico-culturais. Dotado de singular complexo Histórico-arqueológico, ao longo dos tempos estudado pela comunidade científica e admirado pelos seus visitantes, alguns dos seus monumentos foram já classificados como património nacional e/ou desfrutam de valor historiográfico, que ultrapassa as fronteiras do País. Sem menosprezo por outros, destacamos o conjunto de monumentos megalíticos disseminado pelo setor norte do concelho [anexo 1, foto 6], o venerável templo pré-românico de S. Pedro de Lourosa [anexo 1, foto 7] e a cidade romana de Bobadela. E é esta aldeia (sede de freguesia), de expressão bucólica, e a sua fértil várzea — que distam a escassos três quilómetros para oeste da cidade de Oliveira do Hospital — os objetos de estudo da presente investigação [anexo 1, fotos 8 e 9].

É inquestionável o enorme potencial arqueológico que Bobadela detém (SARMENTO, 1881: 11; VASCONCELOS, 1896: 311; ABREU, 1893: 17-26; ILHARCO, 1932: 6; MENDES, 1963: 1 e 5; COELHO, 1970: 98; ANACLETO, 1981: 7-8; PORTAS, 1983: 33; ALARCÃO, 1988: 46-47; FRADE, 1992: 349; ANACLETO, 1993: 13; FRADE, 1995: 221; ALARCÃO, 2003: 156; FRADE, 2010: 230). Assim o comprovam as sempre proveitosas intervenções arqueológicas que têm vindo a realizar-se um pouco por toda a sua zona histórica: desde os primeiros trabalhos arqueológicos que remontam aos últimos anos do século XV e primeiros do século XVI (FRADE, 2010: 230); às «escavações exploradoras» ordenadas por Lourenço Justiniano da Fonseca e Costa, realizadas no Pátio onde surgiu a monumental cabeça e com o intuito de identificar o resto da estátua (VASCONCELOS, 1922: 145); passando pelas investigações realizadas nas décadas de 80/90 do século XX — consideradas por muitos como a «idade de ouro» da arqueologia na Bobadela — e que sem margem para dúvidas trouxeram um novo fulgor às suas ruínas (PORTAS, 1983: 32 e 40; FRADE *et al.*, 1995: 221-223); até

⁶ Não obstante os rumores que circulam a miúdo da vontade expressa e emanada pelo governo central de reordenar o território Luso, o espaço jurídico-administrativo do concelho de Oliveira do Hospital é, à data de hoje (1 de agosto de 2012), constituído por 21 freguesias, dispersas por uma área de sensivelmente 234 Km² (*in* “Inventário Histórico, Patrimonial e Sociocultural da Freguesia de Oliveira do Hospital”, Oliveira do Hospital, outubro de 2001, p. 10-11). Crê-se que num futuro próximo esta cifra seja reduzida para 16 freguesias. De acordo com o relatório que publica os dados mais recentes recolhidos pelo “Censos 2011 - Resultados preliminares”, estima-se que a «população presente», não residente, do concelho seja de 20 413 habitantes.

⁷ O gabinete de coordenação e ação local, da proteção civil e defesa da floresta dispõe do *Relatório Florestal do Concelho de Oliveira do Hospital*. Um documento que representa um valor acrescentado no que toca a assuntos desta «natureza». Entre os demais, agradou-nos o destaque que é feito às espécies autóctones da vegetação florestal do concelho. A título de curiosidade, passamos a elencar algumas, independentemente da altitude aconselhada para o seu plantio e de serem considerados bosque, matos altos, matorrais ou prados: Amieiro, Sobreiro, Alvarinho, Carvalho, Medronheiro, Freixo, Sabugueiro, Choupo, Carvalhiça, Castanheiro, Loureiro...Trovisco, Feto, Azevinho, Cerquinho, Bunho, Poejo, Sargaço, Sanganho, Lentisco, Sanguinho...Borrazeira, Salsaparrilha, Urze, Murta, Madressilva, Parreira, Silva...e o famigerado narciso do Mondego.

às mais recentes, desenvolvidas no âmbito das requalificações do *forum* e anfiteatro romanos, a par do Centro Interpretativo das Ruínas Romanas de Bobadela (FRADE, 2010: 230).

À imagem das investigações arqueológicas, a publicação bem ritmada de textos escritos é também sintomática do interesse que estes inestimáveis vestígios do passado têm despertado na comunidade científica, erudita e em geral. De carácter estritamente científicos, poéticos ou informativos — publicados na imprensa escrita — estes distintos testemunhos permitem-nos conhecer Bobadela num determinado momento da sua história e mediante diferentes olhares⁸.

Em contextos arqueológicos classificados⁹ ou não classificados, em que os seus atuais e intrincados aglomerados populacionais são intercalados aqui e acolá por vestígios do passado, qualquer arqueólogo(a) vê a sua tarefa verdadeiramente dificultada no que toca à interpretação conjunta do espaço. Perante este condicionalismo de análise — acentuado por investigações espaçadas no tempo e no espaço, concretizadas somente em ocasiões da edificação/requalificação de imóveis e muito raramente académicas ou inscritas em investigações programadas, como é o caso de Bobadela —, ao(à) arqueólogo(a) é-lhe apenas consentida uma reconstituição parcial da realidade arqueológica. Este angustiante entrave será certamente atenuado ou até mesmo ultrapassado caso se efetuem ações arqueológicas mais prolongadas no tempo, contíguas no espaço, e, se possível, concertadas e envolvendo diversas práticas; ações, que, quando somadas e coligidas, permitam obter o maior número de dados representativos da realidade a estudar.

O presente ensaio é o corolário de cerca de quatro anos de trabalho. Foi desde o seu primeiro momento encarado como um desafio de responsabilidade acrescida, e seguramente tratado com seriedade e determinação. No seu decurso, desenvolveram-se determinadas práticas arqueológicas com o propósito de cumprir dois objetivos centrais: o primeiro, visa, claramente, contribuir com novos dados científicos para a compreensão de tão expressivos vestígios civilizacionais; o segundo, de certa forma já aflorado no penúltimo parágrafo, procura fazer jus ao pensamento de Umberto Eco: “*Deste modo, não só forneci as provas da minha hipótese, mas procedi de modo a que outros possam continuar a procurar, seja para a confirmar seja para a pôr em causa.*” (ECO, 2009: 55).

⁸ A Exemplo: *i)* dos últimos artigos científicos «A *Splendidissima Civitas* de Bobadela», in *Anas* 2002/2003: 155-180, e «Os *Fora* de Bobadela - Oliveira do Hospital - e da *Civitas de Colbelcorum* - Figueira de Castelo Rodrigo», in «*Ciudad y Foro* na Lusitania Romana». Revista *Studia Lusitana*, n.º4. Mérida, 2010: 230-249, das respetivas autorias de Jorge de Alarcão e de Helena Frade; *ii)* do poema épico de Brás Garcia de Mascarenhas «*Viriato Trágico*» (in “Brás Garcia de Mascarenhas”, *Estudos de Investigação Histórica*, Reedição Fac-Similada com apresentação de José V. de Pina Martins, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, p. 146); e *iii)* dos artigos «Terras da Beira: Bobadela, antiguidades romanas; um pouco da sua história», João Ilharco, in *Comarca de Arganil*, ano 32, n.º 1886, 14 de outubro de 1932, p. 6, «Bobadela - terra de grande interesse arqueológico», de Marcial Mendes, in *Comarca de Arganil*, ano 63, n.º 5624, 7 de novembro de 1963, p. 1 e 5, e de «Para que a memória dos homens se não esqueça», de Regina Anacleto e Nelson Correia de Borges, in *Jornal de Arganil* em 1993, n.º 5545, 7 de maio de 1993, p. 3.

⁹ A designação «Arco Monumental de Bobadela» – classificado como Monumento Nacional, por decreto de 16 de junho de 1910 – foi substituída na lista de Monumentos Nacionais por «Ruínas Romanas de Bobadela», de acordo com Decreto n.º 26:519, do Ministério da Instrução Pública, promulgado no Diário do Governo, I Série – Número 87, em 15 de Abril de 1936.

Os primeiros passos que demos para a elaboração deste trabalho foram no sentido de reunirmos o maior número de fontes escritas e documentais que focassem o tema 'Bobadela': a constituição do arquivo bibliográfico estava em marcha. Ao lê-las, depreendemos que algumas partilham uma característica: interpretam o mesmo vestígio arqueológico ...questionando-o¹⁰. Se por um lado este «sem-fim» analítico nos lança para um mar de dúvidas, por outro, dá-nos sempre a possibilidade de repensarmos a realidade. E aqui reside também a riqueza da «Bobadela arqueológica»; uma realidade em constante mudança, aberta ao diálogo científico e com questões que continuam à espera de resposta. A este propósito — e quanto a nós — consideramos que este ensaio é o momento oportuno para tentarmos responder a questões pendentes, a algumas há muito pensadas, mas também a outras entretanto levantadas, resultantes da investigação em curso.

As questões há muito pensadas revestiram-se de um interesse particular, pois, em boa verdade, nortearam a nossa investigação. Perante esta distinção, não nos fazemos de rogados e apresentamo-las desde já, uma vez que desde o início ditaram o rumo da nossa demanda: será ou não, a outrora Bobadela, um espaço de fundação romana? Existiram ou não faseamentos/momentos construtivos centrais da cidade romana? Se existiram, quais as repercussões diretas e/ou indiretas nos seus principais espaços/edifícios públicos e no traçado da rede viária intra e *periurbana*? E qual ou quais os modelos de ocupação da várzea e arrabaldes bobadelenses, por parte das populações em época pré-romana e romana que fizeram de tão generosos solos os seus lares?

Para respondermos a estas e outras questões, definimos uma estratégia metodológica de trabalho, sustentada por um conjunto de métodos e práticas enquadrado pela ciência arqueológica — estratégia apta a gerar e a manter uma estreita relação entre os trabalhos de campo e as tarefas de gabinete (RENFREW; BAHN, 1991: 19) Em suma, um caminho que nos permita percorrer as etapas do perguntar, observar e descrever, em articulação com o analisar, interpretar e responder (CATARINO, 1988: 2).

Quanto às práticas, a prospeção arqueológica de superfície e a escavação arqueológica ocuparam lugares cimeiros neste processo. No que concerne à prospeção depositámos toda a confiança sobretudo no método 'seletivo/intensivo'. Já para a escavação arqueológica vimos a necessidade de alterar a estratégia inicialmente adotada, numa determinada fase dos trabalhos.

¹⁰ O «Monumental Arco Romano de Bobadela» é o exemplo paradigmático do assunto abordado. Henriques Secco «dá-o» como sendo um *pórtico de um edifício grandioso* (cf. António Luís de Sousa Henriques Secco, «Oliveira do Hospital e seu concelho», in *Memória Histórico-corographica dos diversos concelhos do districto administrativo de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1853, p. 105). Francisco Martins Sarmiento menciona-o para localizar um outro a 200 passos para poente, e cujo espaço entre ambos evidencia *uma calçada 4 palmos abaixo da calçada atual*, (cf. Francisco Martins Sarmiento, «Expedição Científica à Serra da Estrella», Imprensa Nacional, Lisboa, 1883, p. 16). Adelino de Abreu faz das palavras de Emilius Hubner as suas e descreve o arco como sendo de *“trabalho romano”* (cf. Adelino de Abreu, «Oliveira do Hospital: traços, Histórico-críticos», Imprensa da Universidade, Coimbra, 1893, p. 25). Nos números III e VI do «Archeologo Português» torna-se *porta de muralha* (cf. A. Mesquita de Figueiredo, «Bobadela (Beira)», in «Archeologo Português», Vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1897, p. 221) e (cf. José Leite de Vasconcelos, «Arco romano de Bobadella», in *Archeologo Português*, Vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1901, p. 57). Mais recentemente, Fernando Manuel Coelho, ao jeito de questionário, atribui-lhe várias funcionalidades (Fernando Manuel de Vasconcelos Dias Coelho, «Bobadela - Encruzilhada de Dúvidas», in *Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Instituto de Arqueologia de Coimbra, Coimbra, 1970, p. 73).

Veremos como uma escavação pensada em *open-area*, foi iniciada como sondagem de diagnóstico e terminada voltando ao método inicialmente considerado. Uma decisão que em prol da não destruição dos dados arqueológicos e da boa persecução das tarefas, nos pareceu sensata na altura. E caso revivêssemos o momento tomaríamos a mesma decisão; dela, surgiram dados de extrema relevância.

Mas como não só de prospeções e escavações vive a ciência arqueológica, foi tida em linha de conta toda uma série de tarefas que em tudo beneficiou o apuramento dos resultados: desde o tratamento a que foi sujeito todo o conjunto recolhido ou identificado de materiais; à forma de como algum foi apresentado no final; passando por um breve «diálogo» com a 'Arqueologia do Lugares'¹¹; até à procura incessante das fontes orais — testemunhos memoráveis de quem, circunstancialmente, presenciou à emergência furtiva de achados arqueológicos. Aliás, algumas dessas transmissões orais ganharam protagonismo no avançar da prospeção arqueológica de superfície: sob as suas orientações foram prospectados determinados setores/propriedades¹² que nos permitiram reunir um conjunto de informações muito interessantes. Estas, somadas a outras conseguidas em setores contíguos, resultaram na reafirmação das nossas expectativas quanto à fiabilidade das hipóteses a colocar e das conclusões a tirar.

Dito isto, temos a plena consciência de que todas as questões e matérias aqui estudadas serão sempre suscetíveis de serem reformuladas ou reinterpretadas, expostas à crítica ou reescritas, à semelhança das demais investigações. Porém, esta é a nossa interpretação do conjunto dos dados reunidos; uma outra perspectiva, em suma, tida por quem de perto assistiu ao desenrolar dos últimos «acontecimentos arqueológicos», ou interveio diretamente nos seus rumos e possui novos dados que deseja compartilhar.

Esta nossa perspectiva sobre a 'Bobadela romana' encontra-se expressa nas páginas que se seguem e organizada do seguinte modo.

No 'Preâmbulo' demos ao conhecimento o motivo que nos trouxe a este momento; o culminar de um projeto, também ele de vida, iniciado no ano letivo de 2008/2009 com a nossa ingressão no Mestrado em 'Arqueologia e Território', na Faculdade de Letras e Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. Referimos também a decisão que nos levou a desenvolver toda uma série de ações de índole cultural, por forma a aproximar a arqueologia da sociedade, divulgando e

¹¹ Como prova da sua exponente vitalidade encontra-se a excelente dissertação de mestrado da autoria de Miguel Cipriano Esteves Costa, intitulada 'Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas: um estudo de arqueogeografia', apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 2011. Para o mesmo desígnio está a conferência - a que assistimos na Biblioteca Municipal de Côja - dirigida pela Prof.^a Doutora Conceição Lopes subordinada ao tema «Vestígios romanos em Côja», no âmbito do 3º encontro sobre a história do concelho de Arganil, em maio de 2012. Dias depois, as temáticas abordadas no 3º encontro sobre a história de Arganil foram publicadas na *Comarca de Arganil* (J. M. Castanheira, "Marco miliário único na Península Ibérica no meio dos «vestígios romanos em Coja», in *A Comarca de Arganil*, Arganil, 2012, ano 112, n.º 11.956, 17 de maio de 2012, p. 9).

¹² Para este quadro de investigação, consideramos 'setor/propriedade': uma extensão de terreno que foi sujeita a uma prospeção de 'tipo A' (com «encavilhamento» dos materiais de superfície observados) ou a uma prospeção de 'tipo B' (sem «encavilhamento» dos vestígios observados à superfície). Importa aqui frisar que a opção entre estas duas cambiantes de sistemática aplicada ao método, prende-se, única e exclusivamente, com as condições favoráveis ou desfavoráveis dos terrenos para a observação dos materiais à superfície. Convém também referir que as áreas de terreno prospectadas segundo o protocolo de registo de materiais, engendrado para as prospeções de 'tipo B', traduzem superfícies que ocupam várias propriedades, não raras vezes pertencentes a vários proprietários.

promovendo assim o património de Bobadela e do concelho. Entre outras, destacámos o projeto 'Férias Arqueológicas', que, não obstante um ou outro receio iniciais, uma ou outra dificuldade com que nos deparámos ao longo das suas edições, é hoje um caso válido de sensibilização patrimonial e arqueológica, num mundo em que bastas vezes, vemos, com grande preocupação, diminuída a nossa função como Arqueólogos(as) e como agentes culturais, ao não se reconhecer devidamente a nossa atividade como socialmente útil. A seguir, reservámos um espaço dedicado aos agradecimentos; o lembrar dos nomes de quem por dedicação à causa ou mesmo por amizade contribuí para a realização deste trabalho, foi a forma encontrada para prestar-lhes um singelo mas sentido tributo.

No primeiro capítulo, e após uma brevíssima caracterização geológica, localização geográfica e paisagística do concelho de Oliveira do Hospital, enalteçemos o seu vasto e rico património. As campanhas arqueológicas mais marcantes da história arqueológica de Bobadela não foram esquecidas; desde a protagonizada a pedido de D. Jorge de Almeida, às mais recentes dirigidas por Clara Portas e Helena Frade. Na sequência, ao apontarmos uma solução possível para um dos maiores condicionalismos com o qual muitos(as) arqueólogos(as) se deparam ao desenvolverem as suas pesquisas — em realidades arqueológicas idênticas às de Bobadela —, passámos a apresentar os objetivos gerais do presente ensaio, o tempo nele investido e a nossa postura perante o mesmo. O elencar de algumas questões, às quais pretendemos dar resposta, «abriu-portas» a uma sucinta exposição das principais práticas desenvolvidas e dos métodos para si adotados em conformidade com a metodologia de trabalhos definida.

No segundo capítulo faremos uma incursão pelos principais textos escritos sobre o assunto: desde Brás Garcia de Mascarenhas, autor do poema épico *Viriato Trágico* (1699); até aos mais recentes artigos científicos das autorias de Jorge de Alarcão (2002/2003) e de Helena Frade (2010), “A Splendidíssima Civitas de Bobadela” e “Os Fora de Bobadela (Oliveira do Hospital) e da Civitas de Colbelcorum - Figueira de Castelo Rodrigo”, respetivamente.

No terceiro capítulo daremos total atenção aos trabalhos de campo desenvolvidos. No que diz respeito à prospeção arqueológica de superfície, será justificado o traçado inicial da área-alvo a percorrer. O quanto dela foi prospetado. Quando o foi e que método a assistiu, descrevendo o protocolo de aquisição de dados seguido. Delimitaremos os afloramentos rochosos como potenciais áreas *non aedificandi*. Numa ótica mais descritiva que interpretativa — esta ficará reservada para o quarto capítulo da dissertação —, apresentaremos o modo de como foi tratado o material recolhido; com um ou outro caso bem-sucedido de colagem dos fragmentos cerâmicos, onde foi possível reconstruir algumas das suas formas. Assinalaremos os potenciais sítios arqueológicos e a cartografia utilizada para representá-los. Procederemos à descrição geomorfológica, à localização dos focos de concentração e das áreas de dispersão dos materiais à superfície dos setores mais expressivos para este quadro de investigação. Ainda nas tarefas de campo, mas concernentes à escavação arqueológica, exporemos o motivo que nos levou a escavar no logradouro da casa do Eng.º Agostinho Vaz Patto. Indicar-se-á a sua localização relativamente à malha urbana. Explicaremos a estratégia e processo de escavação aplicados. Descreveremos a sequência estratigráfica, as estruturas identificadas ao longo da escavação e os materiais recolhidos mais significativos — note-se, desde logo, que uma pequena fração de artefactos metálicos foi alvo de restauro.

No quarto capítulo, centrado nos padrões de povoamento e no urbanismo da cidade romana, começaremos por apresentar uma proposta para a ocupação pré-romana da área de Bobadela. Identificados serão os povoados mais importantes nas suas proximidades, baseando-nos, para isso, nos resultados provenientes da prospeção arqueológica de superfície que efetuámos. Para a época

romana, o nosso contributo registar-se-á aos níveis do urbanismo e da arquitetura da cidade: nomeadamente, uma nova hipótese para o plano do *forum*; o evoluir da malha urbana (incluindo o «perímetro amuralhado»); e as vias que ligariam a capital de *civitas* ao seu território, e, por sua vez, estas, a outras *civitates*. Encerraremos este capítulo voltando aos trabalhos de prospeção; com a apresentação de um padrão de povoamento rural/periurbano em época romana, identificando possíveis *villae*, granjas e/ou casais.

No quinto capítulo tentaremos dar resposta ao conjunto das questões deixadas em aberto pelas anteriores investigações, a outras por nós inicialmente avançadas ou que entretanto levantaremos. Em «suma», é o «resumo» de ideias/hipóteses que apresentaremos e defenderemos ao longo desta dissertação. Subsequentemente serão lançadas linhas para futuras investigações, resultantes dos dados recolhidos da prospeção arqueológica e por um ou outro exemplo de fotointerpretação. Finalizaremos o capítulo com a apresentação da nossa proposta para uma nova Zona Especial de Proteção (ZEP) para a Várzea de Bobadela¹³, em função dos dados que entretanto explanaremos.

A estrutura geral do trabalho termina com o sexto capítulo, ao elencarmos por ordem alfabética e de forma extensa as citações bibliográficas que no decurso da dissertação têm lugar; segundo o sistema autor, data e paginação.

Ainda sobre esta estrutura geral devemos lançar um alerta. Os anexos estão divididos em quatro volumes impressos: um primeiro volume, do anexo nº 20 ao anexo nº 1; um segundo, do anexo nº 39 ao anexo nº 21; um terceiro, do anexo nº 56 ao anexo nº 40; e um quarto, do anexo nº 73 ao anexo nº 57. Deste modo, os anexos em cada volume encontram-se numa ordem alfanumérica sequencialmente decrescente, permitindo assim mantê-los desdobrados enquanto é consultado cada volume.

¹³ Ao serem classificadas como 'Monumento de Interesse Nacional', as 'Ruínas Romanas de Bobadela' estão protegidas pelas leis de defesa do Património; mormente, o Decreto-Lei n.º 309/2009, Capítulo III art.º 36.º ao 52.º, promulgado pelo Ministério da Cultura no Diário da República, 1.ª série – n.º 206 de 23 de outubro.

2. Bobadela e o Estado da Arte

Ao debruçarmo-nos sobre qual seria a melhor forma possível de organizarmos este capítulo, deparámo-nos com um dilema; a «hecatombe» de dados que ao longo dos tempos têm vindo a lume nas suas mais variadas formas de conteúdo e impressão, criar-nos-iam (e visto que alguns dos contributos transitam de bibliografia em bibliografia, de artigo em artigo, sendo retomados ou reiterados, para que os fios das suas meadas não se percam com o desfiar do tempo) um certo «repisar» dos assuntos, caso optássemos por dar destaque — adentro de cada documento escrito — aos contributos mais significativos que cada autor/autora deu para o conhecimento da cidade romana de Bobadela e do seu território.

Humildemente, não vimos nenhum mal nessa recorrência. Bem pelo contrário! Mas, mesmo assim — e ao quisermos fazê-lo sem o mínimo prejuízo e/ou despeito para com os(as) autores(as) —, enveredámos por distinguir as estruturas e artefactos mais proeminentes, as problemáticas mais «fraturantes» que se encontram a descoberto no nosso arquivo bibliográfico; discorrendo-as, de modo a não olharmos tanto às cronologias das suas publicações, mas, sim, e acima de tudo, aos «subsídios» mais expressivos, à novidade e/ou à tomada de posição singular que cada autor(a) assumiu ao interpretar determinados vestígios arqueológicos. E nada melhor, que, em circunstâncias como esta, fazermos de algumas das nossas palavras, as palavras dos(as) próprios(as); articulando-as, por sua vez, com o nosso encadeamento de ideias.

Serão tidas em linha de conta as seguintes temáticas: fontes epigráficas, nas categorias de votos em honra dos deuses, memórias de reconhecimento a cidades e a pessoas; o majestoso arco romano; o persistente *forum*; o imponente anfiteatro; o enigmático «bairro augustano»; a propriedade do 'Juízo'; a cabeça monumental; o Jarrinho Litúrgico, Visigótico; os indetetáveis aquedutos; colunas duplas de tambores em 8; o impreciso 'Monte do Rossio'; os extensos Castros; e o tortuoso e ingreme «Cale Velho». Descritos serão os achados arqueológicos dispersos pela várzea de Bobadela (incluindo a sua zona histórica) e os difundidos pelo concelho de Oliveira do Hospital. E será com gravura em espiral e a *ara a Iuppiter Optimus Maximus* que daremos por encerrada a presente rubrica.

Sem mais delongas, para a distinguir, “...a sudeste, a serra da Estrela, prolongada pelas de Açor e da Lousã; a ocidente, as serras do Caramulo e do Buçaco. A norte confrontaria com a «civitas» dos «Interannienses», se caso é correcta a nossa hipótese de localizar este povo na região de Viseu.”¹⁴ (ALARCÃO, 1988: 47), “...de cidade morta com a povoação viva...” (SARMENTO, 1883: 13) e situada num vale donde não se avista povoação alguma (SECCO, 1853: 103; PINHO LEAL, 1875: 280). Considerada por quem a estudou como fiel depositária de uma incalculável riqueza Histórico-arqueológica. Ao assumir-se como um caso de excepcional importância para o estudo da transição da civilização pré-romana para a romana (SARMENTO, 1883: 15-16; ABREU, 1893: 26; COELHO, 1970: 97). De ser assinalada como “...importante centro demográfico cuja situação numa zona de transição litoral-interior teria possivelmente valor estratégico...” (COELHO, 1970: 98). E com “...o epitheto «splendidissima» de que se jactava, postoque um tanto immodesto, bem prova a sua magnificência...” (ABREU, 1893:26), a *civitas* de Bobadela é tida por quem a descreveu como sendo uma realidade apaixonante, misteriosa e

¹⁴ “... Um «terminus augustalis» de 4 ou 5 d.C — o de Guardão, na serra do Caramulo — terá resolvido um conflito de fronteiras entre as duas «civitates».” (ALARCÃO, 2002/2003: 158), i.e., a sediada em Bobadela e aqoueloutra com capital em *Vissaium* (Viseu).

«senhora» de um singular encanto (ILHARCO, 1932: 6; MENDES, 1963: 5; COELHO, 1970: 16-17; PORTAS, 1983, 32).

A nossa incursão pelos principais vestígios e assuntos Histórico-arqueológicos, patentes nos textos escritos, leva-nos ao ano de 1699; ano de publicação do poema épico *Viriato Trágico*, da autoria de Brás Garcia de Mascarenhas¹⁵. É através da pena deste poeta e escritor setecentista que nos chegam as primeiras referências literárias respeitantes a Bobadela. Na sua obra-prima, o autor dá-nos a conhecer o burgo bobadense, nos meados do séc. XVII. Pese embora o molde poético de como é publicada, transparecem na Oitava 74 do Canto IV alguns dados a reter; o reconhecimento de uma “...grande, bella e muy celebre Cidade ...”, em virtude dos vestígios com talhas arquitetónicas distintas daquele século e de algumas epígrafes que por “...gastadas letras que o tempo escureceo...” (VASCONCELOS, 1922: 146), se desconhece o nome pelo qual a “...chamavão.” (SECCO, 1853: 26). Ainda na mesma bibliografia, Brás Garcia retoma o assunto 'Bobadela' na oitava 89 do canto IV (AMARAL, 1982: 112). Perfeitamente ciente da realidade que vislumbrava, o poeta verteu a primeira de muita tinta sobre duas temáticas que desde então e até hoje têm suscitado um debate entusiasta e frutuoso, no seio da comunidade científica. Falamos das fontes epigráficas e da porta, ou melhor «portas», pertença de “...um recinto sagrado, encerrando um templo...” (CORREIA e GONÇALVES, 1953: 165).

No caso específico de Bobadela, as fontes epigráficas “...são os melhores materiais de que atualmente se dispõe, para o estudo daquela povoação.” (AMARAL, 1982: 103). “Elas fornecem informações preciosas sobre diversos edifícios que teriam existido na cidade romana.” (FRADE et al.; 1995: 222), as quais particularizamos com três categorias: “...festas em honra dos deuses, memórias de reconhecimento a cidades e a pessoas.” (CASTELLO-BRANCO, 1849: 385-394). Ainda sobre este grupo epigráfico, sublinhamos as inscrições patentes no *CIL II* com os n.ºs 401, 402 e 5245. A primeira, GENIO MVNICIPII TEMPLVM / C. CANTIVS MODESTINVS / EX PATRIMONIO SVO /, “...pensa-se ter sido levada da cidade romana para a capela de S. Sebastião - Couto de Midões, concelho de Tábua - onde hoje se encontra reutilizada.” (ALARCÃO, 1983: 110). A segunda, VICTORIAE TEMPLVM / C. CANTIVS MODESTINVS / EX PATRIMONIO SVO /, que *Caius Cantius Modestinus* dedicara ao *Genius Municipii*, achou-se em Bobadela e encontra-se atualmente na mesma capela. Já a terceira, VIC[TORIAE] AET[ERNAE] (ANACLETO, 1981: 47; AMARAL, 1982: 106), achou-se e acha-se em Bobadela — no piso térreo da «casa do Adro» — e estaria, talvez, num dos dois templos edificadas por este ilustre *Igaeditani*, em honra do Génio do Município e a Vitória. Neste contexto, as três exprimirão a “...promoção de Bobadela a «municipium» decorrente da extensão do 'ius latii' a toda a Hispânia por Vespasiano.” (ALARCÃO, 2002/2003: 158-159).

Quanto ao reconhecimento a pessoas, vêm em nosso auxílio as epígrafes respetivamente inscritas no *CIL II*, sob os n.ºs 396, 399 e 400: [PIETATI. SACRVM / IVLIA. MODESTA. EX. PATRIMONIO. SVO / IN. HONOREM. GENTIS. SEX. APONI / SCAEVI. FLACCI. MARITI. SVI. FLAMINIS / PROVINC. LVSIT. ET. IN. HONOREM / GENTIS IVLIORVM. SVORVM]; [IVLIAE. CN. F /

¹⁵ Brás Garcia de Mascarenhas nasceu em 1595, na freguesia de Avô, concelho de Oliveira do Hospital. Tornou-se numa das mais notáveis figuras da literatura portuguesa do século XVII. O autor do poema épico *Viriato Trágico*, de 20 cantos — publicado 43 anos após a sua morte —, assumiu ao longo da sua vida lugares e funções de destaque. A título de curiosidade, foi governador da Praça dos Alfaiates onde demonstrou todo o seu heroísmo. Mesmo após a sua morte, Brás Garcia de Mascarenhas está bem vivo na vida cultural do concelho. São do facto provas a atribuição do seu nome à Escola 2º e 3º C.E.B. de Oliveira do Hospital — agora, Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas — e a sala que lhe foi postumamente reservada no Museu Municipal Dr. António Simões Saraiva, em Bobadela [anexo 2, foto 10].

FLAMINAE / IVLIVS / RVFVS / PATRONAE]; e [MANLIAE PROBILAE / EX TESTAMENTO SVO] (ALARCÃO, 2002/2003: 163-165). Para a primeira transcrição, e independentemente das dúvidas que subsistem no que toca à data da sua deslocação para a residência episcopal do Bispo de Coimbra, em Coja¹⁶, e à sua tipologia (ANACLETO, 1981: 64; AMARAL, 1981: 121-126; ALARCÃO, 2003: 164), “... esta é proveniente de Bobadela.” (AMARAL, 1982: 123), e reporta-se a um “...fragmento achado perto do arco.” (CORREIA, 1944: 11). A mesma dá-nos conhecimento da existência de duas famílias tão importantes como as dos 'Iulii' e dos 'Scaevi', a viveram na *civitas* bobadelense. A segunda inscrição certifica a presença da *gens* 'Iuliorum' na mesma cidade romana [anexo 2, foto 12]. A terceira epígrafe, dedicada a *Manlia Probilla* — cujo *cognomen* é conhecido —, assevera uma outra *gens*: a 'Manlia'. (ALARCÃO, 2002/2003: 163-165), [anexo 2, foto 13].

Para o «Panteão» das divindades bobadelenses, a epígrafe NEPTVNALE — CIL II, n.º 398 —, na sua génese interpretativa aludia “...à memória de uns jogos celebrados em honra de Neptuno.” (CASTELLO-BRANCO, 1849: 390). “Trata-se, em primeira análise de um adjetivo qualificativo, com categoria de atributo (...). É gravada em capital quadrada monumental e que se pensa não ter aparecido longe do local onde atualmente se encontra. Proviria do recinto fechado, pertença de qualquer edificação sacral do culto a Neptuno.” (ANACLETO, 1981: 39-43). Vasco Mantas considerou mesmo óbvio que tal templo era o principal do *forum* (MANTAS, 2002: 233). Todavia, a última interpretação que Jorge de Alarcão estabeleceu para esta epígrafe, aponta para uma direção bem diferente: “A forma «Neptunale» poderia aplicar-se, porém, a «nymphaeum», visto este nome ser do género neutro (...) haveria, pois, em Bobadela, um «nymphaeum Neptunale».” (ALARCÃO, 2002/2003: 161), [anexo 2, foto 14].

Com referência prometida às fontes epigráficas mais notórias da *civitas* de Bobadela, e para que este nosso «campo epigráfico» fique completo, damos a palavra à “...inscrição *figulina*, isto é, gravada em olaria. Trata-se, evidentemente, de um nome próprio, incompleto, que muito possivelmente podia ser «Arentius», abonado no onomástico latino, como gentilício. Na toponímia hispânica ficaram alguns vestígios desta base antroponímica «Arent-».” (ANACLETO, 1981: 78-79).

Recuperamos agora o assunto «portas» que deixámos em aberto no quinto parágrafo deste capítulo. A palavra «portas» aponta para o monumental arco — ou arcos, como veremos mais adiante — que firme e enigmáticamente, só, tem resistido “...à acção destruidora do tempo, e à mais nociva e demolidora acção dos homens.” (VASCONCELOS, 1922: 144).

De facto, se existem testemunhos arqueológicos capazes de congregar — no quadro interpretativo das ruínas romanas de Bobadela — uma «mão-cheia» de diferentes comunidades construtoras e funcionalidades, um deles é “...o celebrado arco da Bobadela.” (CORREIA, 1972: 227), [anexo 2, foto 15]. Senão, vejamos! Na «informação paroquial» de 1721, o Padre Miguel Alves Carrilho — na altura Prior da «vila de Bobadela» —, ao prestar as declarações necessárias ao cabido da sua diocese, toma o arco, construído em aparelho almofadado, como “...coisa ainda dos Godos.” (ANACLETO, 1981: 12). António Luiz de Sousa Henriques Secco, por sua vez, interpreta o arco, situado na praça da vila, como sendo “...pórtico d’algum edifício Grandioso, por quanto n’elle vemos ainda hoje dois trancadores bem formados.” (SECCO, 1853: 105). Para J. Leite de Vasconcelos “...era porta de muralha.” (VASCONCELOS, 1897: 221). Fernando Manuel de Vasconcelos Dias Coelho estipula que “...o arco seria uma das portas de um recinto muralhado quase quadrado com cerca de 60 metros de lado.” (COELHO, 1970: 78). As interpretações são tão díspares que A. E. Maia do Amaral pondera que

¹⁶ “Uma ara consagrada à deusa «Piedade» por Júlia Modesta foi levada daqui para Côja e agora perdida; era consagrada à deusa, em honra da família e de seu marido Sexto Apônio Scevo Flaco, flâmine da província da Lusitânia, e igualmente em honra da família dos júlios, à qual pertencia seu pai e mãe.” (CORREIA e GONÇALVES, 1953: 165).

algumas roçam a insensatez “...o venerável «monumento nacional» serve hoje (dezembro 1980) de suporte a uma conduta de águas, o que dá finalmente razão - por absurdo - aos que pretenderam considerá-lo vestígio de «um magnífico aqueduto».” (AMARAL, 1982: 116).

Mais prudente foi a explicação dada pelo autor da bibliografia intitulada *Sobre Três Inscrições Perdidas da Bobadela (Oliveira do Hospital)*, no que diz respeito à evolução funcional do próprio arco que fora “...convertido em época medieval ou moderna numa larga porta com tranca.” (AMARAL, 1982: 116). Já Francisco Martins Sarmento tece sobre o arco considerações acerca do seu estado de conservação e do espaço que este ocupa no plano urbanístico da vila de Bobadela, no último quartel do século XIX. O principal impulsionador da ‘Expedição Científica à Serra da Estrela’ (1881) avança um outro dado de enorme relevância — indo ao encontro da oitava 89, do canto IV, do poema épico ‘Viriato Trágico’ (1699) de Brás Garcia de Mascarenhas —, quando este escreve «portas» e não «porta». Martins Sarmento consolida o facto quando refere que “...a duzentos passos para poente vêem-se restos de um segundo arco, igual ao primeiro.” (SARMENTO, 1883: 16). Esta informação foi posteriormente realçada em outras fontes literárias (ABREU, 1893: 27; VASCONCELOS, 1901: 57; MENDES, 1963: 5). Anos mais tarde, o elemento arquitetónico em foco obteve uma menção honrosa no artigo «Arcos Romanos de Portugal» da autoria de Vergílio Correia. (CORREIA, 1972: 227). A respeito do *segundo arco*, Jorge de Alarcão chama a si o assunto ao jeito de questão: “Se o passo tinha 0,82m, o segundo arco estaria a c. 160m do primeiro. Ora, esta medida é excessiva, mesmo para o lado maior do forum. Que arco seria este?” (ALARCÃO, 2002/2003: 158).

Outra informação a reter — e convenhamos que esta surge inúmeras vezes associada à anterior — é a da existência de uma calçada romana que se observava entre os dois arcos (SARMENTO, 1883: 16; MENDES, 1963: 5). As mais recentes investigações levadas a cabo por Helena Frade, no âmbito da requalificação do espaço *forense*, trouxeram à luz do dia a alegada calçada (FRADE, 2010: 244 — lâmina 3.2).

Outro forte concorrente para a prova da «liberdade interpretativa» dos vestígios arqueológicos de Bobadela: é o *forum*. Observemos também os seus diferentes olhares. Maia do Amaral, na sua obra “Considerações preliminares acerca do forum II da Bobadela” (1983), refere que Pinho Leal situa-o “...para Leste da povoação actual, no local que chamam «juízo».” (AMARAL, 1983: 6). Contudo, e após a leitura do Volume I (pp. 405-406) da vasta e rica coletânea bibliográfica *Portugal Antigo e Moderno* (1873), verificámos que o autor da obra, Pinho Leal, não fez esta correlação espacial entre o *forum* e a propriedade do 'Juízo'. Relativamente ao *forum* (ou seja, ao espaço atualmente reservado ao adro da Igreja Matriz de Bobadela), este mesmo autor afirma que “Este adro é extenso, e está cheio de sepulturas muito antigas, com grande quantidade de pedras à maneira de marcos lavrados.” (PINHO LEAL, 1873: 405). Henriques Secco e João Ilharco apreciam as suas remanescências estruturais — muralhas e arco — como espaço que comportaria um edifício de grandes dimensões (SECCO, 1853: 105; ILHARCO, 1932: 6). Vergílio Correia diz tratar-se de “...um recinto sagrado encerrando um templo.” (CORREIA e GONÇALVES, 1953: 165). E que aí — no recinto — se encontravam, a avulso, pedras que “...pertenceriam à parede ou muralha que naturalmente teria o célebre arco como porta.” (COELHO, 1970: 74), “...de um forum-bloco Imperial?” (AMARAL, 1982: 116). E “...de planta quase quadrada (...) construído em *opus vitatum* (...) Está orientado no sentido Norte/Sul e mede 56,20 (170pés) de largura e mede 45,30 (153,5 pés).” (FRADE, 2010: 232).

Deveras interessantes são as considerações preliminares que Maia do Amaral apresenta acerca do faseamento construtivo a que o *forum* foi sujeito “...à configuração suposta original chamáramos fase I (...) enquanto à posterior, resultante das obras de Júlia Modesta, chamamos II.” (AMARAL, 1983: 13).

O *forum*-bloco comportava uma basílica situada na parte norte do mesmo e três templos “...o principal dedicado ao culto imperial e dois templetos dedicados ao Génio do Município e a Vitória.” (FRADE, 2010: 233). A descoberto foi também posto um possível templete no exterior do *forum*, nas imediações da sua parede/este. E uma colunata dupla, desta feita, no interior do mesmo segmento de parede (FRADE, 2010: 232-235). No artigo 'A Splendidissima Civitas de Bobadela (Lusitânia) ', Jorge de Alarcão avança a hipótese de que o “...*forum* de Bobadela poderá ter adotado o modelo de «basílica cum aede vitruviano (...) Não terá tido - na sua primeira fase - templo.” (ALARCÃO, 2002/2003: 158). Este espaço — o do antigo *forum* romano — sempre deteve um forte pendor religioso. A comprová-lo, estão as alusões feitas em documentos escritos a alguns imóveis dedicados ao culto cristão; por exemplo, a capela de Santo Cristo (VASCONCELOS, 1897: 221), e a simplesmente chamada de Igreja velha¹⁷ (SECCO, 1853: 105).

Se é verdade que alguns testemunhos arqueológicos, face aos traços difusos ou fragmentados que revelam, são «culpados» de gerar dúbias interpretações, também não é menos verdade que as interpretações de outros são tão claras como as águas límpidas que brotam das inúmeras nascentes da várzea de Bobadela. O anfiteatro é o exemplo dessa translúcida interpretação [anexo 2, foto 16]. Em 1980, o recém-criado Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (G.A.A.C), dirigido pela «batuta científica» de Clara Portas — que mais tarde partilhou a codireção dos trabalhos com Helena Frade — efetuou escavações arqueológicas nas zonas: *i*) do antigo pátio da casa do povo; *ii*) do quintal anexo ao pátio da mesma casa; *iii*) das lojas do casarão (atual Museu Municipal Dr. António Simões Saraiva); *iv*) assim como no adro da Igreja Matriz, pátio da Mariazinha, e no quintal do casarão — área atualmente reservada ao anfiteatro romano (PORTAS, 1983: 32-42). Desta campanha e das suas subsequentes (1981/82), “...ficara visível um fragmento de estrutura arquitectónica a desenvolver-se por um traçado em nítida curvatura, integrado num conjunto de outras estruturas que, por sua vez, definem no seu todo uma espécie de compartimento.” (PORTAS, 1983: 34). Em 1983, a campanha arqueológica confirmou “...as previsões da possível existência de um anfiteatro romano (...) não havendo lugar para dúvidas tanto a curvatura ovalóide [ou elíptica] assim como a presença das estruturas quadrangulares (...) apontam para isso no seu conjunto.” (PORTAS, 1984: 44).

Os trabalhos arqueológicos concluíram-se em 1989 e trouxeram à luz do dia a total resplendência do anfiteatro romano de Bobadela. “É um edifício simples (...) com uma arena com 49,50m de eixo maior - N/S - e 39,50m de eixo menor O/E. É “... um anfiteatro de estrutura cheia, segundo a «tabela classificativa» de Govin, tendo paralelismos arquitecturais com o de Carmona.” (FRADE e PORTAS, 1992: 350). “Foi construído no último quartel do séc. I. Deixou de ser utilizado antes de ser destruído por um incêndio, nos finais do séc. IV.” (FRADE, 2010: 232).

Das intervenções no anfiteatro, e muito provavelmente por contiguidade espacial, enalteceamos a identificação de um complexo habitacional [anexo 2, foto 17]. Existindo na primeira metade do séc. I d.C. e habitado até aos primeiros anos da segunda metade do séc. I d.C., o denominado «bairro

¹⁷ Quem visita Bobadela e traz na bagagem tempo e curiosidade para descobrir os recantos e mais encantos desta humilde mas afável aldeia, anichada numa das várzeas mais fértil do concelho, rapidamente toma noção da existência de um número abastado de imóveis dedicados ao culto cristão, comparativamente ao número de fogos habitacionais. As Capelas da S.^a da Luz, Santo Cristo, N. S.^a do Socorro, N. S.^a de Guadalupe (esta um pouco mais distante, sita no Casal) e a Igreja Matriz de Bobadela são casos que confirmam tal abundância. A nossa incessante busca pelas fontes orais, levou-nos, literalmente, a bater à porta da casa da D. Maria de Deus Pestana. Na memória fresca de Dona Mariazinha - carinhosamente assim chamada por quem a estima - está a Capela de S. Bento; outrora situada entre a atual casa do Sr. Agostinho e da D. Cândida e a primeira porta da casa do Sr. Fernando Duarte, mesmo no coração do espaço próprio do antigo *forum* romano [anexo 2, mapa 4].

augustano» teve uma curta duração de vida, vindo a ser demolido durante o último quartel do séc. I d.C. para dar lugar à construção de tão imponente edifício público: o anfiteatro (FRADE, 1992, 355). “O balanço de 10 anos de escavações foi feito numa comunicação apresentada em 1993, ao Congresso Peninsular de Arqueologia.” (FRADE *et al.*, 1995: 221-223), e mais tarde publicado numa separata das Actas dos Trabalhos de Antropologia e Etnografia. Vol. XXXV - Fasc. 4, subordinado ao tema *Notas Para o Estudo do Urbanismo da Cidade Romana de Bobadela* (1995). A apresentação, em si, permitiu divulgar, à escala internacional e em primeira mão, os trabalhos desenvolvidos nos principais vestígios arqueológicos da cidade romana até então identificados — bairro augustano, anfiteatro, *forum* e a *insula* a norte do *forum* —, confirmando, deste modo, a importância arqueológica de Bobadela (FRADE, 2010: 230).

Entre 2004 e 2008, as áreas respeitantes ao *forum* e ao anfiteatro foram requalificadas de acordo com um protocolo de cooperação lavrado entre o Instituto Português do Património Arquitectónico, o Município de Oliveira do Hospital, a Junta de Freguesia de Bobadela e a Fábrica da Igreja Paroquial de Bobadela, em 20 de Julho de 2004.

Todo este conjunto de sinais do passado — principalmente advindos das sucessivas campanhas arqueológicas —, permite-nos conhecer melhor e/ou especular um pouco sobre o «ordenamento urbanístico» da outrora capital de *civitas* bobadense. No entanto, é substancialmente diferente — por ser insuficiente até agora — o nível de conhecimento (publicado) respeitante à área «periurbana» da cidade romana. Com efeito, se algum existe, deve-se, em grande parte, às fontes orais; de naturezas mais ou menos credíveis, os seus testemunhos, transmitidos de geração em geração — como se de uma herança cultural se tratasse —, são frequentemente achados como os únicos «vestígios» que o «tempo dos homens» colocou à nossa disposição para os estudarmos. É plausível que estes depoimentos sejam mesmo os mais diretos responsáveis por alguns autores situarem — ou com referência a outros que o fizeram — o *forum* na propriedade com o topónimo de 'Juízo' (ABREU, 1893: 27; ILHARCO, 1932: 6; MENDES, 1963: 5; AMARAL, 1983: 7), [anexo 2, mapa 5]. A estas fontes, é-lhes também «imputada» a responsabilidade pela identificação de escassas remanescências segmentares de uma calçada romana, indo na direcção do 'Juízo', de uma outra, situada no bairro da vila designado por 'Paço', e de mais uma, sita em parte incerta, constituída por “...pequeninas pedras de diferentes côres...” (SECCO, 1853: 103-105). Associado a estas fontes está também o fragmento em *opus signinum* encrustado na soleira de uma porta e tido como certo nas imediações da Igreja Matriz de Bobadela (CORREIA e GONÇALVES, 1953: 165), [anexo 2, foto 18].

De Bobadela e do seu vasto e heterogéneo lote de peças ou materiais arqueológicos, destacam-se aqueles que são frequentemente referidos nos textos escritos da especialidade e que vêm a sua posição duplamente reforçada com a sua actual existência. Casos da “...cabeça majestosa...” (VASCONCELOS, 1922: 145). Que “...representa um imperador laureado.” (AMARAL, 1983: 16). “*Talhada em granito desconhecido (...) branco de neve, tão transparente como jaspe (...) que deveria pertencer a um corpo de cerca 20 palmos.*” (SECCO, 1853: 105). Esta cabeça laureada poderá representar: Tibério (ALARCÃO, 1988: 110); Domiciano (FRADE, 2010: 235); ou Galba (RIBEIRO, 2002: 409); e que independentemente da sua exata proveniência original (ABREU, 1893: 17-18; VASCONCELOS, 1922: 145; CORREIA e GONÇALVES, 1953: 165; COELHO, 1970: 91; FRADE, 2010: 235), está actualmente “...conservada no Museu Nacional Machado de Castro — Coimbra.” (ALARCÃO, 2003: 159), [anexo 2, foto 19].

Do *Jarrinho Litúrgico, Visigótico*, de Bobadela — materializado por um recipiente de bronze, de corpo fusiforme, desenvolvendo em redor da superfície central da área *mesial* uma cartela envolvida

por pequenos semicírculos, incisos, onde se encontra inscrita uma frase constituída por catorze signos ou letras (GOMES e DIAS, 1992: 91-98), podendo ler-se *S(ancta) Aecles(i)a les(u) Ch(rist)i ou S(anct)a Ecles(i)a* (ALARCÃO, 2002/2003: 171) — é, também, e à imagem da «cabeça monumental», incerta a sua localização e o seu contexto de achado (SECCO, 1853: 105; ABREU, 1893: 27; MENDES, 1963: 5; FRADE *et al.*, 1995: 222). Todavia, este poderá ser precisamente o único artefacto que certifique Bobadela como sede de «paróquia» na época suevo-visigótica (ALARCÃO, 2002/2003: 171).

Dos dois aquedutos, “...um é ao lado E., e outro ao lado do N., ambos de architectura romana, mas este á vista, e aquelle subterrado.” (SECCO, 1853: 105), Jorge de Alarcão diz-nos que “Possivelmente, haveria apenas um que, já muito perto da cidade, ou mesmo no interior dela, se dividiria em dois ramos (...) O(s) ramo(s) do aqueduto assentaria(m) em arcadas às quais aquelas colunas duplas de tambores em 8 dariam apoio.” (ALARCÃO, 2002/2003: 162).

Adentro da temática 'colunas duplas de tambores em «8»', Helena Frade, não rejeitando a sugestão feita por Jorge de Alarcão, traça-lhes, contudo, um outro caminho explicativo “...como fazendo parte da colunata do pórtico.” (FRADE, 2010: 235). Ainda sobre estes singulares elementos arquitetónicos, podemos referir que um destes exemplares «descansa» “...junto à capela da Senhora da Luz.” (CORREIA e GONÇALVES, 1953: 165). E outros exemplares encontram-se expostos ao ar livre no adro da Igreja Matriz de Bobadela [anexo 2, foto 20].

Dignificante é também todo um conjunto de achados que põe a descoberto um número praticamente igual de topónimos¹⁸ ou corónimos. Levantamos-lhes então o véu trazendo à memória: o monte do Rossio, “Com efeito, a sudoeste e perto da villa, vê-se o monte do Rocio, em cuja vertente oriental se encontraram, segundo informações fidedignas, restos de construcções, fragmentos de barro, etc.” (SARMENTO, 1883: 13); “...uma mó romana, encontrada ha quatro anos n’um olival, para onde se extendia a antiga cidade.” (ABREU, 1893: 24); um *aes rude* “...encontrado pelo senhor António Firmino Madeira Lobo na sua propriedade denominada de Vale do Coito, aros de Bobadela.” (M.P., 1961: 7); “...para S. da Villa, e na distancia de 500 braças, apparecem do mesmo modo abundantes vestígios de povoação antiga.” (SECCO, 1863: 105); e “...alguns objectos encontrados aquando da surriba de uma propriedade na Bobadela.” (COELHO, 1970: 89).

Exploremos, agora, um outro «naipe» de vestígios arqueológicos. Falamos dos que habitualmente marcam também a sua presença nos textos escritos, que à imagem dos anteriores são materializados pela sua própria existência e que saem triplamente reforçados porque manifestam um respeitoso investimento nas tarefas de campo. Exemplo do que acabámos de referir são os “...castros de Oliveira do Hospital, situados entre esta villa e aquella freguesia, n’um outeiro ainda hoje assim chamado.”

¹⁸ O espaço jurídico-administrativo da freguesia de Bobadela tem uma imensidão de «micro-topónimos», topónimos e/ou corónimos - estes, últimos, não correspondem exactamente a uma povoação, mas a uma zona (ALARCÃO, 2002/2003: 170). Para o nosso «inventário cadastral» foram possíveis determinar: a Vinha, Chão da Costa, Ranhas, Lajinha e Sapata. Lameira, Cortinhais, Chão dos órfãos, Urzela, Laja, Vale do Coito e os Castros. Regadinha, Regada, Matarroios, Pinheiro dos Abraços, Chão da Bispa, Vale de Mogo e o famigerado Juízo. Mingacha, Passal, Eirado, Raposeira, Carrises, Lameirinhos, Chão da ponte e a Várzea. Moinhos ou moenda, Moledos, Frestes, Tapado, Soágua, Pedra furada, Castanheira, Soito, Tapadas e Castro Pina, a par de um «sem-número» de quintas, de seu nome: Coitena, Nova, da Regada, do Boco e do Jardim. Das Vales, do Casal e do Muco. Quinta da Vinha, do Gorgulão, da Vessada e dos Marinheiros. Do Pinheiro, do Fojo, Chão do Pereiro e chão das Pedras (NEVES, 2007: 448-449). Todavia, este «inventário» não se fica por aqui... Quem calcorrear o «caminho da Ribeira» (aquele que partindo do bairro social João Rodrigues Lagos - Oliveira do Hospital -, desemboca, por nascente, no arco romano de Bobadela), vê-se acompanhar por uma paisagem ainda «silvestre» e cujas margens do rio de Cavalos são bordejadas pela Poça do Moinho, Cobrança, Ribanças, Ribeira e Confraria. Pelos Cigalho e Choupal. Ribeira, Casal, Infesta e Reboleira. Chãos da Igreja, da Calçada, do Moinho e Chão Grande. As quintas da Várzea, do Regato e o Rossio. Este conjunto de testemunhos orais, advieram do contato que estabelecemos com o Sr. João Mota e da sua esposa, D. Nazaré, residentes no Casal - Bobadela.

(ABREU, 1893: 28). O cerro, de “...exótica configuração é a de um cone que bem próximo do vértice houvesse sido truncado.” (COELHO, 1970: 32), [anexo 2, foto 21]. Em virtude da existência do cabeço, Bobadela é um excelente exemplo para “...o estudo de transição das povoações dos altos para as planícies e da sua ligação com as povoações actuaes.” (SARMENTO, 1881: 13).

O povoado do «monte dos castros» seria servido pelo «cale velho» “...inegável via romana que ligaria a «splendidissima cidade» às grandes vias imperiais.” (COELHO, 1970: 49), [anexo 2, mapa 6]: uma proveniente de Viseu, que, bifurcando-se perto do Carregal e passando por Pova de Midões, atingiria Bobadela pelo lado poente, ao atravessar a ponte romana; e uma outra, que, tomando em Bobadela o nome de «cale velho», daria continuidade à via proveniente de Viseu, passando por Vendas de Galizes, Santa Ovaia e Avô, ligando, por sua vez, Bobadela aos centros populacionais mais importantes, *Aeminium*, Guarda, Viseu e Salamanca (COELHO, 1970: 69).

A via em questão era da mesma forma essencial para aproximar a cidade romana de Bobadela a um dos seus principais complexos de exploração aurífera: o vale do Alva e as suas cascalheiras “...que, não sendo datáveis com rigor, poderão ser romanas...” e “...o acampamento da Lomba do Canho (em Secarias, no concelho de Arganil), ocupado no segundo e terceiro quartéis do séc. I a.C., poderá ter servido a alojjar guarnição romana que vigiasse as explorações.” (ALARCÃO, 2002/2003: 163).

Os vales dos rios Alva e Alvôco são também indicados em alguns documentos escritos, como pontos de referência geográficos de determinados achados; particularmente os tesouros monetários encontrados em Penalva de Alva, Aldeia das Dez e na Moura da Serra (M.P., 1961: 6).

Em outro quadrante geográfico — a escassos 5 Km para nascente de Bobadela, na freguesia de S. Paio de Gramaços — foi recolhido um conjunto significativo de material abrangendo uma lata diacronia. Um acervo composto por 4 machados de pedra-polida; 2 pesos-de-tear, romanos; material de construção romano, *lateres*; e uma mó, recolhidos na quinta da Torre (NEVES, 2010: 117; COELHO, 1970: 27). No nordeste do concelho, em Meruge, na propriedade de S. Bartolomeu, há memória de ter surgido um tesouro de 200 moedas de diferentes cunhos e cultura material, também ela de tipologia diversa, de lata cronologia e dispersa por uma área considerável (SECCO, 1853: 105-106; SARMENTO, 1881: 16). “...D. Miguel Sotto Maior presumia que perto estivesse a antiga cidade de «Locomimurgi», como indica o sítio de Meruge, que parece corruptela desse nome.” (MENDES, 1963: 5). Ou será que este tesouro de 200 denários se deverá atribuir a um possível castro, na pequena zona chamada de *Velales* — esta, ainda ao «cuidado» da freguesia de Meruge? (ALARCÃO, 2002/2003: 170). Adiante iremos mais longe, mas, de momento, ficamos por Meruge para salientarmos que esta freguesia ressurgue no contexto das vias romanas que serviriam a *splendidissima civitas*, onde ganha força a possível presença de uma “...estrada que passaria pela área de S. Bartolomeu...” (ALARCÃO, 2002/2003: 168).

Outro item inolvidável é o desta quase constante existência binominal 'sepulturas/lagaretas', pois, quer queiramos, quer não — e não olhando à sua cronologia exata (muitas, seguramente, alto-medievais, inscritas sobretudo nos séculos IX-XI), tipologia, ou, inclusivamente, ao seu contexto de achado —, têm assinalado aqui e acolá a sua presença neste concelho beirão (SARMENTO, 1881: 17-21; ABREU, 1893: 28; COELHO, 1970: 46-47; MADEIRA, *et al.*; 1992/1993: fichas n.ºs 5-8/12-14/20-33/41-44; LOURENÇO, 2007: 140-15; NEVES, 2010: 7-53), [anexo 2, mapa 7]. Já para não falarmos que o adro da Igreja matriz de Bobadela, “...se acha cheyo de sepulturas antigas...” (VASCONCELOS, 1897: 222). Ou, por outras palavras “...vêm-se muitas sepulturas antigas, com pedras lavradas, à maneira de comendas.” (MENDES, 1963: 6).

Achados isolados e únicos: são a gravura em espiral que em 1881 se via no topo saliente de um tambor de coluna cilíndrica que aflorava no solo da Bobadela, junto da «casa do Ervedal» (SARMENTO, 1883: 16; NEVES, 2010: 16); e, com proveniência possível de Bobadela, a ara a *Iuppiter Optimus Maximus*, recentemente ressurgida e acolhida no templo pré-românico de S. Pedro de Lourosa¹⁹ — concelho de Oliveira do Hospital (CORREIA; GONÇALVES, 1953: 165; ALARCÃO, 2002/2003: 174), [anexo 2, foto 22].

Por último, *Velladis*, *Elbocoris*, *Concordia* ou *Interania* são algumas das hipóteses para o nome da capital da *splendidissima civitas* de Bobadela (LE ROUX, 1996: 243; ALARCÃO, 2002/2003: 169). “Se bem que a hipótese de «elbocoris» ter sido o nome de Bobadela nos pareça credível, não deixaremos de considerar a equação da «Velladis» de Ptolomeu com Bobadela...” (ALARCÃO, 2002/2003: 170). Até lá o nome permanece incógnito, “...porque nenhuma inscrição no-lo revela.” (ALARCÃO, 2002/2003: 168).

¹⁹ A Igreja Moçárabe de S. Pedro de Lourosa comemora precisamente neste ano de 2012, 1100 anos como lugar de culto religioso, com base na epígrafe datada de 912 d.C. que se encontra acomodada na verga superior da porta principal da Igreja. Dado o facto, é mais que merecido as comemorações do seu jubileu e a redobrada atenção dada a este incontornável e emblemático testemunho da arquitetura moçárabe em Portugal pelos organismos tutelares da cultura ao nível local, regional e nacional.

3. Investigação efetuada/ trabalho de campo desenvolvido

3.1. Prospeção Arqueológica de Superfície

3.1.1. Metodologia

Em dezembro de 2009 a decisão estava tomada. A clara aposta da administração local na valorização e divulgação do património concelhio, levou-nos a centrar a atenção nas ruínas romanas da freguesia de Bobadela (denominada na Idade Média paróquia de 'Santa Maria de Bobadela'²⁰), sendo este o local eleito para acolher o projeto 'Férias Arqueológicas'; uma iniciativa, que, desde a sua 1ª edição, pretendeu relacionar a «arqueologia ciência» com a «arqueologia docência» ou a investigação em arqueologia com o ensino/aprendizagem, tendo como protagonistas nesta relação alunos das escolas do concelho e de concelhos limítrofes.

Entre algumas incertezas, nomeadamente as que se prendiam com o nosso espaço de albergue (rapidamente colmatado pelo Centro Interpretativo das Ruínas Romanas) e com o grau de aceitação por parte da população autóctone, relativamente à nossa presença e à natureza das ações a desenvolver — grau, esse, cada vez maior e mais próximo com o passar do tempo —, havia, porém, uma certeza: por deliberação superior, foi-nos comunicado que permaneceríamos durante algum tempo na Bobadela.

Acreditámos que o tempo que dispúnhamos seria o suficiente para gizarmos uma metodologia de trabalho, um procedimento arqueológico adequado — com objetivos claros e perguntas iniciais (RENFREW e BAHN, 1991: 61; ROSKAMS, 2001: 45) — capaz de elevar substancialmente a taxa de sucesso da nossa investigação. Tempo necessário para colocarmos no terreno um conjunto de métodos e práticas, fundado no seio da ciência arqueológica, que nos permitisse, a médio prazo, recolher um conjunto de dados verdadeiramente representativo da realidade a estudar. Precisávamos de tempo para dar resposta às «questões-candeia» que nos guiariam desde o início e por todo o caminho da nossa pesquisa²¹.

O atual estado do conhecimento científico da *civitas* bobadelense é insuficiente em algumas das suas vertentes — principalmente, no que diz respeito ao seu território dito de «periurbano». Já o afirmamos no anterior capítulo. Contudo, seria de todo injusto, depois de tudo o que nele foi dito, não apresentarmos reiteradas e dignas menções às escavações arqueológicas que enriqueceram a tal «época dourada», arqueológica, vivida em Bobadela entre as décadas de 80 e 90 do século XX, neste caso como contribuintes para o estudo da cidade romana, em si. E façamos de igual modo a devida vénia — sem menosprezo por outros — ao trabalho desenvolvido por Fernando Manuel de

²⁰ A designação de igreja de 'Santa Maria de Bobadela' é tida e achada em algumas das fontes literárias do século XIV. Do facto nos dá conta Cristina Pimenta, autora da coletânea bibliográfica *Reis de Portugal*. No volume VIII, dedicado a D. Pedro I, a investigadora remete-nos para a Chancelaria de D. Pedro I, 1984, p. 517. (PIMENTA, 2012: 175). «Aldeia» – a desta igreja – que face às “... *continuas guerras da idade média destruíram tanto esta villa, que em 1750 ainda não tinha senão 78 moradores.*” (PINHO LEAL, 1875: 280). Na alvorada do terceiro quartel do século XVIII assiste-se a um *boom* demográfico em Bobadela, pois à data de 1757 já “... tinha 102 fogos (*idem*: 405).

²¹ Para não interrompermos o alinhamento das ideias, rememoramo-las do Capítulo I: Será ou não, a outrora Bobadela, um espaço de fundação romana? Existiram ou não faseamentos/momentos construtivos centrais da cidade romana? Se existiram, quais as repercussões diretas e/ou indiretas nos seus principais espaços/edifícios públicos e no traçado da rede viária intra e periurbana? E qual ou quais as modalidades de ocupação da várzea e arrabaldes bobadelenses, por parte das populações em época romana que fizeram de tão generosos solos seus lares?

Vasconcelos Dias Coelho, autor da obra *Bobadela: Encruzilhada de Dúvidas* (1970), onde o próprio se empenhou na deteção de um considerável e relevante quinhão de dados que recolheu um pouco por toda a várzea de Bobadela.

Com efeito, Dias Coelho, em toda a extensão da sua obra, não refere o termo 'Prospecção Arqueológica de superfície'. Todavia, acreditamos que foi esta a prática arqueológica que esteve na base da sua investigação; só assim se compreendem, e independentemente da metodologia ou do método que assistiram a sua prospecção arqueológica de superfície — pois não os esclarece —, algumas das suas pertinentes deduções (COELHO, 1970: pp.40-49).

Um dos pilares em que assenta o corpo teórico-metodológico da nossa investigação funda-se na 'Prospecção Arqueológica de Superfície': doravante também designada por P.A.S.

Antes de tecermos quaisquer comentários sobre os assuntos em título e subtítulo, devemos salientar que os conteúdos a expor nos próximos capítulos e subcapítulos estão inseridos no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA), subordinado ao tema inicial *Bobadela Romana: Cidade e Território* e enviado em 2010 à tutela — nomeadamente, ao então Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR, IP) e à Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC). O PNTA faz-se acompanhar do acrónimo BOROCIT.

No que diz respeito à P.A.S. devemos reforçar a ideia de que não a perspetivámos como um «mero» preâmbulo de pesquisa ou de uma escavação (ZADORA-RIO, 1982: 11), como uma «simples» forma de identificar sítios arqueológicos e registar os materiais recolhidos nas suas superfícies (RENFREW e BAHN, 1991: 68), nem em prol da escavação arqueológica, ousámos desvalorizá-la no âmbito da metodologia de campo planeada (RENFREW e BAHN: 61). Foi, sim (e libertada pelos ideais programáticos da *New Archaeology*, dos estudos de «Arqueologia Espacial» — a partir das décadas de 70 e 80 do séc. XX — e das amarras impostas pelo papel secundário ou auxiliar que desempenhou durante algumas décadas), autonomizando-se, “...como uma área específica adentro do processo de investigação arqueológica...” (CARVALHO, 2006: 40), passando “...a constituir o centro nevrálgico do corpo metodológico de muitos projetos de investigação.” (*idem*: 41).

À dimensão da nossa pesquisa a prospecção arqueológica de superfície foi uma prática «forjada» para um claro objetivo: antecipando a inviabilidade de prospectarmos toda a área-alvo por nós inicialmente definida, “... partimos do princípio de que a estratégia de prospecção deveria abarcar áreas do território que apresentassem características distintas, as quais poderiam fornecer-nos uma amostra do povoamento romano da «civitas» e admitir uma síntese sobre os tipos de estabelecimentos e a sua inscrição na paisagem.” (LOPES, 2003: 42). Ou seja, planeámos a prospecção e selecionámos áreas por forma também a procurarmos captar a eventual influência de variáveis naturais (vinculadas, em parte considerável, com a geomorfologia), antrópicas (a cidade, a rede de povoamento e as vias) e na estruturação e variabilidade do povoamento antigo; reunindo assim um conjunto de dados que pudesse ser suficientemente representativo do padrão de povoamento antigo (CARVALHO, 2006: 59). Por sua vez, um conhecimento e uma aproximação — o mais detalhados possíveis —, a estas variáveis, permitia-nos também planear e programar melhor o trabalho de campo, no quadro de uma lógica, aconselhável, de racionalização e de economia de meios.

É «lugar-comum» dizer-se que «cada caso é um caso»! E o caso de 'Bobadela' é em muitos dos seus aspetos bastante peculiar. Alguns deles foram necessariamente tomados em linha de conta, já que negligenciados à partida não nos deixariam de causar alguns dissabores no processo de investigação; o tratamento e análise dos dados e as suas interpretações sairiam certamente goradas,

quando confrontadas com as hipóteses iniciais (RENFREW e BAHN, 1991: 62). Para neutralizarmos o possível descuido canalizámos as nossas atenções para um conjunto de fatores, que, dentro da sua coerência, teve uma vital importância na definição da nossa área-alvo da P.A.S. Foram destacados: os fatores geotopológicos e hidrológicos (LOPES, 2003: 41), na periodicidade da sua realização; os aspetos de ordem agrológica; e a todos juntámos os de carácter geomorfológico, por particularidades espaciais da várzea bobadelense²².

²² Tem-se por 'várzea': um terreno agrícola, de dimensões mais ou menos consideráveis, normalmente anichado num vale e nas proximidades de um ou de mais cursos de água, de superfície aplanada ou ligeiramente inclinada. É dotado de condições excepcionais para as culturas de regadio - como o milho e/ou as espécies hortícolas -, ao tirar partido dos próprios cursos de água, recorrendo por vezes a «levadas», «engenhos», poços e/ou «minas», aproveitando, deste modo, a pouca profundidade dos lençóis freáticos subterrâneos. A utilização da água com recurso às «levadas» (servindo a mesma, e na maior parte dos casos, vários agricultores) assenta em regras centenárias ou até mesmo milenares, «inscritas» no direito consuetudinário. Por estas bandas, este modo de *rega comunitária* dá pelo nome de «águas-de-partilhas».

Vamos deter-nos por breves instantes perante os fatores de ordem geotopológica, visto que não poderíamos olvidar este extraordinário — ainda que restrigente ao nível arqueológico — contraste paisagístico tão bem conseguido pela natureza e tão próprio das várzeas: os montes e o vale²³. Cientes destes condicionalismos, não abdicámos, porém, de alargar a nossa pesquisa às colinas que «montam-guarda» à «chã» de Bobadela²⁴.

²³ Para representarmos cartograficamente os objetos de estudo ao longo do presente ensaio, faremos uso da cartografia disponibilizada pelo Departamento de Topografia e Desenho Técnico da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Em alguns casos conjunta ou noutros separada — mediante a maior ou menor escala de observação pretendida —, as escolhas recaíram sobre a Fotografia Aérea Orto-retificada, em formato *Raster*, georreferenciada em *Datum 73*, com coordenadas retangulares e em projeção de *Gauss*, à escala 1: 10000, e representativas dos Ortofotomapas n.ºs 2220103 e 2220102 [Anexo 3, mapas 8 e 9]; a Cartografia Planimétrica Vetorial, georreferenciada em *Datum 73*, com coordenadas retangulares, em projeção de *Gauss* [anexo 3, mapa 10]; tal como a Cartografia Altimétrica com as curvas-de-nível a uma equidistância de 5 metros, referenciada ao *Datum* Altimétrico do Marégrafo de Cascais [anexo 3, mapa 11]. Apresentamos também o estudo inédito concernente ao 'Modelo Digital Terrestre' da várzea de Bobadela [anexo 3, mapa 12]. À escala real um ortofotomapa tem 3200m de comprimento e 2000m de largura. No que diz respeito à P.A.S., e conhecendo no terreno estes espaços distintos — os montes e o vale —, sabíamos que as suas probabilidades de êxito seriam francamente maiores e melhores para o último caso; isto, no que toca ao processo de observação dos materiais de época romana e na fase de apuramento dos dados. E por vários motivos. A vertente «solheira» da várzea de Bobadela — a mais suave e virada a sul — regista, atualmente (a par da maior área de habitabilidade), a maior e parcelada extensão agrícola, potencialmente cultivável; mais cedo ou mais tarde, esta ou aquela propriedade seria sujeita ao amanho das suas terras. Condição que a acontecer — a ser possibilitada pelos proprietários — abriria uma janela de oportunidades para desenvolvermos a P.A.S. em condições idílicas: entre a lavra e a sementeira. No entanto, o cenário muda radicalmente de figura à medida que percorramos as vertentes «umbrias» — viradas a norte, mais íngremes e com formações vegetais e herbáceas mais densas —, em direção às plataformas cimeiras das colinas. Estas contingências são o pronúncio de trabalhos redobrados para qualquer arqueólogo(a). A irregularidade do terreno, a sua extensão e a quase compacta cobertura vegetal que «atapeta» o solo acarretam constrangimentos metodológicos; a escolha do método adequado para prospetar e o próprio ato de o executar, são alguns deles. Nestas áreas, a identificação de vestígios (nomeadamente de manchas de dispersão de materiais) torna-se extremamente difícil, senão mesmo impossível.

²⁴ Na nossa opinião, há pelo menos mais um motivo que justifica a inclusão destes espaços na nossa área-alvo de prospeção: em muitos dos textos escritos, e por muito pormenorizadas e excelsas que sejam as descrições do(a) investigador(a), as palavras não se fazem acompanhar de tantas imagens e/ou cartografia quantas as desejadas, deixando-nos um pouco à deriva ao tentarmos, por exemplo, estabelecer paralelos entre um determinado espaço geográfico (topónimo ou corónimo) e o local e contexto exatos de um ou de mais achados antes referenciados. São inúmeras as informações que corroboram esta afirmação: “... para o S. da Villa, e a distancia de 500 braças, aparecem do mesmo modo abundantes vestígios de povoação antiga.” (SECCO, 1853: 115); “...a sudoeste e perto da villa, vê-se o monte do Rocio, em cuja vertente oriental se encontram, segundo informações fidedignas, restos de construcções”. (SARMENTO, 1883: 13); “...cemitério dos cacos...” (COELHO, 1970: 33); e, inclusive, o próprio monte dos “... castros de Oliveira do Hospital, situados entre esta villa e aquella freguesia, num outeiro ainda hoje assim chamado.” (ABREU, 1893: 28). Salvaguardamos, porém, a integridade científica dos autores supracitados, pois, não raras vezes, a qualidade de qualquer investigação prende-se mais com a escassez ou mesmo dificuldades de acesso a estes tão imprescindíveis instrumentos de pesquisa que propriamente - ou de todo - com o saber do(a) investigador(a). Da nossa parte, procuraremos o quanto possível apetrecharmo-nos destas indispensáveis ferramentas de trabalho.

De seguida, reservamos algumas linhas para validarmos os fatores de ordem hidrológica (RENFREW e BAHN, 1991: 68), e considerámos a sua importância. A presença de vários recursos fluviais como o rio de Cavalos, as ribeiras de Gramundes e da Figueirinha, para além das inúmeras nascentes, poços e «poças» — dispersas pela várzea —, fazem jus à sua reputada abastança em recursos naturais, designadamente em recursos hídricos²⁵. Algumas das suas «zonas ribeirinhas» e alguns dos seus pontos de captação de água potável foram incluídos na área-alvo de prospeção, justificando, desta forma, a função vital que lhes atribuímos, sobretudo no que diz respeito ao estabelecimento das comunidades que ao longo dos tempos habitaram a várzea bobadelense. No decorrer deste trabalho, veremos que uma boa-parte destes recursos assume o caráter da intemporalidade [anexo 4, mapas 13, 14, 15 e 16].

Não fecharemos estes itens que cooperaram para a definição da área-alvo de prospeção, não sem antes apresentarmos mais dois fatores. O primeiro, de índole geomorfológica (CARVALHO, 2010: 79), vem na sequência de termos verificado que a implantação da capital de *civitas* de Bobadela acabou, de algum modo, por ser «determinada» pela geomorfologia, aproveitando e ajustando-se a algumas das suas características²⁶. E visto que Bobadela, tal como a maior parte do concelho não constam das folhas da Carta Geológica²⁷ à escala 1:50000 — publicada pelos Serviços Geológicos de Portugal —, empreendemos uma tarefa que procurou identificar o maior número possível de afloramentos rochosos (pelo menos os mais significativos ou visíveis), existentes um pouco por toda a várzea. Aliás, esta foi sem dúvida a primeira ação de grande envergadura que desenvolvemos no âmbito deste estudo. Dela, obtivemos resultados bastante promissores, ao destrinçarmos: à partida, espaços suscetíveis de causarem um verdadeiro embaraço e/ou mesmo entrave no processo construtivo (e evolutivo) da sede de *civitas*, ou em possíveis núcleos rurais dispersos (i.e., potenciais zonas de *non aedificandi* [anexo 4, mapas 13, 14, 15 e 16]; e, em princípio, zonas mais propícias à edificação, dada a ausência desta condicionante [anexo 4, mapas 15 e 16].

Averbemos agora à contenda o segundo fator e último, o de ordem agrológica. Uma das mais férteis várzeas do concelho, assim o prescreve. Um concelho cuja galeria ambiental expõe tantos quadros climáticos, quantos cenários geomorfológicos; os mosaicos microclimáticos que se fazem

²⁵ O rio de Cavalos nasce na Quinta do Pinheirinho, entre a Quinta de Salgodins e o Campo de Futebol de 11, em S. Paio de Gramaços. Este ao meandar pela várzea de Bobadela — *grosso modo*, fá-lo no sentido este/oeste — desagua no rio Mondego, a jusante da freguesia de Sevilha, concelho de Tábua. As ribeiras de Gramundes e da Figueirinha são respeitosafluente do rio de Cavalos. A primeira tem a sua nascente na quinta que dá pelo seu nome, situada entre os aglomerados populacionais de Galizes e Vilela. Já a segunda brota em Aldeia de Nogueira, na quinta da Assadela e trespassa toda a quinta da Figueirinha. Ambas as ribeiras enlaçam-se bem dentro da Quinta da Costa, a escassos 500m do quadrante sul de Bobadela, i.e., no sentido Nogueira do Cravo/Bobadela, assumindo um só braço fluvial. Este, desconhecendo-se-lhe o nome, desagua no rio de Cavalos, às «portas-sul» do aglomerado habitacional de Bobadela [anexo 4, mapas 13, 14, 15 e 16].

²⁶ A *civitas* de Bobadela encerra este «determinismo» geomorfológico, desde logo, observável em algumas das suas construções públicas, como seja o seu anfiteatro romano: “ A «cavea», com cerca de 15 m, foi construída de modo a aproveitar, sempre que possível, o afloramento granítico (...) A «cavea» não estava suportada por qualquer infraestrutura de pedra ou madeira, e a morfologia do local obrigou à adopção de soluções arquitetónicas distintas na sua construção.” (FRADE, *et al*; 1995: 225).

²⁷ A folha 20-A da Carta Geológica de Portugal não se encontra publicada. Folha essa onde se representaria a maioria do concelho de Oliveira do Hospital. Registada a lacuna, resta-nos dar a conhecer a única representação que ocorre na Carta Geológica de Portugal, emitida também pelos serviços Geológicos de Portugal, mas na sua forma simplificada e à escala 1:50000 [rever anexo 1, mapa 1].

sentir nas encostas e vales dos principais rios que nascem ou cirandam pelo concelho (Cavalos, Mondego, Alva, Alvôco e Seia), comandam, em muito, os ritmos das suas culturas.

É certo que os solos detêm uma determinada evolução e «memória histórica», que, balanceada pela interação de fatores antrópicos e naturais, preconiza a tão atual e aconselhada dinâmica dos territórios (LOPES, 2003: 39). Estávamos igualmente cientes do grau de variabilidade — maior ou menor — que a capacidade de uso dos solos²⁸ pode apresentar, desde a antiguidade à contemporaneidade. Assim como não deixámos de considerar, à partida, a possibilidade das superfícies a cotas menos elevadas, bordejando o rio e as ribeiras, encerrarem uma lenta mas significativa acumulação secular ou milenar de depósitos, constituindo também leito de cheias ou áreas de lameiros ou alagadiças (CARVALHO, 2006: 73-74). Este facto é bastante relevante, pelo que não pode deixar de ser considerado, como veremos, no momento de planear a prospeção e de interpretar os seus resultados. Ademais, esta premissa será retomada no próximo subcapítulo (no 3.1.2) quando abordarmos os condicionantes pós-deposicionais dos quais se revestem a maior parte dos sítios arqueológicos.

Contudo, o nosso interesse pelas particularidades agrológicas «cingiu-se» em saber qual — se bem com alguma margem de erro — o hiato entre o amanho e a semeada das terras na várzea bobadelense. Ao apreendê-lo, estaríamos habilitados a programar ou a calendarizar melhor, anualmente, as campanhas de prospeção nas condições consideradas mais «amorosas» [anexo 5, fotos 23 e 24], e noutras menos agradáveis²⁹ [anexo 5, fotos 25 e 26]. Sabida a lição — no quadro da incontornável economia de meios e por forma a potenciar os resultados — centrámo-nos em dois períodos distintos do ano para realizarmos a P.A.S. Reservámos os meses de fevereiro, março, abril, maio e entradas de junho (mediante o avanço ou atraso nas sementeiras) para prospectarmos as áreas desprovidas de vegetação, por cultivar. E algum tempo, logo após o período estival — altura em que a vegetação está supostamente mais mirrada — para levarmos a cabo a prospeção nos espaços situados nas cumeadas, vertentes e/ou plataformas a meia-encosta, onde a maior parte deles se encontram incultos e/ou cobertos por uma quase ininterrupta e densa vegetação arbustiva e herbácea; não raras vezes constituída pela áspera e penetrante caruma, pelo escorregadio musgo e pelos assanhados «tangueiros».

Volidos três anos de projeto, descrevamos mais detalhadamente os períodos que dedicamos à P.A.S. No ano de 2010 trabalhámos fundamentalmente nos finais de fevereiro, nos meses de março, abril, meados de maio e todo o mês de setembro. No ano de 2011, de meados de março «em diante», até às entradas de junho e os primeiros quinze dias de outubro. E no ano de 2012, iniciámos os

²⁸ Poderíamos aprofundar um pouco mais o tema, interpretando as Cartas de Capacidade de Uso dos Solos à escala 1: 50000 e as Cartas Geológicas à escala 1: 50000. Todavia, não o faremos. Tais cartas são inexistentes para a várzea de Bobadela. Porém, e no resultado de um diálogo informal que estabelecemos com Cecília Palmeiro (Delegação da Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral, em Oliveira do Hospital - DRABL), ficámos a saber que grande parte dos solos que constituem a atual área cultivada de Bobadela; são de classes A e B. Os de classes C e D destinaram-se a bordejar os grandes afloramentos graníticos da Urzela e da Quinta da Coitena. Dos Outeiros Gordo e da Senhora da Luz. E a emoldurarem os cerros do Vale de Loureiro e de São Sebastião que altaneiam a várzea de Bobadela.

²⁹ E quem melhor que os Srs. João Mota, António Quaresma, João Nunes, José Monteiro, Francisco Lourenço, António Moreira, Nautílio Mota e Albano Ribeiro (entre outros sábios da vida e das lides agrícolas) para nos ensinarem essa lição. Diz-lhes a experiência de uma vida que a proximidade do rio de Cavalos e da ribeiras de Gramundes e da Figueirinha atrasam as culturas “... à beira do rio as culturas são mais «serôdias». Há água para os mimos, mesmo no pico do verão. As podas das videiras e das árvores, sei bem quando fazê-las; no minguante de fevereiro. O tempo na várzea é muito melindroso. Da noite para o dia podemos ter o melhor ano de batatas ou a geada estragar todos os «talos» das videiras. Mas é o tempo que Deus dá...”, comenta o Sr. João Mota.

trabalhos em meados de fevereiro, prolongando-os pelos meses de março, abril, maio e a primeira quinzena de setembro. No cômputo-geral dedicámos praticamente um ano à P.A.S. De fora desta contabilidade ficaram todas as tarefas a que os materiais recolhidos — mormente os cerâmicos e líticos — estão habitualmente sujeitos, no quadro do seu tratamento inicial e inventário: desde as suas lavagens; aos registos fotográficos por setor; passando pela sua triagem, separação e caracterização genérica (segundo a sua tipologia, pastas, formas e decoração); até ao desenho dos fragmentos — considerados por nós como os mais importantes para esta fase da investigação — e as suas possíveis colagens.

Não obstante as pontuais mas preciosas ajudas de colegas e amigos, estas tarefas têm o «condão» de se tornarem morosas. Com frequência recordávamos o pensamento ao qual a Prof.^a Doutora Conceição Lopes deu voz ao proferir numa aula do seminário em 'Dinâmica e Configuração dos Territórios' que "...a Arqueologia não é para um(a) arqueólogo(a) só...".

Até ao momento apurámos e justificámos um conjunto de fatores nucleares que concorreram para a delimitação da nossa área-alvo de prospeção, em torno do núcleo urbano romano de Bobadela (fatores geotopológicos, geomorfológicos, hidrológicos e agrológicos), mas que foram também considerados no momento da sua programação e, concomitantemente, para os seus períodos sazonais de execução — fatores que também serão considerados num outro momento: o da interpretação do registo arqueológico efetuado ³⁰.

Atingida esta plataforma de entendimento, chegara o momento de refletirmos sobre qual o método que assistiria esta prática arqueológica. Sendo um assunto exclusivamente do foro arqueológico, fixamo-nos no facto de que Bobadela tem sido ao longo dos tempos o lar de "...*quatro civilizações distintas embora sucedâneas: uma civilização dolménica, outra castrense, uma civilização romana e uma civilização actual.*" (COELHO, 1970: 9). Estes diversos tipos de vestígios arqueológicos que se sucederam ao longo de milénios — obedecendo certamente a diferentes «modelos» de ocupação espacial — não poderiam deixar de ser considerados aquando do modo como a prospeção se efetuava e o registo se processava: comunidades caçadoras-recoletoras ou pastoris deixam na paisagem marcas distintas, dissemelhantes, das comunidades agrícolas ou urbanas. Diferentes realidades culturais a estudar podem exigir distintos métodos de prospeção arqueológica — sítios distintos revelam-se de forma distinta à superfície (RENFREW e BAHN, 1991: 72). A nossa atenção, porém, centrava-se no período romano — e, inevitavelmente, nos vestígios de natureza diversa que imediatamente precederam ou sucederam a esta ocupação distinta, polarizada em torno da capital de *civitas*. Os próprios vestígios da época romana, por sua vez, também se podem mostrar de forma muito diferenciada, consoante o tipo de sítio.

A nossa opção deveria basear-se fundamentalmente no levantamento prévio e, por conseguinte, no conhecimento fundamentado que tínhamos da área objeto de estudo. Perante este

³⁰ Mas outros houvera! Uma série de vestígios arqueológicos (de lata diacronia, dispersos pela várzea de Bobadela e que ao longo dos tempos têm sido lembrados em alguns dos textos escritos) prenderam as nossas atenções (MADEIRA, *et al*; 1993: 56 - fichas n.ºs 02-08; LOURENÇO, 2007: 47-149; COELHO, 1970: 44-56; NEVES, 2010: 17-19, 32 e 65-69). Outros que entretanto identificámos no decurso da pesquisa, também as prenderam. Bem como a deteção de um conjunto de elementos/formas inscritas na paisagem "... *estruturas lineares fossilizadas — como sejam as vias —, circulares — fossas e túmulos — ou estruturas com alguma envergadura ainda a descoberto ou semi-soterradas — como sejam as linhas de amuralhadas dos povoados.*" (CARVALHO, 2006: 63), essencialmente provenientes da análise cuidada da Fotografia Aérea Orto-retificada já referida. De muito nos valeu também a compilação de dados com interesse arqueológico já publicados em fontes documentais e bibliográficas, o Sistema de Informação e Gestão Arqueológica ENDOVÉLICO e a sempre útil e necessária carta militar à escala 1: 25000.

conhecimento de causa seria de todo esperar — da nossa parte — que optássemos por mais do que um método de prospeção arqueológica: um para os espaços desprovidos de vegetação, lavrados e/ou fresados, maioritariamente localizados nas faldas do atual tecido urbano de Bobadela; e um outro para os espaços substancialmente mais extensos que os anteriores, localizados nas cumeadas, abas e orlas das colinas, cobertas de vegetação. Mas não o fizemos! Concretizemos.

Na fase embrionária deste projeto abraçamos uma regra por nós considerada de ouro: vimos no desenvolvimento desta pesquisa uma oportunidade soberana para levarmos a cabo um estudo inédito sobre a *civitas* de Bobadela. Conseguido ou não (as apreciações superiores e o tempo o dirão), encarámos a P.A.S. como uma forma de conhecermos paulatinamente a superfície da várzea bobadense. Assim sendo, e para os setores lavrados/fresados, procurávamos um método de prospeção que nos permitisse pesquisar uma superfície cujos setores/propriedades³¹ ou área fossem integralmente observados de forma direta e intensiva, sem olharmos ao seu (alegado) maior ou menor potencial arqueológico, sem termos em conta qualquer tipo de critério pré-definido (como os topónimos, as fontes orais ou as sugestivas características de um terreno), em que os prospetores, “...*devem na medida do possível percorrer o terreno espaçados a níveis regulares e equidistantes, avançando, portanto, em linhas paralelas e com rumo constante.*” (CARVALHO, 2006: 65), i.e., com um sistema adequado de varrimentos equidistantes, bastante aproximados para evitar que nenhuma área, dentro de cada setor, ficasse sob ou sobre-representada na pesquisa, sendo assim todas elas (todas as parcelas de terreno) tratadas de igual modo (RENFREW e BHAN, 1991: 72). E se fossem sobre-representadas (em termos de atenção ou marcação no terreno), sê-lo-iam — tal como o fizemos — de forma consciente (em tudo devido ao método adotado e às suas respetivas sistemáticas), em busca de focos de concentração de materiais à superfície.

E é aqui que residem as cambiantes na sistemática aplicada ao método de prospeção. Para identificarmos os focos de concentração de materiais num determinado setor/propriedade (apresentando o terreno idênticas condições, que nos permitiam uma excelente e sempre idêntica visualização do solo — futuras prospeções de 'tipo A'), agimos de forma a fazer corresponder a cada fragmento cerâmico ou a outras entidades artefatuais: uma cavilha. «Encavilhado» todo o setor/propriedade, procedíamos à delimitação (ou delimitações) dos focos de concentração de materiais à superfície com estacas. Por sua vez, estas estacas foram georreferenciadas com o auxílio do GPS Oregon 550t, da *Garmin*³² — passe a publicidade — e vertidas nos modelos cartográficos já mencionados. Este tipo muito particular de abordagem metodológica, resultante das circunstâncias em

³¹ Recordamos que para este quadro de investigação, consideramos 'setor/propriedade': uma extensão de terreno que foi sujeita a uma prospeção de 'tipo A' (com «encavilhamento» dos materiais de superfície observados) ou a uma prospeção de 'tipo B' (sem «encavilhamento» dos vestígios à superfície observados). Importa aqui frisar que a opção entre estas duas *nuances* de sistemática aplicada ao método, prende-se, única e exclusivamente, com as condições favoráveis ou desfavoráveis dos terrenos para a observação dos materiais à superfície. Convém também referir que as áreas de terreno prospetadas segundo o protocolo de registo de materiais, engendrado para as prospeções de 'tipo B', traduzem superfícies que ocupam várias propriedades, não raras vezes pertencentes a vários proprietários.

³² As primeiras estacas foram georreferenciadas com o recurso ao GPS *Garmin* 45, generosamente cedido pelo Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra. Por concessão temporária que foi — pois os seus serviços eram e são constantemente requeridos pelo próprio Departamento e por outros projetos académicos — vimos a necessidade de adquirimos esta indispensável ferramenta de trabalho para o bom desenrolar do projeto. O GPS *Garmin* Oregon 550t satisfaz as nossas necessidades. É importante realçar que no computo-geral a precisão de GPS tinha uma margem de erro que oscilava entre os 2 e os 3 metros. Essa margem de erro foi posteriormente calibrada, sujeitando as coordenadas ao *Datum* 73.

que desenvolvemos o trabalho, foi efetuada a título de ensaio — mais adiante discutiremos a sua operatividade e validade.

Em conclusão, e como não pretendíamos encetar um processo conducente à elaboração das cartas do inventário do património arqueológico concelhio, trabalhando à escala do concelho, circunstância onde as prospeções de carácter extensivo são as mais aconselhadas (LOPES, 2003: 41; CARVALHO, 2006: 62), e dentro do panorama em geral — mas ressalvando as devidas diferenças e tendo em conta os objetivos específicos que definimos para este trabalho —, fomos ao encontro das prospeções arqueológicas de superfície realizadas, por exemplo: no âmbito de um projeto de investigação de Pedro C. Carvalho, José Ruivo e Luís Fernandes, numa área imediatamente a sul da capital da *civitas Igaeditanorum*, em 1991 (CARVALHO, 2006: 67); à semelhança das prospeções intensivas de cobertura total, levadas a cabo por uma equipa Luso-francesa, em torno da *Villa* de S. Cucufate (ALARCÃO *et al.*, 1990: 149-160); ou ainda, de acordo com a abordagem metodológica mais recentemente aplicada no vale da Ribeira da Meimoa — Fundão (CARVALHO *et al.*, 2002: 127-152).

Assim, não hesitámos e convergimos para uma variante metodológica que encerrasse o método de prospeção intensiva, de cobertura total. Uma variante metodológica que devidamente adequada às circunstâncias e objetivos do trabalho possibilitasse a recolha “...de um conjunto de dados que possam constituir uma amostragem suficientemente válida e representativa da variedade de distribuição do povoamento antigo.” (FERDIÈRE, 1998: 12), de preferência de uma assentada³³, e que comportasse uma malha de prospeção entre 1 e 2 metros. Ou seja, uma prospeção intensiva, de cobertura total e de alta intensidade³⁴ (CARVALHO, 2006: 65). A esta prospeção, apoiada pela sistemática que descrevemos, designámo-la: de 'tipo A' [anexo 5, fotos 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35].

Esta *nuance* de sistemática aplicada ao método foi, entendida, como referimos, como ensaio metodológico. A não reprodução das metodologias de prospeção anteriormente descritas, já com provas dadas (*cf.* a título de exemplo, SILVA e CARVALHO, 2004³⁵), no nosso plano de prospeção, prendeu-se essencialmente com o atavio dos ritmos de cultivo nos setores/propriedades submetidos à prospeção de 'tipo A'. Justifiquemos. Um outro exemplo de prospeção intensiva, de cobertura total e de alta intensidade, por quadriculagem, foi a desenvolvida no âmbito do estudo intrasítio do assentamento romano de Terlamonte I, Teixoso, Covilhã. Reproduzir esta metodologia de prospeção em qualquer setor/propriedade da várzea bobadelense, implicaria inviabilizar, durante o gizar das quadrículas, qualquer prática agrícola nesses setores, caso do «compor» das terras após as lavras. Ademais, a amplitude da área prospetada em Terlamonte I é substancialmente menor (com área total de

³³ Um setor que se encontrasse nas tais condições idílicas de prospeção levava-nos 2, 3 ou até mesmo 4 dias a prospetar. Dias, esses, autorizados pelos proprietários ou caseiros das terras. Perante este mais ou menos demorado processo de prospeção, não poderíamos ter a veleidade de abusar das suas boas-vontades; o primeiro simpático «sim» poderia tornar-se, numa «passada-de-pardal», num retumbante e impeditivo segundo «não». E as sementeiras e os agricultores só esperam pelo tempo... não pelos(as) arqueólogos(as).

³⁴ Sem querermos de forma alguma beliscarmos a seriedade do assunto, diríamos que para o nosso caso o grau superlativo absoluto sintético para o adjetivo «alta» será o mais adequado; visto que para este método de prospeção intensivo, de cobertura total e de alta intensidade é normalmente estipulada uma escala de espaçamento entre prospetores que ronda os 5 a 10 metros (CARVALHO, 2006: 65).

³⁵ Esse outro exemplo de prospeção intensiva, de cobertura total e de alta intensidade, foi a desenvolvida no âmbito do estudo intra-sítio do assentamento romano de Terlamonte I, Teixoso, Covilhã (*idem*: 99-147).

prospecção de 2 a 3ha) que a nossa área-alvo de prospecção, com ~262ha. Porém, está nos nossos horizontes futuros, submeter um ou outro setor — já prospektado segundo uma prospecção de 'tipo A' — à metodologia aplicada ao caso Terlamonte I: com o objetivo de confrontarmos os resultados mediante duas abordagens metodologicamente diferentes, principalmente, no que concerne à coincidência, ou não, dos focos de concentração dos materiais à superfície.

Para os espaços localizados nos vértices, abas e orlas das colinas, ou seja, em áreas com condições de visibilidade mais reduzida (áreas não cultivadas, em pousio, com uma cobertura vegetal que condicionava a observação da superfície), optámos pelo mesmo método de prospecção, mas suprimimos-lhe uma tarefa na aplicação sistemática do mesmo: o não «encavilhamento» dos setores. Ou melhor, o não «encavilhamento» dos materiais que definiram os focos de concentração de matérias à superfície, dentro de cada setor. Isto, porque, se cada cavilha correspondia a um fragmento (fosse ele cerâmico, lítico ou metálico...), e como as condições de prospecção que se registavam nesses setores não eram de todo as melhores — apresentando diferentes graus de visibilidade do solo —, poderíamos falhar a deteção de algum material arqueológico, e, assim, termos leituras erróneas quanto à distribuição e georreferenciação dos focos de concentração de materiais à superfície. Erro que não poderíamos cometer. Risco, esse, que não poderíamos correr. A relatividade analítica que estas distribuições de superfície sempre encerram também não aconselhava que se despendesse tanto tempo na aplicação desse método. De todo o modo, a prospecção mantinha-se intensiva, de cobertura total, percorrendo o terreno a espaços regulares com 1 metro de intervalo. À prospecção sustentada por esta sistemática, nomeámo-la: de 'tipo B' [anexo 5, fotos 36, 37, 38 e 39].

Diga-se que alguns dos setores (não obstante o facto de se localizarem relativamente próximos do atual tecido urbano do núcleo histórico de Bobadela) foram prospektados segundo o método que admitimos para as prospecções intensivas de 'tipo B', sem «encavilhamento»; as condições de visibilidade dos seus solos assim o decretaram, pois aproximavam-se em muito às verificadas nos espaços 'em altitude'.

Após a primeira campanha de prospecção (finais de fevereiro até meados de maio e setembro de 2010), receámos pela operatividade do método de prospecção adotado³⁶; cientes também de que algumas «estacas» onde este tinha assento não eram muito firmes — além do avultado investimento de tempo que implicava. Mas as leituras e as interpretações dos dados tornaram-se gradualmente mais sólidas e abrangentes, à medida que a prospecção avançava, pesando mais estas que as debilidades assumidas.

A metodologia seguida para a P.A.S. estava longe de terminar com as representações cartográficas dos setores prospektados e a georreferenciação dos seus respetivos focos de

³⁶ A ideia de alterarmos o método da P.A.S. foi equacionada. Recorda-nos que na 1ª edição do projeto 'Férias Arqueológicas', prospektámos os setores n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6. *Grosso-modo* são propriedades localizadas no quadrante oeste da várzea e que marginam o atual tecido urbano de Bobadela (bem próximas da ponte romana). Ainda nesta edição foram prospektados, entre outros, o setor 7 que «roça» praticamente o limite Este da área-alvo de prospecção. Ora, este distanciamento espacial não abonava nada em favor dos nossos intentos. Pensamos manter o método intensivo, mas acrescentando-lhe um método estatístico, por amostragem (fosse ela: aleatória simples, aleatória estratificada, sistemática ou sistemática estratificada) mas “... que permitissem retirar conclusões gerais do sítio, a partir de amostras de áreas pequenas...” (RENFREW e BHAN, 1991: 73). Contudo, prosseguimos «fiéis» aos nossos princípios metodológicos. De todas as formas, e apesar do constante estado de alerta que mantivemos - e mantemos -, havia na nossa prospecção um certo teor natural de seletividade. Estávamos à mercê do nosso, digamos... bem-me-quer, mal-me-quer... do monocórdico, ruidoso e frenético trator agrícola. Bem-me-quer, porque o desempenhar da sua tarefa, dava-nos a oportunidade de prospektar mais um setor desprovido de vegetação. Mal-me-quer, porque enquanto prospektávamos um setor, não poderíamos prospektar outro, entretanto lavrado e/ou fresado, ficando a sua prospecção adiada para o ano seguinte.

concentração de materiais. Com efeito, atingida esta fase da investigação, cabia-nos realizar mais duas tarefas que possibilitassem: a distinção, numa primeira fase, entre tecido urbano contínuo do aglomerado populacional (capital de *civitas*) e/ou povoamento rural disperso; e, na subseqüente fase, as áreas de dispersão de materiais à superfície para cada um dos núcleos que se inscrevia no último modelo de povoamento apontado («povoamento rural periurbano»).

O primeiro passo processual tem como pontos fundamentais a metodologia e o método de prospeção adotados, coligados com os objetivos inicialmente traçados. Através deles tentámos constituir uma síntese — e reiteramos a citação que poderá ser encontrada na página inicial desta rubrica “... sobre os tipos de estabelecimentos e a sua inscrição na paisagem.” (LOPES, 2003: 42), ao reconhecermos que as prospeções de tipo intensivo, embora lentas e demoradas “... apresentam a vantagem de possibilitarem a identificação de um maior número de sítios, incluindo aqueles de menores dimensões ...” (CARVALHO, 2006: 66), podendo, estes, até ser os mais habituais e assim os que melhor caracterizam estas paisagens rurais (*Idem: Ibidem*).

Nunca perdendo de vista as problemáticas que gravitam em torno deste assunto, a exemplo da tónica dada à (possível) correlação entre a área de dispersão atual dos achados à superfície (e tipo de materiais), as estruturas soterradas e o tipo de sítio arqueológico (ALARCÃO, 1998 b: 95; CARVALHO, 2007: 125-126), houve a necessidade de definir um padrão para a 'área de dispersão dos materiais à superfície', onde inscrevêssemos os sítios por nós identificados.

Sabemos que os casais apresentam em regra uma área de dispersão de materiais à superfície — *tegulae*, *imbrices* e cerâmica doméstica — não superior a 1000m² (ALARCÃO, 1995: 391; CARVALHO, 2004: 123).

Já as quintas — a sul do rio Tejo (ALARCÃO; 1998a: 91-94; CARVALHO, 2004: 124), ou granjas — a norte do rio Tejo (*idem; ibidem*), apresentam uma área de dispersão dos achados (cerâmicas finas, como terra *sigillata* e lucernas, ou mesmo silhares, colunas e capiteis) entre os 1000m² e os 5000m² (ALARCÃO, 1998a: 95-96; CARVALHO, 2004: 124).

Por seu turno, as *villae* distinguem-se por vestígios que indicem a presença de termas e/ou de mosaicos, i.e., por um conjunto diversificado de materiais entre os quais figuravam os *urbana ornamenta* de Varrão (ALARCÃO, 1995: 390; CARVALHO, 2004: 123). Ou seja, entre c.1000 a c. 5000m² para o caso de uma granja ou quinta, e entre c. 5000 a c. 20000m² para o caso de uma *villa*. As informações contidas no anexo 6, mapas 17, 18, 19 e 20 são o resultado da implantação individual no terreno dos dois tipos de prospeção arqueológica de superfície ('A' e 'B'), e inclusive das que falaremos já nos próximos parágrafos: as de 'tipo C'.

Com base nos rácios anteriormente descritos, realizávamos uma P.A.S. em torno dos focos de concentração de vestígios à superfície. Este encadeamento tinha como objetivo fulcral: o de distinguir três níveis de povoamento rural isolado, em redor da capital de *civitas* Bobadelense, e, em função, essencialmente, da área de dispersão dos achados superficiais (articulado com a quantidade e qualidade dos materiais); o casal, a granja e inclusive a *villa* (ALARCÃO, 1999a: 31).

O casal (tido como uma modesta exploração agrícola de uma família pouco abastada, cuja área de exploração agrária oscilaria entre os 2/3 e os 10 hectares) poderá abranger uma área de dispersão de vestígios superficiais na casa dos 1000m; podendo, esta, ser um pouco superior ou então resumir-se a uma área em torno dos 400 e os 600m².

A granja (encarada como uma estrutura habitacional com maior amplitude do que o casal — contudo, desprovida dos referidos *urbana ornamenta*) poderá abarcar uma superfície dada ao cultivo

entre os 10 e os 50 hectares, e com área de dispersão dos artefactos à superfície que variaria entre 3000 e os 5000m².

A *villa* (considerada como uma estrutura habitacional, com uma *pars urbana* apetrechada de todo o conforto urbano e dotada de uma *pars rustica*, onde se encontravam as instalações e equipamentos necessários à exploração do *fundus*, vista, de acordo com o conceito atual como de um autêntico latifúndio se tratasse) poderia atingir os 200 hectares a sul do rio Tejo ou os 75/100 hectares a norte do rio Tejo (ALARCÃO, 1998b: 91-94), e com uma área de dispersão dos achados à superfície que iria além dos 5000m², apresentando frequentemente áreas em torno dos 10000 m² (*idem: ibidem*).

Sobre este último caso de povoamento rural disperso, importa aqui mesmo recordar o que Jorge de Alarcão advoga sobre este assunto: “*Não existiu, no território actualmente português, sob o domínio romano, um modelo único de distribuição populacional e de propriedade do solo nos arredores das cidades. Nalguns casos vemos, em torno da cidade, múltiplos casais e granjas e, eventualmente, algumas 'villae'.*” (ALARCÃO, 1999a; 31). E o mesmo se aplicará, diga-se de passagem, a algumas capitais de *civitates* que “*...não apresentariam o «clássico» desenvolvimento urbano e aparato arquitetónico que caracteriza as capitais de outras paragens do império.*” (CARVALHO, 2010: 79).

Como estas nossas prospeções em nada diziam respeito à deteção de focos de concentração de materiais, mas, sim, às suas áreas de dispersão (apesar destas terem o seu ponto de origem em setores onde previamente foram identificados focos de concentrações de materiais a cargo das prospeções de 'tipo A' e da sua sistemática se aproximar em muito às prospeções de 'tipo B' — sem «encavilhamento»), foram por este motivo denominadas de 'tipo C'³⁷. Ao aplicarmos esta sistemática, determinámos que as prospeções de 'tipo C' só cessariam quando identificássemos um elemento inscrito na paisagem que servisse de barreira natural ou antrópica à sua progressão.

A prospeção de 'tipo C' que lançámos sobre a extensão de terreno que congrega os setores 22, 26, 27 e 54, é um excelente exemplo para tentarmos perceber onde começa e acaba este tipo de prospeção. Esta prospeção teve o seu início numa das inflexões que o «cale velho» faz já bem perto da cumeada do 'Outeiro de São Sebastião' (junto do S39) e expandiu-se encosta-abaixo/sudoeste do 'Outeiro de S. Sebastião', até encontrar a ribeira de Gramundes, a poente, e praticamente todo o curso do «cale velho», a nascente. Esta área de terreno corresponde na sua generalidade à delimitação do 'Agrupamento 3', expresso no anexo 15, mapa 25. Como estas prospeções de 'tipo C' compreendiam áreas com maiores perímetros (algumas abarcavam 3, 4 ou mesmo 5 focos de concentração de achados à superfície), reajustámos a malha de prospeção aconselhada para as prospeções intensivas, de cobertura total e de alta intensidade, i.e., um espaçamento entre prospectores que ronda os 5 a 10 metros (CARVALHO, 2006: 65).

O investimento que efetuámos visava reunir um conjunto de dados que servisse de base ao desenho de uma proposta de cenário urbano e periurbano, tanto na dimensão da sua extensão, como da sua distribuição, para a área de Bobadela. Quando ensaiámos um plano de prospeções intensivas

³⁷ Num último relance sobre os elementos/fatores escalpelizados no decorrer desta rubrica, deixamos ao benefício dos mapas 18, 19 e 20 - apresentados a par do mapa 17, no anexo 6 - as implantações individualizadas dos três tipos de P.A.S., levadas a cabo no âmbito desta investigação (Mapa 18, P.A.S. de 'tipo A'. Mapa 19, P.A.S. de 'tipo B'. E mapa 20, P.A.S. de 'tipo C'). Na retina ficam também as suas implantações na área-alvo da P.A.S., sobre os ortofotomapas n.ºs 2220102 e 2220103. Nesta envolvência, não serão mais apresentados. Apenas remanescerão - como pontos de referência fundamentais — os «braços de água» que saciam as férteis terras da várzea bobadelense. A premente necessidade de propiciarmos uma área representada de menores dimensões, mais detalhada, portadora de uma escala métrica com um denominador mais pequeno, assim o reivindica. Doravante, as implantações, localizações, representações geográficas terão como «pano-de-fundo» cartográfico a própria configuração geométrica da área-alvo assente para a P.A.S.

de superfície, guiados por um protocolo de registo de dados que explicitámos, procurámos fazê-lo da forma mais rigorosa possível. Quisemos aproveitar a nossa estada em Bobadela para percorrer todo o terreno de forma meticulosa, adaptando também essa observação ao grau de visibilidade que cada parcela proporcionava, ao ritmo dos cultivos e a outras condicionantes daí recorrentes. Decidimos observar na sua totalidade os materiais dispersos pela sua superfície, até como forma de identificar todos os elementos de datação que pudessem existir — aspeto importante sobretudo quando estes índices cronológicos escasseiam nesta zona. Mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de referir que a estratégia metodológica adotada não está isenta de insuficiências. Desde logo, reconhecemos que, numa relação tempo/custos/benefício, o tempo despendido não será facilmente conseguido noutros contextos arqueológicos.

Depois, se os resultados obtidos constituem uma base informativa que nos dá a necessária segurança para avançarmos com as propostas que apresentaremos mais adiante, esta base não pode também deixar de ser relativizada, uma vez que, como é sabido, nem sempre a imagem que um sítio arqueológico proporciona à superfície acaba por refletir sem qualquer distorção o que se encontra soterrado — ou seja, nem sempre o que se observa à superfície constitui uma imagem fiel ou suficientemente representativa do que está soterrado. Há sempre um conjunto de fatores pós-deposicionais que neste processo surgem como variáveis que interferem no modo como o registo arqueológico se mostra à superfície. E, a este propósito, seria muito interessante contrastar estes resultados, i.e., procurar verificar o que aconteceria se alguns destes mesmos setores/áreas fossem submetidos a um ensaio de prospeção similar, num outro momento, mais adiante. A imagem então proporcionada em termos de concentração/distribuição de materiais à superfície seria muito diferente, sugerindo outras interpretações e classificações? Ou observar-se-iam essencialmente similitudes, apontando assim para um tipo de registo idêntico?

Guardamos para o subcapítulo 3.1.2 os resultados advindos de todo o processo metodológico que estabelecemos para a P.A.S, privilegiando a sua dimensão descritiva. A interpretativa não será esquecida! Terá o seu tempo e o seu espaço no subcapítulo 4.4.1.

3.1.2. Prospeção arqueológica de superfície: resultados na sua dimensão descritiva

No anterior subcapítulo explicámos todo o processo metodológico aplicado à prospeção arqueológica de superfície. Agora, é tempo de apresentarmos os seus resultados, com base na sua dimensão descritiva. Mas antes de o fazermos — e como vem sendo hábito neste trabalho — emerge, em nós, a necessidade de tecermos algumas considerações que de momento achamos oportunas. Tecemo-las, não para nos desonerarmos das matérias ora em diante apresentadas. Não, de modo algum! Nem muito menos de virmos a ser considerados de «arqueologicamente incorretos» — em plena alvorada do século XXI — no que toca, por exemplo, ao emprego ocasional da expressão «materiais pré-romanos» (VILAÇA, 2008: 66).

No âmbito deste trabalho e ao colocarmos em prática um certo plano metodológico de prospeção intensiva de superfície na várzea bobadelense, procurámos dar os primeiros passos para a estruturação de um discurso historiográfico (ALARCÃO, 1993/1994: 47), com base numa série de dados Histórico-arqueológicos, inéditos, passível de impulsionar futuras investigações. Neste seguimento — e para esta prática em concreto — temos também plena consciência que bastas vezes o(a) arqueólogo(a) avança por sua conta e risco. E como óbvio, temos que arcar com as responsabilidades!

Porém, a prática da prospeção arqueológica de superfície, em si, e os próprios sítios arqueológicos revestem-se de fatores, que, por «natureza» ou por ação antrópica, lhes são exógenos, i.e., diversos fatores pós-deposicionais antrópicos e naturais podem condicionar — por vezes de forma decisiva — quer o percorrer o terreno e a observação dos vestígios de superfície, quer a interpretação desses vestígios (CARVALHO, 2006:78). E para o caso de Bobadela eles são vários e relevantes³⁸. Entre os fatores antrópicos, destacamos: o processo de expansão da área agrícola, ao longo dos tempos; o amanho das terras; a reordenação das mesmas, com o recurso a surribas, socialcos ou «courelas»; e a construção de casas e/ou casebres em espaços agricultados (*idem*: 83), ou até mesmo no atual tecido urbano desta freguesia beirã. Para os fatores exógenos, naturais, encontramos as suas justificações: nos processos de sedimentação (da aluvião) a que as «zonas ribeirinhas» do rio de Cavalos e das ribeiras de Gramundes e da Figueirinha estão sujeitas; e nos agentes físicos que colocam constantemente os topos dos outeiros — pelas suas altitudes e extensos arroteamentos, à mistura — bastante expostos a processos de desgaste ou erosão (*ibidem*).

Como é sabido, estas ações acarretam uma considerável movimentação de terras — traduzindo-se, geralmente, em acumulação em zonas baixas e subtração em topos muito expostos; fenómeno, este, que poderá interferir negativamente no quadro do estudo a desenvolver. Todavia e não obstante as vicissitudes apontadas, o(a) arqueólogo(a) também não pode — nem deve — fazer «vista-grossa» ao que a superfície do solo tem para lhe oferecer, nem «ouvidos-de-mercador» ao que os testemunhos orais têm para lhe dizer.

³⁸ Ainda neste contexto, parece-nos possível admitir que existem três formas de como os vestígios da época romana (no caso capitais de *Civitates*) chegaram até aos nossos dias: abandonados numa determinada época da história e atualmente conhecidos através de trabalhos de investigação (exemplos de *Cominbriga* e *Miróbriga*), ou por mero acaso; de ocupação permanente e de rápida monumentalização urbanística (casos de *Aeminium* e *Olisipo*); e de ocupação permanente, mas com avanço modesto dos tecidos urbanos (exemplo de Bobadela). E quer queiramos quer não, esta condição de chegada decreta, em muito, o estado de conservação dos sítios arqueológicos e o detalhe das investigações desenvolvidas e a incrementar.

Depois, existem fatores intrínsecos à P.A.S. Estes, envolvem: a metodologia de prospeção engendrada; o método adotado; a elevada fragmentação dos materiais de superfície — «apanágio» dos materiais de superfície —; e, de igual modo, o universo estatístico de indivíduos recolhidos. Confrontados com estes dois últimos itens, vimos a necessidade de simplificar a caracterização física e/ou química das pastas cerâmicas; enveredando pela análise sumária, relevando, «sem querermos», a observação macroscópica dos componentes morfológicos do perfil (bordo, lábio, colo, bojo, fundo e asa) de alguns fragmentos cerâmicos mais significativos³⁹ (ALMEIDA, 2005: 35).

De facto e à luz do considerável e diversificado conjunto de materiais reunido, houve a premência de refletirmos sobre o molde mais adequado para apresentarmos os resultados decorrentes de todo o seu apronto metodológico: considerável, pois cremos que um conjunto de 8460 fragmentos cerâmicos (contabilizados e parcialmente recolhidos) possa ser digno desse termo; e diversificado, dado que — e desde os primeiros setores prospetados — os materiais cerâmicos revelaram uma outra variedade que não «tão-só» a morfotológica, como a que descreveremos nas seguintes páginas.

De sobreaviso, optámos por apresentar nesta rubrica os resultados da P.A.S. sobretudo (e como já o dissemos) na sua dimensão descritiva, definindo, logo à partida: *i*) a área-alvo da prospeção; *ii*) os setores prospetados segundo as prospeções de 'tipos A e B'; *iii*) os seus respetivos focos de concentração de materiais à superfície, tal como, as áreas submetidas à prospeção de 'tipo C' para posterior definição das suas áreas de dispersão dos materiais. Houve também da nossa parte a declarada preocupação em identificarmos os setores/áreas prospetados, distinguindo-os e referenciando-os, não obedecendo às suas sequenciais ordens cronológica e alfanumérica de prospeção, mas baseando-nos nas cronologias dos materiais neles reunidos: cronologias proto-históricas, pré-romanas e romanas⁴⁰. Ao longo deste caminho processual teremos também o cuidado particular em sinalizar algumas formas inscritas na paisagem⁴¹. Exporemos um caso de prospeção orientada. E sob a forma de registo fotográfico aduziremos alguns elementos para uma melhor

³⁹ Para a caracterização formal dos fragmentos cerâmicos e das suas pastas, foram consultadas as seguintes bibliografias: ALARCÃO, Jorge de (1975): *La Céramique Commune Locale et Régionale, Fouilles de Conimbriga*, dir. Alarcão, Jorge e Étienne, Robert, Vol. V; VILAÇA, Raquel (2008): *Através das Beiras. Pré-História e Proto-História*. ISBN 978-972-8999-63-6. Depósito legal 287123/08. Edições Palimage. Coimbra; CORREIA, Virgílio Hipólito e, CRUZ, Maria das Dores (2007): *Cerâmica Utilitária. Normas de Inventário*. Arqueologia, Instituto dos Museus e da Conservação; MAYET, Françoise (1983): *Les Céramiques Sigillées Hispaniques*. II. - Planches. Diffusion de Boccard. Paris; SILVA, A.C.F. (1986): *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Depósito Legal 265251/07. ISBN 978-972-9408-28-1. Edição da Câmara Municipal de Paços de Ferreira. Paços de Ferreira; NOLEN, Jeannette U. Smit (1985): *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Fundação da Casa de Bragança. Lisboa; *Dossier Cerâmico. Técnicas de Investigação Arqueológica*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra; ALMEIDA, Sara Oliveira (2005): *A Idade do Ferro no Planalto de Viseu: o Caso do Morro da Sé*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Área de especialização de Arqueologia Regional, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Prof.ª Doutora Raquel Vilaça; REPRESAS, J.L (2010): *A Cerâmica Decorada do Mundo Baiões/Santa Luzia*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; 2 vols. (policopiado).

⁴⁰ Ainda que possa ser algo controverso, nas propostas de classificação cronológica optámos por utilizar os termos «pré-romano» e «proto-histórico», distinguindo-os: o primeiro aplica-se aos sítios cuja cronologia é anterior à época romana mas sem outros indicadores que permitam inscrevê-lo num período específico da Pré ou Proto-história; o segundo aplica-se aos lugares com uma cronologia Proto-histórica comprovada.

⁴¹ Neste trabalho, consideramos 'formas inscritas na paisagem': estruturas lineares «fossilizadas», definidas por alguns dos atuais e mais marcantes alinhamentos pétreos de propriedades, por alinhamentos de árvores de grande porte e/ou por «bardões» de videiras com longevidade comprovada. Devemos salientar também que a identificação destas 'formas inscritas na paisagem' (nomeadamente os S59 e S70) tiveram lugar aquando da prospeção arqueológica de superfície, através do exame interpretativo dos anteriores elementos constantes nas imagens obtidas através da fotografia área ortoretificada (fotointerpretação), com base nos ortofotomapas n.ºs 2220103 e 2220102.

compreensão da realidade retratada: toda ela implantada nos já conhecidos ortofotomapas n.ºs 2220103/2220102 e corroborada pelas 'Fichas de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', especialmente elaboradas para o efeito⁴².

Independentemente dos condicionantes direta ou indiretamente ligados à P.A.S., com que nos deparámos ao longo da demanda prospetória (aos quais associamos aos supracitados o climático, o beneplácito dos proprietários e/ou rendeiros das propriedades e o trator agrícola), apraz-nos reconhecer que as nossas incursões em busca dos «cacos», «telhões» e «afins» sucederam-se a bom ritmo⁴³.

Até ao momento foram numerados 70 setores (doravante designados alfanumericamente por S1, S2...S69 e S70). Mas somente 64 foram prospetados. Os restantes 6 serão abordados em momento oportuno. Mas diga-se de adiantado que perfilam nas 'Fichas de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem' com os n.ºs 39, 41, 42, 43, 59 e 70, no anexo 14.

Dito isto e após concertados os fatores que contribuíram para a sua definição — fatores geotopológicos, hidrológicos, agrológicos e geomorfológicos —, a área-alvo da P.A.S. compreende uma superfície de ~262,26ha (~2,62km²)⁴⁴: equivalendo assim a 50% da área total definida como objeto de estudo, i.e., ~131ha. Os setores onde foram aplicadas as prospeções de 'tipo A' confinam-se a uma área total de ~23,53ha, i.e., 9% da área-alvo de prospeção. Os setores sujeitos às prospeções de 'tipo B' abrangem uma área conjunta de ~87,55ha, i.e., 33% da área-alvo de prospeção. As áreas onde incidiram as prospeções de 'tipo C' circunscrevem uma superfície de ~18,71ha, ou seja, 7% da área-alvo de prospeção. E concluímos com os ~2,34ha (0,9% da área-alvo) que congregam as áreas de dispersão dos materiais, em espaços onde inicialmente se efetuaram prospeções de 'tipo A' e que posteriormente foram sujeitas às prospeções de 'tipo C'; ambas, correspondendo, respetivamente, à identificação de focos de concentração de materiais à superfície e à ampliação dos mesmos. No cômputo-geral e até ao presente foram assim prospetados ~131,13ha (~1,31km²), i.e., 50% da área-alvo de prospeção [cf. anexo 7, mapa 21].

Terminada a prospeção, tratados e analisados os materiais recolhidos — nos moldes já descritos —, a primeira conclusão a que chegámos prende-se com o facto de 33 setores (S1, S2, S4, S5, S10, S12, S13, S16, S17, S18, S20, S21, S22, S23, S24, S25, S26, S27, S28, S32, S36, S37, S38, S44, S45, S46, S49, S51, S53, S62, S65, S67, S68 — i.e., 52% dos 64 prospetados) registarem

⁴² Cada 'Ficha de Registo de Materiais por setor/propriedade e de formas inscritas na paisagem' apresenta os seguintes elementos informativos: *i)* O n.º da ficha corresponde ao n.º do setor; *ii)* a data calendariza não o momento da prospeção, mas a data de elaboração das fichas, após o tratamento das cerâmicas e registo fotográfico do material recolhido em cada setor; implantação, à escala, de cada setor nos ortofotomapas n.ºs 2220103 e 2220102; *iii)* caracterização geral das cerâmicas e algumas especificidades que achámos mais significativas; *iv)* Coordenadas retangulares (*Gauss*) ao ponto central *Datum 73*, convertidas em coordenadas geográficas UTM *Datum WGS84*; *v)* e a contabilidade parcial e total dos materiais subdivididos em 3 grupos: cerâmica de construção, disforme/informes, e com formas e/ou decoração. As fichas respeitantes aos S39, S41, S42, S43, S59 e S70 comportam uma descrição mais detalhada de cada um destes setores.

⁴³ «Cacos» e «telhões»: termos pelos quais, respetivamente, as boas gentes de Bobadela entendem por fragmentos cerâmicos de menores dimensões (ex.: cerâmica comum, utilitária), em contraposição com as cerâmicas de construção (ex.: *Tegulae, lateres, imbrices*). «É tudo uma questão de tamanho...», diz o Sr. João Mota.

⁴⁴ Áreas extensas e somatórios de áreas de prospeção mensuraram-se segundo a unidade de medida de área: o hectare (ha). Já as áreas de dimensões substancialmente mais reduzidas (principalmente as áreas de dispersão dos materiais à superfície, decorrentes das prospeções de 'tipo C', traduzem-se: em metros quadrados (m²).

indícios da presença de espólio cerâmico — e em alguns casos, espólio lítico (?) — que tendem a remetermos para cronologias pré-romanas. Dos 33 setores, 3 setores (S24, S37 e S38 — 10% dos 33 setores) situam-se em valores altimétricos entre os 425 metros, e os 472 metros do S24 (o possível 'Monte dos Castros!'). Este grupo foi por nós designado de setores 'em altitude'. 9 dos 33 setores (S17, S22, S26, S27, S32, S44, S45, S65 e S68 — 27% dos 33 setores) compreendem leituras altimétricas nas ordens dos 425 metros e os 380 metros. Intitulámos este grupo de 'média altitude'. Os restantes 21 setores do total de 33 setores (S1, S2, S4, S5, S10, S12, S13, S16, S18, S20, S21, S23, S25, S28, S36, S46, S49, S51, S53, S62, e S67, ou seja, 63% dos 33 setores) encontram-se nas casas dos 380/365 metros de altura. Grupo, este, que apelidámos de 'baixa altitude'. Ainda referente a estes 21 setores, dizer que os setores S1, S2, S23, S25, S49, S51 e S62 beiram, nos mais variados quadrantes geográficos, com o atual aglomerado habitacional do núcleo histórico de Bobadela. Quanto aos remanescentes 14 setores (S4, S5, S10, S12, S13, S16, S18, S20, S21, S28, S36, S46, S53 e S67) alguns usufruem da continuidade espacial entre os 7 anteriores, e outros encontram-se dispersos pelas «zonas ribeirinhas» da várzea ou disseminados pelos sopés e meias-cumeadas do 'Outeiro de S. Sebastião' ('Monte dos Castros'), a sul, do 'Outeiro de S.^a da Luz', a norte, e do 'Monte do Vale de Loureiro', a poente. Os restantes 6 setores (já aflorados no final do penúltimo parágrafo) são sinónimos: de um caso de prospeção orientada (o S39)⁴⁵; de quatro formas inscritas na paisagem (os S41, S43, S59 e S70)⁴⁶; e o sexto exemplo (o S42) compreende o espaço que destinámos para a escavação arqueológica, realizada no seio do núcleo cultural de Bobadela, no âmbito terceira edição do projeto 'Férias Arqueológicas' (verão de 2010). A respeito deste último parágrafo, consulte-se o anexo 8, mapa 22.

A lata diacronia não é dado inédito na várzea bobadelense. Dela são provas o dólmen do 'Pinheiro dos Abraços' ou da 'Quinta da Coitena' — a escassos 1km para noroeste do principal aglomerado urbano de Bobadela —, classificado como 'Imóvel de Interesse Público' em 1992 (SENNA-MARTINEZ, 1982: 23; MADEIRA *et al.*, 1982: 65-86; NEVES, 2010: 65-66), e o simplesmente

⁴⁵ A implantação no anexo 8, mapa 22, do S39 (inserido no S70 e envolvido pelos S22, S26, S44, S45 e S52) é o caso de prospeção orientada. O Sr. João Mota prestou-nos a informação: que nos seus tempos de «jorna» foi «messar» o terreno que corresponde a este setor para a plantação de uma vinha. O Senhor comentou que enquanto «messavam» o solo iam surgindo, a miúdo "... uns «pedaços de barro» longos, alaranjados, mais estreitos num lado que no outro e que num dos lados tinham um furo". Perante o descrito, apressamo-nos a mostrar-lhe, em suporte fotográfico, um peso-de-tear. O Sr. João confirmou de imediato que a forma se assemelhava aos que encontrou. Mais acrescentou, que «apareciam» muitos «telhões»!

⁴⁶ O S41 é um dos muitos exemplos de inflexões forçadas (linhas discordantes) face ao possível traçado ortogonal da cidade romana de Bobadela. A presença de extensos afloramentos rochosos poderá estar na base dessa inflexão. Para norte da inflexão dá-se início ao 'Outeiro de S.^a da Luz'. O S41 fica a escassos 35 metros para nascente do anfiteatro romano. O S43 não se encontra representado no mapa 22, do anexo 8. O setor localiza-se fora da área-alvo de prospeção. A necessidade de representarmos uma área de menores dimensões, mais detalhada, impediu a sua incorporação no cenário de prospeção. Todavia, a localização do S43 está implantada na 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e Formas Inscritas na Paisagem' n.º 43, no anexo 14. O S59 apresenta uma forma subcircular. Mede aproximadamente 60 metros de diâmetro, dista 95 metros do rio de Cavalos e encontra-se a uma altitude de 380 metros. É atravessado por uma via rural. A mesma passa pelos S31 e S33, e desemboca perto dos S34, S56 e S57. Esta última via deriva do «cale velho». Por sua vez o S70 localiza-se a $\frac{2}{3}$ do 'Outeiro de São Sebastião' (396 metros de altitude). A sua forma é subcircular e mede 260 metros de diâmetro. Envolve as áreas de prospeção dos Setores 22, 26, 44, 45 e 52. É «trespassado» pelo famigerado «cale velho». Na sua envolvência predominam; vinhas, árvores de fruto, carvalhos, pinheiros bravos...e inúmeros afloramentos rochosos.

denominado por alguns de «os Castros», por outros de «Craustos» ou «Castro dos Mouros» (MADEIRA *et al.*, 1982: 86), e por outros tantos de «Craustos de Oliveira do Hospital» (ABREU, 1893: 28).

Avivada a condição à memória, façamos agora uma retrospectiva do que de mais significativo adveio destes 33 setores, abordando-os, segundo a classificação anteriormente estabelecida; 'em altitude' (cumeadas), 'média altitude' (meias-encostas) e 'baixa altitude' («zonas ribeirinhas» e planura da várzea)⁴⁷.

Grosso modo são 6 os pontos mais altos da várzea de Bobadela⁴⁸. No entanto, só 3 entraram no processo de prospeção. Os 'Outeiros do Alto do Moinho' e 'da Cobrança' localizam-se a ~2000m — em linha reta — para nascente da Igreja Matriz de Bobadela, relativamente longe da nossa área-alvo de prospeção. O 'Outeiro de Senhora da Luz' — onde «reside» a capela que dá o seu nome ao próprio — é também «lar» de um denso aglomerado habitacional; tornando-se, assim, impraticável qualquer prospeção e/ou uma interpretação conjunta desse espaço⁴⁹. O 'Outeiro Gordo' (o S66) dista ~500m para nascente e em linha reta do 'Outeiro de S.^a da Luz'. E é o ponto mais alto de uma crista granítica que trespassa todo o 'bairro da Urzela'. O S66 foi sujeito a uma prospeção de 'tipo B' e não identificámos quaisquer fragmentos cerâmicos. Salientamos, no entanto, a presença — na orla ocidental do 'Outeiro Gordo' — de um monólito fraturado, de forma oblonga, com um entalhe de contorno sub-retangular [anexo 9, mapa 23, foto 40]. Já perto do seu cume — na vertente sul — registámos uma concavidade granítica que nos parece de origem natural, mas com possível afeiçoamento antrópico das suas paredes internas [anexo 9, mapa 23, foto 41].

O 'Monte dos Craustos' (o S24) é um outeiro que alinda uma considerável extensão da sobranceira linha do horizonte/sul do berço geológico de Bobadela. Este cerro, sujeito a uma prospeção de 'tipo B' (com ~35ha de área), dá abrigo desde 1776 à capela de São Sebastião [anexo 9, mapa 23, foto 42]. A sua «cordilheira montanhosa» (que numa extensão de ~1500m — em linha reta — medeia entre a capela de São Sebastião e o 'Outeiro do Alto do Moinho') está disposta no sentido nascente/poente em relação à várzea de Bobadela, ou seja, desenvolve-se paralelamente à margem sul do rio de Cavalos. A título de exemplo, a sua «fisionomia» orográfica é muito semelhante ao cerro

⁴⁷ O estabelecimento destas designações são o resultado da vetorização das 'curvas-de-nível mestras' que constam das cartas altimétricas do concelho (já apresentadas no anexo 3, mapa 11), com uma equidistância de 5 metros entre curvas-de-nível, às quais subusemos os ortofotomapas que temos vindo a utilizar neste trabalho.

⁴⁸ Ouve-se dos muitos que visitam o núcleo cultural de Bobadela e a sua várzea, que estes têm muito de matriz e «saudosismo» romanos. A matriz está patente nos vestígios Histórico-arqueológicos de grande envergadura da engenharia e arquitetura romanas (o arco e o anfiteatro) e nos vestígios arqueológicos que têm sido «exumados» graças às investigações arqueológicas ocorridas um pouco por todo a sua zona histórica, ao longo dos tempos. Para justificarmos o «saudosismo», este requer, dos visitantes, uma observação em redor da verdejante e aprazível paisagem. De facto, e um pouco à imagem da «cidade-mãe», Roma, onde “*Les diverses parties de la ville construites au milieu des sommets des sept collines, sur les pentes et dans la plaine...*” (HOMO, 2005: 1), Bobadela vive resguardada não por sete, mas *grosso modo* por seis colinas: a norte, sobressaiam os Outeiros 'Gordo' (elevado a 427 metros acima do nível-médio das águas do mar) e o 'de Senhora da Luz', que, muito embora dissimulado pelo seu casario, atinge os 409 metros de altitude; a nascente, os cerros 'do Alto do Moinho' (465 metros de altitude) e 'da Cobrança' (altitude de 451 metros) dão início — cada um à sua latitude — ao aglomerado habitacional da cidade de Oliveira do Hospital; a poente, o 'Monte do Vale de Loureiro' (443 metros); e para sul o supramencionado e campeão das alturas da várzea Bobadelense, 'os Castros', 'Craustos', 'Castro dos Mouros' ou inclusive 'Craustos de Oliveira do Hospital' que ronda os 472 metros de altitude.

⁴⁹ Parece-nos possível admitir que alguns dos afloramentos rochosos que aqui e acolá surgem em torno e no próprio anfiteatro romano são remanescências geológicas da extensa formação granítica que se «ajeita» pela vertente sul do 'Outeiro de Senhora da Luz'.

do povoado da Cachouça — Idanha-a-Nova: dado que ambos se situam “...numa área planáltica definida pelo remate de um esporão sobranceiro a um vale...” (VILAÇA, 2008: 71).

Espaços outrora tidos como 'de frequência' podem não o ser atualmente. Todavia é possível encontrar, «encosta-acima, encosta-abaixo» do 'Monte dos Castros', elementos na paisagem que mantêm alguns requisitos para serem considerados — pelas suas proximidades e fins — como de mais-valias para a fixação e vivência da «civilização castreja» que habitava este espaço (SARMENTO, 1881:11-14; COELHO, 1970: 55); casos de alguns dos recursos hídricos (poças, «minas» e/ou nascentes), já implantados no anexo 4, mapas 13, 14, 15 e 16, e anexo 6, mapas 17, 18, 19 e 20, e que agora deixamos em registo fotográfico no anexo 9, mapa 23, fotos 43, 44, 45 e 51. Observámos também a existência de uma série de depressões no terreno, de contornos subcirculares, com cerca de 3,5 a 4m de diâmetro [anexo 9, mapa 23, foto 46]. E praticamente no seu cume — no perfil nascente do estradão que possibilita o acesso à capela pela sua vertente sul — identificámos uma protuberância composta por terra e rochas graníticas porfíroides com biotite e moscovite (micas), apetrechadas com grandes cristais de ortoclase, feldspatos, i.e., granito dente-de-cavalo (CACHÃO, 2004: 46), e quartzíticas (quartzo leitoso), anarquicamente dispostas (derrube?), [anexo 9, mapa 23, foto 47]. Em termos formais, esta protuberância é também muito semelhante ao talude do povoado da Cachouça (CARVALHO, 2007: 61; VILAÇA, 2008: 72 - fig. 28). É muito provável que o talude do povoado da Cachouça e o possível talude do S24 (com possível linha de muralha à mistura) pudessem servir para delimitar o povoado e assegurar a proteção das suas zonas habitadas. Esta especificidade formal/construtiva era particularmente frequente nos setores de fácil acesso neste tipo de povoados (MANTAS, 1987:18).

O hipotético talude do 'Monte dos Castros' ou do 'Outeiro de São Sebastião' (do S24) remanesce para sul (vertente onde é mais visível), a sensivelmente 45 metros do eixo da capela devota a São Sebastião. Se traçarmos um polígono que assuma a forma mais planáltica da cumeada — antes desta se precipitar abruptamente pela encosta — o resultado: é uma forma elipsoidal (tonalidade amarela sobre o S24, no anexo 9, mapa 23), com área aproximada de 2100 m². Será este o “...plano de contornos, nitidamente ovalados...” (COELHO, 1970: 40), por sinal, de dimensões superiores — 100x50m — que Dias Coelho nos deu a conhecer? Voltaremos a analisar este sítio mais adiante, em função dos materiais observados na prospeção efetuada.

O planalto do 'Monte do Vale de Loureiro' e do 'Outeiro do Vale do Mogo' é uma crista suave onde se situam os S37 e S38, respetivamente. Este cume aplanado, com uma extensão de ~1000m, desenvolve-se no sentido sul/norte, i.e., perpendicular ao 'Monte dos Castros'. O espaço foi sujeito a uma prospeção de 'tipo B', com ~42,5ha de área. Dela, obtivemos a localização de dois focos de concentração de materiais à superfície; o S38, situado no 'Outeiro do Vale do Mogo' [anexo 9, mapa 23, foto 48], e o S37, situado na própria cumeada aplanada do 'Monte do Vale de Loureiro' [anexo 9, mapa 23, fotos 49 e 50]. A descrição dos vestígios observados à superfície nestes setores e a sua possível integração cronológica também serão efetuadas mais adiante.

Relativamente aos setores de 'média altitude' — onde foram implementadas prospeções de 'tipo A' —, distinguimos: *i)* os S22, S26, S44 e S45 (na vertente noroeste do 'Monte do Castros') que perfazem, entre os quatro, um «agregado espacial» de 'média-altitude', configurando o S70 (forma inscrita na paisagem, a qual poderá corresponder a um povoado pré-romano, como veremos adiante); *ii)* o par formado pelos setores S65/S68 — configurando, como veremos, um outro possível sítio arqueológico⁵⁰; *iii)* e os casos isolados do S32 (afastado ~750m em linha reta do casario principal de Bobadela — na vertente umbria do 'Monte dos Castros'), do S27 (bem próximo do «delta» formado pela união do rio de Cavalos e da linha de água que resulta da confluência das ribeiras de Gramundes e da Figueirinha, junto da 'Quinta da Costa') e do S17⁵¹.

Para os setores de 'baixa altitude' a nossa atenção recaiu (sem desconsiderarmos os restantes S4, S5, S10, S12, S13, S16, S18, S20, S21, S28, S36, S46, S53 e S67) sobre os setores já anteriormente aflorados e que ladeiam o grosso do tecido urbano de Bobadela; os S1, S2, S23, S25, S45, S51 e S62.

Nestes anteriores setores — de 'média' e 'baixa' altitudes — foi recolhido espólio cerâmico cujas pastas são passíveis de nos remeterem para cronologias «pré-romanas». Os fragmentos cerâmicos que observámos encontravam-se bastante fragmentados, praticamente disformes e alguns de reduzidas dimensões. Todavia, tanto as modelações manuais, como o tipo de pastas [pastas compactas ou moderadamente compactas, de superfícies externas e internas rugosas, alisadas ou polidas e tonalidades bege, castanho-chocolate, cinza e preto, com a presença de raros, moderados e abundantes elementos não plásticos — micas, quartzos e feldspatos, de pequenos, médios e grandes calibres (ALMEIDA, 2005: 40-47)], sugerem-nos esse âmbito cronológico.

A expressão «praticamente disformes» parece-nos bem aplicada, pois foi-nos possível identificar alguns fragmentos cerâmicos com formas [anexo 10, mapa 24, estampas n.ºs 1, 2, 33 e 34]. A um ou outro destes casos, tentámos estabelecer também um ou outro paralelo formal [anexo 10, mapa 24, estampa n.º 3]. E a par destes, uma — ainda que parca e pouco diversificada — utensilagem lítica, que, a ajuizar pelas suas morfotipologias e acabamentos de superfícies, possivelmente se destinariam a desempenhar várias funções no quotidiano das comunidades pré-romanas, residentes na várzea bobadelense [anexo 10, mapa 24, estampas n.ºs 4, 5, 6 e 7].

⁵⁰ Não obstante os setores 65 e 68 se encontrarem no raio de ação da curva-de-nível dos considerados setores 'em altitude', as localizações concretas de cada um situam-se nas casas do 404/409 metros de altitude, i.e., entre os 425 e os 380 metros: baliza altimétrica para os setores de 'média altitude'. Daí, estarem inseridos no grupo dos setores de 'média altitude'.

⁵¹ Relativamente ao espaço que medeia entre o S17 e o S68 (passando pelo S65) recorreremos mais uma vez às memórias, reportando um dado transmitido pela Dona Ivone Mendes (bobadelense e Professora de História, aposentada). Dona Ivone recorda-se que ao abrirem uma vala para erguerem um muro de sustentação de terras junto da fachada nascente da sua casa e cujo topónimo é 'Chão das Pedras' — anexo 9, foto 52, foram recolhidos alguns exemplares líticos de superfícies afeiçoadas, polidas, e com possíveis formas utilitárias. Anos depois, no decorrer da sua formação académica, Dona Ivone reconheceu-os: como machados de pedra-polida. Da ou das comunidades construtoras do Dólmen do «Pinheiro dos Abraços» conhecemos o seu monumento de cariz funerário coletivo. Mas desconhecemos de todo os seus espaços habitacionais. Quem sabe, se o «Homem Pré-histórico» já não fazia da várzea de Bobadela o seu lar?

Muito embora com inúmeras designações, quem começa por dispensar extensas apresentações é o S24: o 'Monte dos Castros' ou 'Castro dos Mouros (Idade do Ferro)⁵². Das prospeções que efetuámos no agora por nós denominado de 'Outeiro de São Sebastião' (no S24) e do espólio nele observado; destacamos a «módica» quantia de 992 fragmentos cerâmicos, com um vasto leque de pastas e de formas⁵³. A sua área de dispersão de materiais à superfície era heterogénia: o «estradão» que circunda todo o cerro e outros que nas vertentes nascente, norte e poente, permitem o acesso à capela de São Sebastião; a pendente com um grau de inclinação acentuado (que facilita a vida à deslocação dos materiais face às enxurradas); e as sucessivas intervenções antrópicas são alguns dos motivos que poderão estar na base dessa dispersão.

Como resultado deste processo — e como meio de alerta para futuras investigações — está a área em forma de «língua» com ~1,9ha que assinalámos também com tons de azul (já representada no anexo 9, mapa 23, e que agora vincamos no anexo 10, mapa 24), onde espaçadamente se recolheram alguns fragmentos cerâmicos. No entanto, foi-nos possível isolar uma área de maior foco de concentração de materiais que se cinge aos tais ~2100m² e que assinalámos no mesmo mapa em tons de amarelo, sobre a tonalidade azul do S24. Face aos dados que vertemos na nota 53, o S24 (o 'Outeiro de São Sebastião') poderá não ser inédito na sua identificação, mas é-o se tivermos apenas em conta a base de dados ENDOVÉLICO da DGPC.

Seja como for, identificado no decurso desta nossa investigação, podemos desde já referir que os materiais recolhidos sugerem uma cronologia de ocupação deste sítio pelo menos até ao Bronze Final. Os fragmentos cerâmicos — referidos também na nota 53 — com motivos decorativos de

⁵² É esta a designação que consta da listagem — correspondente ao n.º 60 — dos 'Imoveis Notáveis e Sítios Arqueológicos Propostos para Classificação' (Lei 13/85), promulgada em Concelho de Ministros e publicada no Diário da Republica — I Série - B, n.º 283, Anexo II, de 9 de dezembro de 1997. Do Sistema de Informação e Gestão Arqueológica ENDOVÉLICO, nada consta sobre o sítio em questão. O mesmo se pode dizer do Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Dadas as inúmeras denominações atribuídas ao suposto «Monte dos Castros» e como nos parece que de «Mouro» nada tenha, vimos a necessidade, neste contexto e para este trabalho, de uniformizar a linguística. E já que desde 1776 o outeiro é santuário da capela de São Sebastião, humildemente e doravante, designá-lo-emos: de 'Outeiro de São Sebastião'.

⁵³ As pastas que constituem o espólio cerâmico do 'Outeiro de São Sebastião' são compactas, homogéneas e bem depuradas nos fragmentos mais finos, com espessuras entre os 3 e os 6 mm. As pastas dos fragmentos cerâmicos mais grosseiros revelam-se mais frágeis e heterogéneas e as paredes neste caso têm espessuras superiores a 1cm. As produções medianas marcam também presença; com pastas heterogéneas, mas compactas e com elementos não plásticos maioritariamente de pequeno calibre. As suas espessuras variam entre os 6mm e o 1 cm. Em alguns casos a cozedura é oxidante ou tendencialmente oxidante, com tons que vão do bege, passando pelo alaranjado, até ao acastanhado; em outros, é redutora ou tendencialmente redutora, em que a paleta de cores vai do cinzento «metálico» aos claros, escuros e ao negro-de-fumo. Os acabamentos das superfícies internas e externas dos fragmentos cerâmicos, variam; desde as cuidadas, brunidas, polidas, alisadas e escovadas/sepilhadas; como pouco cuidadas, com superfícies rugosas ou com pouca preocupação no acabamento, salvo raras exceções. Quanto às decorações, destacamos as incisões pós-cozedura ou em secagem, em resultado da «riscagem» de um objeto pontiagudo sobre a superfície externa, reconhecida no denominado «Mundo Baiões/Santa Luzia». Os seus motivos decorativos são de natureza geométrica — triângulos abertos ou fechados, com linhas verticais ou ziguezagueantes a preenchê-los [anexo 10, mapa 24, estampas n.ºs 8 e 9], encontrando-se paralelos decorativos em quase todos os povoados integrados neste grupo cultural (REPRESAS, 2010: 5). Ungulações nos lábios e cordões plásticos com ungulações fazem-se também representar. Asas de seção retangular ou ovalada, perfurações na carena [anexo 10, mapa 24, estampa n.º 10]. Ou pegas com desenvolvimento desde o lábio ou abaixo do bordo são alguns dos exemplos de preensão que identificámos, como comprova a estampa n.º11, no anexo 10, mapa 24. Recolhemos também dois dormentes de mós de vaivém, fragmentados [anexo 10, mapa 24, estampas n.ºs 12 e 13], e 3 fragmentos de sílex de tons castanho-avermelhados [anexo 10, mapa 24, estampas n.ºs 14, 15 e 16], provenientes do espaço que dista entre a capela e uma das «minas» que registámos no anexo 10, mapa 24, foto 43. Damos igualmente à «estampa», um lítico no mesmo anexo e mapa, com a estampa n.º 17. E, por fim, um nódulo de ocre vermelho-escuro.

natureza geométrica (triângulos abertos ou fechados, com linhas verticais ou ziguezagueantes a preenché-los, em resultado da «riscagem» de um objeto pontiagudo sobre a superfície externa, — técnica e decoração reconhecidas no denominado «Mundo Baiões/Santa Luzia», ao se encontrarem estes paralelos decorativos em quase todos os povoados integrados neste grupo cultural) dão-nos alguma margem de segurança para apontarmos esta cronologia de ocupação para este sítio arqueológico.

Desconhecidos por completo — contrariamente ao 'Outeiro de São Sebastião' — são os focos de concentração de materiais à superfície do S38, situado no 'Outeiro do Vale do Mogo', e do S37, localizado no 'Monte do Vale Loureiro' (ambos correspondendo a dois sítios arqueológicos, como veremos): sítios que identificámos aquando das prospeções desenvolvidas na «cordilheira montanhosa» do 'Monte do Vale de Loureiro' e do 'Outeiro do Vale do Mogo'. Ao fazê-lo, optámos — por questões de equidade metodológica relativamente ao S24 e porque eram verdadeiramente notórias — por identificarmos uma área de maior densidade de materiais à superfície, dentro de cada um destes dois setores, i.e., tonalidade amarela sobre os S38 e S37 [anexos 9 e 10, mapas 23 e 24].

O S38 — com o topónimo 'Vale do Mogo' e situado no seguimento para sul da «crista montanhosa» do 'Monte do Vale de Loureiro' —, visto como «área de dispersão de materiais à superfície», abrange uma porção de terreno com ~1,5ha. Todavia, e à semelhança do S24 ('Outeiro de São Sebastião'), foi possível detetarmos um foco com maior concentração de materiais com ~700m²; área substancialmente mais reduzida, comparativamente com a do S24. Os 60 fragmentos que compõem o acervo cerâmico recolhido são, à exceção de um fragmento com bordo de extremo plano [anexo 10, mapa 24, estampa n.º 18], totalmente informes e sem decoração: as pastas cerâmicas vêm na senda das anteriormente descritas para o S24. Foram também recolhidos no S38, 4 líticos; 1 disforme, 1 polidor (?) [anexo 10, mapa 24, estampa n.º 19], 1 fragmento reduzido de extremo de mó de vaivém (?) e um outro com uma face que indicia polimento.

Já o S37 (o 'Monte do Vale de Loureiro'), com uma «área de dispersão de materiais à superfície» de ~3,2ha, tem, por sua vez, um foco com maior concentração de materiais em torno dos 3000m². A cumeada do 'Monte do Vale de Loureiro' (o S37) é bem mais planáltica que o 'Outeiro de São Sebastião' (o S24). A orografia do 'Monte do Vale de Loureiro' é consideravelmente mais suave que a do 'Outeiro de São Sebastião'. E o mesmo se pode dizer do 'Monte do Vale de Loureiro', relativamente ao 'Outeiro do Vale do Mogo'. As pastas que constituem os 471 fragmentos cerâmicos observados no S37 (no 'Monte do Vale de Loureiro') vêm no seguimento das descritas para o 'Outeiro de São Sebastião' (o S24). E na sua generalidade, as formas e decorações também o são [anexo 10, mapa 24, estampas n.ºs 20, 21, 22, 23 e 24]. Pelos indicadores de semelhança aparentam ser criações coevas, ou seja, pelo menos a dado momento, na Pré-história Final ou na Proto-história (?), foram contemporâneos.

Note-se, contudo, e comparativamente aos indivíduos recolhidos no 'Outeiro de São Sebastião', a não identificação de fragmentos com motivos decorativos do denominado «Mundo Baiões/Santa Luzia» no 'Monte do Vale de Loureiro'. Mas ao invés do 'Outeiro de São Sebastião', mereceram-nos especial atenção a presença de 5 fragmentos cerâmicos no 'Monte do Vale de Loureiro', dada a sua rareza no quadro regional e bibliográfico. Trata-se de alguns fragmentos cerâmicos pertencentes a um ou mais recipientes com asas de rolo internas (elementos de prensão), de aplicação horizontal e com possíveis paralelos formais aos que António Dinis recolheu e classificou aquando dos trabalhos arqueológicos realizados em Mondim de Bastos, no povoado da Idade do Ferro do Castroeiro. O autor da obra *O povoado da Idade do Ferro do Castroeiro, Mondim de Bastos, norte*

de Portugal (2002), certifica — mediante a sequência estratigráfica identificada — que estes recipientes do tipo 'forma 4' enquadram-se na segunda fase de ocupação do 'Castroeiro II' (ocupação do Ferro recente — entre os séc. II e I AC), sendo que a sua produção e utilização são transversais as subfases que o autor denominou de 'Castroeiro II A' (séc. II/I AC — área 4 do povoado) e 'Castroeiro II B' — séc. I AC/ I DC, áreas 2, 3 e 4 do povoado (DINIS, 2002: 105, 110-111).

Inclusivamente, estes recipientes com asas de rolos internas (com aplicação notoriamente oblíqua das mesmas, de paredes espessas, ligeiramente encurvadas, de pasta homogénea castanho-clara, de possível fundo raso e de superfícies rugosas e irregulares), chegam, perduram e poderão ter visto aumentado o seu fabrico e utilização durante a fase 'Castroeiro III' — ocupação durante a romanização, séc. I d.C. (*Idem*, 114-115): exemplos que registámos no anexo 10, mapa 24, estampas n.ºs 25 e 26 — este último foi alvo de colagem. Deste modo, do espólio recolhido no 'Monte do Vale de Loureiro', foi-nos possível reconstruir alguns fragmentos cerâmicos que apresentavam formas abertas e fechadas, desprovidas de decoração [anexo 10, mapa 24, estampas n.ºs 27, 28, 29, 30, 31 e 32]⁵⁴.

Devemos ainda destacar também no 'Monte do Vale do Loureiro' a presença de material de construção romano (nomeadamente, *tegulae*).

Em suma, e de forma sintética — dado que adiante retornaremos a estes casos de maneira mais analítica —, nesta área objeto de estudo (que abrange as zonas a cotas mais elevadas) a metodologia adotada e o registo efetuado permitiram delimitar três grandes áreas de concentração de materiais que nos parecem corresponder a três «povoados» — e, neste caso, a 3 «povoados» inéditos (i.e., não registados no ENDOVÉLICO): o 'Outeiro de São Sebastião' (o S24); o 'Monte do Vale do Loureiro' (o S37); e o 'Outeiro do Vale do Mogo' (o S38).

Bobadela foi capital de uma *Splendidissima Civitas* em época romana (ALARCÃO, 2002/2003: 155; CARVALHO, 2007: 352), [mapas 10 e 11]. As suas fronteiras jurídico-administrativas eram definidas por importantes elementos físicos na paisagem — “...compartilhava com Viseu o vasto planalto da Beira Central ou Beira d'aquém da Serra, que as serras da Estrela, do Montemuro e do Caramulo delimitavam.” (ALARCÃO, 2002-2003: 156 - Est. 1). E terá desempenhado no planalto beirão o papel de principal centro administrativo que outros tiveram; à semelhança, por exemplo, da capital dos *Igaeditani* para a beira baixa e da *civitas* de Viseu para a beira alta (CARVALHO, 2007: 350).

⁵⁴ As 'Fichas de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem' dos setores que até ao momento elencámos e nos quais recolhemos fragmentos cerâmicos com formas e pastas possíveis de nos remeterem para cronologias «pré-romanas» e das descrições formais dos fragmentos cerâmicos mais relevantes, podem ser consultadas nos anexos 11, 12, 13 e 14.

Como tal, não será de «estranhar» (e conscientes já dos fatores pós-deposicionais antrópicos e naturais — enunciados no início deste subcapítulo —, e de tão pouco se conhecer o *limes* do tecido urbano da outrora *Splendidissima Civitas* de Bobadela) que sejam frequentemente audíveis testemunhos que sugerem a presença de um número expressivo de cerâmica conotada com a época romana, nas propriedades que rodeiam o núcleo central, habitacional, da atual aldeia. Para corroborar com esta afirmação, realçamos também um vasto leque de fragmentos cerâmicos e de pastas que fomos recolhendo ao longo da prospeção⁵⁵.

É tido como certo que o anfiteatro de Bobadela sucumbiu face a um incêndio, nos finais do século IV d.C. (FRADE; PORTAS, 1992: 355; FRADE, 2010: 232). Se tal hedionda e nefasta causa se alastrasse por toda a cidade, a devastação seria enorme! E à «morte» segue-se o «enterro», mesmo de uma cidade! Assim, não ficámos «surpreendidos» ao recolher durante a P.A.S um conjunto significativo de evidentes fragmentos cerâmicos de construção próprios da época romana (ex.: *tegulae*, *imbrices*, *lateres*...), nos setores; S3, S23, S40, S48, S49, 50, S51 e S62, ou, inclusive, as mesmas tipologias de materiais, igualmente evidentes, nos setores S4 e S5 [anexo 15, mapa 25].

⁵⁵ Acerca deste universo, importa reportar: *i*) as pastas grosseiras, com pequenos, médios e grandes grãos de mica, feldspato e quartzo, e com superfícies interiores e exteriores de tonalidades alaranjadas, bege ou de casos que sofreram a ação do fogo — que associámos a possíveis fragmentos indefinidos e concretos de cerâmica de construção; *ii*) fragmentos de cerâmica alaranjada grosseira, maioritariamente indefinida (com pequenos e médios grãos de quartzo, mica e feldspato) e com superfícies internas e externas de tonalidades alaranjadas; *iii*) fragmentos de cerâmica alaranjada fina, de um modo geral de formas indefinidas e de pastas finas, com pequenos grãos de quartzo e feldspato, e com superfícies interiores e exteriores de tonalidades alaranjadas; *iv*) fragmentos de cerâmica «cinzenta fina», na sua maioria de formas indefinidas e de pastas finas com pequenos grãos de quartzo e feldspato, e com paredes interiores e exteriores de tonalidades acinzentadas; *v*) pequenos fragmentos de cerâmicas cinzentas negras, geralmente de formas indefinidas e de pastas medianas, com pequenos grãos quartzo, mica e feldspato, e com superfícies interiores e exteriores de tonalidades cinzentas ou mesmo escuras; *vi*) e fragmentos de pastas gresosas, com pequenos e médios grãos de quartzo, mica e feldspato, com superfícies interiores e exteriores de tonalidades beges.

Mas mais «surpresos» (ou não), ficamos, quando mesmo em setores mais distantes do núcleo central de Bobadela — e sem valorizarmos muito a cerâmica de construção informe — surgiram à superfície fragmentos de cerâmica de construção romana. A superfície formada pelos S48, S62, S46, S67, e S16 (onde observámos um conjunto significativo de cerâmica de construção conotada para o período romano), e as áreas formadas pelos setores 13, 47, 14, 25, 15, 18, 60, 19 e 61 (onde também observámos a presença, neste caso, de fragmentos de cerâmica de construção informe atribuída ao período romano) são exemplos dessa «admiração». Ou seja, esta extensão de vestígios parece desde logo denunciar que o núcleo urbano romano poderá ir muito para além do atual tecido urbano. A título de exemplo, apraz-nos relatar que o S16 (com o topónimo 'Quinta do Juízo') situa-se já um pouco «fora de portas» do arco romano de Bobadela, a ~250m em linha reta para nascente deste. Ainda assim, e como bases na continuidade espacial entre setores e na boa frequência de materiais recolhidos, intitulámos a formação composta pelos setores S13, S14, S15, S16, S18, S19, S25, S46, S47, S48, S60, S62 e S67: de 'Agrupamento⁵⁶ 1' [anexo 15, mapa 25]. Neste 'Agrupamento 1' integrámos também o S17 — nas faldas do quadrante noroeste do principal tecido urbano de Bobadela — e o S11, este último já na margem sul do rio de Cavalos⁵⁷.

O S61 foi sujeito a uma prospeção de 'tipo B'. O material que nele observámos foi escasso (17 fragmentos) e encontrava-se muito disperso. Apesar do surgimento de 12 fragmentos de cerâmica de construção informes, não foi possível detetar um foco de concentração de materiais. Na nossa opinião, há, com o S61, uma repentina e expressiva diminuição de materiais à superfície. E uma quebra no que toca à deteção de focos de concentração de materiais à superfície [Linha 1 — L1, anexo 15, mapa 25]. Perante isto, perguntamos: estender-se-ia até aqui (até à L1) a malha urbana romana de Bobadela? Face ao conhecimento que temos do terreno, parece-nos que tal poderia ser possível, como veremos, ainda que nessa área não se observe nenhuma marca topográfica que sugerisse, por exemplo, a presença de uma muralha. Esse padrão de «tecido urbano» é somente retomado nos S20 e S7 (setores abrangidos pelo topónimo 'Ameal Redondo'); também eles com material de construção disforme, mas com claros focos de concentração de materiais à superfície.

⁵⁶ Para este nosso quadro de investigação, entendemos por 'Agrupamento': um conjunto contíguo ou isolado de focos de concentração de materiais à superfície e que independentemente do tipo de prospeção à qual foram sujeitos (tipos 'A' e 'B') ficaram entretanto delimitados: ora pela nossa área de prospeção; por elementos físicos na paisagem (casos do rio de Cavalos, da ribeira de Gramundes e do próprio «cale velho»); pelos próprios setores prospetados onde se comprovou a inexistência de materiais à superfície (por exemplo, para norte dos S2, para poente do S5, para nascente do S19, e para sul do S39 — sendo este último um caso de uma prospeção orientada); ora pela própria prospeção de 'tipo C' que lançámos posteriormente sobre alguns desses conjuntos de focos de concentração de materiais à superfície, com o intuito de detetarmos as suas áreas de dispersão de vestígios à superfície. A necessidade de criarmos estes 'Agrupamentos' prende-se com o facto de mais adiante tornar-se possivelmente mais fácil a definição/contraposição entre «tecido urbano contínuo» da *civitas* bobadense e «povoamento rural disperso».

⁵⁷ Em 2010/2011, no âmbito de um acompanhamento arqueológico realizado pelos Arqueólogos Pedro Parente Roquinho e Rui Cruz no 'Chão da Pedra', os mesmos chegaram à conclusão de que algumas estruturas identificadas “...pareciam formar um núcleo habitacional. Porém, após o desenho e interpretação do espólio recolhido, chegou-se à conclusão que, nos sectores norte, se tratava de uma *ínsula*.” (ROQUINHO e CRUZ, 2011: 17). Como o S17 se situa a escassos 10 metros para nascente do espaço intervencionado — o qual assinalámos no anexo 15, mapa 25, com a designação CP 'Chão da Pedra' e porque o espaço intervencionado é contíguo com o núcleo cultural de Bobadela (a sensivelmente 100 metros para nordeste do seu arco romano), pareceu-nos fazer sentido — mesmo com a cerâmica de construção disforme nele recolhida e dada a continuidade espacial entre ambos; que o integrássemos no 'agrupamento 1'. O mesmo sucedeu com o S11; apesar de se situar na margem sul do rio de Cavalos há também «continuidade» espacial entre si e o S47, onde, neste último — sujeito a uma prospeção de 'tipo A' — recolhemos material de construção romano (*tegulae*).

A atitude tomada relativamente à incorporação dos S17 e S11 no 'Agrupamento 1' foi igualmente considerada para o 'Agrupamento 2' (constituído pelos S1, S3, S4, S5, S6, S8, S9, S21, S23, S35, S40, S42 — escavação arqueológica —, S49, S50, S51, S63 e S64), mas, desta feita, referente tanto ao caso: i) do S10, onde não obstante se situar na margem sul do rio de Cavalos e o material recolhido de construção ser informe, existe também «continuidade» entre este e o S40; ii) como do S2 (paredes-meias com o «bairro augustano»), que no momento da sua prospeção deixámos de detetar material à superfície, sensivelmente a meio da sua extensão para norte [Linha 2 — L2, anexo 15, mapa 25]. Idêntico cenário tomou forma quando prospetámos o S5. Com efeito, ao dirigirmo-nos para poente — ou seja, atravessando a ponte romana, em direção e em redor do atual cemitério de Bobadela — não detetámos materiais à superfície [Linha 3 — L3, anexo 15, mapa 25]. Neste caso, e contrariamente aos exemplos dos S11 e S10, parece-nos que o rio de Cavalos surge, neste quadrante geográfico, como que se de uma fronteira/barreira natural se tratasse.

Agora, ainda mais «surpreendente», ou não, foi termos recolhido um número bastante significativo de um conjunto diversificado de material à superfície numa extensa faixa que bordeja uma grande extensão de terreno da margem oeste do «cale velho», em direção ao 'Outeiro de São Sebastião', i.e., uma superfície que dista entre os S27, S54, e o S39 (caso de prospeção orientada), passando pelos S22 e S26. A este conjunto de setores designámo-lo: de 'Agrupamento 3' [anexo 15, mapa 25]. Foi neste agrupamento que, após detetados os focos de concentração de materiais nos setores S22, S26, S27 e S54 (prospeções de 'tipo A'), realizámos uma prospeção do 'tipo C' — com ~5,2ha de extensão — para deteção mais rigorosa das suas áreas de dispersão de materiais à superfície. Como resultado da prospeção do 'tipo C' obtivemos 4 áreas de dispersão de materiais: três mais extensas, mas coincidentes com os iniciais focos de concentração de materiais detetadas nos S22, S26, S27 e S54; e uma outra, menos expressiva, como resultado direto da mesma prospeção do tipo 'C'. Como podemos observar no anexo 15, mapa 25, no 'Agrupamento 3' as áreas de dispersão dispõem-se, na sua generalidade, de forma perpendicular ao «cale velho» e com intermitência espacial entre elas. Algumas — como é o caso da área de dispersão assumida pelos S27 e S54 — roçam praticamente o braço-de-água⁵⁸. De norte para sul, as áreas de dispersão comportam, respetivamente: I - c. 6000m² (sobre os S27 e 54, após prospeções do 'tipo A'); II - c. 8000m² (área resultante da própria prospeção de 'tipo C'); III - c. 1,23ha (sobre o S26, após prospeção do 'tipo A'); e IV - c. 2500m² (sobre o S22, após prospeção do 'tipo A'). Existe nesta zona, portanto, uma clara concentração de vestígios que parece denunciar a presença de uma área arqueológica (possível *villa* ou extensão do núcleo urbano?), como no subcapítulo 4.2. sustentaremos.

O «cale velho», na sua faixa nascente e em direção do 'Outeiro de São Sebastião', regista o que poderemos considerar como o mesmo quadro que anteriormente descrevemos para a faixa poente desta possível «via romana». O S34 (agrupado anteriormente ao S57 por semelhanças no material nele recolhido), o próprio S57 e o S56, formam, por sua vez, o 'Agrupamento 4' [Anexo 15, mapa 25]. O S57, sujeito a uma prospeção do 'tipo B' (com ~8000m² de área), apresentou um foco de concentração de materiais com ~4000m² de área; foco, este, proveitoso em material de construção verdadeiramente

⁵⁸ O Sr. Carlos Silva, que reside atualmente no espaço compreendido pelo S26 disse-nos que há uns anos a esta data, aquando da abertura de um poço no local (o qual assinalamos no anexo 15, mapa 25 com a letra A no 'Agrupamento 3') foram impedidos, a escassos 3 metros de profundidade, de prosseguirem os trabalhos ao detetarem, segundo as palavras do Sr. Carlos: “...uma laje de pedras em granito bem aparelhadas e com algum «sentido»”.

definido (entre *tegulae*, *imbrices* e *lateres*). Ao passo que o S56 registou somente 3 fragmentos disformes de cerâmica de construção. Mas seja como for e face à proximidade espacial ao S57, não hesitámos em incorporá-lo no 'Agrupamento 4'.

Perante o cenário em conjunto que descrevemos para os 'Agrupamentos 3 e 4', devemos, porém, encarar duas hipóteses interpretativas. A primeira tem em consideração o rio de Cavalos (um afluente do rio Mondego que atravessa toda a várzea de Bobadela — *grosso modo*, no sentido este/oeste) que poderá não ter constituído um obstáculo à expansão da *civitas* bobadelense. Isto, porque, a nossa prospeção arqueológica permitiu-nos identificar, nas franjas dos terrenos que ladeiam o «cale velho» (tendo o seu início o S12⁵⁹ e o seu fim no «agregado espacial» de 'média altitude') uma abundante presença de material cerâmico de cronologias romanas, não obstante a interposição do S55 — setor, este, desprovido de quaisquer materiais à superfície. Neste mesmo contexto, veremos mais o rio de Cavalos como fonte de recursos naturais e porventura um meio de comunicação, e não como um entrave à expansão urbana da *civitas* bobadelense. E uma segunda suposição, onde interpretaremos, em conjunto, os focos de concentração e as áreas de dispersão de materiais à superfície⁶⁰, detetadas nos 'Agrupamentos 3 e 4', como de um caso de povoamento rural disperso se tratassem. As ausências de materiais no S55 e no espaçamento entre os S11 e S54 (a par do S27) poderão ser alguns dos indícios que de certa forma creditam este último argumento.

Ademais, e para esta segunda conjectura interpretativa, este protocolo metodológico que aqui seguimos é em tudo semelhante ao adotado para os S24 (o 'Outeiro de São Sebastião'), S37 (o 'Monte do Vale de Loureiro') e S38 (o 'Outeiro do Vale do Mogo'), quando acabámos por identificar uma área de maior densidade de materiais à superfície, dentro de cada um destes três setores [rever anexos 9 e 10, mapas 23 e 24], ou seja, tonalidade amarela sobre os S24, S38 e S37. Assim — e para os setores que formam os 'Agrupamentos 3 e 4' — conseguimos detetar três áreas de maiores densidades de vestígios de materiais à superfície: *i*) uma primeira área formada por uma superfície mais restrita e de maior concentração de materiais que o próprio foco de concentração de vestígios materiais à superfície, no S57 [linha a tracejado de cor branca — anexo 15, mapa 25]; *ii*) uma segunda densidade constituída por uma outra área de maior concentração de materiais, constituída pelo conjunto dos S27, S54, e uma superfície da área detetada para sul e que medeia entre estes dos últimos setores e o S26 [linha a tracejado de cor branca — anexo 15, mapa 25]; *iii*) uma terceira área de densidade de materiais à superfície que comporta os setores S26 e S22 [linha a tracejado de cor branca — anexo 15, mapa 25]. No seu conjunto, estas três densidades de vestígios materiais à superfície, que ocupam as áreas mais aplanadas (onde a dispersão de materiais pode não estar tão sujeita a fenómenos pós-deposicionais associados à variável «desnível do terreno»), abrangem uma superfície de ~18500m². Contrariamente à disposição das áreas de dispersão de materiais do 'Agrupamento 3' (disposição na perpendicular), o 'Agrupamento 4' dispõe-se longitudinalmente ao «cale Velho».

⁵⁹ O Sr. José Lourenço, com moradia no próprio S12, comentou que a fachada norte da sua atual casa foi construída sobre um alinhamento de pedras encontrado a pouco mais de 1,5 metros de profundidade, no momento da abertura dos caboucos para a construção da sua casa. O mesmo cidadão recuperou também um dormente de mó circular com diâmetro aproximado de 50cm. Esta mó é tida e achada numa das suas lojas.

⁶⁰ Áreas de dispersão dos vestígios à superfície no 'Agrupamentos 3', após prospeções do 'tipo A': S27 e S54 c. 6000m²; S26 c. 1,23ha; e S22 c. 2500m². Foco de dispersão e área de dispersão dos vestígios à superfície no 'Agrupamentos 4', após prospeções do 'tipo B': c. 4000m² e c. 8000m², respetivamente.

Ou seja, resumindo e face ao exposto, parece-nos que as áreas de dispersão de materiais romanos que dão forma aos 'Agrupamentos 3 e 4' poderão corresponder a uma *villa* (*villa* do 'Vale do Coito' — inédita), situada na área periurbana da cidade, imediatamente a sul do rio de Cavalos: ainda que não rejeitemos liminarmente a possibilidade destas manchas de materiais resultarem antes de uma extensão da própria malha urbana. Sendo *villa*, poderemos até à partida supor que os materiais observados (no que a seguir designaremos como 'Agrupamento 5') poderão resultar da presença de um núcleo rural romano de menores dimensões, tipo *tugurium* ou casal, situado no *fundus* desta hipotética *villa*.

Com efeito, para nascente — e não muito longe do 'Agrupamento 4' — situa-se o por nós designado de 'Agrupamento 5' [anexo 15, mapa 25]. Este agrupamento é constituído pelos S31 (cujo topónimo é 'Chão Grande') e S53. Em ambos os setores foram detetados fragmentos de cerâmica de construção da época romana (exemplares de *tegulae* para o S31 e de *imbrices* para o S53). Para este quadro de investigação realizámos uma prospeção do 'tipo C' — com área total de ~4,9ha — que envolvesse ambos os setores e circunscrevesse uma superfície delimitada quer pela margem sul do rio de Cavalos, quer por uma ou outra forma inscrita na paisagem (por ex.: os limites principais de propriedades). Os S52 e S33 — tangenciais aos limites sul e oeste da prospeção do 'tipo C' — foram excluídos desta equação; pelo facto da não identificação nesses setores de material de construção, concreto do período romano. No S53 a dispersão dos materiais «cinge-se» a dois focos de concentração, dentro dos próprios limites do setor. Por seu turno, o S31 tem uma área de dispersão de materiais de ~1600m².

O 'Agrupamento 6' situa-se na margem norte do rio de Cavalos, bem no extremo nascente da nossa área-alvo de prospeção. E é constituído pelos S7 e S20 [anexo 15, mapa 25]: superfície de terreno cujo topónimo é 'Ameal Redondo'. A «existência» do 'Agrupamento 6' é em tudo devida à carestia de materiais de superfície no S60; carência, essa, já expressa cinco parágrafos antes, dando origem à L1 e subsequentemente à brecha na nossa definição para «tecido urbano contínuo da *civitas* bobadense». A ausência de informação (neste caso no que toca à inexistência de focos de concentração e da mingua de materiais à superfície), também é informação! i.e., as ausências (ou as aparentes ausências) em arqueologia também encerrarão uma razão e devem procurar explicar-se. E esta informação deu-nos a oportunidade de desenvolvermos uma prospeção do 'tipo C' (com ~1,9ha de área) entre o limite nascente do S60, passando pelo S20 e terminando no limite nascente do S7, sempre acompanhados pela margem norte do rio de Cavalos. Quer o S20, quer o S7 (com o topónimo de 'Ameal Redondo'), viram aumentados os seus focos de concentração de materiais — aquando das prospeções do 'tipo A' — para ~1200m² e ~1000m², respetivamente. Mais adiante neste trabalho, voltaremos a debruçar-nos sobre o 'Agrupamento 6', pois parece-nos existir uma possível correlação não só espacial como também funcional, entre o agrupamento em questão, o S32 (no enfiamento dos S20 e S7, na vertente umbria do 'Outeiro de São Sebastião'), e o topónimo 'Quinta da Cal', situado para nordeste dos S20 e S7, mas nas imediações destes.

O 'Agrupamento 7' surge-nos como uma espécie de «enclave» entre o 'Outeiro de Senhora da Luz' e o 'Outeiro Gordo'. E é constituído pelos S65, S68 e S69. Tal como o S65, os dois últimos foram considerados de setores de 'média altitude'. Individualmente, todos foram sujeitos inicialmente a prospeções do 'tipo A'. E em todos foram detetados focos de concentração de material. Dada a sua

localização afastada em relação ao núcleo cultural de Bobadela e aos setores mais a norte prospetados (S1, S2, S3, S17 e S36), não «pestanejámos» em pôr em prática uma prospeção do 'tipo C', com área de ~6,9ha. A área prospetada circunscreveu os dois sopés dos outeiros supracitados, abarcou duas vias (uma rural, a sul — limite sul da prospeção, linha 4, L4 —, e uma outra via municipal situada sensivelmente a meio da área de prospeção⁶¹), e findou com a fronteira natural entre as propriedades cultivadas e a formação arbórea — pinhal — que para norte se desenvolve. Dela obtivemos 2 focos de dispersão de materiais: o primeiro abrangeu os dois focos de concentração de materiais dos S68 e S69, com ~1300m²; e o segundo ampliou o foco de concentração de materiais do S65 para ~1600m². É verdade que entre nos S68 e S69 o saldo dos fragmentos cerâmicos, contabilizados ou observados, pautou-se pelos 45 fragmentos: com escassa e disforme cerâmica de construção. Mas o nosso destaque no 'Agrupamento 7' vai para o S65, onde os fragmentos com pastas de cerâmica 'cinzenta fina' — apesar da maior percentagem ser disforme — se revelaram de forma generosa.

De fora deste balanço descritivo ficaram; os S28, S29, S30, S36 e S58. Os setores 28 e 36 (o primeiro na margem oeste do braço-de-água resultante da junção das ribeiras de Gramundes e da Figueirinha, e o segundo no extremo noroeste da área-alvo de prospeção) não permitem uma interpretação conjunta dos seus espaços, face aos seus manifestos isolamentos. Os S29 e S30 localizam-se na margem sul do rio de Cavalos; margem oposta ao 'Agrupamento 2' e na mesma banda do S10. Muito embora partilhem de contiguidade espacial e em cada um dos setores termos registado a evidência de um exemplar fragmentado de *imbrice*, torna-se difícil também uma leitura conexa, entre ambos, e estes a uma escala mais abrangente — a faixa de terreno a prospectar ainda é considerável. O S58 padece do mesmo «mal»! Mas neste caso a responsabilidade será toda nossa: faz dois anos a esta data que o espaço que se interpõe entre o S10 e o S58 e a oportunidade de o prospectarmos nas tão desejadas condições idílicas, fuge-nos por «entrededos».

A forte presença de fragmentos de cerâmica 'cinzenta fina', de época romana, registada nas áreas e setores prospetados, levou-nos a representar esse fabrico no anexo 15, mapa 25. Por singularidade espacial, implantámos — no mesmo anexo e no mesmo mapa — os setores onde foram recolhidos fragmentos cerâmicos com pastas calcíticas e quartzíticas, também aparentemente de época romana.

Damos por encerrado este subcapítulo com a apresentação de mais 5 anexos. No anexo 16, mapa 26, expomos um conjunto de registos fotográficos de vestígios superficiais, com aparentes características da época romana, que identificámos durante todo o nosso processo de prospeção arqueológica — entre eles contam-se mós rotativas e elementos arquitetónicos, como capitéis e fustes de coluna [anexo 16, fotos 53 a 64].

Reservamos para o anexo 17, mapa 27, estampas n.ºs 35 a 61, o registo desenhado de determinados fragmentos cerâmicos de possível classificação romana (a ex.: de cerâmica de construção — *lateres*, *tegulae* e *imbrices* —, cerâmica comum e alguns exemplos de terra *sigillata*) que também recolhemos durante toda a nossa «epopeia prospetória». Alguns dos exemplares que compõem o anexo 17 foram também conjugados com um ou outro possível paralelo formal.

⁶¹ É certo que a via municipal «corta» a área de prospeção. Contudo, não definimos o espaço com outra linha divisória, neste caso, com a 5ª linha (L5). Para sul, a área de prospeção foi delimitada pela L4, visto existir ainda algum espaço por prospectar: da L4 até ao S17. E o cenário de prospeção não é o mesmo para norte: os S65, S68 e S69 são praticamente contíguos, tendo pelo meio a dita via municipal.

Já os anexos 18, 19 e 20⁶² elencam as 'Fichas de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem' dos setores onde foram recolhidos os materiais com características — quer em termos de fabrico como ao nível dos aspetos morfológicos e funcionais — associadas à época romana.

O 5º e último anexo, o anexo 21, mapa 28, surge com a necessidade que sentimos em antecipar — e apresentar de forma mais simplificada — a eventual possibilidade de justificarmos (concretamente, no subcapítulo 4.1) o carácter de lata diacronia que determinados setores poderão comportar, em função da simultânea recolha nas suas superfícies, quer de fragmentos cerâmicos com pastas e formas suscetíveis de nos remeterem para cronologias «pré-romanas», quer de fragmentos cerâmicos atribuíveis à época romana. No entanto, convém desde já sublinhar o seguinte: sobretudo nos locais que corresponderão a núcleos romanos de povoamento rural, as cerâmicas com características aparentemente pré-romanas poderão somente corresponder a produções locais e regionais de tradição indígena mas de cronologia já romana; ou, também, não podemos descartar a hipótese de fabricos mais grosseiros testemunharem uma ocupação pós-romana (de época suevo-visigótica), da possível *villa* (ou *villas*) e dos hipotéticos casais identificados.

Apresentado o protocolo de aquisição dos dados e a sua dimensão mais descritiva, retomaremos este conjunto de informação no subcapítulo 4.2, quando o perspetivarmos mais sobre o seu ponto de vista analítico e interpretativo.

⁶² Por motivos de organização deste trabalho houve a necessidade de suprimirmos do anexo 19 a 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', respeitante ao setor 66.

3.2. Escavação arqueológica

3.2.1. Metodologia

A escavação arqueológica é um dos outros pilares em que assenta o corpo teórico-metodológico da nossa investigação. A escavação arqueológica foi realizada no âmbito do núcleo histórico de Bobadela. E decorreu entre 12 de junho e 3 de novembro de 2010.

Pretendemos com a redação deste subcapítulo: dar a conhecer o processo de escavação adotado e a estratégia geral de atuação — tida como metodologia de identificação e registo mas também de configuração e dimensão que o plano geral de escavação assume (HARRIS, 1989: 34-38; CARANDINI, 1997: 47-56) —, “...na medida em que foi esse o protocolo particular de intervenção que permitiu a recolha dos dados sobre os quais assentam as nossas propostas interpretativas e explicativas.” (CARVALHO, 2006: 106).

No subcapítulo 3.1.1. deixámos a antever qual seria a nossa postura no que dizia respeito ao grau de importância que atribuímos à prospeção arqueológica de superfície e à escavação arqueológica. O momento que agora vivemos neste trabalho leva-nos a reforçar essa consideração: dado que ambas (cada qual à sua escala de análise) assumiram funções de cúpula e de complementaridade no quadro geral do nosso processo de investigação arqueológica, i.e., o estudo que temos vindo a apresentar — tendo em conta o seu objeto — sairia verdadeiramente redutor, se a esta «simbiótica» relação arqueológica suprimíssemos uma dessas práticas. Veremos no próximo capítulo que a prospeção arqueológica de superfície possibilitou-nos recolher dados passíveis de nos fornecerem “... uma série de indicadores que permitem observar o conjunto de uma paisagem antiga e articular os seus elementos...” (CARVALHO, 2006: 107), e assim apresentarmos um modelo teórico de povoamento pré-romano e romano para a várzea bobadelense.

Já neste subcapítulo a escavação arqueológica consentiu-nos — sobre uma perspetiva construtiva, funcional e cronológica — o esboçar de “...uma imagem reveladora da organização funcional na área envolvente ao núcleo edificado...” (CARVALHO, 2006: 108), principalmente, quando o atual e frequentemente desconcertante tecido urbano do núcleo cultural de Bobadela assume o tal papel de «implacável» entrave, deixando praticamente «indefeso(a)» o(a) arqueólogo(a) que procure reconstruir a realidade passada no seu conjunto.

No quadro atual do processo de investigação arqueológica, a escavação — baseada num conjunto de normas e de juízos fundados no seio da ciência arqueológica — é uma atividade particularmente exigente e complexa: há que dizê-lo com frontalidade e sem embaraço. Reunidas as condições essenciais (devidas autorizações do proprietário e da tutela) e as possíveis (recursos humanos e financeiros), a primeira parte da agenda de investigação implica o engendrar de um plano geral de escavação; e este obedece sempre a uma clara definição, a uma explicitação concreta dos objetivos da investigação, das metas a alcançar com a sua execução. Estes objetivos, que repousam sobre uma convenção de conhecimentos técnicos e dispositivos metodológicos de recolha a que poderemos recorrer e cujas qualidades julgamos ser as mais adequadas para atingirmos as metas traçadas, são consolidados em questões praticáveis e substanciais, previamente colocadas, das quais dependerão o desenho inicial da estratégia de escavação e o grau de sucesso da própria escavação (CARVALHO, 2006: 109).

Deste modo, pomos de parte a ideia de que o(a) arqueólogo(a), ao empreender o seu plano geral de escavação o faça desprovido(a) de quaisquer ideias preconcebidas, de construções teóricas

previamente formuladas e que consiga manusear os dados e formular propostas interpretativas num *modus operandi* claramente indistinto e objetivo. Não somos autómatos! E esta mundividência conceptual em que vivemos (repleta de preconceitos vigentes) acaba por inevitavelmente conduzir-nos a uma interpretação particular, subjetiva — não no seu sentido falacioso —, de muitos dos dados observados. Aliás, a postura que adotámos para a planificação do nosso plano geral de escavação, não poderia ser outra; dado que algumas das questões inicialmente colocadas inscreviam-se numa determinada problemática histórica (CARVALHO, 2006: 109), que ao longo dos tempos tem vindo a ser reconstruída, em função dos resultados obtidos a partir das sucessivas escavações arqueológicas, desenvolvidas um pouco por toda a parte do casario principal desta sede de freguesia beirão.

Neste perspetiva, parece-nos possível admitir que a dimensão interpretativa de uma determinada contingência histórica nem sempre tem o seu fim à vista; a sua necessária interpretação conjuntural e/ou estrutural do espaço em conjunto — deste e de outros núcleos culturais, onde imóveis coevos coabitam com eloquentes vestígios do passado —, esbarra, entretanto, nas suas particularidades urbanísticas, deixando somente «espaço» para o tal *puzzle* interpretativo a que fizemos referência na 'Introdução' deste trabalho.

Mesmo confrontados com estes restringimentos interpretativos e tendo sobretudo em elevada consideração o local onde se realizou a escavação (nas imediações «próximas» do espaço *forense* da antiga capital de *civitas*), [anexo 22, planta 1], não poderíamos (nem deveríamos) fazer tábua-rasa, por exemplo: da tese defendida por Helena Frade concernente às dimensões e configuração geométrica do *forum* romano da outrora capital de *civitas* bobadelense (FRADE, *et al.*, 1995: Est. II - fig.2; FRADE, 2010: 231 - fig.1), da qual damos conta no anexo 22, plantas 2 e 3; ou da proposta — adentro das mesmas valências — avançada por Maia do Amaral para a mesma megaestrutura da arquitetura urbana romana (AMARAL, 1983: 9 - fig.2; 1983 Parte II: 4 - fig.2). Proposta que apresentamos no anexo 22, planta 4.

Além deste, existe um outro conjunto de questões que pelo seu sentido de oportunidade (raçando a qualquer momento do plano geral de escavação) imprimem ao plano um carácter progressivo; permitindo-lhe — através de uma atitude crítica e inconformista do(a) próprio(a) arqueólogo(a) — completar-se ou reescrever-se em função de um constante questionar dos dados obtidos, i.e., “...com o desenrolar dos trabalhos e em função dos resultados alcançados, novas questões vão sendo formuladas e novas estratégias de atuação podem ser promovidas, não se ficando estritamente amarrado ao plano inicial.” (CARVALHO, 2006: 110). Assim, seguimos a nossa estratégia geral de atuação pela mesma metodologia; apetrechando-a da necessária flexibilidade e de alguma dose de pragmatismo (ROSKAMS, 2001: 30-31 e 35-36).

Tal como as demais, a nossa campanha arqueológica (2010) inscreveu-se num quadro temporal e de recursos — humanos e financeiros — limitado. Este «saber com o que contar» manifesta-se sempre de vital importância. A ponderação prévia e cuidada de determinados fatores, decretaria vigorosamente a estratégia geral de intervenção arqueológica que adotaríamos e o grau de sucesso da própria escavação; principalmente, quando alguns desses fatores diziam unicamente respeito a esta campanha arqueológica. Referimo-nos, por exemplo, ao montante financeiro disponível para levarmos a cabo a campanha arqueológica; montante, esse, que nos impossibilitou de sujeitar o espaço a intervir às sondagens geofísicas. Caso este «ver sem escavar» tivesse ocorrido, permitir-nos-ia obter uma «radiografia» do subsolo; tentando aferir, com mais exatidão, qual o seu potencial arqueológico e as formas que nele se «escondem». E com base neste prévio conhecimento ficaríamos melhor preparados, à partida, para gerir e otimizar os diversos recursos disponíveis para a

campanha, bem como planejar com maior segurança a estratégia geral de escavação, incluindo o seu próprio método de escavação. Seria depois também metodologicamente interessante procurar verificar o grau de correspondência entre a imagem proporcionada pela geofísica e os dados da escavação.

Com isto não queremos dizer que perante a ausência das sondagens geofísicas, o nosso plano geral de escavação saísse diminuído e/ou seguisse contornos menos aconselháveis. Bem pelo contrário! A sua ausência levou-nos a redobrar as atenções no que diz respeito à organização da estratégia geral de atuação. Neste encaço e em termos de calendarização, mereceram-nos especiais reparos: a salvaguarda dos princípios promulgados para o projeto 'Férias Arqueológicas'⁶³, e o momento mais propício para a realização da escavação⁶⁴.

⁶³ A escavação arqueológica realizou-se no âmbito da 3ª edição do projeto 'Férias Arqueológicas' (verão/2010). Na fase de conceção deste projeto, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (enquanto entidade promotora do projeto) estabeleceu algumas premissas e objetivos para que este passasse da teoria à prática. Para além dos já elencados no 'Preâmbulo' deste trabalho, existe um outro princípio — imaculado até ao momento — que tem marcadamente contribuído para a recorrência saudável das edições deste projeto: o princípio de não lesarmos a comunidade Bobadelense, ao colocarmos na estrada (ou melhor dizendo, no campo) as campanhas arqueológicas independentemente das suas naturezas (prospeção ou escavação) e dos espaços onde se desenvolvem (na várzea bobadelense ou no próprio tecido urbano do seu núcleo cultural). Ora, o espaço destinado à nossa escavação — um logradouro com 133 m² de área-útil — era e é o ponto-de-passageira para algumas famílias que habitam a sua envolvente. Assim, a estratégia geral de atuação, entretanto a definir, deveria ir ao encontro do princípio anteriormente enunciado; respeitar — como respeitou —, na íntegra, o bem-estar e os afazeres quotidianos dos moradores, e contribuir — como contribui — para o revigorar do projeto. O descuidar deste grau de respeito, levaria, sem apelo nem agrado, à «morte prematura» deste «recém-nascido» projeto. E este não era — nem é — definitivamente o nosso desejo!

⁶⁴ Para darmos seguimento aos objetivos inicialmente traçados para o projeto 'Férias Arqueológicas', fizemos coincidir a campanha arqueológica com as férias escolares estivais de 2010. A experiência que adquirimos na planificação das suas duas anteriores edições (dedicadas à prospeção arqueológica de superfície) levou-nos a tomar as devidas precauções quanto à planificação desta 3ª edição (reservada à escavação arqueológica). E ainda bem que as tomámos! Pois são transversalmente incomparáveis. Começando: *i*) pela planificação do projeto (e não nos referimos apenas ao plano de estratégia geral de escavação, mas também a todo um conjunto de tarefas fundamentais para pormos em prática as campanhas arqueológicas, cujas gestões rigorosas e otimização dos meios são «meio-caminho andado» para uma lógica de sustentabilidade e de crescimento do projeto; *ii*) por o programar os horários dos transportes em articulação com os 4 agrupamentos escolares do concelho e com outros limítrofes; *iii*) por garantir alojamento e alimentação aos colegas provenientes do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra e providenciar todos os recursos materiais indispensáveis, por exemplo, para uma escavação arqueológica são algumas dessas tarefas); *iv*) passando pelas próprias naturezas e objetivos das campanhas arqueológicas (decerto que a interrupção — por qualquer vicissitude, caso de alterações climáticas registadas no decorrer da prática arqueológica — de uma campanha reservada à P.A.S traria alguns transtornos quer aos participantes, quer à entidade promotora do projeto, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Mas, muito provavelmente, estas contrariedades seriam redobradas caso se tratasse de por cobro a uma escavação arqueológica, onde a sua reativação requeria, certamente, também um desdobrar de esforços); *v*) e terminando na produção de conhecimento científico (a interrupção prematura da escavação arqueológica não só deitaria por terra todo o trabalho previamente desenvolvido para a sua planificação, como a qualidade/quantidade dos dados — dela recolhidos — seriam verdadeiramente inconclusivos). Em suma, campanhas dadas à P.A.S. e à escavação arqueológica (enquadradas no âmbito do projeto 'Férias Arqueológicas') assumiram um vetor espaço-temporal em função dos fatores anteriormente equacionados. Assim, reservámos para as campanhas destinadas à P.A.S. as férias escolares da páscoa e para a escavação arqueológica de 2010 (e futuras) reservámos (e reservaremos) as férias estivais.

Todavia, os fatores previamente ponderados não se esgotaram na experiência adquirida, nem no organizar do projeto atrás da secretária. Além das questões precedentemente colocadas e das que emergiram durante o plano geral de intervenção, surgiam informações, que, pelo conhecimento de causa dos seus emissores, deveriam ser — como foram — admitidas; constituindo também estas uma mais-valia contributiva para a planificação da estratégia geral de escavação. Falamos das informações provenientes dos testemunhos orais, as quais devem ser respeitosamente consideradas⁶⁵.

Ultrapassada esta fase processual, cabia-nos então decidir sobre qual seria o método de escavação a adotar. Neste seguimento, colocámos sobre-a-mesa do plano geral de intervenção dois métodos de escavação: o método segundo a «quadricula Wheeleriana»⁶⁶, e o método em *open area* ou área aberta⁶⁷.

⁶⁵ Prova do considerado é o testemunho que o Sr. José (cabeça de casal da família Mota e residente no próprio logradouro) nos prestou na fase de reconhecimento da área de escavação. Em 2007, o Sr. José, ao abrir uma vala para escoamento de águas da sua casa para o sistema de saneamento público (trajeto da vala implantado no anexo 23, planta 5, com a letra A), detetou, defronte ao patamar térreo que antecede as escadas de acesso ao seu domicílio e segundo as suas palavras: "... «rocha» a alguns 20cm de profundidade!" (que apresentamos com a letra B no mesmo anexo e na mesma planta).

⁶⁶A «quadricula Wheeleriana» foi «desenhada» por Mortimer Wheeler. Este método de escavação — amplamente difundido desde a década de 30 do século passado e aplicado na arqueologia de campo, desde então — tem como sustentabilidade metodológica um sistema multiplicativo de sondagens de formato quadrangular, separado por banquetes; testemunhos intermédios, estes, que facilitavam, logo à partida, a remoção das terras para fora da área escavada. Este método primava: pela dimensão diacrónica como meio de determinar a sequência estratigráfica de um sítio, já que esta dimensão se encontrava verdadeiramente representada nos quatro cortes estratigráficos verticais de cada um dos quadrados; e, como Mortimer Wheeler também o advogava, pelo maior controlo quer da escavação em geral, quer do registo estratigráfico, feito quadrado a quadrado. Estes dois controlos eram asseverados na medida em que cada unidade de escavação (ou um conjunto delas) ficaria sobre a alçada de um único responsável, vendo, este, quadruplicadas — tantas vezes quantas as unidades de escavação ao seu encargo — as possibilidades de sucesso do registo estratigráfico (WHEELER, 1954: 20-37).

⁶⁷ O primeiro arqueólogo a propor a eliminação dos testemunhos / banquetes e a propor a escavação em área aberta (*open area*) foi Martin Biddle (escavou em Winchester). Mas esta nova estratégia de escavação, que centrava a sua atenção na observação e registo dos sucessivos planos, começa a difundir-se a partir dos anos 70 e para isso muito contribuiu P. Barker e o livro 'Techniques of Archaeological Excavation', 1977.

Mas o primeiro método enunciado não servia os nossos propósitos. E por vários motivos! Tomemos como exemplo a «rocha» à qual o Sr. José se referiu e que de pronto nos deixou algumas interrogações, relativamente à adoção da «quadrícula Wheeleriana» para o nosso método de escavação: seria essa «rocha» um afloramento rochoso de pequenas dimensões — circunscrito a uma zona específica da área de escavação — e que à semelhança de outros tantos são visíveis aqui e acolá à superfície de Bobadela? Seria o possível afloramento rochoso extenso a toda — ou a praticamente toda — a área de escavação? Ou seria ainda a mesma «rocha» já uma estrutura arqueológica soterrada a escassos 20 cm de profundidade? As questões eram tantas, quantas as reticências em elegermos este método de escavação, principalmente, se a «rocha» — ou a hipotética estrutura arqueológica — se circunscrevesse a um espaço restrito da escavação; pois ficaríamos sempre na dúvida quanto à 'baixa' ou à 'elevada potência estratigráfica' da restante área de escavação⁶⁸.

Outras desvantagens metodológicas são conhecidas e foram estas que nos levaram a optar por escavar em área. Referimo-nos, por exemplo, ao facto das banquetes pré-estabelecidas poderem encontrar-se numa posição não desejada, ocultando sistematicamente estruturas e impedirem o registo das relações estratigráficas existentes no seu interior, e, deste modo, coibirem uma visão de conjunto de estratos e estruturas (contemporâneas) em plano, dificultando a interpretação. Estas inconveniências metodológicas podem também originar que uma mesma unidade estratigráfica, consoante o quadrado em que se encontra, é identificada e escavada em momentos diferentes: a visão estratigráfica que as suas secções proporcionam não é necessariamente idêntica à do plano escavado. Depois, considerámos e atendemos também a questões e aspetos relacionados com a segurança e com o perigo de aluimento das banquetas, quando a potência estratigráfica é elevada.

⁶⁸ Caso se verificasse a 'baixa potência estratigráfica', este método de escavação comprometeria, mais cedo ou mais tarde, o princípio do projeto 'Férias Arqueológicas', anteriormente enunciado, i.e., ao projetarmos a quadrícula e as respetivas banquetas a toda a área de escavação ou ao fazermos coincidir uma ou um conjunto de quadrados em espaços estrategicamente localizados (com ou sem a desmontagem das banquetes), os incómodos infligidos a quem faz do logradouro local de passagem diário seriam por demais evidentes! Por outro lado e ao verificar-se a 'elevada potência estratigráfica', a circunstância não asseguraria dois dos princípios basilares da «quadrícula Wheeleriana»: o registo estratigráfico, e, por conseguinte, o controlo geral da escavação. Isto, porque, o projeto 'Férias Arqueológicas' conta, desde a sua 1ª edição, com a presença de colegas oriundos do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. Porém, e à exceção do colega Rui Baptista — que nos tem acompanhado desde a fase embrionária do projeto —, as suas presenças registam uma frequência semanal, quinzenal ou mensal. Logo, se atribuíssemos uma unidade de escavação (quadrado/sondagem) a um único responsável (e levando também em linha de conta o fator 'elevada potência estratigráfica') nada nos garantiria que o mesmo colega iniciasse e terminasse um quadrado durante o seu período de permanência na escavação. Assim, o registo estratigráfico andaria de «mão-em-mão». E «cada cabeça, sua sentença», como diz o provérbio! Ou no nosso caso «cada cabeça, seu registo estratigráfico!»

Nesta fase deparámo-nos de facto com a premência de acarearmos as dúvidas (ao jeito de questões, criadas pelo testemunho prestado pelo Sr. José Mota — e longe de colocarmos em causa a sua veracidade, o Senhor só relatou o que lhe pareceu ser!), com outro tipo de dados mais sólidos, mais concretos, resultantes, por exemplo, do levantamento topográfico da área de escavação e da sua envolância; que mediasse preferencialmente entre o arco romano de Bobadela, passando também de preferência pela área destinada à nossa escavação, e um ponto intermédio no entroncamento das ruas 'Emilia Pestana Coelho' e 'Fundo da Vila'⁶⁹.

Recuperamos agora o alinhamento das nossas ideias com a exposição do segundo método de escavação colocado sobre-a-mesa do nosso plano geral de atuação: o método em *open area* ou área aberta. Este método surgiu como uma «detracção», como uma crítica ao método da «quadrícula Wheeleriana». Catapultada pelo espírito analítico e reformista da *New Archeology* e fundamentalmente aplicado pela mão da arqueologia urbana anglo-saxónica, esta nova estratégia de escavação ganhou terreno na prática arqueológica a partir dos anos 70 do século XX (BARKER, 1977). As naturezas dos seus argumentos críticos incidiam precisamente sobre os testemunhos intermédios pré-estabelecidos no eixo da malha quadriculada e a sobrevalorização que lhes era atribuída no que toca ao registo estratigráfico (CARNDINI, 1997: 50-52), i.e., e como antes referimos, “...a razão desta crítica funda-se essencialmente no facto das banquetes compartimentarem artificialmente toda a escavação, impedindo sempre uma visão abrangente e de conjunto de realidades estratigráficas contemporâneas...” (CARVALHO, 2006: 112). E a crítica energética prosseguiu dentro dos mesmos parâmetros. A atribuição de um ou de um conjunto contíguo de quadrados a um único responsável conduzia, inexoravelmente, à coexistência de vários ritmos de escavação; várias frentes de trabalho, com diferentes ritmos de escavação, dificultam sobremaneira qualquer interpretação ou registo, em simultâneo, de um conjunto de elementos originalmente contemporâneos⁷⁰, i.e., “...uma mesma fase (de ocupação ou de destruição) pode não ser identificada e analisada ao mesmo tempo no interior dos diferentes quadrados, dificultando assim as interpretações.” (*idem*: 113).

O método de escavação em *open area* ou área aberta pugnou por uma alteração fundamental: a documentação estratigráfica passaria a ser preferencialmente o resultado da leitura detalhada dos sucessivos planos, relegando para segundo «plano» as observações verticais dos cortes e a dimensão diacrónica por estes evidenciados (CARANDINI, 1997: 53-54), permitindo, desta forma, uma melhor visão de conjunto e simultânea dos contextos estratigráficos contemporâneos (CARVALHO, 2006: 114).

Pesados os prós e os contras de ambos os métodos, a nossa opção recaiu justamente sobre esta última estratégia de escavação: o método em *open area* ou área aberta. Contudo, a estratégia eleita sofreu alguns ajustes ou adaptações, apelando, assim, à tal necessária flexibilidade e alguma

⁶⁹ Dada a agenda sobrecarregada do Departamento de Topografia e de Desenho Técnico camarário, houve a necessidade de protelarmos esse levantamento por mais algum tempo. Este compasso de espera deu-nos a possibilidade de observarmos a orografia do espaço que sujeitaríamos a esse posterior levantamento. E mesmo de forma empírica, foi de fácil observação o ainda considerável e abrupto diferencial de declive registado entre o entroncamento das ruas 'Fundo da Vila' e 'Emilia Pestana Coelho', e a propriedade do Eng.º Agostinho Vaz Patto, da qual o logradouro — o nosso espaço de escavação — faz parte integrante. Mas nada melhor que esperarmos pelos resultados do levantamento topográfico para corroborarem (ou não) com os resultados da nossa observação.

⁷⁰ Esta particularidade da «quadrícula Wheeleriana» só agudizaria ainda mais os motivos expressos na nota 68, por conta dos fatores de 'elevada potência estratigráfica' e do regime de permanência dos colegas na escavação.

dose de pragmatismo a que o plano geral de escavação deverá ser dotado. Estes ajustes, estas adaptações, não se limitaram a solucionar este ou aquele problema no decurso da escavação, propriamente dita; procuraram também, desde o início, (e na mais que provável impossibilidade de escavarmos toda a área do logradouro — sobretudo, quando agora já detínhamos na nossa posse os resultados do levantamento topográfico⁷¹— anexo 23, planta 6), deixar uma base de trabalho (um espaço de «reserva arqueológica») para futuras intervenções.

Foi também com esse intuito que decidimos quadricular todo o logradouro; independentemente da localização estratégica de cada quadrado ou da orientação dos conjuntos de quadrados hipoteticamente a escavar. A disposição no terreno dos quadrados — cada unidade com 2 metros de lado — obedeceu à inicial projeção de dois eixos perpendiculares entre si: um paralelo a toda a fachada principal da casa do Eng.º Agostinho Vaz Patto, assumindo *grosso modo* o sentido norte/sul [letra C — anexo 23, planta 7]; e outro, que, no sentido oeste/este, partisse da mediatriz do anterior e atravessasse todo o logradouro [letra D — anexo 23, planta 7]. Os restantes quadrados foram sucessivamente projetados em função dos dois eixos anteriores, ao mesmo tempo que atribuíamos a cada quadrado uma designação alfanumérica [anexo 23, planta 7]. No passo seguinte, registámos as cotas de superfície relativas ao ‘Ponto 0 da escavação’ implantado na «soleira-da-entrada/saída» do próprio logradouro [anexo 23, planta 8].

Consumadas estas tarefas afigurava-se o momento de decidirmos sobre qual a organização/disposição no terreno de escavação dos quadrados a escavar⁷².

Decidimos programar a abertura conjunta de um agrupamento de quadrados contíguos e desprovidos de testemunhos intermédios, escavado plano após plano e sempre numa perspetiva sincrónica, i.e., individualizando os estratos (= Unidades Estratigráficas), de acordo com os seus contornos naturais e removidos (quando se tratava de depósitos) pela ordem inversa aquela em que foram depositados (HARRIS, 1989: 34; CARVALHO, 2006: 118). Assim, o estabelecimento das relações estratigráficas seria precedido pelo desejável destrinçar dos diversos depósitos sedimentares, atendendo, sobretudo, à sua cor, compatidade, textura, tipo de inclusões e olhando simultaneamente à composição do material arqueológico que continham, ficando a dimensão diacrónica do registo estratigráfico salvaguardada não só pelas relações topográficas entre as U.E.’s que iam sendo registadas, como pelos cortes verticais/limites dos próprios quadrados.

⁷¹ O declive entre o arco romano e o ponto intermédio da área do logradouro é praticamente impercetível: os ~73,50m que perfazem a distância entre estes dois pontos registam um diferencial altimétrico de aproximadamente 1cm, i.e., $\pm 0,01\%$ de pendente. Esta ausência de pendente é interessante e deve ser valorizada no momento da interpretação de todo este espaço como área do *forum*. Idêntico cenário não se regista no que toca, quer à distância, quer à pendente de declive, entre o ponto intermédio da escavação e o ponto de interceção das ruas 'Fundo da Vila' e 'Emilia Pestana Coelho': os ~82m que distam entre estes dois pontos acusam um diferencial altimétrico de sensivelmente 6m, i.e., $\pm 7\%$ de pendente. Dados que só vieram corroborar com a nossa prévia e empírica avaliação, e que simultaneamente nos alertou para as medidas a tomarmos quanto à estratégia propriamente dita de escavação (tida, agora, como organização/disposição no terreno de escavação dos quadrados a escavar).

⁷² Dadas as questões previamente ponderadas (dentro ou fora de uma problemática histórica), os princípios emanados pelo projeto 'Férias Arqueológicas', o momento mais adequado para a realização da escavação, os resultados do levantamento topográfico e as virtuosidades do próprio método de escavação que elegemos, colocaram-nos de sobreaviso para o seguinte facto: seria de todo contraproducente proceder à abertura, logo à partida, de uma área excessivamente vasta de escavação. Esta postura poria certamente cobro também à nossa vontade expressa de deixarmos algumas diretrizes para futuros trabalhos, pois poderia muito bem dar-se o caso de interrompermos a campanha e não alcançarmos resultados satisfatórios. Principalmente quando o desejável seria: atingirmos (caso possível) o substrato-rochoso.

Porém, não escondemos que face a algumas particularidades da nossa área de escavação este procedimento nem sempre se mostrou de simples aplicação⁷³. Por muito que pugnássemos pela limpeza das superfícies escavadas, a determinação, num plano, das relações físicas imediatas entre estratos tornaram-se bastas vezes complexas, face à presença do elemento 'água'⁷⁴. E também não ocultamos os propósitos que estiveram na base para a localização e orientação dos quadrados A3, B3, C3, D3, E3, F3 e G3, inicialmente selecionados para escavarmos [anexo 24, planta 9]⁷⁵.

⁷³ O espaço destinado para a nossa escavação apresenta no seu geral uma configuração geométrica retangular. Excluindo o lado nascente da dita figura geométrica — reservado à única entrada/saída pública do logradouro —, os seus restantes lados são fisicamente delimitados pelas fachadas de 4 fogos habitacionais (concretamente, pelos números-polícia 5, 7, 11, 13 da rua Manuel dos Anjos Mendes). E todos partilham uma característica comum: uma das pendentes dos seus telhados de duas-águas «precipita-se» para o logradouro. Logo, o espaço para além de logradouro é também um ancoradouro de águas pluviais ou de outra natureza de águas; tendo simplesmente uma pequena escapatória no canto sul da fachada principal da casa do Eng.º Agostinho Vaz Patto [anexo 24, planta 9, letra E]. As poucas mas intensas precipitações que se fizeram sentir antes e durante o processo de escavação (às quais nos reportaremos mais adiante) condicionaram bastante o destrinçar das diversas Unidades estratigráficas (U.E.'s); já que empoçada a água o seu processo de infiltração processa-se de forma mais rápida e atinge com ímpeto os sucessivos estratos arqueológicos. Esta penosidade é agravada no processo inverso: na evaporação, que, por inerência do último fator que apontámos, é mais lenta. Perante este efeito natural e incontornável (causado também por um fator antrópico, a orientação das pendentes dos telhados), e apesar da articulação, em inúmeras situações, entre compacidade, textura e/ou o tipo de inclusões, e nem tanto pela cor que os depósitos evidenciavam, a remoção dos sedimentos seguia estritamente os contornos da sua extensão natural e original, principalmente, nas identificações das valas-de-fundação dos atuais imóveis, e, inclusive, de algumas unidades estratigráficas (U.E.'s) a cotas mais profundas, revelou-se particularmente arriscada ou mesmo problemática. Com o propósito óbvio de interpretarmos e reconstruirmos o mais fidedignamente possível a realidade em emersão, algumas Unidades Estratigráficas (U.E.'s) foram agrupadas e integradas em categorias interpretativas mais específicas, como, por exemplo, área de combustão, enchimento de fossa ou de tubagem e aterro nivelador, ou, mais genéricas, casos de nível de construção, ocupação ou de destruição. Mesmo assim, todas as Unidades Estratigráficas (U.E.'s) foram registadas, atendendo, sempre que possível, à sua composição física (ex.: superfície, perímetro, relevo, volume e posição relativa (CARANDINI, 1997: 35-36), e cotadas em fichas individuais que concebemos para o efeito, à semelhança do registo desenhado das seqüências estratigráficas visíveis nos cortes da vala-de-diagnóstico e da banqueteta. Adiantamos, desde já — embora com registo fotográfico avante — um outro fator que contribuiu negativamente para a identificação e definição/individualização mais concreta dos depósitos: A U.E.19 era composta por um tubo-plástico com 18cm Ø e respetiva vala de fundação com 55 cm de profundidade e 45cm de largura, que, partindo da U.E.23, atravessava os quadrados H3, G4, E4 e F5 em direção a caixa de saneamento público. O tubo era afinal dois; um encaixado no outro. As U.E.'s 19 e 23 estavam desativadas. No entanto, era constante o refluxo na caixa de saneamento público (na rua Manuel dos Anjos Mendes) provocado pelas descargas de outras casas, levando, assim — e sempre que o fenómeno ocorria —, ao verter dos conteúdos para os sucessivos estratos sedimentares. Condicionantes incontornáveis da arqueologia urbana.

⁷⁴ A presença do elemento 'água' era de tal ordem que em muitas ocasiões foi necessário esperarmos alguns dias para que os depósitos sedimentares, no mesmo plano, secassem naturalmente. A mesma espera aconteceu previamente ao desenhar dos cortes da banqueteta e ao seu desmonte, bem como nos restantes desenhos das seqüências estratigráficas visíveis nos cortes. E se pensávamos que esta espera pela secagem solucionava o problema do difícil destrinçar dos estratos num plano ou num corte, eis que da noite para o dia os mesmos depósitos adquiriam praticamente as mesmas tonalidades. Para tentarmos «inverter» este processo, procurávamos humedecer — com a ajuda de um «borrifador» — as superfícies de forma a avivar as cores ora dos planos, ora dos cortes, alisando também as superfícies quando necessário.

⁷⁵ Foram essencialmente três os objetivos que considerámos interligados: o primeiro prende-se com o caráter de centralidade/localização (relativamente aos eixos principais de projeção da malha quadriculada) que o conjunto dos quadrados A3, B3, C3, E3, F3, G3 assume no espaço reservada à escavação, libertando também o espaço necessário para não incomodarmos por demais a família Mota nas suas lides diárias; o segundo leva-nos a admitir que este conjunto de quadrados funcionou como que de uma «vala-de-diagnóstico» se tratasse, dando-nos a possibilidade de aferirmos o grau de afetação arqueológica do espaço em processo de escavação, deixando sempre em aberto a hipótese de tomarmos uma ou outra decisão — que achássemos na altura oportuna — quanto à estratégia de escavação a tomar; o terceiro foi aguçado pelo nosso desejo de contribuirmos com mais algum dado para o conhecimento e para estudos futuros da malha urbana da outrora cidade romana de Bobadela. Com a orientação no sentido este/oeste deste conjunto de quadrados (e em virtude dos dados já avançados respeitantes a anteriores investigações arqueológicas desenvolvidas no espaço «forense» desta capital de *civitas*) pareceu-nos, assim, ver aumentadas as probabilidades de concretizarmos esse desejo.

Dizemos «inicialmente», porque como veremos em tempo oportuno — e continuando a recorreremos à tal necessária flexibilidade e alguma dose de pragmatismo a que o plano geral de escavação deverá ser dotado — houve a necessidade de estendermos a área de escavação aos quadrados H3, E4, F4, G4, H4, e, «por assim dizer», às sobras dimensionais dos «quadrados» E5, f5, G5, H5 [anexo 24, planta 10]. As dificuldades que descrevemos nas notas 73 e 74, a par dos restringimentos interpretativos proporcionados pela «dominante» U.E.07, levaram-nos, nesta fase, a optar por manter um testemunho intermédio — uma banquetta — entre a «vala de diagnóstico» e esta última área de escavação; banquetta, esta, executada ao correr dos quadrados E4, F4, G4, H4 e com 40 cm de largura [anexo 24, planta 11], i.e., três fases de trabalho que damos à estampa no anexo 24, planta 12.

A «predominância» espacial da U.E.07 (uma bolsa de natureza antrópica e de grandes dimensões, como adiante veremos) veio também condicionar o registo fotográfico dos seus planos, em relação às demais U.E.'s. Sobre esta matéria poderá colocar-se a seguinte questão: porque não removemos os elementos arquitetónicos à medida que os trabalhos se desenvolviam, possibilitando, desta forma, o registo fotográfico pleno das U.E.'s? O motivo prendeu-se com a nem sempre disponibilidade dos serviços camarários em deslocarem-se ao local de escavação para removerem os elementos arquitetónicos, auxiliados por uma retroescavadora⁷⁶.

Todavia, mesmo perante as adversidades que referimos nos dois últimos parágrafos, não perdemos de vista os princípios aplicáveis à estratigrafia arqueológica e ao seu processo estratigráfico de escavação (CARANDINI, 1997: 37; CARVALHO, 2006: 124).

Em suma, o nosso plano geral de intervenção privilegiou a estratégia de escavação em *open area* ou área aberta, assumindo os moldes e contornos de aplicabilidade/adaptabilidade já esclarecidos; i.e., flexibilidade, pragmatismo, ajustes e/ou adaptações. A nossa sequência estratigráfica arqueológica foi distinguida segundo três tipos de identidades: um primeiro tipo referente aos depósitos sedimentares tidos como ações materiais individualizáveis (Unidades Estratigráficas = U.E.'s) e que independentemente da sua origem [natural, como sejam a erosão ou acumulação de sedimentos, ou antrópica, desde as ações intencionais de subtração às de acumulação (CARANDINI, 1997: 31-34)], ou função para a qual foram criadas, as U.E.'s identificaram-se (numeravam-se) e registaram-se à medida que iam surgindo, dentro dos parâmetros de avaliação apresentados na nota 73 e segundo uma ordem sequencial numérica; um segundo tipo que comporta os elementos interfaciais tidos como “... o resultado de uma ação negativa de subtração ou de destruição de depósitos pré-existent (podendo corresponder tanto ao topo destruído de um muro como à linha que assinala o processo de abertura de um fosso) e, por conseguinte, apresentarem relações estratigráficas e uma cronologia de formação distinta daquelas

⁷⁶ Por estes dois factos e com o objetivo de controlarmos melhor o cenário de operações, a projeção da malha quadriculada sobre o logradouro cumpriu um outro desígnio, estando este diretamente ligado ao processo de recolha dos materiais. Os materiais foram registados em fichas próprias para o efeito e recolhidos em função da Unidade Estratigráfica (U.E.) e da quadrícula de onde eram «originários»; à exceção de um ou outro registo fotográfico do plano geral das fases evolutivas da escavação, dos cortes e planos finais da mesma, mantivemos sempre a configuração/delimitação física dos quadrados recorrendo aos cordéis. Saliente-se que neste modelo de recolha incluímos também o processo de crivagem, que, excluindo a decapagem levada a cabo já em pleno substrato geológico (por «natureza», estéril) os sedimentos dos restantes depósitos foram alvos dessa minuciosa recolha.

que patenteiam os depósitos nos quais se inscrevem (...) necessitaram de ser individualizados e numerados como unidades Estratigráficas (CARVALHO, 2006: 125); e, por fim, um terceiro tipo considerado como de Unidades Murais (U.M.'s) que valem pela sua matéria-prima utilizada, constituição física, organização e alinhamento, face às restantes unidades estratigráficas de depósito (estratos) ou elementos interfaciais.

Além dos interfaces (propriamente ditos de 'elementos interfaciais'), existe um outro género de interfaces: chamados de 'interfaces de depósito'. Mas quanto a este último tipo de interfaces, 'interfaces de depósito', estes não foram individualizados e numerados como unidades estratigráficas “... por apresentarem as mesmas relações estratigráficas imediatas do depósito que configuram dado corresponderem integralmente à sua superfície, testemunhando a fase final da sua formação.” (CARVALHO; 2006: 125).

Em pleno espaço da escavação cada unidade estratigráfica, elemento interfacial e/ou unidade mural, foi registada numa ficha composta por campos pré-estabelecidos [anexo 24a]. E como complemento da documentação estratigráfica as fichas fizeram-se acompanhar das cotas e dos desenhos em planos individuais para cada tipo das identidades já referidas. A ordem relativa de formação das U.E.'s foi posteriormente representada segundo uma matriz estratigráfica e de acordo com os princípios definidos para o efeito (HARRIS, 1989).

Procedemos também à caracterização física e à interpretação individual e/ou conjunta das estruturas arqueológicas e dos elementos arquitetónicos identificados no decurso do processo de escavação.

A atenção que demos voluntariamente a algumas das peças mais significativas que compõem o acervo da escavação arqueológica restringiu-nos a inventariação completa de todo o espólio recolhido. Todavia, não quisemos deixar de dar o mote para a realização futura de um inventário completo desse mesmo espólio, com a apresentação de um modelo possível de inventariação: inventário que adiante exporemos nas TABELAS 1 e 2, no anexo 38. Algum desse material permitiu-nos a sua reconstituição tipológica parcial, através das suas colagens. No caso dos materiais metálicos, alguns foram restaurados: essa tarefa ficou a cargo do Museu Monográfico de Conimbriga e da sua equipa técnica de restauro.

3.2.2. Resultados

Este subcapítulo é também reservado à escavação arqueológica. Nele, serão relatados os passos que demos para pormos em prática a estratégia geral de escavação que explanámos no anterior subcapítulo. Propomos, pois, dar conta da evolução dos trabalhos decorrentes desta prática arqueológica, realizada no tempo e no espaço já dados a conhecer. Este subcapítulo dá-nos também a possibilidade de apresentarmos as estruturas e materiais mais significativos, interpretando, ao mesmo tempo, o conjunto dos dados recolhidos.

Os primeiros contatos que estabelecemos com a área reservada à nossa escavação levaram-nos a programar e a desenvolver uma série de ações que considerámos úteis e até mesmo necessárias para o bom desenrolar dos trabalhos, i.e., a montante do processo de escavação, propriamente dito [anexo 25, fotos 65 a 75].

Ao fazermos uma retrospectiva da evolução e do ritmo dos trabalhos arqueológicos nos quase 5 meses de escavação, parece-nos produtor apresentarmos e interpretarmos o processo de escavação em função de três grandes áreas, que, em bom rigor, formaram o espaço intervencionado. Alias, será importante fazê-lo, pois foi segundo esta lógica espacial que o desenho arqueológico dos perfis estratigráficos e da banquetta se desenvolveu: uma primeira área formada pelos quadrados A3, B3, C3 e D3 (corte/sul e corte/norte — que designámos de 'Quadrante I da escavação' —; uma segunda área compreendendo os quadrados E3, F3 e G3 e H3 (corte/sul da escavação e corte/sul da banquetta — que chamámos de 'Quadrante II da escavação' —; e uma terceira e última área composta pelos quadrados E4, F4, G4 e H4 (cortes norte e sul da banquetta), completada pelos quadrados E5, F5, G5 e H5 (corte/norte da escavação). Esta terceira área foi por nós denominada de 'Quadrante III da escavação'. A respeito deste último parágrafo consulte-se o anexo 25, planta 13 e foto/composição 76.

Parece-nos também vantajoso que a par das anteriores considerações possamos desde já aprofundar outras que de momento achamos convenientes, sob pena de nos impedirem de gerar uma boa correnteza das nossas ideias, caso fossem apresentadas num outro momento que não este; referimo-nos, concretamente, ao conjunto de material recolhido durante a escavação. Este assunto será discorrido juntamente com o averbamento analítico de cada unidade estratigráfica, unidade mural e elemento interfacial, acompanhados pelo registo fotográfico dos momentos mais importantes e pelo registo desenhado dos materiais mais significativos, advindos de todo o processo de escavação. Assim, poderemos ficar (ou não) mais habilitados a estabelecer uma correlação cronológica entre estes materiais e as unidades estratigráficas (U.E.'s) onde cada um foi recolhido e devidamente contextualizado.

Segundo o que apurámos, a quantidade de materiais recolhidos foi bastante significativa; principalmente no que toca aos materiais cerâmicos. Todavia, esta categoria de materiais não apresentou uma variação proporcional entre quantidade e qualidade, i.e., no geral, o conjunto do material cerâmico exumado encontrava-se muito fragmentado; condição, que, logo à partida (e muito por «culpa» dos escassos exemplos de colagens que alcançamos), restringiu ao máximo a tarefa de classificarmos morfotipologicamente esse extenso e diversificado acervo cerâmico. E mesmo quando a colagem era atingida (tarefa que a ser consumada aumentaria as probabilidades de avançarmos com uma ou outra possível cronologia, em função de alguns paralelos formais), eis que a unidade estratigráfica — onde recolhido foi o fragmento cerâmico — nos oferecia amplos hiatos cronológicos,

revelados por materiais com distintas cronologias de fabrico⁷⁷. Ou, então, estarmos aparentemente na presença de níveis estratigráficos com ocupações não muito intensas, ou simplesmente resultantes de sucessivos revolvimentos em época Moderna/Contemporânea. Este fenómeno poderá ter como diretas responsáveis as várias e profundas perturbações estratigráficas, resultantes de processos pós-deposicionais, ou seja, das inúmeras atividades e/ou funções de que o nosso espaço de escavação foi alvo por parte das comunidades que o ocuparam e que ainda hoje o ocupam. Como referimos, os vários fragmentos cerâmicos que recolhemos nas unidades estratigráficas apresentavam cronologias de produção por vezes muito díspares, apontando para cronologias de depósitos mais recentes.

Não obstante a característica que acompanha os depósitos sedimentares da nossa escavação, seguimos a regra aplicada a esta prática arqueológica, no que concerne à datação dos seus estratos: a norma do *terminus post quem*; princípio segundo o qual é o material mais recente que acaba por datar a própria unidade estratigráfica, i.e., a cronologia de depósito de uma U.E. nunca será anterior à cronologia de fabrico do material mais recente que esta contém.

As matérias diretamente ligadas aos anexos 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37 dão-nos a oportunidade de passarmos em revista a análise descritiva das unidades estratigráficas (U.E.'s), unidades murais (U.M.), elementos interfaciais e o registo fotografado e desenhado dos momentos

⁷⁷ Principalmente, quando recolhemos: *i*) na U.E01 (o piso-de-circulação atual, prévio à escavação), um peso-de-rede de arenito (?), [anexo 26, foto 81], a par de uma terra *sigillata* clara D, datável do séc. IV a meados do séc. VII (COUTINHO, 1997: 39), [anexo 26, estampa n.º 62]; na U.E.03, um *Real Preto* de D. João I ou de D. Duarte I (MARQUES e SAMPAIO, 1981: 167), [anexo 26, foto 87]; na U.E.04, um fragmento cerâmico estampilhado, sob a forma de SS na horizontal, datável da II Idade do Ferro [anexo 27, foto 97] mas que o seu uso na Extremadura se prolonga até ao final do mundo pré-romano (MARTÍN BRAVO, 1999: 242; VILAÇA, 2008: 76), um fragmento cerâmico com decoração «a pente», possivelmente datável da I Idade do Ferro [anexo 27, foto 98], um fragmento de Terra *Sigillata* Hispânica (T.S.H - do tipo *drag*. 29/37), datável de 50/80 a 100 d.C [anexo 27, foto 99], um polidor/brunidor de quartzo [anexo 27, foto 101], um *Fel. Temp. Reparatio* de Constâncio II [anexo 27, foto 102], com possível cronologia de 353-351 d.C (ALARCÃO, 1974: 111) e um *Ceitil* de D. Manuel ou de D. João III [anexo 27, foto 103], datável de 1495 a 1557 d.C. (LEMOS, 2004: 182); *ii*) na U.E.07, um possível fragmento cerâmico de Terra *Sigillata* Sud-gálica (T.S.S), [anexo 28, estampa n.º 63], com um outro fragmento, mas desta feita uma Terra *Sigillata* Hispânica com decoração a guilhoché (T.S.H - tipo Ritt.8 -?), datável de 50 - 200 d.C. [anexo 28, estampa n.º 65], e estas duas associadas a cinco fragmentos cerâmicos com a aplicação de cordões plásticos (lisos, arredondados e achatados), com pulsionamentos sobre os mesmos ou fora deles e em espinha, não raras vezes aplicados sobre a possível pança dos fragmentos [anexos 28 e 29, estampas n.ºs 66, 76, 68 e estampas n.ºs 69 e 70, respetivamente], possivelmente atribuídos a bojudas olas ou talhas e de cronologia que poderá compreender os séculos X e XV (SILVA e RIBEIRO 2006/2007: 75), a um *Ceitil* de D. Afonso V [anexo 29, foto 114], a um *Antoniniano* datável da 2ª metade do III séc. d.C. e alguns fragmentos de lamelas, lâminas e lascas de sílex [anexo 29, foto 116]; *iii*) na U.E.07A, uma amostra de um elemento carbonoso que determinou uma datação pré-romana, através da análise de radiocarbono 14 [anexo 29, foto 120]; *iv*) na U.E.08, um fragmento diminuto de cerâmica com decoração «a pente» — possivelmente datável da I Idade do Ferro [anexo 30, foto 130], conjuntamente com um fragmento de um bojo de taça de Terra *Sigillata* Sud-gálica — T.S.S. [anexo 30, estampa n.º 31] e um numisma com datável de 337-340 d.C. (?), [anexo 30, foto 131]; *v*) na U.E.09 um núcleo de sílex [anexo 31, foto 135]; *vi*) na U.E.10, uma reconstituição parcial de um potinho de cerâmica cinzenta-fina, com decoração brunida, possivelmente datado do séc. I d.C. [anexo 31, estampa n.º 72], associada a uma lasca de quartzo hialino [anexo 31, foto 138]; *vii*) na U.E.11, uma lasca de sílex [anexo 31, foto 141]; na U.E.11A, um enorme fragmento de um *termoclasto* que coligámos a uma fonte de combustão — lareira? [anexo 32, fotos 142 e 143]; *viii*) na U.E.17, um conjunto de fragmentos cerâmicos de grés muito rolados e outros fragmentos com decoração «a pente» [anexo 33, foto 163]; *ix*) na U.E.21, um *Antoniniano* datável do séc. III d.C. [anexo 35, foto 174]; na U.E.24, um fragmento cerâmico de um bordo com carena [anexo 35, estampa n.º 73]; *x*) na U.E.26, uma estrutura funerária de possível cronologia alto-medieval ou baixa idade-média [anexo 36, fotos 183, 184 e 185]; *xi*) na U.E.27, um provável buraco-de-poste, que, segundo a nossa interpretação, é o seguimento do elemento carbonoso recuperado na U.E.07A e posteriormente sujeito à análise do C14 [anexo 36, fotos 186, 187 e 188]; *xii*) na U.E.28, pela mesma interpretação e contexto arqueológico da U.E.27 [anexo 37, fotos 189, 190 e 191].

mais importantes e dos materiais mais expressivos, decorrentes de todo o processo da nossa escavação arqueológica.

Ao longo do processo de escavação, inspirou-nos também o cuidado de tentarmos distinguir contextos estratigráficos primários e secundários. Os contextos primários prescrevem unidades estratigráficas que se encontram no seu contexto original de depósito, que contêm um conjunto homogêneo de materiais; considerados materiais originais por serem coevos à formação do depósito em que se encontram inseridos. Em contraposição, os contextos secundários são resultantes de revolvimentos, podendo, nestes casos, conterem materiais (não raras vezes em número residual) muito anteriores à formação do depósito, juntamente com materiais contemporâneos, infiltrados. É uma vez mais a aplicação do princípio *terminus post quem* que permite verificar que a cronologia do depósito pode ser muito posterior à cronologia de fabrico que alguns destes materiais encerram, sobretudo quando estamos em presença de contextos estratigráficos secundários.

Os casos das U.E.'s 17 e 07 são exemplos paradigmáticos da anterior distinção: a U.E.17 (possível nível-de-circulação de cronologias pré-romanas), apresenta-se como um caso de contexto estratigráfico primário, pelas pastas e técnica de fabrico associadas ao conjunto cerâmico que obtivemos nesta unidade e que formam um conjunto homogêneo e coerente de materiais; e a U.E.07 — uma «bolsa» (?) de proporções consideráveis —, pela interpretação que demos a este particular depósito, ao procurarmos estabelecer paralelos formais através das pastas, tipologias e decorações dos fragmentos cerâmicos que dele recolhemos. Ademais, são casos que iremos necessariamente dissecar ainda no decorrer deste subcapítulo.

Mas até lá — e ainda no que toca ao conjunto de cerâmicas que recolhemos — o momento impõe recordar algumas das problemáticas e obstáculos que envolvem a análise de qualquer conjunto cerâmico, dadas as particularidades regionais e/ou inclusivamente locais que caracterizam a maioria das estações arqueológicas: sobretudo no que concerne aos recursos naturais (mineralógicos); à constituição pedológica dos solos; e aos processos de cozedura, de decoração e acabamento, já que na sua generalidade são estes meios-de-produção de olaria que dão forma e conteúdo ao produto-final (ALARCÃO, 1975:7-26).

Mesmo assim, há sempre uma ou outra característica à qual não poderíamos deixar de fazer referência; centrada na análise macroscópica da constituição mineralógica das pastas do conjunto de cerâmicas recolhido e compará-la, por exemplo, com um ou outro conjunto cerâmico (não tão restritos quanto isso) provenientes das escavações levadas a cabo na estação arqueológica de *Conimbriga*, que dista aproximadamente 95km para sudoeste de Bobadela. Neste seguimento, propomos de imediato fazer uma análise comparativa à escala regional de alguns grupos cerâmicos entre estes dois emblemáticos núcleos Histórico-arqueológicos, e, na sua sequência, retirarmos alguma ilação possível.

No volume V das *Fouilles de Conimbriga* dedicado ao tema “La Céramique Commune Locale Et Régionale”, publicado em 1975, Jorge de Alarcão refere, na página 22, que um dos critérios essenciais para distinguir os tipos de produção das cerâmicas comum Lusitano-romanas de *Conimbriga* é o tecnológico, muito baseado na natureza das suas pastas. O exame levado a efeito permitiu concluir que o grupo das cerâmicas de pastas gresosas finas de tradição indígena (originárias da região de Pombal-Barracão) e o grupo de pastas gresosas, com superfícies polidas do Alto-Império, são todas fabricadas com a mesma argila. O mesmo exame asseverou igualmente que determinadas pastas calcárias poderão identificar quer cerâmicas não torneadas da Idade do Ferro — se bem que as cerâmicas calcárias não torneadas foram individualizadas, visto que estas foram fabricadas

manualmente e as restantes cerâmicas calcárias fabricadas ao torno —, quer do Alto-Império, ou até mesmo um grupo de cerâmicas do Baixo-Império⁷⁸.

Este grupo de cerâmicas espelha bem o complexo geológico onde está inserida a tão famigerada estação arqueológica de *Conimbriga*: no Maciço Calcário Estremenho. Neste complexo inscrevem-se também as consideráveis reservas de argilas especiais do Barracão, Pombal; que ainda hoje estão acessíveis por extrações a céu aberto e viradas para as indústrias do barro branco (BARBOSA *et al*, 1999: 24,28-29 fig.3).

Se quisermos recriar este cenário geológico na várzea de Bobadela ou até mesmo no concelho de Oliveira do Hospital, ele é de todo impossível. Para tal, basta só revisitarmos a Carta Geológica de Portugal, simplificada (à escala 1:500000), patente no anexo 1 deste trabalho e com a designação de mapa 1. As informações em si contidas dizem-nos que este concelho se encontra no raio de ação geológico do setor Português do Maciço Hespérico (DALLMAYER & MARTINEZ GARCIA, 1990: 3-4; SANTOS, 2007: 25-28), onde a suas principais unidades geológicas são os complexos Xisto-graváquico Ante-ordovídico e o Xisto-grauváquico (JULIVERT *et al.*, 1980: 1408; FARIAS *et al*, 1987: 411-431). De toda a forma a área do concelho está por «natureza» reservado aos granitos e aos xistos. E quanto à várzea bobadelense, nela, só se identificam granitoides, aqui e acolá intercalados por um ou outro filão de quartzo; a exemplo do que podemos visualmente observar no cume «desnudado» do já nosso conhecido 'Outeiro de São Sebastião', do S24.

Dito o que dissemos ao longo destes últimos cinco parágrafos, não nos parece de todo descabido em avançarmos com a seguinte hipótese: algumas cerâmicas calcárias recolhidas no processo de escavação poderão ficar a dever a sua existência à importação; processo que poderá também justificar — ou no mínimo antever — que o calcário e as argilas especiais do Barracão chegaram também à *civitas* bobadelense.

Concretamente para o estudo das pastas cerâmicas de Bobadela, deverá, no entanto, sobressair uma outra particularidade que de modo algum poderíamos deixar de passar em falso, acima de tudo porque esta particularidade, mineralógica, é praticamente transversal a todas as pastas que recolhemos tanto no processo de escavação, como durante a própria Prospeção Arqueológica de Superfície: a intensa impregnação de micas (moscovite) e de caulino⁷⁹ nas pastas cerâmicas.

A presença destes elementos não plásticos na constituição mineralógica das pastas cerâmicas de Bobadela faz plena justiça ao que acabamos por dizer no antepenúltimo parágrafo. E caso queiramos restringir esta minudência mineralógica, então, a nossa escolha recai sobre os fabricos cerâmicos de pastas gresosas torneadas e não torneadas e algumas cerâmicas de pastas alaranjadas grosseiras; todos em favor do complexo geológico de granitoides em que a várzea bobadelense está inscrita.

Agora, e ainda em virtude do destaque que demos a esta específica composição mineralógica, alvitramos também levantar uma outra suposição: a de que estes conjuntos de cerâmicas estarem

⁷⁸ O mesmo vol. V das *Fouilles de Conimbriga* (1975) dá-nos um vasto leque de tipologias de cerâmicas com esta e outras características mineralógicas de fabrico: desde as calcárias não torneadas (prancha II, da 21 à 25); às quartzíticas não torneadas (prancha IV, da 68 à 71); passando pelas quartzo-micáceas (prancha V, da 72 à 86); às cerâmicas de pastas alaranjadas grosseiras (prancha XVII, da 328 à 349) e medianas (prancha XVII, da 350 à 351); até às cerâmicas calcárias com engobe ferruginoso (prancha XIX, 382 à 398).

⁷⁹ “Os protões H⁺ e a água interagem com a estrutura cristalina dos feldspatos, libertando lentamente o alumínio e a sílica para a solução aquosa. Estes elementos combinam-se com a água e precipitam da solução aquosa, formando-se a caulinite...” (SILVA *et al*, 2008: 51).

associados a uma produção local de olaria de tradição indígena, e, assim sendo, este fabrico poderá ter a chancela das comunidades nativas que habitaram os promontórios bobadelenses e a sua várzea.

Como já tivemos a oportunidade de referir no anterior subcapítulo (no 3.1.1) a atenção que demos voluntariamente a algumas das peças que compõem o acervo da escavação arqueológica, por constituírem índices cronológicos, funcionais ou económicos, restringiu-nos a sua inventariação completa. Porém, não quisemos deixar de dar o mote para a realização futura de um inventário completo e de um estudo mais aprofundado desse mesmo espólio, com a apresentação de dois possíveis modelos de inventariação que agora deixamos nas TABELAS 1 e 2, associadas ao anexo 38 deste trabalho.

Mas nem só de espólio cerâmico se fez a nossa escavação arqueológica!

Propomos agora apresentar as estruturas mais expressivas, articulando-as com o conjunto dos dados que recolhemos. E tanto quanto o possível, esta articulação levará em linha de conta outros dados que outros trabalhos arqueológicos fizeram emergir à luz do dia, com particular interesse para o espaço *forense* da *civitas* bobadelense e para o seu anfiteatro: tão «próximos» que estão do nosso espaço de escavação.

Sugerimos, também, que este exercício seja feito em função das três grandes áreas em que engendramos o espaço da escavação, i.e., 'Quadrantes I, II e III da escavação' [rever anexo 25, planta 13 e foto/composição 76]. O desenvolvimento deste exercício será intercalado com a apresentação de um modelo-teórico, desenhado, que expressa a nossa interpretação sincrónica e diacrónica da área de escavação.

Encetamos desde já este exercício destacando a U.E.29, que se distribui simultaneamente pelos 'Quadrantes II e III da escavação'. Do nosso arquivo bibliográfico e dos relatórios respeitantes a trabalhos arqueológicos que ao longo dos tempos se têm vindo a realizar no núcleo histórico desta sede de freguesia, não constam quaisquer referências a uma outra estrutura negativa semelhante a esta [rever anexo 37, caracterização individual da U.E.29, e fotos 192, 193 e 194]. Não obstante, existem outros sítios arqueológicos onde surgiram idênticas estruturas negativas que nos possibilitam estabelecer paralelos tipológico/funcional e/ou esboçar uma tentativa de balizar cronologicamente a «realidade» arqueológica que entretanto foi «posta-às-claras» na nossa escavação⁸⁰.

É certo que as estruturas que descrevemos na nota 80 são de menores dimensões que a nossa U.E.29, e, inclusive, podem nem ter a mesma funcionalidade. Mas a associação destas a uma ou mais possíveis fontes de combustão (as nossas U.E.'s 11A e 25 das quais falaremos já nos próximos parágrafos), evidenciam um contexto arqueológico em tudo análogo. E também não podemos deixar de salientar que quando António Pereira Dinis nos remete para a fase do Castroeiro 1, remete-

⁸⁰ É o caso das estruturas IV e V, provenientes da camada 7, da área 2 do *Povoado da Idade do Ferro do Castroeiro (Mondim de Basto, norte de Portugal)*. A estrutura IV "... é uma fossa aberta no saibro, de forma sub-ovalada, com cerca de 0,50m de eixo maior, parcialmente escavada devido ao facto do seu posicionamento sob o muro. Apresenta orientação S/N, revelando-se pouco profunda, com um enchimento de terra estéril, selada pelo pavimento de saibro, compactado, da Estrutura 1." (DINIS, 2002: 50 fig. 26 e 51). A estrutura V é também uma "... fossa aberta no saibro, de planta circular, com 0,70m de diâmetro e 1,05m de profundidade (fig. 27 e 28). Implantada no interior da Estrutura III apresentava-se selada por um amontoado de pedras, disposta em forma cilíndrica, com uma de 0,50m." (*idem*, 2002: 51-52 fig.27 e 28). António Pereira Dinis, o autor da obra *O Povoado da Idade do Ferro do Castroeiro (Mondim de Basto, norte de Portugal)*, publicada em 2002, acrescenta: "Todavia, não obstante a grande perturbação que o local, de uma forma geral, acusa foi possível distinguir, particularmente nas quadriculas escavadas no quadrante S-SE, duas fases de ocupação, uma primeira com um registo ténue, relacionada com estruturas em fossa (estruturas IV e V) e restos de pavimento com uma lareira". E o autor continua "A primeira ocupação integra-se na fase que designamos por Castroeiro 1." (*ibidem*, 2002: 48).

nos para cronologias que remontam à Idade do Ferro inicial (DINIS, 2002: 105). É plausível que a U.E.29 — uma importante forma de aprovisionamento de água, estanque — seja a digna «progenitora» arquitetónica dos seus descendentes romanos que decerto se encontram nos subsolos agrícolas e urbanos da atual Bobadela: já que “*Mais frequentemente do que se pensa, os Romanos captavam água através de poços, circulares ou quadrados, forrados de tijolo, alvenaria ou até de tábuas...*” (ALARCÃO, 2004: 21). “*Sobre o poço, uma armação de madeira sustentava uma roldana que servia para fazer descer ou subir um balde.*” (*idem*, 2004: 21, 106/fig. 2.2).

O nosso exercício de interpretação prossegue com a associação da U.E.29 à U.E.17 (rever anexo 33, caracterização individual da U.E.29 e fotos 158 à 163), mesmo sabendo que ambas são resultados de ações distintas, mas enquadradas pelo mesmo horizonte cronológico, i.e., a dado momento foram contemporâneas, no seu contexto funcional. No decurso da escavação individualizámos a U.E.17 como sendo uma unidade estratigráfica. Porém, uma escavação não termina com o trabalho de campo. E nas tarefas de gabinete, refletimos e apurámos que a U.E.17 seria o resultado da desagregação do próprio substrato-rochoso; daí, esta nossa associação. Ademais, na nossa opinião, a U.E.17 é mais que a deterioração natural do substrato-rochoso: o seu topo seria o possível piso ou nível-de-circulação, primitivo, de possível cronologia pré-romana, do espaço circunscrito à nossa escavação.

São três os fatores que avançamos para fundamentarmos esta interpretação cronológico-funcional: *i)* em toda a extensão do topo (do elemento interfacial) da U.E.17, além das presenças de alguns fragmentos de *termoclasto* (nas imediações da U.E.11A), de alguns fragmentos de quartzo leitoso, de um núcleo de sílex e de também alguns exemplares de fragmentos cerâmicos de grés muito rolados, de produção manual e/ou a torno-lento (tendo alguns decoração penteada), não recolhemos outra tipologia de materiais, i.e., contrariamente à maior parte das U.E.’s, não registamos na U.E.17 a intrusão (processo possivelmente ligado ao fenómeno de lixiviação do solo, à abertura de bolsas e às suas respetivas deposições antrópicas) de outros materiais que não estes, de possíveis cronologias pré-romanas; *ii)* vêm também em nosso auxílio a U.E.25 [rever anexo 36, caracterização individual da U.E.25 e fotos 183, 184 e 185] e a U.E.11A [rever anexo 32, caracterização individual da U.E.11A, e fotos 142, 142a e 143], ambas registadas sobre a U.E.17, i.e., as U.E.’s 25 e 11A cortam a U.E.17 e assentam no substrato-rochoso⁸¹; e, por fim, *iii)* ao recordarmos aqui os depósitos sedimentares/enchimentos da U.E.29, protagonizados pelas U.E.07A [rever anexo 29, caracterização individual da U.E.07A e fotos 117, 118 e 119 — agregando a esta unidade a análise de radiocarbono 14 da qual obtivemos cronologias pré-romanas, foto 120], U.E.07B [rever anexo 30, caracterização individual da U.E.07B, e foto 121 e 122] e U.E.07C [rever anexo 30, caracterização individual da U.E.07C, e fotos 123 e 124]. É pelos motivos expressos neste parágrafo, que, ao aplicarmos a este

⁸¹ Sobre estas ténues depressões de forma subcircular (as U.E.’s 25 e 11A) poderão já ter existido alguns paralelos formais, provenientes de outros trabalhos arqueológicos realizados no núcleo histórico da outrora *civitas* bobadellense. Em 1981/82 dos trabalhos realizados na «zona do antigo pátio da casa-do-povo» “... foi determinada uma cavidade de perímetro irregular e de diâmetro aproximado de 90cm (...) pedras de tamanho irregular, acomodadas igualmente numa cavidade artificial, aberta em solo virgem, quase de forma circular, com diâmetro de 1,10m e 30cm de profundidade. Os inter-espaços estavam preenchidos de terra cinzenta e negra misturada com carvão.” (PORTAS, 1983: 36). Ainda em 1982/83 a referência a estas tipologias de estruturais surgem também numa das lojas térreas do «Casarão», atual Museu Municipal Dr. António Simões Saraiva: “Ao proceder-se à limpeza do quadrado, detetou-se no espaço existente no tramo normordeste/es-sudeste, uma mancha de configuração circular. Ao ser decapada, revelou-se uma cavidade artificial aberta em solo virgem com 50cm de diâmetro e 58cm de profundidade.” (*idem*: 38-39, planta).

contexto arqueológico o princípio *terminus post quem*, admitimos, assim, a sua mais que provável cronologia pré-romana.

Em suma, as U.E.'s 29 (cisterna), 17 (nível-de-circulação primitivo), 25 e 11A (que funcionariam em uníssono como possíveis pertenças de uma área de combustão, uma lareira?), 07A, 07B e U.E.07C (depósitos sedimentares de natureza antrópica e natural que constituíam o enchimento da U.E.29), assumem, entre si, o caráter de contemporaneidade e uma cronologia absoluta inscrita genericamente em época pré-romana⁸². A respeito deste parágrafo consulte o anexo 39, esquema 1.

Neste contexto interpretativo, damos também particular atenção à U.E.11 [rever anexo 31, caracterização individual da U.E.11, e fotos 139, 140 e 141]; pois averbamos a este depósito sedimentar, de natureza antrópica, a probabilidade, deste (após selar o contexto arqueológico apurado no anterior parágrafo), [anexo 39, esquema 2], ter funcionado como um nível-de-circulação romano, em terra batida, de cronologias anteriores ou relativas a uma fase de transição para a provável monumentalização flaviana deste complexo *forense* (mas ainda sem a ocupação desse espaço), dada a ausência de estruturas e “apenas” com os surgimentos de uma lasca de sílex [rever anexo 31, foto 141] e de alguns fragmentos cerâmicos grés não-torneados, a torno com decoração penteada, e laranja-fina.

Fortalecemos esta hipótese com base em dois motivos: *i)* é a U.E.11 que sela todo o contexto arqueológico constituído pelas U.E.'s 29, 17, 25, 11A, 07A, 07B e 07C; *ii)* é possível observar uma certa irregularidade do *opus incertum* patente no último terço da U.M.16 (embasamento/cabouco), no segmento construtivo horizontal onde o alinhamento pétreo chega a cortar e a assentar no substrato-rochoso, a partir da cota do interface da U.E.11 [anexo 39, foto/composição 196].

A conjugação destes dois dados sobre a U.E.11 (os fatores de «condenação» e o desconcerto estrutural na base da U.M.16 — que ocupa, na sua leitura sincrónica, o depósito sedimentar que corresponde à U.E.11) leva-nos a estabelecer a cota de abertura da “vala-de-fundação” para o próprio cabouco da U.M.16, fazendo-a coincidir exatamente com a cota do interface da U.E.11; vala, essa, que ultrapassou em profundidade e no momento da sua execução o então substrato-rochoso, já que a U.E.17 é a desagregação do mesmo.

Assim, o processo construtivo da U.M.16 [rever anexo 33, caracterização da U.E.16 e fotos 151 à 157] pautou-se pela abertura de uma vala com sensivelmente 1,40m de largo — largura máxima do cabouco — que trespassou todo o depósito sedimentar da U.E.11 (piso-de-circulação de cronologia de transição entre o período pré-romano e uma das fases de monumentalização do espaço *forense* da cidade romana de Bobadela), e a própria U.E.17 que na altura da edificação da U.M.16 seria o «firme» substrato-rochoso, e que no presente (momento da escavação) deu lugar à desagregação do mesmo [anexo 39, esquema 3].

Aberta a vala, as pedras e a argamassa foram dispostas anarquicamente até atingirem o topo da U.E.11, i.e., preencheram o espaço definido pela vala/elemento interfacial. Na fase inicial de

⁸² A esta conjuntura arqueológica não poderá ficar alheia a «descontinuidade» estratigráfica empreendida pelo elemento interfacial da U.E.17 que detetámos no corte/norte e no quadrado G4 da escavação [anexo 39, foto/composição 195]. Não podemos deixar de equacionar neste contexto arqueológico que esta depressão em meia-cana — com possível desenvolvimento no sentido norte/sul e que se dirige para a secção circular/norte da U.E.29, a cisterna —, poderá ser um paleo-canal de captação gravitacional de águas provenientes da zona onde atualmente se situa o anfiteatro de Bobadela. Lembramos que no presente e mais para norte do anfiteatro romano existe uma antiquíssima fonte de chafurdo.

construção da U.M.16, foi o próprio substrato-rochoso (ou a desagregação dele — U.E.17) e a U.E.11 que funcionaram de amparamento geológico e sedimentar ao cabouco. Depois, já a «céu-aberto», a edificação do cabouco fez-se de forma ordenada; à vista, fiadas de pedras foram consolidadas com argamassa até atingirem a altura desejada. Finda a «empreitada», o espaço foi aterrado com vários depósitos sedimentares (U.E.'s 08, 04 e 03) até ao topo do cabouco, i.e., sem recorrerem à abertura de uma vala-de-fundação para a edificação deste cabouco.

A hipótese da técnica construtiva que apresentamos para a edificação do cabouco da U.M.16 está inscrita como um dos modelos praticados para o efeito, na distinta e incontornável obra da autoria de Vitruvius, *Tratado de Arquitetura*, com tradução do latim, introdução e notas por M. Justino Maciel (2006)⁸³.

A grande perturbação a que o local da nossa escavação foi sujeito ao longo dos tempos, dificultou, de alguma forma, a tarefa de estabelecermos uma baliza cronológica para o momento da edificação deste vigoroso alinhamento pétreo, desta robusta sapata de alvenaria da U.M.16. Mas apesar deste grau de dificuldade há sempre um ou outro caso na arqueologia portuguesa, que, correlacionado com os materiais datáveis que recolhemos das U.E.'s 04 e 08 da nossa escavação, nos poderá ajudar a «fazer luz» sobre esta unidade mural, a U.M.16; estabelecendo, assim, um paralelo tipológico de uma parte constituinte da U.M.16: a estrutura em *opus incertum*, o cabouco.

Não obstante sabermos que uma estrutura arqueológica deve ser preferencialmente datada com base nos materiais, e não tanto a partir das similitudes técnicas e construtivas que se estabelece com outras estruturas de outros sítios arqueológicos, não deixamos de fazer referência aos paralelos tipológico e funcional que a nossa U.M.16 poderá estabelecer com estruturas observadas nos compartimentos 8A e 8B, do lado norte do *triclinium* 9 de uma das casas da Zona 'B' de *Conimbriga*. A sólida sapata em alvenaria que suporta uma coluna de tijolo (ALARCÃO, 2010: 55 e foto 35) é, em termos de obra, muito semelhante ao cabouco da nossa U.M.16.

Mesmo assim, se atendermos aos materiais e estruturas datáveis nos compartimentos 8A e 8B (moeda de *Divo Claudio* - 274/275 d.C e o estabelecimento do nível do pavimento do pátio *ante* 274/275 d.C, restabelecido depois das obras — *idem*: 56 - Est. 22) e aos materiais datáveis que recolhemos das U.E.'s 04 e 08 da nossa escavação [concretamente: um fragmento de terra *sigillata* hispânica, do tipo *drag*. 29 ou 37, datável talvez da segunda metade do séc. I ou dos inícios do séc. II d.C., proveniente da U.E.04, quadrado E4 — quadrado justaposto à U.M.16 (rever anexo 27, foto 99); um *Fel. Temp. Reparatio* de Constâncio II, com possível cronologia de cunhagem de 351-353 d.C., vindo da U.E.04, quadrado C3 — quadrado também junto da U.M.16 (rever anexo 27, foto 102); e um numisma de Constantino, datável de 337-340 d.C. (?), oriundo da U.E.08, quadrados E4/F4, quadrados já afastados no mínimo 2m da U.M.16 (rever anexo 30, foto 131)], podem, estes materiais, num entendimento conjunto, estabelecer também um paralelo cronológico (inscritos numa cronologia tardia) entre os compartimentos 8A e 8B de *Conimbriga* e a U.M.16.

Mas ao aplicarmos o princípio *terminus post quem* para a datação da U.M.16, teríamos de admitir que esse cabouco e a parede externa/poente do *forum* (como adiante interpretaremos a U.M.16) foram erguidos posteriormente a meados do séc. IV d.C. Porém, importará aqui apresentar um

⁸³ Sobre a construção dos fundamentos das muralhas, Vitruvius, o mentor da arquitetura da antiguidade clássica e autor da obra diz-nos que “...deverão ser construídos, então, os fundamentos das torres e das muralhas: escavar-se-ão até ao chão firme, se for possível encontrá-lo, e, nesse chão firme, até onde pareça ser necessário segundo a amplitude da obra, com uma espessura mais larga do que a das paredes que ficarão acima da terra, enchendo-se de concreto o mais consistente possível.” (VITRÚVIO, 2006: 46).

conjunto de dados que nos permitirá apontar um horizonte cronológico anterior a este, para a edificação da U.M.16. Para o efeito (e sob pena de repetirmos interpretações já avançadas ou mesmo antecipando outras que adiante abordaremos), iremos basear-nos: *i)* num breve cruzamento de dados provenientes da anterior interpretação que fizemos de todo o processo construtivo da U.M.16; *ii)* na interpretação de algumas epígrafes da 'Bobadela romana'; *iii)* em aspetos que nos remetem para o traçado viário da *civitas* Bobadellense; *iv)* e em determinados motivos de ordem histórica. Passemos a elencá-los:

I - Segundo a nossa interpretação, é o interface da U.E.11 (tido como um nível-de-circulação romano, em terra batida, de cronologias anteriores ou relativas a uma fase de transição da monumentalização complexo *forense* de Bobadela, mas ainda sem a ocupação desse espaço) que regista o momento construtivo da U.M.16, i.e., em termos de interpretação estratigráfica, a U.M.16 corta a U.E.11, a U.E.17 (possível nível de circulação pré-romano), ao mesmo tempo que corta o próprio substrato-rochoso e nele assenta (rever anexo 39, esquema 3). A U.M.16 não regista vestígios de vala-de-fundação: é a U.E.11 e o substrato-rochoso que servem de sustentáculo às primeiras fiadas (anarquicamente imbricadas) do *opus incertum* de que é construído o cabouco da U.M.16. Sendo o topo da U.E.11 o «ponto-de-partida» para edificação da U.M.16, os materiais que nela recolhemos (fragmentos cerâmicos de reduzidas dimensões fabricados a torno com decoração penteada, grés não-torneados, laranja-fina e um fragmento de sílex) não nos permitem estabelecer uma cronologia concreta para edificação da U.M.16.

Depois, há também na arqueologia portuguesa exemplos que registam a mesma técnica construtiva (em *opus incertum*) da secção superior da U.M.16. Esta técnica é “...também análoga à existente noutros edifícios romanos como, por exemplo, nas paredes levantadas durante a remodelação flaviana das termas de S. Pedro do Sul.” (FRADE *et al*, 1995: 227);

II - Cremos que as dimensões que Helena Frade avança para o complexo *forense* da *civitas* Bobadellense [um *forum*-bloco, de planta quase quadrada, delimitado por um muro em *opus vitatum*, orientado no sentido norte/sul e que mede 56,20 — 170 pés — de largura e 45,30 — 153,5 pés (FRADE, 2010: 232), e que teria três templos “...o principal dedicado ao culto imperial e dois templetes dedicados ao Génio do Município e a Vitória.” (*Idem*: 233)], não são as suficientes para comportarem todo um conjunto de edifícios públicos normalmente construído num *forum*-bloco de uma cidade romana (parecem antes desenhar e dar corpo a um espaço demasiado «acanhado» para o efeito). Talvez não por estas razões, mas já Jorge de Alarcão avança a hipótese de que o *forum* de Bobadela “Não terá tido - na sua primeira fase - templo.” (ALARCÃO, 2002/2003: 158).

Julgamos poder assim admitir que as dimensões e os edifícios propostos por Helena Frade se refiram a um *forum* de possível época flaviana, quando refere: “O fórum de Bobadela teve a partir da época julio-claudiana um importante surto de obras, que atingiram o auge na época flaviana, com a renovação urbana que se fez sentir na cidade, fundada por Augusto.” (FRADE *et al*, 1995: 226; FRADE, 2010: 236). Helena Frade menciona também que existiriam três templos nesse *forum*: “...o principal dedicado ao culto imperial e dois templetes dedicados ao Génio do Município e a Vitória (FRADE, 2010: 233), remetendo todo um conjunto de construções — assim o interpretamos — para “... duas personagens importantes para o estudo do desenvolvimento urbano, do culto imperial e da afirmação municipal de Bobadela, no último quartel do séc. I.” (FRADE, 2010: 236): para Caius Cantius Modestinus e Iulia Modesta. A ação evergética do primeiro, um ilustre *Igaeditani*, permiti-lhe mandar “... construir dois templos no fórum, sendo um dedicado a Vitória e o outro ao Génio do Município.” (*Idem*: *Ibidem*). Já a segunda (mulher de Sextus Aponius Scaevus Flacus — flâmine provincial), através do

seu ato de «filantropia» edificadora, reedificou as portas do *forum* da *splendidissima civitas* às suas custas (*Idem: Ibidem*).

Depois, temos que considerar também a proposta de Maia do Amaral para a mesma megaestrutura da arquitetura urbana romana. O autor da bibliografia “Considerações preliminares acerca do *Forum* II de Bobadela” (1983), propõe duas fases construtivas para o *forum*: *forum* I e *forum* II. O *forum* I “... pode acrescentar-se, desde já, à lista dos 'fora' remontando ao séc. I e já identificados em Portugal (*Conimbriga, Liberalitas Julia, provavelmente Aeminium*), com a expressa indicação de uma cronologia alta, certamente anterior à extensão do Direito Latino à Hispânia nos finais do século, altura em que a maioria das cidades construiu ou reformou os seus 'fora'.” (AMARAL, 1983: 18). Deste modo, e visto que a promoção de Bobadela a *municipium* será provavelmente recorrente da extensão do *ius Latii* a toda a Hispânia por Vespasiano (ALARCÃO, 2002/2003: 158), o primeiro da dinastia flaviana, é crível que o *forum* I de Maia do Amaral tenha um horizonte cronológico pré-flaviano. Já o *forum* II fica “... caracterizado por uma monumentalidade algo «barroca» e por um vigoroso génio inventivo...” (AMARAL, 1983: 18).

Da interpretação que fizemos da planta nº 2, página 9, da bibliografia “Considerações preliminares acerca do *Forum* II de Bobadela” (1983), é plausível admitirmos que a reforma do *forum* I para o *forum* II (do *forum* de cronologias pré-flavianas para outras posteriores) dá-se apenas a nível do próprio rearranjo e possível melhoramento arquitetónico do interior do mesmo, e não a nível da sua expansão dimensional, i.e., as medidas e configuração geométrica que Maia do Amaral apresenta na planta nº 2 dizem respeito tanto ao *forum* I, como ao *forum* II. Isto, pelo seguinte motivo: para nascente, o *forum* está delimitado pelo arco romano; para norte, pela parede exterior do atual *forum*; e para poente o *forum* está estremado pelo local reservado ao possível templo de Neptuno (AMARAL, 1983: 9 - letra N). Aliás, a dimensão concretamente definida na mesma planta (a de este/poente) é aproximada às mesmas que Dias Coelho — 13 anos antes — propõe para o espaço *forense* da *civitas* Bobadense: “... o arco seria uma das portas de um recinto muralhado quase quadrado com cerca de 60 metros de lado.” (COELHO, 1970: 78).

Todavia, a pretensa localização do suposto templo de Neptuno a poente do *forum* é justificada pelo surgimento não de fundações ou alinhamentos pétreos; mas, sim, por uma base toscana que hipoteticamente teria pertencido à “... fachada de um pequeno templo tetrástilo da O. Toscana.” (AMARAL, 1983: 18). E a referir-se possivelmente à inscrição (NEPTVNALE) e ao templo, Maia do Amaral acrescenta: “...o facto justifica-se se atendermos que a inscrição do seu friso é datável paleograficamente dos primórdios do Império, o que levará a incluirmos a sua construção original no *forum* I.” (*Idem: Ibidem*).

Em suma: para poente do atual arco romano de Bobadela não há registo de existem vestígios estruturais semelhantes à U.M.16. Poderão ter existido! Principalmente um que delimita-se para poente um primeiro *forum* de cronologias julio-claudianas. Encetámos esforços junto do antigo Igespar (atual DGPC) para obtermos os relatórios da última intervenção arqueológica a que foi sujeito o espaço *forense* de Bobadela, em 2007. Segundo esta Instituição, os relatórios serão expostos a qualquer momento no seu *site* oficial. De então até hoje, nada há a registar no dito *site* sobre este assunto;

III - A inscrição nº 397 que configura no *Corpus Inscriptionum Latinarum*, de Emilius Hübner, respeitante à Península Hispânica, o célebre CIL II, é, deste modo, lida e interpretada segundo o último estudo realizado por Jorge de Alarcão: HAS PORTAS ET PORTICVS REFECIT ET DONAVIT / SPLENDIDISSIMAE CIVITATI IVLIA MODESTA / FLAMINICA / EX PATRIMONIO SVO (rever anexo 2, foto 11). Desta forma, Jorge de Alarcão concorda com a fundamentação promovida por A. E. Maia do

Amaral, ao supor “... que Júlia Modesta refez as portas do forum da cidade.” (ALARCÃO, 2002/2003: 156).

Por seu turno, Francisco Martins Sarmiento, o principal impulsionador da 'Expedição Científica à Serra da Estrela' (1881) avança um outro dado — indo ao encontro da oitava 89, do canto IV, do poema épico 'Viriato Trágico' (1699) de Brás Garcia de Mascarenhas, quando este escreve «portas» e não «porta». E Martins Sarmiento consolida o facto quando refere que “... a duzentos passos para poente vêem-se restos de um segundo arco, igual ao primeiro.” (SARMENTO, 1883: 16).

Estes estudos e estas observações circunstanciais são também relevantes dada a aplicação do plural «portas». Até à data do início da nossa escavação (verão/2010), não há também registo (apesar do anterior reparo de Martins Sarmiento) de qualquer elemento arquitetónico ou estrutura que atestassem a presença ou que eventualmente permitissem localizar um outro arco, além do existente. No entanto, pensamos que as quatro aduelas que recolhemos da U.E.07 (elementos e unidade estratigráfica que adiante analisaremos) vêm comprovar essa existência e muito provavelmente a sua localização: embutido, segundo pensamos, na parede exterior/poente do *forum*.

Resta saber se Júlia Modesta quando «refez» as 'portas' do *forum* da cidade: *i*) reconstruiu por qualquer motivo as existentes; *ii*) reformou arquitetonicamente as existentes; ou *iii*) construiu integralmente outras, além das existentes;

IV - A interpretação futura que faremos do complexo *forense* da *civitas* Bobadense vai no sentido de identificarmos dois momentos construtivos para este espaço. A primeira, de possíveis cronologias júlio-claudianas, corresponde, na sua generalidade, às dimensões propostas por Helena Frade para este recinto *forense*. A segunda (suportada pelo levantamento topográfico que realizámos e por algumas remanescências estruturais que aqui e acolá são interpretadas como os limites do *forum*) irá ao encontro da nossa U.M.16; o vestígio mais a poente identificado e passível de ser interpretado como as fundações, o cabouco, e os arranques da parede exterior/poente do *forum*, de época flaviana, ainda que não haja materiais contextualizados estratigraficamente que suportem esta datação.

Todavia, é importante alertarmos para o seguinte dado: a primeira fase construtiva não será definida por quaisquer vestígios arqueológicos identificados no espaço que entremeia o monumental arco romano e a U.M.16. O nosso estudo basear-se-á, fundamentalmente: *i*) nos mesmos vestígios que atualmente ainda delimitam o *forum*; *ii*) no levantamento topográfico; e *iii*) na projeção do modelo teórico que adiante apresentaremos para o traçado tendencialmente ortogonal da *civitas* de Bobadela. E veremos que este último fator irá revelar-se de extrema importância. Daremos total atenção a este assunto quando vertermos no mapa 50, do anexo 67, os dados relativos aos cardos/esquerdos I e II (CE-I/CE-II). Até lá, fica a seguinte reflexão: consideramos também possível que tenha ocorrido uma ampliação e requalificação arquitetónica do *forum* em época flaviana ou mesmo trajaniana, ao mesmo tempo que a cidade via surgir uma outra megaestrutura da arquitetura romana, o anfiteatro: “...uma renovação do *forum* no tempo dos Flávios ou de Trajano parece crível, ainda que tal renovação possa ter-se limitado à reconstrução das portas e à edificação dos templos ao Génio do Município e a Vitória. Ao mesmo tempo, ter-se-á construído, na cidade, o anfiteatro.” (ALARCÃO, 2002/2003: 159);

V - A par destes dados específicos sobre o *forum* de Bobadela, existem outros fatores de natureza histórica extensos a toda a Hispânia, ou comuns a maioria das cidades neste interior norte da Lusitânia. Ao nível da Hispânia há a registar a elevação de algumas cidades à categoria de *municipium*, em época flaviana. No caso da *civitas* bobadense essa promoção, “...provavelmente recorrente da extensão do ‘*ius Latii*’ a toda a Hispânia por Vespasiano (...) está comprovada por uma inscrição, CIL II 401, que hoje se conserva reutilizada na capela de S. Sebastião de Couto de Midões — na freguesia

do mesmo nome, no concelho de Tábua.” (ALARCÃO, 2002/2003: 158). Ao nível do interior norte da Lusitânia parece-nos que a monumentalização de cidades se dá sobretudo a partir dos Flávios: veja-se a construção do templo de Orjais, a inscrição à *civitas Aravorum*, ou, a outro nível, o próprio caso do *vicus Venia*.

Procurámos, com este conjunto de fatores, encontrar um horizonte cronológico para a possível edificação e plena funcionalidade da U.M.16, e não uma cronologia exata para o momento de construção desta Unidade Mural.

Em conclusão: a U.M.16 poderá então apresentar uma janela cronológica situada *grosso modo* entre a segunda metade do séc. I d.C. e os meados do séc. IV d.C., ainda que seja bem mais provável a sua inscrição na segunda metade do séc. I ou inícios do II d.C. e não tanto em períodos mais tardios, quando as evidências históricas nos mostram que os *fora* no séc. IV d.C não são objeto de reconstrução substantiva ou ampliação, entrando antes então numa fase de progressivo abandono.

Mas um alinhamento pétreo (com sentido norte/sul), robusto (com 1,40m de largura, por 1,85m de altura conservada e com um comprimento indeterminado) e alicerçado no próprio substrato-rochoso, deveria, forçosamente, desempenhar uma função relevante por si só ou em conjunto, neste outrora espaço da cidade romana de Bobadela. O nosso julgamento recai sobre a segunda interpretação; aliás, é uma apreciação que já fizemos aquando da caracterização individual da U.M.16 no anexo 33, ligada às fotos 151 à 157.

A U.M.16 corresponde então a dois alinhamentos pétreos num só, construídos no quadro do mesmo processo⁸⁴. No topo do embasamento surgem vestígios de uma outra estrutura pétreo, com aproximadamente 90cm de largura (\pm 3 pés romanos), construído com um *opus vitatum* de maiores dimensões, aparelhado, e ligado com uma argamassa de tonalidade clara [anexo 39, foto 197]; bem ao jeito da argamassa romana usada na ligação de pedras e tijolos, feita de cal hidráulica, misturada com areia e água (ALARCÃO, 2004:16).

Face ao que foi exposto anteriormente, parece-nos que existem fortes indícios para estabelecermos aqui uma relação tipológica, de grandeza e de orientação entre este alinhamento pétreo [anexo 39, foto 198], e as remanescências de outros alinhamentos pétreos que aqui e acolá ainda surgem como as paredes externas dos atuais limites norte [anexo 39, fotos 199 e 200], e nascente do *forum* romano de Bobadela [anexo 39, fotos 201 e 202]. Deste modo, nada mais nos resta senão apresentarmos a proposta de que a U.M.16 (o cabouco e muro que neste assenta) seja, no seu conjunto, os vestígios das fundações e da parede externa/oeste da principal praça desta cidade romana: o *forum*.

Em abono da verdade, não é de animo leve que continuamos a apresentar esta argumentação sobre a U.M.16. E também não é do nada que aduzimos no anexo 40, esquema 4, o modelo teórico que deixamos à consideração — ambas as interpretações têm como bases um conjunto de dados provenientes da escavação e uma série de tarefas que executámos no decorrer desta investigação, que de pronto passamos a enumerar:

⁸⁴ A U.M.16 não é duas U.E.'s distintas. Não é duas ações realizadas em tempos distintos, pois não considerámos a data do cabouco/alicerce diferente da parede, i.e., a parede não teria sido erguida sobre um anterior alicerce.

I — A bolsa de enormes dimensões (a U.E.07) trouxe-nos uma incomensurabilidade de dados [rever anexo 28, caracterização da U.E.07, fotos 110 à 111 e estampas n.ºs 63 à 68 — e anexo 29, estampas 69 e 70, e fotos 112 à 116]. Esta «amálgama» de materiais não se «restringe» ao espólio que apresentámos nos anexos 28 e 29. A este acervo devemos juntar um conjunto de 24 elementos arquitetónicos [anexos 40 e 41], faseadamente removido da U.E.07 [anexo 42, desenhos 1, 2, 3, 4 e 5]⁸⁵.

Segundo a nossa interpretação, a U.E.07 (que corresponde, como veremos, a um nível de destruição da estrutura / U.M.16) encontrava-se na área que seria então reservada ao espaço porticado do *forum*. É dessa averiguação, exemplo, o modelo teórico adaptado e atribuído à cobertura do criptopórtico flaviano (ALARCÃO, 1977: *Foullies de Conimbriga I** L'Architecture*, prancha X; TENTORIO, 2007/2008: 84, figs. 3-32 e 3-33), e por nós adotado para propormos a funcionalidade do elemento arquitetónico em forma de 'T' (do elemento arquitetónico n.º XXIII que recolhemos na U.E.07), [anexo 43, esquema 5], com cantos sutados para possível emalhetamento (ALARCÃO, 2012: 326), entre esta peça de pedra e as 'linhas': as 'vigas principais' que vão de parede a parede e que se dispõem a espaços regulares (*Idem: Ibidem*);

II — Os elementos arquitetónicos I, XVI, XIX e XX ganharam igualmente o nosso cuidado e respeito analítico [anexo 43, elementos arquitetónicos I, XVI, XIX e XX]. Todo leva a crer que estes elementos, removidos mecanicamente da U.E.07, sejam: quatro aduelas de outro arco, outrora existente. Não atribuímos estas aduelas (providas de cimalha, portadoras de entalhe nos seus topos, sem marcas de *forfex* — que poderão demonstrar um modo mais avançado de edificação — e que apresentamos em contexto de escavação no anexo 43, da foto 203 à 208), ao arco a que se refere Francisco Martins Sarmiento, em 1881, quando escreveu: “*A duzentos passos para poente vêem-se restos de um segundo arco, igual ao primeiro...*” (SARMENTO, 1881: 16), i.e., igual ao que ainda subsiste. Neste contexto, damos voz à questão que Jorge de Alarcão coloca sobre este mesmo arco: “*Se o passo tinha 0,82m, o segundo arco estaria a c. 160m do primeiro. Ora, esta medida é excessiva, mesmo para o lado maior do forum. Que arco seria este?*” (ALARCÃO, 2002/2003: 158). Atribuímos, sim, estas quatro aduelas a um arco que estaria integrado na nossa U.M.16, mais precisamente na parede externa/poente do *forum* romano, sob a qual se encontraria a sua robusta fundação, a restante estrutura da U.M.16.

A parede externa/poente do *forum* (que incorporaria o arco — entrada/saída poente deste centro nevrálgico da cidade romana —, cujas aduelas identificámos no processo de escavação) poderia muito bem ser revestida com um reboco de constituição semelhante ao ligante e com possíveis e débeis vestígios nas suas superfícies de cal apagada — resultante da adição de cal viva com água —, própria para caições (ALARCÃO, 2004: 16). Isto, porque, à exceção do elemento arquitetónico I, as restantes 3 aduelas apresentam um pronunciado entalhe em quase toda a extensão dos seus topos; exibindo a cimalha nos extremos dos mesmos.

Alguns dos entalhes chegam a atingir 0,65m de largura; largura, esta, que poderá corresponder à própria dimensão da parede externa/poente do *forum*, ao nível das aduelas que formam a volta

⁸⁵ Quanto ao espólio pétreo recolhido na nossa escavação e aos demais elementos arquitetónicos expostos no espaço *forense* da *civitas* bobadelense ou distribuídos um pouco por todo o aglomerado habitacional de Bobadela (entre muitos, alguns casos de reutilização), poderá colocar-se a seguinte questão: serão casos de importação ou de fabrico local? A resposta avizinha-se difícil! Mas, alguns bobadelense retêm na sua memória que a exploração de granito pouco porfiróide (de grão-fino) nas bancadas graníticas do atual bairro da Urzela era ainda tida como profissão, até meados da década de 70 do século XX. Esta área de extração de granito situa-se atualmente à ilharga do quadrante sul do campo de futebol-de-onze de Bobadela. Se este dado é o suficiente para considerarmos este espaço como o digno herdeiro de uma fábrica de talhe em época romana, não o sabemos! Fica, no entanto, o transmitir desta informação para futuras investigações.

perfeita do proposto arco. Se juntarmos à característica construtiva dos topos das aduelas, os elementos arquitetónicos III e IIIb — fragmentos pétreos da parede externa/poente do *forum* (?), rebocados numa das suas faces com cal apagada, não hesitamos em recuperar o esquema 6 do anexo 40 e expô-lo novamente no anexo 43, esquema 7⁸⁶. E ao interpretarmos os resultados do estudo que apresentamos na TABELA 3 do anexo 44, parece-nos merecer destaque uma possibilidade: mesmo bitolado pela sua menor dimensão, este sugerido e sugestivo arco teria uma largura maior que o ainda firme e hirto arco romano de Bobadela. A ser assim, este «novo» arco poderia ser a principal entrada/saída, oeste, deste espaço nevrálgico da cidade romana: o *forum*. O embutimento deste arco na estrutura mural (proposta que de igual modo avançamos) é sem dúvida também inspirado em casos da arqueologia portuguesa e de enorme valor patrimonial: a exemplo do arco em *Egitânia* — Ildanha-a-Velha (ALARCÃO, 1988: 42 - fig. 10); da antiga porta de Évora e o arco romano chamado «de Dona Izabel», ambos em Beja; ou mesmo do presumido arco romano da porta do palácio Ducal de Vila Viçosa (CORREIA, 1972: 229 - figs. 4, 5 e 7);

III — Outra tarefa que levámos a cabo foi o levantamento topográfico: tarefa que viria a revelar-se francamente importante. Este levantamento tinha como desígnio: tentarmos perceber — já que identificámos as 4 aduelas — qual seria o alinhamento do arco romano existente, projetado paralelamente à parede exterior/norte do *forum*. E, segundo o que apurámos, o alinhamento passa precisamente sobre o nosso espaço de escavação [anexo 45, plantas 14, 15, 16, 17 e 18]. Devemos salientar que o contexto arqueológico patente nas plantas 14 e 15 (implantadas sobre o ortofotomapa n.º 2220103) sofrem do efeito de conicidade ótica, o que poderá aparentar um desajustamento entre o levantamento topográfico e as estruturas arqueológicas atualmente existentes. Mas é pura ilusão ótica;

⁸⁶ Tentamos aprofundar um pouco mais o assunto «aduelas». E os resultados encontram-se no anexo 44, baseado nos cálculos patentes nas tabelas técnicas para Engenharia Civil (FERREIRA e FARINHA, 1974: 37 - tabela 9). O estudo envolve os elementos arquitetónicos I, XVI, XIX e XX, provenientes da escavação, e as aduelas A, B e C, oriundas do próprio monumental arco romano. Pretendemos com este estudo (que incide sobre os cálculos das flechas e das cordas de cada «aduela»), [anexo 44, esquema 8], lançar a questão sobre qual seria a largura do suposto arco, ao qual corresponderiam as aduelas vindas da escavação. Os resultados apresentados na TABELA 3 dizem-nos que as aduelas oriundas da escavação pertenceriam a um arco com uma largura entre os ~5,50 e os ~6m, enquanto o firme mas isolado arco romano de Bobadela, compreende, na base dos seus pés direitos, uma largura de ~3,86m. Não podemos esquecer que as medições das flechas e das cordas das aduelas são mensuradas em milímetros; e a mínima degradação da peça pode provocar um desfasamento nas dimensões, ao tentarmos reconstruir o diâmetro do arco. Mas, mesmo assim, fizemo-lo! Entre os resultados expressos na tabela 3 para as aduelas do monumental arco romano e a dimensão real obtida na base dos seus pés direitos (neste caso, igual ao diâmetro do arco de volta-perfeita), há uma diferença aproximada de 0,40m. Já os elementos I, XVI, XIX e XX assumem entre si diferenças que oscilam entre os ~4,33m do elemento XX, e os ~5,93m do elemento XIX.

IV — Nesta passagem em revista pelos elementos arquitetónicos extraídos da U.E.07, «restos» fazer referência: *i)* aos tambores de coluna⁸⁷; *ii)* a dois capitéis 'jónicos lisos de influência toscana'⁸⁸ (FERNANDES, 2008: 238); *iii)* a uma base ática sem plinto, com cronologias bem adiantadas no século I d.C., ou mesmo em épocas mais tardias (*Idem*: 255); *iv)* a um fragmento de um hipotético friso; *v)* e a uma coluna dupla, de secção em forma de '8'⁸⁹.

O assunto «coluna dupla, de secção em forma de '8'», reveste-se de interpretações extraordinariamente interessantes, no que toca à sua funcionalidade: se por um lado Helena Frade atribui a estas peças — fustes e respetivas bases — a função de pertencerem a um edifício do tipo *forum*-bloco, cujo pórtico era formado, em toda a sua volta, por colunas duplas, de secção em forma de '8' que suportavam o entablamento (FRADE *et al*, 1995: 228); por outro, Jorge de Alarcão direciona-nos para uma outra interpretação, ao referir: que “*Não nos parece que tal solução tivesse sido adoptada nos*

⁸⁷ Estes tambores de coluna [rever anexos 41 e 42, elementos arquitetónicos V, VII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XVII, XVIII, XX, e XXII — um possível reaproveitamento] vêm na senda tipológica de inúmeros exemplares expostos aqui e acolá no centro histórico de Bobadela. E quanto a estes gostaríamos de aqui deixar uma particularidade construtiva que identificámos durante os seus desenhos de campo. Trata-se da disposição das marcas de *forfex*, em alguns deles — mais concretamente, dos elementos VII, X, XI, XIII, XIV, XVII e XVIII. O talhe das marcas de *forfex*, não se encontram diametralmente opostas ao eixo da peça. Com este «pormenor» de talhe, cremos que existe aqui uma forma propositada para desequilibrar a peça, na fase do encosto vertical a uma outra. Deste modo, a tarefa de sobre posicioná-las seria assim facilitada, já que o contato seria em «gume» e não por assento completo; a sua sobreposição seria então mais controlada.

⁸⁸ Temos vindo a seguir de perto o trabalho desenvolvido por Lídia Fernandes (coordenadora do Museu do Teatro Romano de Lisboa), no âmbito do emprego, problemática e caracterização da ordem toscana na Lusitânia ocidental. E não enjeitámos a oportunidade de prontamente adotarmos a designação de capitéis 'jónicos lisos de influência toscana' para os dois que recolhemos da nossa escavação — elementos arquitetónicos II e XV. Como nos pautamos por respeitar integralmente o trabalho desenvolvido por outros(as) colegas, não nos alongaremos muito mais sobre este assunto; deixando para Lídia Fernandes as conclusões a retirar sobre estas peças. Todavia, e à semelhança da reconstrução integral do elemento arquitetónico atualmente exposto bem no seio do espaço *forense* da *civitas* Bobadense [anexo 46, foto 209], não quisemos encerrar definitivamente este tema, não sem antes apresentarmos um modelo teórico, uma tentativa de reconstrução parcial, de um elemento arquitetónico com algumas peças vindas da nossa escavação (o considerado de capitel 'jónico liso de influência toscana' e alguns dos tambores de coluna, elementos arquitetónicos XII, VXIII, IX e XVII, [anexo 46, esquema 9], adaptados, em conjunto, com a base ática que serve de sustento ao elemento que apresentámos na foto 209. Isto, pelo facto, de bases áticas serem empregues em conjunto com capitéis toscanos; prática construtiva recorrente na obra das colunas romanas da *civitas* bobadense (FERNANDES: 2008: 254). O elemento que apresentamos no esquema 9 não é mais que uma proposta. Proposta, esta, baseada (caso o nosso elemento pertença a um templo) na classificação dos templos segundo os seus intercolúnios, com especial realce para dois deles: o Diástilo e o Areostilo (ALARCÃO, 328-329). Segundo Vitruvius, a altura das colunas para os templos Diástilo deveriam ascender a 8 ½ diâmetros (VITRÚVIO, 2006: 129, esquema III - fig. 16); diâmetros que interpretamos como tratando-se do Imoscapo, a parte inferior do fuste, i.e., o diâmetro de base do fuste da coluna (ALARCÃO, 2012: 329). O diâmetro do Imoscapo da base ática que desenhámos e que se encontra exposto no espaço reservado ao *forum* corresponde a ~0,71m. Se assim for, o nosso engendrado elemento arquitetónico (com 5,56m de altura) fica assim a ~0,475m aquém da altura proposta por Vitruvius para as colunas dos templos Diástilo, com um espaçamento entre colunas de 3 módulos, ou seja, para o nosso caso de 2,13m. Quanto aos templos Areostilo, Vitruvius recomenda que as alturas das suas colunas deveriam perfazer 8 diâmetros (*idem*, 2006: 129, esquema III - fig. 16); 8 módulos, tendo, como pensamos (e à semelhança do caso anterior) referência o Imoscapo. E com um espaçamento entre colunas de 4 ou mesmo 5 módulos (ALARCÃO, 2012: 329). Neste caso, a nossa proposta fica «apenas» ~0,12m aquém da altura que Vitruvius propõe para este segundo tipo de templos: os Areostilos. Por sua vez, o espaçamento entre colunas situar-se-ia entre os 2,84m (considerando 4 módulos) e os 3,55m (considerando 5 módulos). Mas se imaginarmos este elemento no seu conjunto, valendo por si só (como coluna da ordem arquitetónica toscana, e segundo o exposto por Vitruvius no seu Livro IV, página 169, fig. 32), este elemento arquitetónico não ascenderia a mais de 4,97m no seu total [anexo 46, esquema 9]. Seja como for, este caso será certamente objeto de um estudo mais aprofundado por parte de Lídia Fernandes.

⁸⁹ Em tom de brincadeira, os «jovens e menos jovens aprendizes de arqueólogos» do projeto 'Férias Arqueológicas' apelidaram estas colunas: de «língua-de-gato». Entenda-se lá o porquê!

pórticos do fórum. O mais provável é que tais pórticos tenham adoptado o modelo normal do século I d.C., de colunas isentas e arquitrave." (ALARCÃO, 2002-2003: 162).

Abraçamos ambas as interpretações. Mas também não queríamos perder o ensejo de contribuirmos, dentro do assunto «colunas duplas, de secção em forma de '8'», com um outro dado que advém do contato que estabelecemos com o José Luís de la Barrera, do Museu Nacional de Arte Romana, de Mérida.

Segundo o conservador deste museu, as colunas duplas pertencem ao primeiro momento da edificação do teatro romano, datadas da época augustana. Outros exemplos, porém, com a mesma tipologia, com a mesma cronologia, surgiram em Mérida, nas imediações do *forum* municipal. E José Luís de la Barrera acrescenta: que todos os exemplares levariam um revestimento em estuque⁹⁰. Fica no «ar» a questão: poderão estas colunas duplas, de secção em forma de '8'», pertencerem a um outro edifício público da arquitetura romana, como, por exemplo, a um teatro? Só futuras investigações arqueológicas o poderão desvendar...

Retomamos aqui e agora a U.E.07 para apresentarmos a nossa interpretação geral sobre esta bolsa de proporções consideráveis. Se bem que esta U.E. é localizada em «ambiente urbano», foi concebida para solucionar um problema repentino, que frequentemente ostenta uma forma cilíndrica e com a tendência de se alargar na parte inferior (LE MAN, 2006: 96), cremos que seja pouco provável estabelecermos quaisquer semelhanças entre este intencional depósito e as covas-lixeiras ou um silo transformado em lixeira.

Na nossa opinião, esta unidade regista: *i)* o momento (ou um dos momentos) de destruição desta zona do espaço *forense* da civitas bobadense [anexo 46, esquema 11], permitindo-nos aqui lembrar que as quatro aduelas se encontravam depositadas a escassos 3 ou 4 metros da U.M.16 — sapata em alvenaria e parede externa/poente do *forum*); ou, noutra perspetiva, *ii)* o resultado de uma ação pós-deposicional que transportou material proveniente de um outro espaço da milenar cidade romana, que não este — e aqui recordamos as «colunas duplas, de seção em '8'», que poderão pertencer a outro edifício público da arquitetura romana, que não o *forum* ou o anfiteatro.

Para tentarmos estabelecer uma cronologia relativa para o momento de deposição da U.E.07, fazemo-nos valer da norma *terminus post quem*. Da totalidade dos materiais que recolhemos da U.E.07, os que apresentam uma cronologia mais recente são os cinco fragmentos cerâmicos com a aplicação de cordões plásticos (lisos, arredondados e achatados), decorados com pulsionamentos sobre ou fora dos mesmos — neste último caso em espinha —, e alguns aplicados na zona da possível pança dos recipientes [rever anexos 28 e 29, estampas n.ºs 66, 76, 68 e estampas n.ºs 69 e 70, respetivamente]. Em termos formais, estes fragmentos cerâmicos poderão ser atribuídos a bojudas olas, talhas ou mesmo jarros [anexo 46, foto 210]. E sendo esta uma abordagem assumidamente

⁹⁰ Além da dupla, tripla, ou demais funções das «colunas duplas, de secção em '8'», gostaríamos de apresentar um outro elemento arquitetónico que nos despertou também o devido interesse. E como cremos que não surge em quaisquer páginas do arquivo bibliográfico que reunimos, parece-nos importante dá-lo ao conhecimento, mais que não seja para que o tempo dos Homens não o apague definitivamente... Trata-se de uma peça bastante degradada, talhada em granito pouco porfiróide, situada no pátio da Dona Maria de Deus e que mostramos no anexo 46, elemento arquitetónico XV. Se as colunas que temos vindo a referir se denominam de «colunas duplas, de secção em '8'», não nos parece de todo descabido que estas possam ser apelidá-las de «colunas triplas», ou de colunas em 'forma de trevo', como os «aprendizes de arqueólogos» a chamaram quando a viram. Exibimos no anexo 46, esquema 10, uma proposta de aplicação arquitetónica para estas peças; uma sucessão de arcadas, rematadas com o «maleável» *opus incertum* ou obra em alvenaria (ALARCÃO, 2004: 15 - Fig. 1.21; VITRÚVIO, 2006: esquema II, fig.10), ou, então, com a versátil obra inteiramente construída em tijolo, dita de *opus latericium* ou *testaceum* (*idem*: 2004: 15 - Fig. 1.21; *idem*: 2006: esquema II, fig.10), cobertas por uma camada de estuque.

preliminar, não hesitamos em enquadrar (dentro do seu reportório formal e segundo as variações ornamentais) as suas cronologias entre os séculos X e XV d.C (SILVA *et al*, 2006/2007: 75-79).

Com vista a solucionar um problema imediato, a U.E.07, formada a dado momento da Idade Média, foi rapidamente soterrada/coberta a par da U.M.16, pelas U.E.'s 03 e 01 [anexo 46, esquema 12].

Mas a intervenção antrópica do espaço da escavação não termina com o selar das estruturas arqueológicas e das U.E.'s que elencámos até ao momento. Falta-nos apresentar outras unidades que merecem destaque: a U.M.21 [rever anexo 35, fotos 172 e 173]; a U.E.09 [rever anexo 31, fotos 132, 133 e 134]; e a U.E.26 [rever anexo 36, fotos 183, 184 e 185].

Inicialmente, não deixámos de prestar atenção ao aproximado ângulo de 90° que a U.M.21 toma em relação à U.M.16 [anexo 46, esquema 13]. E num cenário meramente arquitetónico, equacionamos, numa primeira fase, a hipótese de existir uma complementaridade (coeva), construtiva, entre estas duas Unidades Murais; na medida em que ambas poderiam ter desempenhado um papel fundamental como partes integrantes do espaço interior, porticado, do *forum* de Bobadela. A U.M. 21 poderia ter funcionado como um de muitos “...alicerces dispostos em forma de pente como costumam ser os dentes de uma serra.” (VITRÚVIO, 2006: 60), em relação à U.M.16, i.e., em relação ao cabouco e à parede externa/oeste da principal praça desta cidade romana. O numisma — um *Antoniniano* (*Galiano*) de 260/266 d.C (?) — que recolhemos dos interstícios da U.M.21 [rever anexo 35, foto 174] poderia até ajudar-nos a reforçar esta suposição. A datação do numisma tem um horizonte cronológico que se enquadra no hiato de tempo que avançámos para a possível construção e plena funcionalidade da parede exterior/poente do *forum* (da U.M.16), ou seja, entre a segunda metade do século I d.C e os meados do séc. IV d.C..

Mas convirá aqui salientar que a conexão estratigráfica que a U.E.07 (a «bolsa» de dimensões consideráveis) tem em relação à U.M.21 (alinhamento pétreo), permitiu-nos estabelecer uma outra cronologia para esta Unidade Mural. A U.M.21 assenta parcialmente sobre uma porção de duas «bolsas»: a U.E.24 (apenas detetada nos perfis norte e sul da banqueteta); e a U.E.07 cuja deposição poderá ter ocorrido, como já o referimos, entre os séculos X e XV d.C. Desde logo, e face a esta relação estratigráfica, a U.M.21 terá necessariamente uma cronologia pós-medieval. As recentes informações que recolhemos junto do Sr. António Quaresma vieram também esclarecer-nos quanto a este assunto. O cabouco das escadas da antiga casa-do-povo de Bobadela (protagonizada pela U.M.20), tinha, por sua vez, um pequeno *hall*. A construção deste *hall* é coeva das escadas. E o limite sul desse *hall* tem como cabouco a U.M.21. A edificação do acesso à antiga casa-do-povo (sita no 1º andar da casa n.º13 da rua Manuel dos Anjos Mendes) data das primeiras décadas do século XX. A antiga casa-do-povo de Bobadela funcionou até às décadas de 50/60 do século XX; altura em que foram destruídos, quer as escadas, quer o *hall*. E assim sendo, os alinhamentos pétreos, com sentido nascente/poente (a U.M.21 e a U.M.20), poderão compreender cronologias contemporâneas; num horizonte cronológico construtivo e funcional que medeia entre as décadas de 20 e 60 do século XX.

Por seu turno, a escavação da U.E.09 demonstrou um profundo revolvimento do depósito sedimentar que lhe dá corpo, como comprovam o conjunto cerâmico que recolhemos (grés, laranja-grosseira, cinzenta-fina, romana mas também medieval) e alguns fragmentos de cerâmica de construção (fragmentos de *imbrices* e *lateres*), agremiado ao núcleo de sílex lascado. Mas à U.E.09 devemos também juntar a U.E.26. A interpretação conjunta que atribuímos às U.E.'s 09 e 29 (de estruturas funerárias -?) assenta em dois dados que achamos fundamentais: o primeiro reporta-se aos vestígios ósseos que recolhemos e guardámos para futuras análises osteológicas — inclusivamente

um deles, proveniente da U.E.09, é uma possível falange humana —; e para a compreensão do segundo dado temos que remontar ao ano da última (contemporânea) requalificação a que o espaço *forense* da *civitas* bobadense foi sujeito.

Em 2007, ao abrigo de um protocolo de cooperação entre o Instituto Português do Património Arquitectónico e arqueológico (atual DGPC, IP), o Município de Oliveira do Hospital, a Junta de Freguesia de Bobadela e a Fábrica da Igreja Paroquial de Bobadela, relativo ao Projeto Integrado de Intervenção na área abrangida pelas Ruínas Romanas de Bobadela, foram realizados trabalhos arqueológicos no atual espaço forense deste núcleo histórico. Entre 2005/2006 deu-se a requalificação do espaço *forense*. No decorrer desses trabalhos arqueológicos foram identificadas um conjunto considerável de estruturas funerárias, do qual detemos uma evidência parcial, mas diga-se em abono da verdade de má qualidade, como mostra a foto 211, do anexo 46. São sepulturas de feições antropomórficas, formadas por silhares em granito, justapostos, com pronunciada forma paralelepípedica alongada, dispostas no sentido este/oeste, com as cabeceiras viradas para poente e cobertas com uma espessa e pesada tampa: um pouco à imagem formal das estruturas funerárias identificadas no espaço reservado as casas da zona 'B' de Conimbriga (ALARCÃO, 2010: fotos n.ºs 23, 27, 41 e 42); ou mesmo os casos n.ºs 1, 2, 5, 6, 7 e 8 da necrópole tardia do setor monumental de Conimbriga (ALARCÃO, 1977: pl. LVIII).

Diligenciámos para obter informações mais pormenorizadas sobre a possível datação de tais estruturas funerárias, identificadas no interior do *forum* bobadense. Mas as nossas buscas mostraram-se inconclusivas neste aspeto. Cremos, no entanto, que há uma diferença formal que poderá reverter-se em cronologia relativa, entre os casos apontados para *Conimbriga* e os exemplos que agora apresentamos para Bobadela: as estruturas funerárias de Bobadela poderão ser de cronologia mais recente que os espécimes estruturais funerários identificados em *Conimbriga*. O padrão construtivo das sepulturas de Bobadela é mais evolucionado que o das sepulturas de *Conimbriga*; na medida em que existe uma nítida forma antropomórfica ao nível da cabeceira das primeiras em relação às segundas, colocando-as, eventualmente, numa fase final da alta idade média. E no caso da nossa escavação, certamente que as U.E.'s 09 e 26 são cronologicamente posteriores à U.M.16: pois nenhuma delas corta esta última unidade mural. Bem pelo contrário! A U.E.26 encosta à U.M.16 [anexo 46, esquema 14]. Ou seja, mesmo selada, a U.M.16 tornou-se num obstáculo que obrigou ao desvio na localização e disposição de estruturas posteriormente construídas; neste caso, de duas estruturas funerárias.

Relativamente à cronologia das U.E.'s 09 e 26, de momento, e por questões de restrição financeira, não submetemos as amostras a datações radiocarbónicas. Mas é do nosso desejo e de vontade futura enviarmos para análise laboratorial (tal como fizemos com o elemento carbonoso proveniente da U.E.07A) o fragmento ósseo que recolhemos no interior da U.E.26, aquando da remoção — por questões de segurança — de um dos segmentos da sua estrutura pétreia no corte/norte, quadrado E3. E nessa altura teremos pelo menos a datação aproximada, não do momento de construção da estrutura funerária, em si, mas deste enterramento em particular.

Damos por terminado este subcapítulo dedicado ao apuramento dos dados mais significativos que provieram da escavação arqueológica (verão/2010), com a apresentação: *i*) do anexo 47, onde localizamos os locais de deposição das terras da escavação e de extração das terras para o aterro da escavação; *ii*) dos anexos 48, 49, 49a e 49b que registam as cotas e respetivas áreas que as diversas U.E.'s ocupam no espaço da escavação, sobre os desenhos de campo (à escala 1:20) e com o auxílio do programa *CorelDraw* X14; e, por último, *iii*) do anexo 49c, respeitante aos perfis dos limites da

escavação e da própria banquetta, em trabalho de *Autocad* 2004 e concordantes com os 'Quadrantes I, II e III da escavação'. Neste anexo apresentamos também a sequência estratigráfica da escavação, segundo a matriz de Harris.

4. “Síntese histórica ou arqueológica”

4.1. A Bobadela Pré-romana: Proto-histórica / Idade do Ferro e o seu entorno imediato

Ao longo deste subcapítulo vamos começar por apresentar um conjunto de dados que culminará com uma reconstrução teórica da várzea bobadense, em época pré-romana. Este modelo-teórico de ocupação do local será fundamentalmente baseado nos dados que reunimos no capítulo dedicado à prospeção arqueológica de superfície, a par de alguns dados interpretativos que vertemos no anterior subcapítulo (no 3.2.2)⁹¹.

Dito isto, lembramos que a nossa área-alvo de prospeção arqueológica abrange uma superfície de ~262,26 hectares (ha). Até ao momento (outubro de 2013) estão prospetados 64 setores que perfazem ~132.13ha: equivalendo assim a 50% da área-alvo de prospeção. E tal reconstituição do quadro pré-romano para a várzea bobadense será alicerçada única e exclusivamente nos dados que até ao momento apurámos nos setores prospetados.

Os setores/propriedades que constituem a área-alvo de prospeção foram classificados em três grupos, segundo as suas cotas altimétricas (portanto, tendo em consideração a altitude acima do nível médio do mar) e encontram-se desta forma distribuídos: I – setores 'em altitude', nas cumeadas dos outeiros que «montam-guarda» à várzea de Bobadela, mais concretamente entre os 425m e os 472m; II – setores de 'média altitude', dispostos nas meias-encostas dessas cumeadas (na ordem dos 425m e os 380m) e, por fim; III – setores de 'baixa altitude', estabelecidos nas «zonas ribeirinhas» e planura da várzea (na casa dos 380m/365m).

A prospeção realizada nos setores 'em altitude' (recorde-se, entre os 425m e os 472m) permitiu-nos aprofundar o estudo do já razoavelmente conhecido «Monte dos Castros» ou «Castro dos Mouros (Idade do Ferro)», situado no nosso setor 24 [anexo 50, mapa 29], e identificar mais dois sítios arqueológicos, até então completamente desconhecidos (inéditos): um situado no 'Outeiro do Vale do Mogo', a sul do 'Monte do Vale do Loureiro', no seguimento da sua «cordilheira montanhosa», o S38 [anexo 50, mapa 29]; e um outro, localizado precisamente no vértice aplanado do próprio monte do Vale do Loureiro, o S37 [anexo 50, mapa 29].

No que diz respeito à classificação de «Castro dos Mouros — Idade do Ferro» (do nosso 'Outeiro de São Sebastião', do S24), de momento, não a podemos aceitar; entre os 992 fragmentos cerâmicos que nele observámos, não descortinámos formas ou decorações que nos remetam objetivamente para a Idade do Ferro. E nada nos diz também o «facto» de termos possivelmente identificado uma linha de muralha associada a um talude, sendo todavia possível que “...a fortificação dos povoados ganhou incremento na Idade do ferro inicial...” (MANTAS, 1987: 18). E o que diremos de seguida não deverá servir de analogia espacial; mas noutra quadrante espacial, na área da 'Cultura

⁹¹ Neste subcapítulo daremos corpo aos dados que abordámos na primeira parte do subcapítulo 3.2.2., segundo as suas dimensões descritivas. Mas para que não haja um constante «vaivém» aos anexos anteriores, parece-nos de todo imprescindível colocar desde já à disposição o mapa 29, no anexo 50, que não é mais nem menos que o mapa 22, do anexo 8; no qual se encontram localizados todos os setores onde foram recolhidos fragmentos cerâmicos com pastas suscetíveis de nos remeterem para cronologias pré-romanas.

Castreja', "...as fortificações mais antigas remontam ao Bronze Final..." (*idem: idem*). Mas também temos plena consciência que estamos a lidar com materiais de superfície. E sabemos que por e pela «natureza» estes materiais estão sujeitos a todo um conjunto de processos pós-deposicionais (fatores de ordem natural e antrópica) ou mesmo a fatores intrínsecos à prospeção arqueológica de superfície, já elencados nas páginas 29 e 30 deste trabalho.

O que poderemos adiantar sobre este estabelecimento «permanente» (e aqui damos enfoque aos dois fragmentos de mós de vaivém, e às mais variadas formas, diferentes capacidades e distintas utilidades que os fragmentos cerâmicos manuais deixam a antever, relativamente à conceção formal dos recipientes), situado no 'Outeiro de São Sebastião': é o de estarmos perante um povoado cuja ocupação efetiva do seu espaço ainda se fazia sentir na viragem do I milénio a.C.⁹².

Até quando essa ocupação? Presentemente, não o sabemos⁹³! E deste modo, desconhecemos também a escala e a forma do seu abandono: colapsados, como alguns casos comprovados por povoados do Bronze Final — entre outros, Moreirinha, Monte do Frade, Monte do Trigo, Alegrios (VILAÇA, 2008: 35); temporariamente abandonados no Bronze Final e, mais tarde, reocupados nos últimos séculos do I milénio a.C. — a exemplos da Tapada das Argolas, Covilhã Velha, Argemela, (*idem: idem*); ou povoados que nos remetem para uma lata e continuada diacronia de ocupação do seu espaço e que sai renovada, culturalmente, entre o Bronze final e o Ferro Inicial, caso do povoado da Cachouça (*ibidem: ibidem*). Quem sabe, se num futuro próximo, neste sítio, e no âmbito de outro tipo de intervenções arqueológicas (sondagens de diagnóstico ou mesmo uma escavação), não sejam colhidos alguns espécimes formais de cerâmicas a torno dos inícios da Idade do Ferro, à semelhança dos recolhidos no povoado da Cachouça, Idanha-a-Nova (VILAÇA, 2008: 34 - fig. 11), ou outros indicadores que o transportem até ao ocaso da Idade do Ferro, já com os tempos romanos anunciados.

O plano inclinado das vertentes do 'Monte de São Sebastião' (do S24) e a ação dos agentes físicos que ao longo dos tempos provocaram os deslizamentos dos materiais à superfície, não nos permitem estabelecer de uma forma mais concreta a área útil de ocupação deste povoado. Mas uma observação atual a partir do local (em direção à planura da várzea bobadelense) pode levar-nos a perceber uma das suas funções no passado: i.e., a sua função vital quanto à guarda de todo o

⁹² No designado «grupo cultural baiões/Santa Luzia», a técnica decorativa é por si só um fóssil-diretor. A esta técnica não ficam de forma alguma indiferentes os fragmentos cerâmicos que apresentámos com os n.ºs 8 e 9, no anexo 10, deste trabalho, e que apresentam uma série de motivos decorativos de natureza geométrica, triangular, com linhas direitas raiadas. Diga-se, em abono da verdade, que este motivo decorativo é um dos mais significativos que surge no conjunto cerâmico dos povoados de São Cosme, Castelo de Matos, Santa Luzia, Senhora da Guia e Malcata.

⁹³ Até quando, não o sabemos! Mas sempre podemos tentar encontrar uma cronologia relativa para a fase inicial de ocupação deste povoado, caso estabeleçamos aos níveis concelhio e regional (concelhos limítrofes e/ou regiões vizinhas), paralelos com outros povoados onde foram recolhidas cerâmicas que dizem respeito ao mesmo quadro formal e decorativo que compõem o espólio cerâmico de superfície do 'Monte dos Castros'. Para povoados do Bronze final, como: o Cabeço do Castro de São Romão - Seia (SENNA-MARTINEZ, 1995 b: 136-145); Santa Luzia - Viseu (PEDRO, 1995); e Canedotes - Vila Nova de Paiva/Viseu (CANHA, 2002), as datações remontam aos finais do século XIV, inícios do século XIII e estendem-se até ao século XI a.C.. Já para o povoado da Senhora da Guia - Viseu/São Pedro do Sul/Baiões, os registos mais recentes apontam para uma ocupação inicial do sítio que ocorre no século X a.C. (VILAÇA, 2008-2009: 61-84). No concelho de Idanha-a-Nova, a ocupação inicial do povoado dos Alegrios abrange o século XIII a.C. Perante estes parâmetros cronológicos, parece-nos possível acolher a ideia do povoado do «Castro dos Mouros» (ou agora por nós designado de 'Outeiro de São Sebastião') poder remontar ainda ao Bronze Final, ainda que só novos elementos de datação, obtidos em escavação, o possam atestar.

segmento do rio de Cavalos — no seu sentido nascente/poente — e do delta formado por este rio e pela ribeira de Gramundes.

Agora, debrucemo-nos sobre o Setor 38, situado no 'Outeiro do Vale do Mogo', no seguimento para sul da «crista montanhosa» do 'Monte do Vale de Loureiro'. Os materiais que nele recolhemos (em número reduzido, fragmentados e com formas praticamente indefinidas, à exceção de bordo de extremo plano), [rever anexo 10, estampa n.º 18], não nos possibilitam estabelecer uma cronologia precisa ou mesmo relativa para este sítio. As informações de que dispomos sobre o S38 são verdadeiramente reduzidas.

Contudo, não descartamos a hipótese de estarmos perante uma atalaia (com ocupação permanente ou não do seu espaço), um posto-de-vigia avançado que tivesse desempenhado esta função em relação ao 'Monte do Vale de Loureiro' e ao 'Outeiro de São Sebastião', tal como o fizeram o cabeço do Cucão da Pedra Cavaleira (freguesia de Silgueiros, concelho de Viseu) e muito possivelmente o cabeço da Malcata (freguesia de Beijós, concelho do Carregal do Sal) em relação ao Outeiro dos Castelos (SENNA-MARTINEZ, 1993: 144-145).

Seguramente que esta hipotética atalaia ou posto-de-vigia avançado possibilitaria um permanente estado de alerta, um atempado aviso sobre quaisquer investidas inimigas — vindas principalmente dos setores sul e oeste deste espaço geográfico — ou um prévio descortinar das intensões de qualquer grupo de indivíduos que transitasse por esta várzea. Uma várzea, como a de Bobadela, tão rica em recursos naturais, decerto que seria regularmente alvo de cobiça por parte de outrem; principalmente quando a base económica destes povoados estava correlacionada com a sua implantação, e residia na agricultura e criação de gado (MANTAS, 1987: 17)

O fator de intervisibilidade ajuda-nos a completar este raciocínio⁹⁴. Esta visibilidade espacial entre comunidades que se encontravam disseminadas, pelo menos — e até ao momento — por três núcleos 'em altitude' da várzea bobadense, não era só direcional; era, sim, e acima de tudo, “...relacional e recíproca.” (VILAÇA, 2008: 31 e 91). As suas bacias de visão sobrepunham-se.

De fora desta equação ficam o 'Outeiro de Senhora da Luz' e o S66, o 'Outeiro Gordo'. Porém, estas exclusões basearam-se simplesmente na não recolha de materiais às suas superfícies; o emaranhado do tecido urbano do primeiro e a espessa e incessante cobertura vegetal do segundo, assim não o permitiram. Mas no universo da conjectura, tudo leva a crer que estes dois setores (ou pelos um deles) teriam, à imagem do S24, do S38 ou do S37— do qual falaremos em seguida —, funções vitais no que diz respeito à intervisibilidade relacional, recíproca e direcional da várzea bobadense: são os promontórios mais elevados de todo o «hemisfério» norte da chã de Bobadela.

Obviamente que sem desprezarmos o S38 (situado no 'Outeiro do Vale do Mogo', no seguimento para sul da «crista montanhosa» do 'Monte do Vale de Loureiro'), as nossas atenções recaíram voluntariamente sobre o S37 (recorde-se, situado no vértice aplanado do 'Monte do Vale de Loureiro') que acabou por revelar-nos um dado interessante, portanto, segundo pensamos, merecedor de ser novamente explorado! Concretize-se.

Por entre os 471 fragmentos cerâmicos que compõem o vasto e rico espólio de superfície do S37 (o 'Monte do Vale de Loureiro'), alguns destacaram-se pela sua tipologia, funcionalidade e rareza

⁹⁴ Os setores 24, 37 e 38 perfazem, em conjunto, uma triangulação de pontos que se assemelha à configuração geométrica de um triângulo escaleno [anexo 50, letra A].

regional. Referimo-nos concretamente aos fragmentos cerâmicos que formam os recipientes de asas internas [rever anexo 10, mapa 24, estampas n.ºs 25 e 26]. Estas formas cerâmicas enquadram-se, segundo António Dinis, autor da obra *O povoado da Idade do Ferro do Castroeiro, Mondim de Bastos, norte de Portugal* (2002), na segunda fase de ocupação do 'Castroeiro II' (ocupação do Ferro recente — entre os séc. II e I a.C.) cuja produção e utilização são também transversais às subfases que o próprio denominou de 'Castroeiro II A' (séc. III/I a.C.) e 'Castroeiro II B' (séc. I a.C./ I d.C.). E o mesmo acrescenta, que poderão ainda ter chegado, perdurado e visto aumentado o seu fabrico e utilização durante a fase 'Castroeiro III'; fase que corresponde à ocupação durante a romanização, séc. I d.C.⁹⁵.

Se a estes singulares fragmentos cerâmicos juntarmos outros com formas que apresentam os contornos da romanização (nomeadamente *tegulae*), que recolhemos na mesma safra e no mesmo setor, não podemos descartar a hipótese de estarmos perante um *castellum*; que não é, afinal, senão, uma aldeia “...com uma posição topográfica especial...” e vinda do tempo passado (ALARCÃO, 1997: 137), um antigo castro da Idade do Ferro que não foi abandonado (*idem*, 1999: 31).

No caso do S37 (do 'Monte do Vale do Loureiro') é possível que a fase inicial da ocupação do seu espaço remonte também ao Bronze final, em função do espólio cerâmico que nele recolhemos: alguns dos seus indicadores de semelhança formal aparentam ser criações contemporâneas às observadas no 'Outeiro de São Sebastião', no S24.

Assim, podemos estar na presença de um «aglomerado populacional» 'em altitude', habitado por comunidades indígenas, pelo menos durante a transição do Bronze final/Ferro Inicial — Proto-história Antiga (VILAÇA, 2008: 33), cuja ocupação deste espaço se prolongou por todo o I milénio a.C., e, que, sublinhe-se, pode ter conhecido uma ocupação romana. Deste modo, é muito provável que este povoado, num determinado momento da História (face aos dados que recolhemos e temos vindo a apresentar) tivesse coexistido com um aglomerado habitacional na planura da várzea bobadelense em época pré-romana, ou, inclusive, com a *civitas* bobadelense.

De facto, a proposta anterior terá, na nossa opinião, de ser necessariamente considerada, pois a não ser uma longínqua probabilidade de debandada geral ou de uma situação de ermamento das populações, estas poderiam ter continuado a ocupar os povoados do Bronze Final, apetrechando-os com o recurso a linhas de muralha defensivas no decorrer da Idade do Ferro (CARVALHO, 2007: 63).

Ainda sobre este assunto parece-nos importante abordar um outro aspeto que nos poderá ajudar a compreender a conclusão a que chegámos no penúltimo parágrafo: trata-se do «cale velho». [acerca da implantação cartográfica do percurso do «cale velho», ao irromper pela várzea de Bobadela, consulte-se o anexo 2, mapa 6]. Até ao momento temos vindo a associar o «cale velho» a uma “...*inegável via romana que ligaria a «esplendorosa cidade» às grandes vias imperiais.*” (COELHO, 1970: 49). Compreendemos e respeitamos esta associação. E se conjuntamente a esta, possa existir uma outra explicação que não comprometa ambas. É apenas uma suposição nossa. Materializemo-la!

E se a expressão «cale velho» não diga diretamente respeito à via propriamente dita, mas diga, sim, respeito, a um povoado de seu nome *Cale* (bem à semelhança do povoado pré-romano *Cale* — ALARCÃO, 1988a: 45), por sinal «velho» na sua existência, e que fora abandonado ou simplesmente

⁹⁵ Devemos, porém, salientar que estamos a estabelecer uma hipotética correlação com um povoado situado numa outra região, cujo quadro de ocupação proto-histórica pode mostrar outras características.

perdera a sua preponderância no Bronze Final (o S24), em contraposição com um outro e vigoroso povoado ainda com ocupação efetiva do seu espaço, aquando do início do tempo romano na várzea de Bobadela (o S37 ou mesmo o S70), i.e., um abrupto detrimento ou progressivo declínio/abandono do S24 — por motivos que persistem em continuarem desconhecidos — em prol de um franco recrudescimento do S37 ou do S70. Convenhamos que no caso do S70 (futuro «agregado espacial» de 'média altitude' de que daremos conta já no próximo parágrafo), o dito «cale velho» chega a trespassá-lo, a caminho do 'Monte de São Sebastião', a caminho do S24.

Nos setores de 'média altitude', a prospeção levada a cabo, por vezes em estreita articulação com a fotointerpretação, possibilitou-nos identificar 2 formas inscritas na paisagem.

A primeira forma — um «agregado espacial» — encontra-se situada a meia-encosta da vertente nordeste do 'Outeiro de São Sebastião' (do S70) e mede ~260m de diâmetro⁹⁶ [anexo 50, mapa 29]. Esta forma, pronunciadamente circular e trespassada pelo célebre «cale velho», integra os Setores 22, 44 e 45, e encontra-se na envoltura dos S26 e S53. Dos fragmentos cerâmicos que recolhemos nestes setores, algumas das suas pastas são também passíveis de nos remeterem para cronologias pré-romanas. Neste seguimento devemos também reportar — segundo o testemunho oral da Dona Maria de Deus — um outro dado de significativa relevância, quanto a um fragmento cerâmico recolhido numa determinada área abarcada pelo S70. Trata-se de uma figulina (ANACLETO, 1981: 77-78, inscrição n.º 10), com a designação *aren-* “...que muito possivelmente podia ser «Arentius».” (*idem*, 1981: 79). E à qual acrescentamos *Arentius/Arentia*, uma das divindades exclusivas dos Lusitanos⁹⁷ (ALARCÃO, 2001: 293-349). Se bem que este nosso caso não nos revela datações concretas para a Idade do Ferro, é pelo menos demonstrativo da existência de materiais pré-romanos no caso específico do S70. Em suma, a ocupação romana atestada no local (a *villa* do 'Vale do Coito' que apresentaremos adiante) poderá ter origem (ou ser antecedida) numa ocupação anterior «pré-romana», revelada pelas cerâmicas manuais recolhidas no «agregado espacial» de 'média altitude' (no S70), e que poderá corresponder a um eventual povoado (?). Ainda no interior do S70 parece ser possível reconhecer duas formas de menores dimensões: compatíveis com prováveis pequenos agrupamentos familiares desse hipotético povoado (MANTAS, 1987: 20).

A segunda forma (o S59, anexo 50, mapa 29) situa-se praticamente no sopé da vertente norte do 'Outeiro de São Sebastião' (do S24) e ronda os 62m de diâmetro⁹⁸. No S59 não recolhemos quaisquer materiais de superfície. Mas para reforçar a nossa suposição, importará dizer que estas duas formas circulares ou subcirculares, inscritas na paisagem (os S70 e S59), são muito sugestivas, na medida em que parecem espelhar os contornos formais das comunidades pré-romanas; para tal basta olharmos para a planta geral da Citânia de Briteiros (MANTAS, 1987: 19-20, fig. 1 e 2).

À medida que nos deslocamos para o sopé da várzea, as cerâmicas de pastas escuras, com cozedura redutora ou tendencialmente redutora, com e.n.p.'s de quartzo de grande e médio calibres,

⁹⁶ Rever anexo 14, Ficha n.º 70 do 'Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem'.

⁹⁷ Tal como esta divindade própria dos Lusitanos, Jorge de Alarcão defende que a vinda destes deu-se no Bronze Final Atlântico I; afirmação, esta, baseada no seu estudo concernente à distribuição dos machados de talão com um e sem anel (ALARCÃO, 2001: 318-319).

⁹⁸ Rever anexo 14, Ficha n.º 59 do 'Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem'.

de superfícies interna e externa rugosas, dão lugar a pastas mais depuradas, mais argilosas, de tonalidade cinzenta, com escassos quartzos de pequeno calibre e uma quantidade abundante de micas (moscovite), de paredes alisadas e algumas com formas carenadas.

A análise macroscópica destas cerâmicas, as deslocadas posições geográficas e diferentes elevações topográficas em que se encontram as 'formas inscritas na paisagem' que detetámos na paisagem (os S70 e S59, relativamente aos S24, S37 e S38), poderão ser conciliáveis com estabelecimentos permanentes que tiveram a sua fase inicial de ocupação após a Proto-história Antiga e que perduraram durante todo ou quase todo o I milénio a.C.; pois, até quando, não o sabemos! Mas acreditamos que esta suposição sai fortalecida ao avançarmos para os setores que considerámos de 'baixa altitude'. Neste quadro topográfico conseguimos perceber que o cenário não muda de figura. Aliás, dos 21 setores prospetados, 7 (os S1, S17, S62, S13, S51, S49 e S23) são contíguos e circundantes do atual casario de Bobadela, e os restantes (os S2, S25, S16, S46, S67, S21 e S4) gozam de uma curta proximidade em relação aos que já foram investigados. Ademais, em alguns dos setores houve a possibilidade de recolhermos certos exemplares cerâmicos com formas pré-romanas — nomeadamente, fragmentos cerâmicos carenados, oriundos dos setores 12, 49, 13 e 23⁹⁹ [rever anexo 10, mapa 24, estampas n.ºs 1, 2, 3, 33 e 34]. Aos resultados obtidos nos anteriores setores de 'baixa altitude' devemos impreterivelmente incluir o S42: o setor correspondente ao espaço reservado à nossa escavação arqueológica e que agora recordamos de um modo necessariamente breve¹⁰⁰.

Com o manuseamento do prolífico conjunto de vestígios que anteriormente descrevemos, parece-nos que existem fortes indícios para concluirmos que a cidade romana da Bobadela não foi fundada *ex nihilo*, i.e., não foi fundada do nada, *ex-novo*. Ou, ainda por outras palavras: quando os romanos chegaram à planura da várzea de Bobadela, já se depararam com uma ocupação do espaço que hoje em dia circunscreve, na sua generalidade, à atual zona central do emblemático núcleo histórico de Bobadela.

Esse espaço, conciliável com um «aglomerado habitacional» de cronologias pré-romanas, encontrar-se-ia delimitado por um «perímetro amuralhado», com ~3,2ha de área, e seria atravessado por duas vias principais que se cruzariam no seu interior; assumindo assim as características de um possível caso de «proto-urbanismo». Este nosso caso poderá ser revelador nesta região — a par da

⁹⁹ E a par destes, uma — ainda que parca e pouco diversificada — utensilagem lítica, que, a ajuizar pelas suas formas e acabamentos de superfície, se destinaria a desempenhar várias funções no quotidiano das comunidades pré-romanas que residiriam na planície da várzea [rever anexo 10, estampas n.ºs 4, 5, 6 e 7].

¹⁰⁰ *i)* A U.E.29 (a possível «cisterna»), e uma hipotética conduta em «meia-cana», ambas escavadas no próprio substrato geológico; *ii)* o depósito sedimentar/enchimento protagonizado pela U.E.07A, à qual associamos um elemento carbonoso que recolhemos do interior dessa cisterna, que poderemos datar, segundo o método do radiocarbono 14 — portanto, com alguma margem de erro — entre 408 a.C./608 a.C., datas que, de resto, se enquadram dentro das cronologias pré-romanas; *iii)* o piso-selado que identificámos no topo da U.E.17 (piso-de-circulação primitivo) e ao qual juntamos também as U.E.'s 11A e a 25 (que, dada a presença de um *termoclasto*, funcionariam possivelmente como pertencas de uma fonte de combustão: uma lareira -?); *iv)* a U.E.11, um depósito sedimentar, de natureza antrópica, possível de ter funcionado como um piso-de-circulação romano mas sem a ocupação deste espaço, na transição para uma fase de monumentalização do espaço *forense* da cidade romana de Bobadela; *v)* e finalizamos com um conjunto de materiais que julgamos serem de cronologia pré-romana, provenientes, por exemplo, da U.E.07 [rever anexo 29, foto 116]. Na nossa opinião — e colocamos aqui de parte a U.E.11 —, a U.E.'s 29, as U.E.07A, 07B e U.E.07C (depósitos sedimentares de natureza antrópica e natural que constituíam o enchimento da U.E.29), e as U.E.'s 17, 25 e 11A, assumem, entre si: o caráter de contemporaneidade pré-romana. A respeito desta nota consulte-se o anexo 39, esquemas 1 e 3.

Beira Baixa — de uma variabilidade da modalidade de ocupação territorial observada por exemplo na Alta Extremadura (CARVALHO, 2007: 61). O caso do povoado do Picoto, na Guarda, com ocupação circunscrita aparentemente aos séculos VI-V a. C. (CARVALHO, 2007: 61), juntamente com o presumível povoado da planura da várzea bobadelense, poderão ser indiciadores dessa mutabilidade de ocupação do espaço; dado que o povoado do Picoto se trata de um lugar situado numa área aplanada, sem estar dotado, aparentemente, de estruturas defensivas (PERESTRELO, M. Sabino, SANTOS, André e ÓSORIO, Marcos, 2003:156-176).

Para tentarmos confrontar a hipótese que levantámos no anterior parágrafo, levámos a cabo um exame interpretativo das formas constantes nas imagens obtidas através da fotografia aérea (fotointerpretação), e procurámos aflorar um exercício sobre as morfologias urbanas e/ou rurais da várzea de Bobadela que explanamos de imediato.

A várzea de Bobadela e o grosso do seu aglomerado habitacional são atualmente dominados pelo cruzamento de duas vias ditas principais. Estas duas vias dão particularmente acesso às proximidades do seu núcleo histórico [letras A e B, anexo 51, mapa 30]. A via no sentido poente/nascente (a via A), bifurca-se, entretanto, ao chegar às faldas do flanco poente do aglomerado habitacional deste núcleo histórico [letra A', anexo 51, mapa 30].

E porque nos referimos a estas atuais vias se queremos tentar reconstruir o passado? Porque tal como os solos têm uma «memória histórica» (LOPES, 2003: 39), também as formas inscritas na paisagem “...apresentam um potencial acumulado que chamamos de resiliência.” (COSTA, 2010: 45). A resiliência associa continuidade e mutação; uma dicotomia contrastante no espaço e no tempo que resulta na histerécronia (CHOUQUER, 2007: 268), i.e., “...as formas não se repetem do mesmo modo, têm um tempo de resposta entre uma determinada causa e um efeito produzido.” (COSTA, 2010: 45).

Poderíamos eventualmente partir do pressuposto que estas duas vias são dois casos de morfogéneses lineares, i.e., “...são elementos na paisagem que têm um papel estruturante nas formas da paisagem circundante...” (COSTA, 2010: 47)¹⁰¹. De facto o presente alberga muito do seu passado. E durante estes praticamente 4 anos de investigação em Bobadela, fomos persistentes na procura de “... estruturas lineares fossilizadas — como sejam as vias —, circulares — fossas e túmulos — ou estruturas com alguma envergadura ainda a descoberto ou semi-soterradas — como sejam as linhas de amuralhadas dos povoados.” (CARVALHO, 2006: 63)¹⁰².

Mas se atentarmos bem, percebemos que o traçado destas duas vias no terreno têm um desfaseamento de alguns graus para nordeste, em relação ao norte cartográfico. E se a nossa interpretação for a mais correta, quer o prolongamento da via A para nascente (após «trespassar» o núcleo histórico), quer a própria via A', são casos de transmissões isoaxiais lineares relativamente a

¹⁰¹ Ao longo dos tempos, estes casos tendem a transmitirem-se ou a transformarem-se por «vontades» naturais ou necessidades antrópicas. As resiliências lineares, as transmissões espaciais e as próprias transformações resultam de formas previamente existentes. Tais resiliências, transmissões, ou transformações na paisagem ocorrem “...de maneira isotópica - no mesmo alinhamento vertical; isoaxial - no mesmo alinhamento horizontal, ou isóclina - expandindo-se lateralmente.” (COSTA, 2010: 47).

¹⁰² No âmbito deste trabalho, estes dados resultam essencialmente das análises cuidadas do terreno, da regressão que nos foi possível fazer das morfogéneses lineares e espaciais, atualmente ativas pela várzea de Bobadela (estradas municipais, estradas intraurbanas, caminhos rurais/de serventia, fontes, propriedades...), da fotografia aérea orto-retificada n.ºs 2220103/2220102 e das sempre esclarecidas e não menos esclarecedoras fontes orais; e tudo plasmado neste subcapítulo pelos dados que apresentámos no subcapítulo 3.2.1. deste trabalho, reservado à prospeção arqueológica de superfície e aos seus resultados na sua dimensão descritiva.

uma outra via que considerámos como mais um caso de transmissão isoaxial para a várzea Bobadelense: a letra C, que assinalamos no mapa 30 do anexo 51¹⁰³. Mas cremos que estes três casos de transmissões isoaxiais que anteriormente apresentámos têm, na sua base, um de dois transmissores fulcrais de morfogénese linear para toda a várzea Bobadelense. O primeiro transmissor é o próprio curso do rio de Cavalos [letra D, anexo 51, mapa 30]. Ou seja, observamos a orientação das vias A, A' e C em isoclínia com este generoso afluente do rio Mondego. O segundo caso basilar de transmissão morfogenética linear para esta fértil várzea é a via B. Ao debruçarmo-nos sobre esta via, compreendemos que o cenário muda radicalmente de figura; a via B projeta-se praticamente na perpendicular da via A, ou melhor, numa relativa perpendicularidade ao curso do rio de Cavalos. E mantendo o mesmo desfasamento para nordeste; as vias formadas pelas letras A, B e C do mapa 30, anexo 51, dão lugar aos eixos estruturantes 1 e 2', do mapa 31, que apresentamos no mesmo anexo. Sobre a via B, não excluimos a hipótese da sua orientação estar diretamente ligada à própria orientação que o curso da ribeira de Gramundes toma, i.e., numa perspetiva mais abrangente, a via B poderá estar para a ribeira de Gramundes, tal como a via C está para a orientação do curso do rio de Cavalos.

O exercício continua com a implantação no terreno das vias mais ancestrais que os testemunhos orais dos mais idosos Bobadelenses puderam reconhecer [anexo 52, mapa 32]. E numa ou noutra direção, num ou noutro sentido, as vias acabam: *i)* por passar à ilharga [anexo 52, mapa 32, vias 3, 4, 5, 8, 9, 10, 15 e 17]; *ii)* trespassar as formas inscritas na paisagem ou os sítios identificados [anexo 52, mapa 32, vias 6 e 16 — o traçado do «cale velho»]; *iii)* afastar-se mas mantendo um alinhamento moderadamente isotópico ou isoaxial, em relação aos eixos principais [anexo 52, mapa 32, vias 11, 12, 14 e 15]; *iv)* e outras tendem em aproximar-se dos diversos sítios que entretanto identificámos [anexo 52, mapa 32, via 13]¹⁰⁴. Em termos metodológicos podemos dizer que as vias 15, 6, 7, 17, 12, 14 e 2 são isóclinas entre si. E existe continuidade isotópica entre as vias 1, 10 e 4. Alguns dos cursos que estas vias tomam chegam a atravessar o rio de Cavalos; prática que ainda hoje é possível observar em determinados pontos-de-passage, ao longo do seu curso. O anexo 53, esquema 15, surge como uma simplificação do anexo 52, mapa 32. E se tentarmos «estilizar» estas 17 vias, retemos na «objetiva planimétrica» um conjunto de formas, ou melhor, uma possível interpretação das mesmas [anexo 54, mapa 33].

Na prática, o passo que demos anteriormente foi o de fundamentalmente atendermos quer à rede viária atual, quer à rede parcelar, e assim tentarmos recriar uma imagem da organização das formas neste espaço: ao isolarmos certas características através de uma disposição esquemática teórica. No anexo 54, mapa 33, é possível observarmos uma lógica na continuidade das formas no tempo, através de quadrículas, mais ou menos retilíneas, e sensivelmente orientadas segundo os eixos estruturantes norte-sul/este-oeste. É assim notório todo um conjunto de transmissões das formas (quer na rede viária atual, quer na rede parcelar) na várzea Bobadelense, ao longo do tempo¹⁰⁵. E quanto a

¹⁰³ O sentido que esta via toma (de A ponte para C nascente, passando pelo núcleo histórico), liga a várzea de Bobadela ao quadrante poente do tecido urbano da cidade de Oliveira do Hospital, ao calcorreamos o caminho da Ribeira.

¹⁰⁴ Nesta vertente de estudo poderá colocar-se a seguinte questão: o que surgiu primeiro, os pontos (os sítios) ou as linhas (as vias)?

¹⁰⁵ A partir deste momento restringiremos a escala de observação ao ortofotomapa 2220103, que diz respeito ao espaço onde recaiu grande parte do nosso estudo; o acidentado do terreno, as proximidades dos promontórios da várzea de Bobadela dissimulam os possíveis elementos identificadores na paisagem. Além do mais, procuramos, aqui, destringir; o que poderá ser considerado como «centro» e «periferia» de Bobadela.

estas tramas e às suas respetivas orientações, devemos acentuar a importância que o rio ou no caso de Bobadela os rios e as «valadas secas» (e por conseguinte os eixos estruturantes — eixos 1 e 2 do anexo 51, mapa 31), desempenharam no tempo, no que toca e às suas orientações e à orientação das próprias tramas [anexo 55, esquemas 16 e 17, e anexo 56, esquema 18].

Identificados e justificados os dois principais eixos da morfogénese linear de todo o aglomerado habitacional de Bobadela, propomo-nos, a partir destes, fazer uma regressão para tentarmos identificar alguns casos de uma aproximada resiliência, linear, no «centro» do tecido urbano da atual Bobadela, em função das vias «principais» e «secundárias», «quelhas» e acessos agrícolas transitáveis. Em suma, identificarmos no terreno possíveis casos de transmissões isotópicas, isoaxiais e isóclinas, em relação às vias principais [anexo 56, esquema 19]. A par destes possíveis exemplos, introduzimos no mesmo anexo os setores onde observámos e recolhemos alguns materiais à superfície de possíveis cronologias pré-romanas. E o que podemos observar no anexo 57, mapa 34, é uma forte concentração desses setores nas propriedades circundantes ao grosso do aglomerado habitacional, do núcleo histórico desta freguesia. E um dos objetivos por nós traçado para este subcapítulo começa a «desenhar-se», num convénio — que acreditamos profícuo — entre a ciência arqueológica (dados provenientes da prospeção arqueológica de superfície e da escavação arqueológica — Setor 42), um afluente estudo das morfologias rurais e urbanas de Bobadela e o exame «fotointerpretativo» das formas constantes no ortofotomapa 2220103: tudo em prol da identificação de um provável «aglomerado habitacional», pré-romano, delimitado por um «perímetro amuralhado» e atravessado por dois eixos estruturantes que se cruzariam no seu interior.

Ao comprovar-se esta hipótese, ela não será de todo inédita no quadro regional, pelo menos em alguns dos seus aspetos. *Conimbriga*, por exemplo, comprova alguns deles: quando é manifesto no traçado da cidade romana “*A sobrevivência dos traços cadastrais de Conimbriga pré-romana...*” (CORREIA, 2013: 190), ao “*...verificar-se que esse facto ocorreu com as principais vias de circulação...*” (*Idem: Ibidem*). E como veremos no início do próximo subcapítulo (do 4.2), faremos coincidir os 'eixos estruturantes 1 e 2' (as duas vias principais do hipotético «aglomerado habitacional» de cronologias pré-romanas, situado na planura da várzea bobadense), com as duas vias principais do traçado viário já em época romana: o *cardo maximus* e o *decumanus maximus*, respetivamente.

O modelo-teórico que apresentaremos terá em consideração alguns dados que fomos recolhendo ao longo deste trabalho: *i*) dados resultantes da prospeção arqueológica (com a implantação dos setores onde recolhemos materiais de superfícies passíveis de nos remeterem para cronologias pré-romanas); *ii*) dados vindos da escavação arqueológica [reler notas 77, 81, 86, 87, 90 e 100, e consultar anexo 57, mapas 34 e 35 - S42]; *iii*) algumas informações de anteriores trabalhos arqueológicos, levados a cabo no núcleo histórico de Bobadela [consultar anexo 57, mapa 35, letra E]; *iv*) a possível interpretação de uma ou outra forma inscrita na paisagem, inexplicada até ao momento [anexo 57, mapa 35, letra F - possível limite do núcleo do povoado]; *v*) e a análise de uma possível estrutura linear fossilizada, em subsolo [anexo 57, mapa 35, letra G - linha que refletirá uma possível muralha de origem pré-romana], identificada segundo um «método» que o programa informático *CorelDraw* nos proporciona, ao jeito de «prospeção térmica». Dos três primeiros itens, nada mais há a reportar; já foram devidamente dissecados até ao momento. Agora, reservemos algumas linhas para tentarmos dar resposta aos últimos dois (itens *iv* e *v*).

Da análise planimétrica que envolve as formas do atual tecido urbano de Bobadela, foi-nos possível identificar uma série de formas subcirculares inscritas na paisagem que se propagam no espaço — num misto entre a função viária e a delimitação dos parcelários agrícolas —, desde o «centro» deste atual aglomerado habitacional até à sua «periferia»; registando, aqui, o fenómeno (e perdoe-nos a expressão) com o efeito de «pedra-no-charco»! Para esta fase do estudo vamos apenas debruçar-nos sobre as duas primeiras grandes formas subcirculares: a primeira é parcialmente compreendida por um segmento pronunciadamente subcircular da via que passamos a indicar com a letra F, no anexo 57, mapa 35; e a segunda inclui um alegado alinhamento pétreo/estrutura defensiva que foi detetado no subsolo através do tal «método» que engendrámos ao jeito de «prospecção térmica» e do qual damos conta no anexo 57, mapa 35, letra G, com transposição para a letra G¹⁰⁶.

Resta-nos apresentar uma explicação plausível para cada uma destas formas que ainda hoje se inscrevem notoriamente na paisagem de Bobadela. Importa aqui salientar que o «desenho» destas duas áreas foram completadas pelos dados arqueológicos que expusemos ao longo dos últimos três parágrafos.

A primeira (= letra F, representada pela linha vermelha a tracejado no anexo 58, mapa 36 e esquema 20, n.º3) poderá traduzir o grosso de um «aglomerado habitacional», de cronologia pré-romana, com sensivelmente 1,1ha de área. Este possível *habitat* estaria organizado em função de quatro quadrantes «urbanos», delineados pelos nossos já bem conhecidos 'eixos estruturantes 1 e 2', e definidos pelas projeções de um conjunto de vias «intraurbanas» e intra/extramuros do próprio povoado [anexo 58, mapa 36 e esquema 20, n.ºs 5, 6, 7 e 8]. A existirem essas vias intra/extramuros do hipotético *habitat*, elas tinham para si guardadas a função de permitirem a acessibilidade às entradas/saídas deste «aglomerado habitacional», em função dos quatro pontos cardeais.

Para a segunda forma (= letra G, representada pela linha amarela no anexo 58, mapa 36 e esquema 20, n.º4) que abrange uma área de 3,2ha, se somarmos o 1,1ha do possível núcleo habitacional pré-romano, reservámos a configuração de um «perímetro amuralhado», a par de algumas possíveis vias extramuros que circunscreveriam, dariam acessibilidade e, inclusive, poderiam seguramente contribuir para a defesa do próprio povoado [anexo 58, mapa 36, e esquema 20, n.ºs 9, 10, 11 e 12]. Sobre o tema «perímetro amuralhado», já Jorge de Alarcão se pronunciara quanto à possível existência de “...uma muralha da época de Augusto ou da época da fundação da cidade...” (ALARCÃO, 2002/2003: 156). É plausível também admitirmos que no espaço que medeia entre o limite exterior da zona central urbana, do aglomerado, e o limite interior do hipotético «perímetro amuralhado» existam estruturas pré-romanas — basta para isso recordarmos a escavação arqueológica e os resultados obtidos nas U.E. 's 17, 11A, 25, 07A, 07D, 07B, 07C, 29 —, a par de um ou outro vestígio de um traçado viário; mas o atual e intrincado tecido urbano dificultaram, em muito, esta tarefa.

Numa leitura mais ampla, também não hesitámos em equacionar os limites do «perímetro amuralhado» e a implantação dos setores onde foram recolhidas pastas e formas cerâmicas passíveis

¹⁰⁶ Como fazemos questão de não «olhamos só para o nosso umbigo», lançamos-lhe um desafio ao jeito de um exercício. Este «método» está ao seu alcance e poderá ser-lhe útil em futuras investigações. «Adquira» o programa *CorelDraw*, passe a publicidade. No nosso caso é a versão X4. Seguidamente, abra o programa e submeta um ortofotomapa da sua área de estudo ao dito programa. Depois, selecione o ortofotomapa e vá à barra-de-ferramentas — topo da página principal — e clique em '*Bitmaps*'; de modo a abrir o item *Image Adjustment Lab*. Por fim, procure oscilar com o cursor sobre os itens, tais como; 'temperatura', 'saturação', 'contraste', 'somas', etc. Sempre que o fizer, clique em 'OK'. Este «técnica» permitir-lhe-á transmitir à superfície do ortofotomapa variações de temperatura e de sombras, fazendo sobressair uma ou outra forma/estrutura resguardada pelo subsolo.

de nos remeterem para cronologias pré-romanas. E refletimos sobre o espaço físico que compreende todo o «perímetro amuralhado» e a área de dispersão dos materiais à superfície (nos setores adjacentes a este *habitat*): o primeiro (o «perímetro amuralhado») é inferior à segunda (à área de dispersão de materiais). Esta ilação poderá indiciar a presença de 'espaços de frequência' na planura da várzea (nomeadamente, áreas agricultadas) que extrapolariam a área confinada ao «recinto amuralhado» e a sua alegada área habitacional, em época pré-romana. Uma hipótese, que, certamente a ter existido, imprimiria uma extraordinária dinâmica e interligação entre povoados por toda a várzea de Bobadela.

O nosso quadro para a ocupação pré-romana desta várzea está assim completo: três sítios arqueológicos em 'altitude'; um já relativamente conhecido, mas até agora não estudado, o 'Outeiro de São Sebastião', o S24; dois inéditos, o S37, um possível *castellum* situado no 'Monte do Vale do Loureiro', com uma lata diacronia de ocupação do seu espaço, possivelmente desde o Bronze Final à romanização, e o S38, uma suspeitável atalaia ou posto-de-vigia, localizada no 'Monte do Vale do Mogo', cuja fase inicial de ocupação do seu espaço poderá ter ocorrido no Bronze Final; duas formas, subcirculares, inscritas na paisagem, abrangidas pelos níveis altimétricos de 'média e baixa altitudes' e que poderão assumir contornos formais de estabelecimentos da Idade do Ferro; e, por último, um conjeturável povoado munido de um «perímetro amuralhado», datado da Idade do Ferro e enquadrado pelas cotas altimétricas de 'baixa altitude', i.e., na planura da várzea bobadelense.

Em suma, cremos que esta última suposição (o povoado munido de um «perímetro amuralhado», datado da Idade do Ferro) poderá ser definida como sendo: a primeira fase construtiva do sítio arqueológico da planura da várzea de Bobadela, que, como já o afirmámos, ocuparia o espaço que hoje em dia circunscreve, na sua generalidade, a atual zona do emblemático núcleo histórico desta freguesia. A cidade romana, a ser assim, teria ocupado o lugar de um anterior povoado situado num pequeno outeiro¹⁰⁷. E topograficamente, esta faz-nos lembrar a implantação no terreno de Idanha-a-Velha cujo centro se encontra a uma cota mais elevada relativamente ao rio Pônsul; sem que este outro local, tal como em Bobadela, sobressaia de forma muito expressiva na paisagem. A somar a este cenário topográfico não devemos esquecer as vias que apresentámos nos anexos 52 e 53.

A implantação deste quadro pré-romano da várzea bobadelense obedece a dois modelos de apresentação: um planimétrico, que apresentamos no anexo 59, mapa 37; e um outro, criado sobre o 'Modelo Digital Terrestre' que damos conta no anexo 60, mapa 38.

Damos por concluído este subcapítulo, porém, com uma certeza: estamos convictos que estes e outros exemplos, um pouco disseminados pelo concelho, concelhos limítrofes e pela região centro do país, poderão certamente contribuir para que num futuro próximo possamos conhecer e compreender melhor a «manta-de-retalhos» étnica, bem como o modo de vida das comunidades indígenas que habitavam estes «montes» ...e as planuras das suas várzeas [anexo 61, mapa 39].

¹⁰⁷ Este quadro de ocupação não é uma situação singular, uma vez que as capitais de *civitates* vizinhas, como *Conimbriga* e *Viseu*, sucedem a povoados proto-históricos. *Idanha-a-Velha* já não será assim, pelo menos em função do que é atualmente conhecido.

4.2. A Bobadela romana: contributos para o estudo do seu urbanismo/arquitetura

Neste subcapítulo daremos total atenção à várzea bobadelense, em época romana. Os assuntos aqui tratados sê-lo-ão em função da interpretação dos dados que temos vindo a recolher ao longo deste trabalho. No decurso desta rubrica: aduziremos alguns subsídios para o estudo da malha urbana da então *urbs* romana, catapultada pelo tal possível «perímetro amuralhado» pré-romano; apontaremos um ou outro hipotético faseamento construtivo do seu tecido urbano, já em época romana; atribuiremos uma outra configuração geométrica e dimensão ao *forum*, baseada nos resultados provenientes da escavação arqueológica; apresentaremos uma proposta para o povoamento rural periurbano da *civitas* bobadelense, identificando as possíveis *villae*, granjas, casais...; e, por último, afloraremos as vias que ligariam a capital de *civitas* ao seu território e a outras *civitates*.

As bases para o primeiro item deste estudo já foram lançadas, quando identificámos e escalpelizámos no anterior subcapítulo duas formas, subcirculares, inscritas na paisagem e concêntricas aos dois eixos estruturantes. E sem reticências prosseguimo-lo com uma dedução metodológica: os 'eixos estruturantes 1 e 2' estão para o estabelecimento pré-romano, tal como o *cardo maximus* e o *decumanus maximus* estão para a nossa proposta do traçado tendencialmente ortogonal romano que exibiremos para a *civitas* romana de Bobadela. Assim, poderemos afirmar que esta rede de fundação se «auto-organizou», a partir do momento da sua implantação¹⁰⁸, i.e., “...materializou-se no terreno no momento instituidor, ocorrendo a sua materialização num longo processo auto-organizado de implantação progressiva.” (COSTA, 2010: 48). E ao reconhecermos anteriormente um «recinto amuralhado» de cronologias pré-romanas pode também dizer que o *locus gromae* (VITRUVIO, 2006: 63 - fig. 8) seria o ponto de interceção destes dois eixos estruturantes. Ou por outras palavras: não sendo uma cidade de fundação *ex nihilo* a projeção do traçado ortogonal romano «obedeceu» à matriz viária pré-romana, pré-existente¹⁰⁹. Como prova do que acabamos de escrever está a orientação da própria trama ortogonal que se mantém com um desfasamento para nordeste, em relação ao norte cartográfico.

A várzea de Bobadela não se encontra à beira ou mesmo perto do mar, mas é trespassada pelo rio de Cavalos (nascente/poente) e pela ribeira de Gramundes (sul/norte). E os romanos tinham algumas restrições/regras com os recintos urbanos levantados em sapais (mormente ventilação das ruas, formação de charcos e estagnação das águas — infestação de mosquitos...) que se encontrassem mais altos que o nível médio das águas do mar. Segundo Vitruvius, as cidades que estivessem direcionadas para o setentrião (para o norte) ou para nordeste, dir-se-iam “...racionalmente

¹⁰⁸ E a esta rede de fundação devemos juntar uma simples mas funcional rede viária interna, e uma outra externa, que daria acessibilidade, circunscreveria e que inclusive poderia contribuir sobremodo para a defesa do povoado.

¹⁰⁹ Esta causalidade impossibilitou-nos de sustentar esta fase de estudo nos resultados obtidos da prospeção arqueológica de superfície. Aliás, seria de todo erróneo fazê-lo; pois tanto recolhemos terra *sigillata* hispânica no S50 (setor à ilharga do centro histórico de Bobadela), [rever anexo 17, mapa 27, estampa n.º61], como no S46 (setor afastado do centro histórico de Bobadela), [rever anexo 17, mapa 27, estampa n.º41].

*implantadas...*¹¹⁰ (VITRÚVIO, 2006: 44-45). No caso de Bobadela o *cardo maximus* sofre uma rotação de ~10° em relação ao norte cartográfico. E o *decumanus maximus* acompanha-o nesse ciclo.

Como é de todo desaconselhável basearmo-nos nos materiais de superfície, nada mais natural do que irmos ao encontro da terceira forma subcircular inscrita na paisagem para gizarmos a segunda fase construtiva do sítio arqueológico da planura da várzea de Bobadela, ou melhor; a primeira fase construtiva da *urbs* romana¹¹¹. A caminho desta terceira forma inscrita na paisagem conseguimos perceber que no espaço, propaga-se, «racionalmente», uma expressiva sucessão de casos de transmissões isotópicas e isoaxiais, lineares, em favor dos agora considerados *cardo maximus* e *decumanus maximus*: os antigos 'eixos estruturantes 1 e 2'. Ou seja, uma sucessão de *cardines* e *decumanus* paralelos a cada um destes eixos, indicativos de uma malha urbana verdadeiramente funcional e impulsionada por um tendencial traçado ortogonal romano.

Todavia, na segunda fase construtiva — primeira fase de cronologias romanas — estas transmissões lineares tomam outros usos viários e/ou funcionalidades urbanísticas/arquitetónicas, em comparação com o modelo que apresentámos para o período pré-romano.

Por exemplo, é interessante verificarmos: *i)* que uma fração do segmento nascente do 'eixo estruturante 1' do modelo-teórico que apresentámos para o período pré-romano, dá lugar, em época romana, a parte do segmento nascente do *cardo maximus*, após a sua interceção para norte com o seu congénere *decumanus maximus*. E neste caso, este segmento do *cardo maximus* corresponde ao possível limite nascente do *forum* romano de Bobadela; *ii)* que parte do segmento sul do 'eixo estruturante 2' do modelo-teórico que apresentámos para o período pré-romano, dá lugar, em época romana, a uma porção do segmento sul do *decumanus maximus*, após a sua interceção para poente com o seu homólogo *cardo maximus*. Este segmento do *decumanus maximus* corresponde ao possível limite sul do *forum* romano de Bobadela [anexo 62, mapa 40]; *iii)* que a via 5, intramuros, do «perímetro amuralhado», torna-se — com um leve recuo da sua linha —, no segundo *decumanus* do quadrante norte do traçado ortogonal. A via 5 coincide então com o possível limite norte do *forum* romano de Bobadela; e *iv)* que o mesmo acontece com a via 6, intramuros, do «perímetro amuralhado», que concorda — com um ténue recuo da sua linha — com o primeiro *cardo* do quadrante poente do traçado ortogonal romano. Este *cardo* perfaz o limite poente do *forum* romano. A respeito deste parágrafo consulte-se também o anexo 62, mapa 40 e esquema 21.

No anterior parágrafo interpretámos e delimitámos o que acreditamos que sejam a localização e as dimensões do *forum* romano de Bobadela, na primeira fase construtiva da *civitas* bobadelense. Este modelo é baseado na proposta que Helena Frade fomenta para as dimensões e localização reais

¹¹⁰ Nesta sequência parece-nos pertinente a questão que colocamos de seguida: se a desfasagem para nordeste se mantem, será que a comunidade pré-romana (que edificou e se estabeleceu no «recinto amuralhado» na planura da várzea de Bobadela) já não demonstraria ter o mesmo grau de conhecimento que mais tarde os romanos demonstraram ter, no que toca à edificação, orientação e condições de salubridade do seu *habitat*? Diríamos que é uma adaptabilidade natural aos ecossistemas.

¹¹¹ Se bem que é de todo desaconselhável basearmo-nos nos materiais de superfície, também não podemos, de todo, descurar os quatro exemplares de terra *sigillata* sud-gálicas que recolhemos, respetivamente, das U.E.08, Q.H3 (n.ºs de inventário 1324, 1343 e 1344 — rever anexo 38, TABELA 2), e U.E.07, G4/H4, com o n.º de inventário 1361 — rever anexo 38, TABELA 2) da escavação arqueológica (2010). Dentro do espólio que recolhemos, estes casos poderão ser as «provas» materiais mais significativas da transição da época pré-romana (passando por esta primeira fase construtiva de cronologias romanas) para a segunda fase construtiva da *civitas* bobadelense que poderá ser coincidente com o espírito arrojado e empreendedor da época flaviana.

do *forum* (FRADE, *et al.*, 1995: Est. II - fig.2; FRADE, 2010: 231 - fig.1), [rever anexo 22, plantas 2 e 3].

Relativamente às dimensões e localização «deste» *forum*, e à hipótese que anteriormente levantámos para a localização do *locus gromae* (na interceção dos 'eixos estruturante 1 e 2' de cronologias pré-romanas, ou seja, na interceção do *cardo maximus* e do *decumanus maximus*), conseguimos também perceber que os limites, ou melhor, o ponto central «deste» *forum* não coincide com o *locus gromae* que propusemos para o traçado ortogonal romano.

De resto, este fenómeno do traçado viário ocorre com frequência em muitos outros *fora*. Por exemplo, no caso de *Aeminium* o cruzamento das ruas principais da cidade observa-se junto ao canto SE do *forum*. (CARVALHO *et al.*, 2010: 85-87). E segundo o nosso modelo interpretativo, em Bobadela deparamo-nos precisamente com o mesmo cenário: quando o cruzamento das ruas principais da cidade romana dá-se à ilharga do canto SE do *forum* [anexo 62, mapa 40 e esquema 21].

No caso de Bobadela é interessante também verificarmos que o espaço reservado à parte central do anterior aglomerado habitacional, de cronologias pré-romanas, dá albergue, em época romana (ainda que ligeiramente desviada do *locus gromae*), à principal praça pública romana. Este processo evolutivo/urbanístico também é de certa forma semelhante ao constatado em *Conimbriga*, quando Virgílio Hipólito Correia refere: “*Estes «leques» de vias convergem numa área central (onde se deve imaginar que esteve um dia a porta principal do povoado pré-romano) e é frente a este espaço privilegiado que é construído o fórum augustano.*” (CORREIA, 2013: 192).

E a projeção do traçado ortogonal continua: a via 7, intramuros, do «perímetro amuralhado», concorda — com um ligeiro recuo da sua linha — com o primeiro *decumanus* do «hemisfério» sul da trama ortogonal romana; a via 8, intramuros, do «perímetro amuralhado», traduz — também com uma pequena retração da mesma — o primeiro *cardo* do «hemisfério» nascente do traçado ortogonal romano; e assim sucessivamente...

Ao averiguarmos a projeção do traçado ortogonal romano na várzea de Bobadela, podemos também registar uma reorganização espacial das agora *insulae*: uma retração das linhas do antigo traçado viário do aglomerado habitacional pré-romano. Cremos que este fenómeno de contração deve-se essencialmente à edificação de uma panóplia de edifícios de cariz público da arquitetura romana. Por exemplo, com a configuração e localização do *forum* que apontámos como pertencente à primeira fase construtiva desta *civitas*, surge a necessidade deste (e por conseguinte do isolado mas ainda firme arco romano) ser «trespassado» por um *decumanus*: o primeiro do «hemisfério» norte do traçado ortogonal romano [anexo 62, mapa 40, letra H e esquema 21, letra H]. E se os condicionalismos impostos pelo meio-físico “... poderão ter constituído um entrave à emergência de uma nova modalidade de organização e exploração territorial...” (CARVALHO, 2010: 79), porque não falarmos também destas mesmas circunstâncias a nível local; que decerto nortearam a disposição urbana da *civitas* bobadense (FRADE, *et al.*, 1995: 225). Ademais, e sendo a 'Bobadela romana' uma *urbs* situada no «coração» do Planalto Beirão — implantada em territórios montanhosos do interior de Portugal e cujos limites da *civitas* seriam geograficamente fronteiriços à Cova da Beira —, é possível que estejamos, durante o século I d.C. “...bem longe do desenvolvimento urbano e do aparato arquitetónico revelado por muitas das cidades do sul da Lusitânia ou da sua fachada atlântica.” (CARVALHO, 2010: 81). E o mesmo se

poderá dizer do ideal de *urbanitas* tão reconhecidamente verificado em cidades e *villae* de outras regiões provinciais (*idem: idem*).

O modelo-teórico que apresentaremos adiante para a primeira fase construtiva da *civitas* bobadelense, de cronologias romanas, começa por se inscrever na terceira forma subcircular implantada na várzea de Bobadela, identificada apenas pela fotointerpretação. Veremos que os seus limites/espacos «público» ou «urbano» — que em conjunto rondam uma área de ~6,5ha —, parecem «viver» muito em função da área do *forum* (CARVALHO, 2010: 82).

Assim, o nosso modelo-teórico para a primeira fase construtiva da *civitas* bobadelense, de cronologias romanas, é fundamentalmente baseado: *i*) nas superfícies de terreno que definimos para os 'Agrupamentos 1 e 2'; *ii*) na exclusão, logo à partida, do anfiteatro romano, cuja edificação é datada do último quartel do séc. I d.C. (FRADE, 2010: 232); *iii*) na deteção do atual traçado viário interno do «centro» histórico de Bobadela e da sua «periferia», assim como para as acessibilidades aos campos agrícolas — casos de transmissões isotópicas e isoaxiais, lineares, [anexo 63, mapa 41]; *iv*) e no âmbito de um estudo que desenvolvemos a fim de determinar a dimensão relativa de uma *insula*¹¹², tendo em vista a sua projeção no terreno até aos limites da terceira forma inscrita na paisagem, em conformidade com a anterior rede viária e os acessos às propriedades agricultadas.

A *insula* que mesurámos através da aproximada divisão em quatro partes do anfiteatro romano de Bobadela, ronda a modelação de ~33m de lado, entre vias, i.e., ~111,5 pés; relação verificada caso se considere que cada pé meça 29,6cm de comprimento [anexo 63, mapa 42, letra I]. Mantendo a mesma relação de grandeza e também a distância entre vias, esta modelação fica por exemplo aquém dos 150 pés (~44,4m), entre vias, que permitiria a existência de áreas construídas aproximadamente de 1 *actus* (120 pés ou ~35,4m), das *insulae* identificadas na área arqueológica das Carvalheiras, de *Bracara Augusta* (MARTINS, 2004: 154). A projeção no terreno que apresentamos no anexo 64, mapa 43, é um ensaio, e, como óbvio, não deixa de trazer consigo algumas discrepâncias, que, de resto, admitimos.

Estas modelações diferenciadas poderão estar subjacentes a pelo menos dois fatores que consideramos importantes: o primeiro prende-se com a localização topográfica, em colina, da *civitas* bobadelense, ao admitirmos que as necessárias adaptações ao terreno tenham condicionado pontualmente a forma dos quarteirões, sendo estes tendencialmente retangulares (MARTINS, 2004: 154); o segundo reporta-se à maior largura que o *cardo maximus* e o *decumanus maximus* poderiam ocupar em relação aos restantes *cardines* e *decumanus* que compõem o traçado ortogonal da *civitas* bobadelense. Esta ocorrência, que de resto é também comum, é bem visível em alguns dos fragmentos no mapa da *limitatio* romana de Orange (centurição B), em França, onde o *cardo maximus* excede a largura dos restantes cardos (PIGANIOL, 1962: p. 269/fig. 30, 270/fig. 31, 276/fig.32).

¹¹² Para a elaboração do estudo relativo à modulação de cada *insula* fomos no encaço de elementos verosímeis da arquitetura romana: o anfiteatro (mesmo não fazendo parte de momento para esta fase construtiva da *civitas* bobadelense) e a interceção dos alinhamentos das paredes externas norte e poente do *forum*. Depois, traçámos uma mediana do centro do anfiteatro e o eixo de uma possível via que atualmente interpela a parede exterior norte do *forum* e o prolongamento da via do Museu Municipal Dr. António Simões Saraiva (ou seja, o segundo *decumanus* do quadrante norte do traçado ortogonal romano ou a via 5 do «perímetro amuralhado» pré-romano). O centro do anfiteatro foi obtido em função de um levantamento topográfico que envolveu o eixo das entradas/saídas norte e sul deste magnífico edifício da arquitetura romana.

A circunscrição no espaço da segunda fase construtiva da *civitas* bobadelense (terceira fase do sítio arqueológico da várzea bobadelense) requer, da nossa parte, a recuperação de alguns assuntos que já expusemos durante este trabalho; nomeadamente os que desenvolvemos no subcapítulo 3.1.2, respeitante à 'Prospecção arqueológica de superfície: resultados na sua dimensão descritiva'. Os limites do seu tecido urbano, no contexto desta segunda fase construtiva de cronologias romanas, refletem a campanha de prospecção arqueológica que desenvolvemos ao longo desta investigação. O modelo-teórico que apresentamos no anexo 64, mapa 44, respeita (à exceção do espaço atualmente ocupado pelo «emaranhado» tecido urbano do centro histórico de Bobadela) algumas das áreas que se integram nos anteriormente definidos como 'Agrupamentos 1 e 2'. Neste âmbito, implantámos no mesmo anexo os setores que prospetámos (dos quais recolhemos materiais que nos remetem para cronologias romanas, casos de fragmentos de terra *sigillata*, *tegulae* e de *imbrices*), e que nesta fase contribuíram para a definição da nossa proposta para os limites urbanos da *civitas*.

Nesta senda, torna-se também necessário relatarmos um conjunto de dados interpretativos que concorreram para a definição dos possíveis *limes* do seu tecido urbano e que mensurados compreendem uma área de ~14ha. Passemos a enumerá-los:

I — O setor 17 (no quadrante nordeste da área de prospecção arqueológica), [anexo 64, mapa 44], fica a escassos 10 metros para poente da escavação realizada em 2010/2011, no «Chão da Pedra». O relatório desta intervenção arqueológica apresenta um espólio onde uma amostra considerável de fragmentos de Terra *Sigillata* Hispânica (T.S.H.) e de Terra *Sigillata* Hispânica Tardia (T.S.H.T.) marcam a sua presença (ROQUINHO, 2011: tabela do inventário). Foram também recolhidos e classificados três numismas: um do Imperador Magnêncio (séc. IV d.C.) e dois de Constâncio II — séc. IV d.C. (ROQUINHO, 2011: anexo 22 do relatório final desta escavação, respeitante ao Inventário do Espólio Numismático).

Face a este conjunto de materiais, à continuidade espacial entre o local de escavação e o setor 17 (sensivelmente de 10m), e ao acervo que recolhemos no setor 17 [rever anexo 11, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', n.º17], podemos levantar aqui a hipótese deste espaço conter, em subsolo, estruturas romanas, pelo menos, entre a segunda metade do séc. I d.C e o séc. IV d.C. Para norte do setor 17, a informação relativa à nossa prospecção arqueológica é limitada praticamente pelo decumano n.º32 [anexo 64, mapa 44]. Até à linha que definimos por L4 foi-nos de todo impossível continuar com a prospecção de superfície.

Como já o dissemos, a proposta que apresentamos para esta segunda fase construtiva da *civitas* bobadelense exprime exclusivamente os dados que fomos recolhendo ao longo da prospecção arqueológica. Porém, cremos que mais para norte, a L4 [anexo 64, mapa 44] reveste-se de uma importância vital no que diz respeito aos *limes* do tecido urbano para esta fase de monumentalização da *urbs* romana; a «realidade» que reconhecemos a norte da L4 (que compreende os setores 65, 68 e 69), deverá, na nossa opinião, ser interpretada isoladamente. E esta interpretação terá lugar quando nos debruçarmos sobre um ou outro caso de povoamento rural disperso para a várzea de Bobadela.

Em suma, embora os materiais recolhidos nesta área sejam pouco expressivos em termos cronológicos, os que conhecemos apontam para cronologias flavianas, pós-flavianas ou tardias, e este facto não deve ser ignorado;

II — Transferimos esta mesma linha de pensamento para o quadrante nascente da nossa área de prospecção que engloba os setores 19 e 61 (interpolados pela linha L1), e os setores 20 e 7. A esta interrupção da L1 entre os setores 19 e 61 (que apresentamos no mesmo anexo e mapa) prende-se

com o facto da existência ou não de focos de concentração de materiais à superfície, em ambos os setores. Ou seja, até ao limite nascente do S19 existem focos de concentração de materiais à superfície. Já o mesmo não se verifica no S61, onde a recolha de materiais à superfície foi escassa, dispersa, e da qual não localizámos quaisquer focos de concentração de materiais. A identificação destes focos de concentração só foi retomada nos S20 [rever anexo 12, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', n.º20] e S7 [rever anexo 18, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', n.º7]; este, último, com concretos materiais de cronologias romanas — fundamentalmente, fragmentos de *lateres*. E da mesma forma que procedemos para os S65, S68 e S69, os S20 e S7 serão também individualmente interpretados, quando apresentarmos o modelo-teórico do povoamento rural disperso para a várzea de Bobadela. Certo será que a estes dois setores juntaremos o S32; pois acreditamos — e como já o afirmámos no subcapítulo 3.1.2. deste trabalho — que possa existir uma correlação espacial e funcional entre estes três setores e um espaço cujo topónimo é 'Quinta da Cal';

III — Para os limites do quadrante sudeste da capital de *civitas* bobadelense (que ladeiam parte da margem norte do rio de Cavalos e que *grosso modo* representam o espaço que dista entre os setores 19 e 46) munimo-nos de alguns dados recolhidos aquando da prospeção arqueológica de superfície e que nos merecem particular atenção. Trata-se de um fragmento de terra *sigillata* hispânica, Drag. 35, recolhido no S46 [anexo 64, mapa 44, estampa n.º41], e de um outro fragmento de terra *sigillata* hispânica, recolhido no S46 [anexo 64, mapa 44, estampa n.º56]. Estamos cientes que o local onde recolhida foi a *sigillata* do S46 é francamente próximo do rio de Cavalos. Ao seu local de achado não podem ficar alheios alguns dos processos pós-deposicionais, que, de resto, já elencámos no subcapítulo 3.1.2. deste trabalho.

Porém, não podemos excluir a hipótese desta e de outra tipologia de materiais (coincidentes com um dos três focos de concentração de materiais à superfície detetados no S46 e que numa perspectiva da sua cronologia de circulação oscilarem entre a segunda metade do séc. I d.C. e o II século d.C.) poderem estar associadas a vestígios romanos em subsolo, passíveis de se coadunarem com estruturas inerentes ao curso do rio de Cavalos e aos proveitos que dele adviriam. Segundo os testemunhos, quer do Sr. Carlos Silva (morador no S26, reler nota 58 deste trabalho), quer do Sr. José Lourenço (com moradia no S12, reler nota 59 deste trabalho), atrevemo-nos a avançar a possibilidade do leito do rio de Cavalos ser, em época romana, substancialmente mais profundo que a atual cota de superfície da sua água. É claro que o processo da aluvião sedimentar ao longo dos tempos contribuiu em grande monta para a condição inversa. E devemos também levar em linha de conta que as áreas atuais aplanadas e da aluvião serem, em época romana, áreas *non aedificandi*, uma vez que estariam regularmente alagadas. Na nossa opinião estas possíveis reportadas estruturas — e sendo o leito do rio mais cavado — podem estar relacionadas com mecanismos de irrigação (rodas hidráulicas) a campos agrícolas situados nas imediações da *urbs*, ou mesmo a maquinismos (açudes, barragens ou aquedutos) de abastecimento de águas à própria *civitas* (ALARCÃO, 2004: 22-27);

IV — Desloquemo-nos agora para o quadrante noroeste da *civitas* bobadelense, onde o setor 23 é «vizinho» espacial do anfiteatro e do denominado 'bairro augustano' [anexo 64, mapa 44]. A enorme diferença de potência estratigráfica entre as estruturas postas a descoberto no anfiteatro, no 'bairro augustano' e a cota de superfície do S23 em relação à rua 'Fundo de Vila', levam-nos a ponderar que existiria para poente desta rua uma realidade arqueológica bastante distinta, à verificada para nascente destas estruturas arqueológicas e do setor 23.

Os materiais que recolhemos da prospeção arqueológica de superfície que levamos a cabo no S23 abarcam cronologias pré-romanas (exemplos das formas carenadas representadas pelas estampas n.ºs 33 e 34), [rever anexo 10, mapa 24] e romanas (casos de alguns fragmentos de *tegulae*), [rever anexo 18, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', n.º23]. Cremos, que a presença dos primeiros devem-se ao facto do S23 se encontrar justamente do lado externo de um dos segmentos que identificámos como sendo o «perímetro amuralhado» de cronologias pré-romanas. E a presença dos materiais de cariz cronológico romano devem-se, segundo pensamos, ao S23 fazer parte integrante dos limites noroeste do tecido urbano da segunda fase construtiva de cronologias romanas (aspeto que aprofundaremos já no próximo ponto) e às proximidades, quer do 'bairro augustano', quer do próprio anfiteatro.

Na parte alta/noroeste do burgo atual (junto à capela da Senhora da Luz) existem indícios da presença de um possível segmento de um pano de muralha onde a escarpa rochosa foi retalhada e afeiçoada, permitindo, deste modo, o encastramento de blocos poligonais. Esta técnica construtiva, perfeitamente conhecida no norte de Portugal e por todo o quadrante noroeste da Península Ibérica, é característica da cultura Castreja (HOURCADE, 2002: 229). O pano de muralha mede 2,10m de largura; dimensão frequentemente utilizada na época Julio-claudiana (*idem: idem*). Será este vestígio, um dos restos das antigas muralhas que António Luiz de Sousa Henriques Secco apresentou no seu trabalho intitulado *Memória Historico-chorographica dos Diversos Concelhos do Distrito de Coimbra?* (SECCO, 1853: 105). No âmbito do nosso estudo não podemos avançar de todo alguma informação sobre este assunto; a prospeção arqueológica de superfície que realizamos para norte do S2 (e por conseguinte para norte do S23, até bairro do outeiro da Senhora da Luz), não nos revelou quaisquer tipologias de materiais. Depois, as habitações do próprio outeiro tornaram-se num verdadeiro obstáculo a essa prática arqueológica, e as análises da fotografia aérea também não foram as mais esclarecedoras. No entanto registamos o possível vestígio arqueológico;

V — Sobre esta segunda fase construtiva da *civitas* bobadelense de época romana (terceira fase construtiva deste sítio arqueológico da várzea de Bobadela), falta-nos apresentar os dados relativos à nossa proposta para os limites do tecido urbano do quadrante sudoeste que corresponde, na sua globalidade, ao quadrante que bordeja a margem norte do rio de Cavalos, entre o S40 e a ponte romana [anexo 64, mapa 44]. Dos materiais que recolhemos no S40, o destaque vai para o fragmento de terra *sigillata* hispânica, possivelmente tardia [anexo 64, mapa 44, estampa n.º59], e para a presença de alguns fragmentos cerâmicos de *tegulae* [rever anexo 19, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', n.º19].

A este dado será indispensável juntarmos um outro, que supomos de cariz viário. Para o expormos, será necessário recorrermos aos resultados do levantamento topográfico que realizamos sobre a orientação das paredes da ponte romana de Bobadela. De facto, a orientação do atual tabuleiro da ponte não condiz com a orientação «real» dos alinhamentos pétreos originais da ponte [anexo 65, mapa 45, foto 224]. A «anomalia» construtiva despertou-nos tal interesse que fizemos a projeção dos pontos dos alinhamentos externos da estrutura pétreo da ponte para o atual piso ou nível-de-circulação. Diga-se em abono da verdade que o resultado mostrou-se deveras surpreendente; já que o segmento reto 'JL' (entre a ponte romana – 'J' – e a ponte de época moderna – 'L' –) é *grosso modo* longitudinalmente paralelo ao traçado que definimos para os limites do «hemisfério» sul da *civitas* Bobadelense, no âmbito da segunda fase construtiva de cronologias romanas. Ou seja, o tabuleiro original parece estar orientado para uma via que contornava neste lado o perímetro urbano nesta segunda fase romana. E, por sua vez, o traçado no sentido 'JL' leva-nos ao enfiamento da então «via

romana» denominada de «cale velho». Esta via prossegue «encosta-acima» do 'Outeiro de São Sebastião' e trespassa o «agregado espacial» de 'média altitude', antes de chegar praticamente ao cocuruto do próprio monte, do S24. A derivação viária materializada pela ponte romana terá supostamente acompanhado a monumentalização da *civitas* nesta segunda fase construtiva de cronologias romanas. A respeito deste último parágrafo consulte-se o anexo 65, mapa 45.

Esta procedência viária, associada aos materiais que recolhemos no S40, à definição dos limites do «hemisfério» sul da *urbs* (entre a ponte romana e o S40) e à cronologia da própria ponte “...erguida no ano de 80 como lembra a inscrição da Póvoa de Midões.” (COELHO, 1970: 70), dão-nos algum crédito para tentarmos estabelecer uma cronologia para os limites sul do tecido urbano que propusemos para a *civitas* nesta fase construtiva, i.e., um hiato que abranja a segunda metade do I século d. C. ou mesmo a primeira do II século d. C. Ou seja, no fundo para toda a segunda fase do perímetro urbano romano, mesmo observado num quadro histórico mais global, parece-nos muito credível propor-se uma cronologia flaviana ou trajaniana — com efeito, muitas das capitais de *civitates* do norte da Lusitânia parecem ter conhecido um processo de monumentalização apenas durante este período de finais do séc. I d.C., inícios do séc. II d.C.

Mas o nosso estudo sobre a ponte romana de Bobadela não se fica por aqui. Após a projeção dos pontos da ponte no sentido poente/sudeste, pretendemos verificar a sua variável para norte. E foi com este intuito que procedemos ao espelho topográfico da projeção do segmento 'JL'. O eixo de simetria horizontal em direção a norte perfaz um ângulo aproximado de $\sim 70^\circ$; e assim surge o segmento de reta 'JM', que numa das suas seções passa junto da linha L2 [anexo 65, mapa 45]. Curiosamente, este segmento de reta desemboca ou emboca junto de duas das vias ancestrais (as vias 4 e 14) que identificámos para a Bobadela pré-romana [rever anexo 52, mapa 32, ou anexo 53, esquema 15]. Se nos quisermos desprender da retilinearidade dos segmentos 'JL'/'JM' e apenas lidarmos com transmissões lineares que a paisagem atual nos dá, ficamos com as sugestivas linhas 'NO' e 'PQ'. Perante este estudo viário é possível que a *civitas* bobadelense nesta fase comportasse — e perdoem-nos a expressão — «duas vias de cintura externa» ao seu próprio tecido urbano. Assim, quem chegasse de poente sempre teria duas grandes opções viárias; para norte ou para sul, em função do espaço urbano a «visitar». O mesmo se passaria a quem da cidade abala-se; bastando para tal percorrer para norte/sul e para este/oeste (ou vice-versa) os respetivos *cardines* e/ou *decumanus*, até atingir uma ou outra «via de cintura externa». No anexo 65, mapa 46, apresentamos uma expressão conjunta das áreas que cada fase construtiva deste sítio arqueológico ocupa.

Numa perspetiva mais abrangente (extrapolando um pouco a circunscrição da nossa área de prospeção arqueológica de superfície e que inclui alguns possíveis espaços de *silvae*) identificámos duas transmissões isóclinas, lineares, que se expandem lateralmente no espaço, em relação ao *cardo maximus* e ao *decumanus maximus*: falamos das linhas 'R' e 'S' que apresentamos no anexo 65, mapa 46).

Creemos que esta característica morfológica de ambas as linhas deve-se a um ou outro motivo que em nada está relacionado com o tecido urbano da cidade. Na nossa opinião, este cenário que nos é apresentado poderá estar inteiramente ligado a um ou outro caso de povoamento rural disperso, em época romana, ou a um possível e desconjuntado parcelário rural. Alertamos para o facto de que alguns segmentos destas linhas bordejam o 'Outeiro Gordo'. No que diz respeito à transmissão isóclina, linear 'S', importa reter uma outra ideia: o seu traçado «molda» uma forma subcircular bastante interessante na paisagem. Entretanto, e perante tal evidência, levámos a cabo um exercício — ao jeito de ensaio — que de imediato passamos a desenvolver. Com centro na interceção dos eixos do *cardo*

maximus e do *decumanus maximus*, traçamos um círculo; círculo, esse, que, em determinados pontos do seu traçado, se sobrepusesse à linha 'S'. E o resultado que obtivemos é o que apresentamos também no anexo 65, mapa 46. E desta vez utilizámos toda a área que o ortofotomapa 2220103 cobre.

À escala, o raio do círculo ronda os 735m, i.e., aproximadamente ½ milha romana (740,75m). E assim sendo, se bem que o seu valor seja um pouco variável (MANTAS, 1996: 429-430), o seu diâmetro seria então de 1 milha romana: por conseguinte 1481,5m. Acreditamos que este diâmetro de uma milha romana é passível de enquadrar, em simultâneo, o tecido urbano da cidade romana e os espaços reservados ao estabelecimento de um conjunto de casos de povoamento rural disperso que contamos apresentá-los ainda no decorrer deste subcapítulo. Ou seja, podemos estar perante um espaço que englobe o limite periurbano da *civitas* Bobadelense, i.e., a área de influência direta da cidade, na qual estão inseridos os núcleos rurais dispersos de época romana;

VI — Temos vindo a insistir nestas formas inscritas na paisagem e nas inúmeras transmissões isotópicas e isoaxiais, lineares, que identificámos como que de vias se tratassem. Diga-se, de verdade, que muitas delas foram reconhecidas por corresponderem a algumas das fileiras de árvores ou «bardões» de videiras mais antigos existentes na várzea de Bobadela. Interpretámo-las desta forma, porque, em 2011, no âmbito da construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais (E.T.A.R.) de Bobadela, houve a necessidade de se proceder à abertura de um emissário para ligação das águas do saneamento público, à própria. Na sequência desta tarefa, o perfil sul do emissário evidenciou uma estrutura pétreia, com sensivelmente 4/5m de largura e à cota de 0,70m de profundidade [anexo 65, mapa 45, foto 225]. Esta estrutura é constituída por uma fiada de lajes justapostas, assentes no substrato-rochoso e que aparenta ter um ligeiro dorso com descaio para as suas laterais. Esta descrição é superficial, principalmente quando não lhe foi identificado material associado. Mas, mesmo assim, não podemos enjeitar a possibilidade desta estrutura ser compatível com uma das possíveis “...*viae publicae*’, estabelecidas em terreno pertencente ao domínio público do Estado ou das *civitates*...” que “...originalmente ou por expropriação, estavam abertas a todos os que as quisessem utilizar...” (MANTAS, 1996: 31), e com um “...*aspeto abaulado característico do pavimento das estradas nem construídas, ou seja, o extradorso do pavimento.*” (*Idem, Idem*: 59);

VII — Os dados que apresentamos nestes últimos seis itens elencam os motivos que estão na base para definirmos a segunda fase construtiva da cidade romana, que, na nossa opinião, coincide com a sua fase de maior fulgor urbano e arquitetónico da *civitas* bobadelense; impelida pelo então espírito empreendedor, laborioso e arrojado da época flaviana (ALARCÃO, 1988a: 74). Esta fase não ficará de forma alguma alheia à “... *promoção de Bobadela a ‘municipium*’, provavelmente recorrente da extensão do ‘*ius Latii*’ a toda a Hispânia por Vespasiano...” e que “...*está comprovada por uma inscrição, CIL II 401, que hoje se conserva reutilizada na capela de S. Sebastião de Couto de Midões — na freguesia do mesmo nome, no concelho de Tábua.*” (ALARCÃO, 2002/2003: 158). E se esta fase manifesta em si uma larga ampliação dos limites de todo o tecido urbano desta *urbs*, cremos que seja também possível identificarmos algumas alterações no seio do seu próprio tecido urbano, pois tal como Jorge de Alarcão advoga: “...*uma renovação do forum no tempo dos Flávios ou de Trajano parece crível, ainda que tal renovação possa ter-se limitado à reconstrução das portas e à edificação dos templos ao Génio do Município e a Vitória. Ao mesmo tempo, ter-se-á construído, na cidade, o anfiteatro.*” (ALARCÃO, 2002/2003: 159).

Na nossa opinião o binómio arquitetónico *forum/anfiteatro* é um caso flagrante das alterações processadas na transição dos momentos que definimos como primeira e segunda fases construtivas de cronologias romanas para a *splendidíssima civitas* de Bobadela, i.e., entre as épocas «pré» flaviana (primeira fase construtiva, de cronologias romana, provavelmente augustana, ou segunda fase

construtiva que identificámos para este sítio arqueológico implantado na chã de Bobadela desde a época pré-romana), flaviana, e «pós» flaviana (segunda fase construtiva de cronologias romana, ou seja, terceira fase construtiva que identificámos para este sítio arqueológico implantado na chã de Bobadela desde a época pré-romana).

Os dados resultantes de outros trabalhos arqueológicos desenvolvidos no núcleo histórico de Bobadela — principalmente advindos de escavações arqueológicas — são verdadeiramente escassos para compreendermos a primeira metade do século I d.C. deste sítio arqueológico; à semelhança, aliás, do que se verifica noutros núcleos urbanos do norte da Lusitânia. O sítio da Póvoa do Mileu (Guarda), possível capital dos *Lancienses Transcudani*, não tem quase dados relativos à dinastia julio-claudiana (PEREIRA, 2012: 61, 92-93). Talvez por este motivo, tentaremos interpretar o anterior par de edifícios e espaços urbanos públicos da arquitetura romana, refletindo, durante algumas linhas, sobre: a conjuntura de ambos no que concerne ao seu ordenamento urbano, em articulação com alguns dos dados que recolhemos da nossa escavação arqueológica e uma específica fonte epigráfica, registada no CIL II, com o n.º 397.

Em 1983, A. E. Maia do Amaral publica o artigo intitulado “Considerações Preliminares Acerca do Forum II de Bobadela”. Nesse escrito, Maia do Amaral apresenta duas possíveis fases construtivas para o *forum*: fases que o autor designa de I e II (sem que as inscreva numa cronologia específica). Este investigador sustentou a fase I do *forum* com a arquitetura própria de um *forum* da época imperial romana: “O *forum* típico dessa época é todo ele um grande complexo monumental, isolado por um muro do resto, virado para dentro: é um recinto interiorizado, melhor ainda, um «edifício».” (AMARAL, 1983: 9-10). Na nossa opinião, este *forum*, tipo *forum-bloco*, corresponde precisamente ao modelo proposto por Helena Frade (FRADE, 2010: 232); modelo atualmente concetualizado para as dimensões gerais do *forum* romano de Bobadela. Recorramos de pronto à proposta que Helena Frade apresenta para as dimensões do *forum* de Bobadela; proposta, essa, já apresentada para consulta no anexo 22, plantas 2 e 3, mas que agora reforçamos a sua exposição no anexo 66, mapa 47¹¹³. E se este modelo arquitetónico abona em favor da primeira fase construtiva do *forum* (que coincide com a primeira fase construtiva da *urbs* romana), o traçado viário intraurbano também não lhe fica atrás. Ao olharmos para o mapa 47, do anexo 66, ou para a planta 3, do anexo 22, percebemos que os limites extramuros do *forum* são delimitados por vias; ou por outras palavras, por *cardines* e *decumanus*, e, inclusive, pelos próprios *cardo maximus* e *decumanus maximus*.

Se pensarmos que o anfiteatro foi construído no último quartel do século I d.C. (FRADE, 2010: 230-231), é aceitável conjeturarmos que a nossa proposta para o primeiro *cardo* do «hemisfério»

¹¹³ No mapa 47, anexo 66, devemos alertar para o seguinte: não obstante a diferente apresentação entre este mapa e as plantas 2 e 3, do anexo 22, as dimensões do *forum* proposto por Helena Frade não sofreram alterações. Aliás, as dimensões patentes no mapa 47, do anexo 66, foram sujeitas a um levantamento topográfico, onde posteriormente atribuímos, quer à largura, quer ao comprimento, precisamente as mesmas dimensões que constam do artigo de sua autoria intitulado “Os *Fora* de Bobadela (Oliveira do Hospital) e a *Civitas* de *Cobelcorum* (Figueira de Castelo Rodrigo)”, publicado em 2010: “O *Fórum* é do tipo *fórum-bloco*. Tem uma planta quase quadrada e é delimitado por um muro construído em *opus vitatum*. Está orientado no sentido Norte/Sul e mede 56,20 (170 pés) de largura e 45,30 (153,5 pés).” (FRADE, 2010: 232). Neste levantamento topográfico, apenas as vias adquirem valores simbólicos (4 metros de largura, justificada pela largura aproximada do arco romano); já que não conhecemos, com rigor, a largura das vias intraurbanas da *civitas* bobadelense. No mapa 47, anexo 66, deixamos também, em legenda própria, a referência e a localização de algumas estruturas arqueológicas que ao longo dos tempos têm vindo a ser identificadas um pouco por todo centro histórico de Bobadela.

poente desempenhava, na perfeição, a «serventia» viária deste setor da cidade romana. Bom, mas sempre se poderá colocar a questão do 'bairro augustano' que se localiza a sudoeste do *forum*, a sudoeste desse primeiro *cardo*. Acerca deste espaço parece-nos importante refletir futuramente sobre a orientação das suas estruturas, dos seus alinhamentos pétreos. Curiosamente ou não, a maior parte desses vestígios assumem-se como transformações lineares, i.e., não respeitam, por exemplo, a orientação do eixo maior do anfiteatro, no seu sentido norte/sul ou vice-versa. Seria também interessante saber se o muro da arena cortava ou não uma ou outra estrutura do 'bairro augustano' aquando da escavação do anfiteatro, entre os anos 1981/89, ou mesmo por altura da última requalificação a que foi sujeito este magnífico imóvel da arquitetura pública romana.

Não sendo uma cidade *ex nihilo* (como temos vindo a tentar demonstrá-lo), os primeiros anos de edificação da *urbs* romana seriam seguramente acompanhados pela necessidade premente de criar estruturas para o estabelecimento dos seus primeiros habitantes. A par desta condição inicial, enquanto *civitas*, está também o propósito de assegurar espaços adequados à gestão dos respetivos e extenso *territorium* jurídico-administrativo (ALARCÃO, 2002/2003: 156). Daí, que, possivelmente, o *forum* de Bobadela “...não terá tido (na sua primeira fase) templo...” (ALARCÃO, 2002/2003: 158). Aqui, não se trata de preterir a função religiosa em prol da função administrativa. O *forum* de Bobadela, tal como o de *Aeminium* “...parece corresponder ao modelo arquitetónico em que o templo — como edifício automático, construído sobre o clássico podium e com colunata na fachada — não se encontra representado, uma vez que a actividade religiosa se centraria em torno de uma capela do culto imperial — *aedes Augusti*.” (CARVALHO, 2010: 70). E assim sendo, o *forum* de Bobadela poderá ter adotado o modelo de basílica *cum aede vitruviano* — i.e., o espaço religioso estaria confinado a esta capela, talvez do culto imperial, adossada à basílica (ALARCÃO, 2002/2003: 158).

Pertinente é também a proposta que Maia do Amaral apresenta para as dimensões parciais referentes à fase II do *forum* de Bobadela¹¹⁴, juntamente com a hipótese que o investigador avança quanto à localização de um templo dedicado a Neptuno (AMARAL, 1983: 9 - fig. 2), [anexo 66, mapa 48, letra T]. A ter efetivamente existido este templo, não é crível que este fosse consagrado ao culto de Neptuno. O mais provável é que a lápide NEPTUNALE, inscrita no CIL II com o n.º 398 e incorporada atualmente na fachada da torre sineira da Igreja Matriz de Bobadela, pertença a um possível *nymphaeum Neptunale* (ALARCÃO, 2002/2003: 161), ainda por identificar no subsolo da Bobadela romana¹¹⁵.

Interessante é de igual modo a reflexão que Maia do Amaral faz a respeito da flamínica Júlia Modesta e à obra que esta «benemérita» sacerdotisa custeou aquando da reedificação das «portas» do *forum* (AMARAL, 1983: 12-13); obra, esta, que acreditamos avultada e com grande impacto no plano urbanístico e arquitetónico da *civitas* de Bobadela, i.e., estimulados pelo comprimento proposto para o *forum* por Maia do Amaral, cremos “...que o *forum* pode ter sido remodelado mais profundamente do

¹¹⁴ O anexo 66, mapa 48, é ilustrativo dessa proposta. Diga-se, relativamente aos dados que nele constam, que o comprimento do *forum* foi obtido através de um levantamento topográfico, que, por sua vez, adveio dos pontos de referência deixados por nós no anexo 22, planta 4. Estes dados foram retirados do artigo intitulado *Considerações Preliminares Acerca do Forum II de Bobadela (II parte)*, publicado na página 4, no n.º 5 da revista *Munda* de 1983. E dizer também que não se apresenta os valores na dimensão da largura, pois esta poderia ter suscitado, por algum motivo, qualquer dúvida ao autor. Daí, o azul «descolorado» na sobreposição das áreas do *forum*, no seguinte anexo 67, mapa 50.

¹¹⁵ Este possível *nymphaeum* poderá localizar-se em qualquer parte do subsolo da Bobadela romana: afastado do espaço *forense* desta outrora capital de *civitas*; ou, inclusive, adorado a uma das paredes exteriores do próprio *forum*. Recordamos que contra a fachada ocidental do *forum* de *Aeminium* foi recentemente identificado um grande fontanário, interpretado como um possível ninfeu (ALARCÃO, *et al*, 2009: 42-43).

que atrás sugerimos, e até com nova planta e dimensões.” (ALARCÃO, 2002/2003: 159). E atendendo à existência de uma flamínica em solo romano bobadelense, tudo leva a crer “...que o templo principal, na época posterior à municipalização da cidade, tenha sido consagrado ao culto imperial, como em Conimbriga” (Idem: 160)¹¹⁶.

A escavação arqueológica que realizámos nas «proximidades» do espaço *forense* de Bobadela foi muito proveitosa; não «tão-somente» pela riqueza dos materiais cerâmicos, líticos e metálicos, como de igual modo pelas estruturas que identificámos durante esta prática arqueológica. Obviamente que sem desconsiderarmos as demais, houve uma estrutura, um alinhamento pétreo, que se notabilizou (isto, no que diz respeito à fase que pensamos ser de maior apogeu urbano desta *urbs*): a Unidade Mural 16, a U.M.16¹¹⁷ [anexo 67, mapa 49, foto 226].

Aquando da descrição e caracterização da U.M.16 levantámos a hipótese deste alinhamento pétreo ser as fundações, os caboucos construídos em *opus incertum*, e os arranques de uma parede com aproximadamente 0,90cm de largura (\pm três pés romanos) e edificada, por seu turno, em *opus vitatum* (FRADE *et al*, 1995: 227), i.e., as fundações e a parede externa/poente do *forum* romano de Bobadela. Esta técnica é “...também análoga à existente noutros edifícios romanos como, por exemplo, nas paredes levantadas durante a remodelação flaviana das termas de S. Pedro do Sul.” (idem: *ibidem*),

¹¹⁶ O principal culto do *forum* de Bobadela poderá ter sido ao imperador, se tivermos em conta o que acontece nas cidades mais litorais desta parte da Lusitânia (*Aeminium*, *Conimbriga*, *Olisipo...*), ou então a Júpiter, como parece verificar-se nas cidades do interior, caso da *civitas Igaeditanorum*. A outrora capital de *civitas* Bobadelense situa-se numa região de transição entre o interior e o litoral centro. Seria, pois, interessante, o surgimento futuro de uma epígrafe no subsolo da 'Bobadela romana' que nos permitisse averiguar qual seria o principal culto do *forum*. E, desta forma, sabermos para que região tende Bobadela, em questões de culto religioso. Ou, então, esperar que Bobadela possa contribuir para a definição geográfica de um ou de outro culto, nesta faixa da Lusitânia.

¹¹⁷ Para complemento dos materiais mais significativos que recolhemos da U.M.16, damos também relevância a um fragmento cerâmico e a um numisma que recolhemos nas quadrículas adjacentes à face nascente e poente do alinhamento pétreo — casos da terra *sigillata* hispânica Drag. 29 ou 37 (U.E.04, Q.E4), fragmento de um bojo de taça (?), anexo 27, foto 99, e n.º de inventário n.º711; e do numisma de Constancio II (U.E.04, Q.C3), anexo 27, foto 102 — que nos remetem para cronologias balizadas entre a segunda metade do I século d. C e finais do IV século d.C.

Neste encaixo, vêm também em nosso auxílio o traçado da rede viária romana e o pensamento que há pouco transcrevemos “... à reconstrução das portas e à edificação dos templos ao Génio do Município e a Vitória. Ao mesmo tempo, ter-se-á construído, na cidade, o anfiteatro.” (ALARCÃO, 2002/2003: 159). Assim, acreditamos que houve um avanço conjunto do *forum* — de possível época flaviana — e do anfiteatro que “... foi construído no último quartel do século I.” (FRADE, 2010: 230-232). Tanto mais que a serventia feita pelo primeiro cardo/esquerdo [CE-I, anexo 67, mapa 50], para lá do limite poente da parede do *forum* na sua primeira fase construtiva, passa a ser feita, em possível época flaviana, pelo CE-II, patente também no anexo 67, mapa 50. Se atentarmos, quer no mapa 49, quer no mapa 50, do mesmo anexo, conseguimos perceber que o segundo cardo/esquerdo (o CE-II) passa à ilharga da suposta parede poente do *forum* e desemboca na entrada/saída sul do anfiteatro, trespassando-o de norte para sul ou vice-versa: aspeto que na nossa opinião faz todo o sentido. Já o primeiro cardo/esquerdo (o CE-I), que anteriormente delimitava o *forum* para poente, até meados do I século d. C., passa a ser o *cardo* que divide a área do *forum* a meio¹¹⁸.

Assim, e em resultado da requalificação urbana em possível época flaviana da *civitas* bobadense, o *forum* apresentaria quatro entradas/saídas (uma em cada seu ponto cardeal) e teria atingido uma configuração geométrica, sob a forma retangular, com ~76,18m de comprimento, por ~58,23m de largura. E não nos referimos às dimensões interiores da zona porticada do *forum*, como prova a foto 227, do anexo 67. As dimensões que avançamos são respeitantes às dimensões exteriores dos alinhamentos ainda remanescentes da parede nascente e norte do *forum* e o limite da U.M.16, o limite poente do *forum*.

Em abono da verdade estas dimensões não correspondem exatamente à planta de um *forum* como Vitruvius o definiu, durante o principado de Augusto. Segundo o «progenitor» da arquitetura do mundo clássico, a largura de um *forum* “...será definida, de modo que tenha duas partes das três em que for dividido o comprimento.” (VITRÚVIO, 2006: 177), i.e., a largura terá $\frac{2}{3}$ do seu comprimento. No caso do *forum* de Bobadela de provável época flaviana (e para que a relação que Vitruvius avança se verifique) deveríamos acrescentar 8 ou 9m ao comprimento, mantendo a mesma largura, ou então, mantermos o mesmo comprimento e acrescentar 8 ou 9m à largura. Porém, esta última hipótese não nos parece de todo viável, já que a planta do *forum* adquiriria uma configuração geométrica que praticamente roçaria a quadrangular. E no seu geral, esta configuração iria contra a planta oblonga que revestiria os *fora* (*idem: ibidem*).

A título de exemplo, as dimensões do *forum* de *Conimbriga* de época flaviana compreendem uma largura de 46,50m (a norte) e 48m (a sul), por um comprimento de 96m (ALARCÃO *et al*, 1977: 89). Em *Aeminium*, a área do *forum* de Cláudio [que integrou de algum modo o anterior *forum* de Augusto (ALARCÃO, 2009: 35 e 49 - planta 24)] que se manteria em época flaviana, apresenta um comprimento máximo que perfaz o total de 63m e a uma largura máxima que totalizará cerca de 37m (CARVALHO: 1998: 187). Segundo os nossos cálculos (e em função dos dados recolhidos da nossa escavação), o recinto do *forum* de Bobadela, de possível época flaviana, terá então atingido os já referidos ~76,18m de comprimento, por ~58,23m de largura, aproximando-se, assim, da dita regra vitruviana, dos $\frac{2}{3}$.

¹¹⁸ Aspeto que faz também algum sentido, se pensarmos que a outrora 'quelha do Quinchoço' (atual pátio poente da 'Casa do Adro') era trespassado por uma via (o CE-I) que dividia o 'Quinchoço' e a 'Casa do Adro' [anexo 67, mapa 49, foto 229]. A escadaria que vemos nessa foto, que hoje dá acesso ao pátio, dava antigamente para a via que possivelmente dividiria o *forum* a meio (sul/norte), fazendo surgir as entradas/saídas norte e sul do *forum*.

A estas assimetrias dimensionais entre os *fora* de *Conimbriga*, *Aeminium* e de Bobadela, não poderão ficar alheias todo um conjunto de conveniências “... em que as medidas sejam calculadas tendo em conta a quantidade de habitantes, a fim de que o *forum* não pareça nem um espaço pequeno para as necessidades, nem largo em demasia pela falta de povo.” (VITRÚVIO, 2006: 177).

A esta conveniência de natureza, digamos, habitante/m² no espaço *forense*, é possível somarmos algumas de caráter viário e/ou urbanístico, ou mesmo outras registadas ao nível de diversas soluções de engenharia que se prendem com a topografia dos próprios sítios arqueológicos. Cremos que também *Conimbriga*, *Aeminium* e por sinal a cidade romana de Bobadela servem, na perfeição, para se verificar o fator viário/urbanístico. As vias e as estruturas pré-existentes em *Conimbriga*, no *oppidum* de *Aeminium* [que muito “Embora não tivessem sido registados vestígios arqueológicos que demonstrassem de forma inequívoca uma ocupação anterior ao processo de romanização...”, contudo “...o seu posicionamento geo-estratégico reunia todos os indicadores de um estabelecimento desse tipo” (CARVALHO, 1998: 177)] e no possível aglomerado habitacional, com «perímetro amuralhado», da Idade do Ferro, que identificámos na planura da várzea bobadelense, poderão ser os mais diretos responsáveis pelas tais diferenças de dimensões entre estes três *fora*: quando, estas — as vias e estruturas arquitetónicas pré-existentes —, poderiam, por um lado, ser respeitadas, mantidas, ou, por outro, simplesmente anuladas em proveito do rearranjo urbanístico de uma cidade.

Depois, é também imprescindível salvaguardar as conveniências ou condicionantes de cunho topográfico. E neste contexto, vimos também nos casos de *Aeminium* e de Bobadela excelentes exemplos para averiguarmos este “determinismo” natural que frequentemente era ultrapassado com engenhosas soluções da engenharia civil.

No *oppidum* de *Aeminium*, o local selecionado para a implantação do complexo *forense*, situado numa depressão entre dois outeiros, “...obrigou a avultados trabalhos de nivelção do terreno...” (CARVALHO, 1998: 184), recorrendo-se “...ao expediente, comum na arquitetura romana (e já aplicado com êxito há pelo menos dois séculos), de um criptopórtico.” (ALARCÃO, 2009:37). “Sobre o terraço assim obtido dispuseram-se os diversos elementos do *forum*, numa relação estreita com a infra-estrutura que lhe servia de suporte.” (CARVALHO, 1998: 184). Na cidade romana de Bobadela, acreditamos, também, que a ampliação do espaço *forense* de possível época flaviana levou à nivelção e regularização do terreno. O cobrimento da U.E.11 (um possível piso-de-circulação romano, em terra batida, e de cronologias anteriores ou relativas a uma fase de transição para a monumentalização flaviana deste complexo *forense*), pelas U.E.’s 08, 04, 03 e 01 que encostam ao embasamento da U.M.16 até atingirem o seu topo [rever anexo 40, esquema 4], pode justificar ou documentar esse processo de nivelamento.

Ainda no que diz respeito ao *forum* de Bobadela, de possível época flaviana, e se temos o limite nascente (representado na foto 228, anexo 67, pelo arco romano), o limite norte e agora o limite poente do *forum* (limite da U.M.16), restava-nos identificar o seu limite sul. É suspeitável que o limite sul do *forum* seja o que implantámos nos mapas 49 e 50, do anexo 67¹¹⁹. Dito isto, acreditamos que a monumentalização da qual o *forum* foi alvo em provável época flaviana deu-se sobre o seu cumprimento e praticamente nada (ou atrevemo-nos a dizer, mesmo nada) sobre a sua largura. Por outro lado, importa também aqui apresentar um outro dado sob a forma de testemunho oral. A

¹¹⁹ Para conseguirmos o possível limite sul do *forum* propusemo-nos fazer um levantamento topográfico ao jeito de «espelho topográfico». Ou seja, encontrámos a mediatriz do arco romano e registámos o valor até à interceção das paredes nascente e norte do *forum*. Depois, projetámos a mesma medida para sul.

informação foi-nos transmitida por alguns autóctones que ora visitaram a nossa escavação, ora presenciaram às obras que decorreram entre 2011/2012, no piso térreo do imóvel que assinalamos no anexo 67, mapa 50, com a letra 'V'. Segundo os seus relatos, a U.M.16 da escavação era muito “...parecida...” com a que foi posta a descoberto no tal imóvel (garagem) — dado, este, muito interessante, pois o vestígio coincide sensivelmente com o «espelho topográfico» que levámos a efeito para sul do arco romano de Bobadela.

Há instantes, quando nos referimos ao traçado viário romano da *civitas* bobadense, referimo-lo como de um traçado tendencialmente ortogonal se tratasse e cujas *insulae* esboçariam uma aproximada configuração quadrangular; aspeto, este, patente nos anexos 63 e 64, mapas 42, 43 e 44, respetivamente, onde deixamos a modelação de uma *insula* com estas características. Mas os mapas 49 e 50, do anexo 67, não nos oferecem essa mesma configuração; oferecem-nos, sim, um plano ortogonal cujas *insulae* tomam feições tendencialmente geométricas na sua forma retangular. No entanto, importa aqui ressaltar que é plausível que as vias que delimitariam as *insulae* poderiam ter adquirido larguras diferentes em função do papel que desempenhavam dentro do próprio tecido urbano. Isto, porque, ao recorrermos novamente ao mapa 50, do anexo 67, pode verificar-se que a projeção do *cardo* da entrada/saída sul do anfiteatro (CE- II) fica perto mas ainda a escassos metros do alinhamento da U.M.16; fenómeno, este, não assinalado, se entendermos que essa entrada/saída não se fica pela largura exata dos limites interiores de ambos os cárceres que ladeiam o tal acesso sul do anfiteatro (largura de 4m), mas pelos alinhamentos exteriores dos mesmos cárceres [anexo 67, mapa 49, letra 'U' — largura de 13m]. Logo aqui poderão existir alguns metros «livres» para o rearranjo geométrico das *insulae*. Recordamos ainda que, por exemplo, os cálculos que fizemos sobre as aduelas do possível arco que ornamentaria o então limite poente do *forum* de Bobadela apontavam para um arco relativamente maior que o ainda erigido arco romano de Bobadela [anexo 44, TABELA 3]¹²⁰.

Humildemente reconhecemos que o estudo que levámos a cabo para a modelação do traçado viário da cidade romana de Bobadela «vive» de difícil resolução: se, por um lado, o exercício que desenvolvemos para a modelação de uma *insula* através da divisão em quatro partes do anfiteatro

¹²⁰ Esta correlação de dados leva-nos a colocar a seguinte questão: será que pela largura do suposto arco — que em primeiro lugar foi possivelmente embutido na parede exterior poente do *forum*, em segundo lugar dela desmornado e em terceiro lugar soterrado na U.E.07 — não lhe permitirá o nome de uma das portas-principais do *forum*, deixando para o arco romano de Bobadela a função de porta intermédia que daria acesso a uma outra parte da cidade, não menos importante que a do próprio espaço *forense*? Cremos que sim! Principalmente quando nos parece que os entalhes que existem junto às impostas de ambos os pés direitos do arco romano serviam desde a sua edificação para suportar as estruturas portadas de que faziam parte estes enormes entalhes esculpidos nos próprios silhares [anexo 67, mapa 49, foto 230]. Ou, numa outra perspetiva, podemos sempre ponderar a remota hipótese do *forum* funcionar como o último reduto defensivo; daí, talvez as portas, as marcas de *forfex* e o seu sistema de fecho. Ademais, cremos também que estes entalhes não serviam “...para o lançamento da cofragem para a construção do arco.” (AMARAL, 1983: 8). Admitimos que os romanos não davam «ponto aritmético sem nó matemático». E a construção deste arco não se obrigou a este tipo de «mutilações». Uma outra hipótese que gostaríamos de avançar leva-nos, primeiramente, a uma tomada de posição. Temos plena consciência que as aduelas que constituem o arco romano de Bobadela estão expostas a agentes físicos, desde a sua edificação. Contrariamente a estas, as quatro aduelas que recolhemos da U.E.07 (nomeadamente os elementos arquitetónicos XVI e XX, anexo 44) apresentam-se de uma maneira completamente diferente. Talvez porque foram resguardadas dos agentes físicos pelos depósitos sedimentares, estas peças dão-nos conta de um rebaixamento em cada um dos seus topos. Não obstante as suas exposições aos agentes da natureza, os topos das aduelas do arco romano não as apresentam! Permitam-nos aqui conjeturar quanto ao momento da requalificação do *forum*, em possível época flaviana, e referirmo-nos a um possível alteamento das paredes externas e internas do *forum*; marcando arquitetonicamente, em «pouca altura», o que alongaram em comprimento.

romano de Bobadela ronda os ~33m de lado [rever anexo 63, mapa 42, letra I] — dimensão, aliás, muito aproximada dos 31,70m do padrão reconhecido para as *insulae* de *Aeminium* (CARVALHO, 2010: 85), e não muito distinto dos 35,4m das *insulae* identificadas na área arqueológica das Carvalheiras, de *Bracara Augusta*; por outro lado, não podemos deixar cair a hipótese do próprio *forum* de Bobadela (que como já o dissemos poderia ter atingido em época flaviana os ~76,18m de comprimento por ~58,23m de largura), ou até mesmo o anfiteatro romano de Bobadela (de arena elíptica com ~49,50m de eixo maior N/S e ~39,50m de eixo menor O/E), se encontrar inserido numa *insula*, bem à imagem da projeção modular feita com base no edifício do *forum* de *Aeminium*, onde se estimara “...para estas *insulae* um valor em torno dos 62m=210 pés (ou c. 62x37m, se atendermos apenas à área do *forum* propriamente dito.” (*Idem: Ibidem*).

Mas esta segunda hipótese que levantámos para o caso de Bobadela acarreta um outro problema ao qual procuraremos seguidamente dar resposta: a diferente orientação que estes dois colossais edifícios da arquitetura pública romana tomam em relação ao próprio traçado viário da cidade romana. O anfiteatro está orientado no sentido N/S, segundo o seu eixo maior com ~49,50m. Já o *forum* está orientado no sentido E/O, segundo sua dimensão maior com ~76,18m. À «vista desarmada», as diferentes orientações destes dois edifícios (inseridos no mesmo tecido urbano e neste caso com *insulae* de geometria retangular) não se coadunam minimamente com a funcionalidade do traçado ortogonal romano.

Porém, ao inserimos topograficamente o anfiteatro (a partir das dimensões dos extremos exteriores dos cárceres que se dispõem no seu eixo maior N/S), no espaço reservado ao *forum* (mesmo na sua dimensão menor N/S), observamos que o anfiteatro se ajusta às dimensões que avançamos para o *forum* em época flaviana. É certo que ao projetarmos o anfiteatro no interior do *forum*, e perante as dimensões dos atuais vestígios do anfiteatro, este — o anfiteatro —, acabaria por deixar algum espaço liberto na presumível *insula* que o *forum* ocuparia. Mas esta lacuna espacial poderia ser colmatada com as próprias *caveas* do anfiteatro. E também nada nos diz em contrário que o ‘bairro augustano’ não possa ser um conjunto de estruturas de apoio ao próprio anfiteatro.

Confrontados com as incertezas interpretativas que o tema ‘*insulae*’ encerra, este poderá ser uma das tais problemáticas histórico-arqueológicas, que, de momento, não tem o seu fim à vista; a não ser que se desenvolva, num futuro próximo, uma escavação arqueológica ampla e em larga escala, localizada, por exemplo, sobre um conjunto de setores prospetados e enquadrados pela primeira fase construtiva que identificámos para a cidade romana. E daí retirarmos as devidas (ou possíveis) conclusões relativamente aos limites de uma *insula*.

Ainda no que diz respeito ao *forum* de Bobadela (e em sublinhado final), com certeza que esta outra probabilidade dimensional e geométrica que apresentamos do espaço *forense* da *civitas* bobadense, em provável época flaviana, ajudará a trazer, num futuro próximo e à luz de outros trabalhos arqueológicos que possam vir a ser realizados no âmago do centro histórico de Bobadela, uma renovada perspetiva conjunta deste espaço e da sua envolvência. Mas até lá, sempre podemos reconstruir este espaço em que “...e se o templo principal do *forum* se achava na posição proposta naquela reconstrução, os dois templos ao Génio do Município e a Vitória poderiam ter sido edificadas de um lado e do outro, paralelos a esse edifício maior, do lado sul do *forum*.” (ALARCÃO, 2002/2003: 160), e “com a fachada virada a Norte.” (FRADE, 2010: 232); que “A *basílica* situava-se na parte Norte do *forum*...” (*idem: idem*, fig. 2 B); que sensivelmente a meio da praça foram postas a descoberto estruturas e interpretadas como sendo as fundações de um pequeno templo *in antis*, de modelo vitruviano (FRADE, 2010: 232). Ou

tentar reconstruir esta área com o hipotético templo a Neptuno, localizado no extremo noroeste da principal praça desta capital de *civitas* (AMARAL, 1983: 4, fig. 2, letra N).

Até ao momento e neste subcapítulo, apresentámos as nossas propostas no que dizem respeito às possíveis fases construtivas — de cronologias romanas — para o sítio arqueológico situado na planura da várzea de Bobadela. E abrimos o leque interpretativo em relação ao espaço *forense* da *civitas* bobadelense, em virtude de alguns contributos que foram apresentados.

Doravante, tentaremos gizar um modelo-teórico de povoamento rural disperso para a várzea de Bobadela, em época romana.

A nossa proposta basear-se-á fundamentalmente numa estreita aliança, numa ponte interpretativa, entre o artigo da autoria de Jorge de Alarcão intitulado *A Paisagem Rural Romana e Alto-Medieval em Portugal* (publicado na revista *Conimbriga*, n.º37, páginas 89-119, de 1998), e os resultados advindos da prospeção arqueológica de superfície que já apresentámos na sua dimensão descritiva.

No artigo supracitado e dentro do povoamento rural disperso, o incontornável investigador distingue *villae*, granjas e casais (a que correspondem diferentes tipos de edifícios, de unidades sociais e diferentes propriedades), ao apresentar “...uma proposta que permite identificar, a partir da área actual de dispersão dos achados superficiais, o tipo de edifício ou aglomerado subjacente.” (ALARCÃO, 1998: 89). Procuraremos, através destes parâmetros e dos resultados oriundos da prospeção de superfície que até ao momento foi desenvolvida, (re)interpretar arqueologicamente esta paisagem rural¹²¹.

A reinterpretação da paisagem periurbana da *civitas* bobadelense gravita, deste modo, em torno dos 'Agrupamentos 3, 4, 5, 6 e 7', já que os 'Agrupamentos 1 e 2' circunscrevem, na sua generalidade, o que considerámos de tecido urbano da capital de *civitas*, na sua fase de maior recrudescimento urbano: a sua segunda fase construtiva¹²².

Após a deteção no 'Agrupamento 3' dos focos de materiais à superfície nos setores 54, 27, 26 e 22 — prospeções do 'tipo A' — e de termos lançado uma prospeção do 'tipo C' (com ~5,2ha de extensão) para detetarmos as áreas de dispersão dos vestígios à superfície, tivemos a oportunidade de isolar duas áreas de dispersão desses vestígios que tanto abrangiam os focos de concentração de materiais, inicialmente prospetados, como também algumas frações das áreas de dispersão dos materiais. De norte para sul, as áreas definidas pautaram-se por ~7900m² e ~9300m², respetivamente.

O 'Agrupamento 4' diferencia-se da anterior metodologia «simplesmente» porque o seu foco de concentração de vestígios à superfície teve origem numa prospeção do 'tipo B'. Do S57 obtivemos uma área de dispersão de ~8000m² e ~4000m² de foco de concentração de vestígios. Mas mesmo assim, ainda conseguimos delimitar uma área ainda mais restrita de concentração de materiais à superfície,

¹²¹ Quanto a nós, suportaremos esta alocação e aliança com os conteúdos expostos no anexo 15, mapa 25, e aligeirá-los simplesmente com a informação necessária para uma melhor compreensão da realidade a reconstruir. Por esta razão, decidimos (e pensamos por bem), recuperar no anexo 68, mapa 51, a informação do anexo 15, mapa 25, e no anexo seguinte (portanto, no anexo 69, mapa 52), a informação que consideramos essencial para o momento. O grosso desta informação gravita em torno dos 'Agrupamentos' que definimos no anexo 15, mapa 25; principalmente os 'Agrupamentos 3, 4, 5, 6 e 7'. E uma ordem sequencial entre ambos os anexos poderá, sem dúvida, facilitar o manuseamento das informações neles contidos. O anexo 69, mapa 52, comporta um misto entre registos desenhado e fotográfico. Para o desenhado manteremos o mesmo número de estampa que atribuímos a cada peça desenhada no anexo 17 deste trabalho. Já o registo fotográfico mantém a mesma sequência que temos vindo a apresentar desde a fotografia n.º1.

¹²² Dizemos na sua generalidade, pois devemos desta equação retirar os setores 10 e 11; até à data da redação deste trabalho ainda não tivemos a oportunidade de prospetar os terrenos que se interpõem entre os setores 10 e 11, e os setores 58 e 54.

com ~1300m². No cômputo geral, e muito embora com ligeiros espaçamentos entre estas três densidades de vestígios materiais (duas do 'Agrupamento 3' e uma do 'Agrupamento 4'), todas abrangem uma superfície de ~18500m². Contudo, não podemos esquecer que alguns destes espaçamentos são causados pela passagem do «cale velho».

Agimos desta forma, de maneira a minimizar um ou outro fenómeno pós-deposicional, inerente à própria morfologia dos terrenos. Recordamos que todo o espaço em questão é parte integrante da vertente poente do 'Outeiro de São Sebastião'. E estas extensas áreas de dispersão de vestígios à superfície poderão ser o resultado do deslizamento de materiais. As três densidades definem (dentro dos focos de concentração e das suas áreas de dispersão dos materiais) as zonas mais planas da vertente poente do 'Outeiro de São Sebastião' [anexo 69, mapa 52, tonalidades brancas sobre os 'Agrupamentos 3 e 4'].

No subcapítulo 3.1.2. deste trabalho, dedicado à 'Prospecção arqueológica de superfície: resultados na sua dimensão descritiva', apontámos dois caminhos interpretativos para esta conjuntura espacial: um que expressava a continuidade do tecido urbano da capital de *civitas* bobadelense, «encosta-acima/encosta-abaixo» do 'Outeiro de São Sebastião'; e um outro que consistia em interpretar este conjunto de dados isoladamente. De facto, a recolha de materiais — onde foi possível fazer-se — entre os setores 10 e 11, e os setores 27 e 34 é incomparavelmente mais reduzida que a feita nestas três densidades (agora focos) de vestígios à superfície¹²³. E perante esta observação parece-nos mais lógico optarmos pelo segundo caminho, ou seja, esta seria uma área considerada já de periurbana, ocupada por núcleos de povoamento dos tipos *villa* e *casal*.

No artigo *A Paisagem Rural Romana e Alto-Medieval em Portugal* (1988), Jorge de Alarcão diz-nos que um lugar com 5000 a 25000m² (e aqui o investigador refere-se à área de dispersão atual dos achados — devendo este aspeto ser cotejado com o tipo de materiais observado) corresponderá a uma *villa*. E na pior das hipóteses, o caso que temos vindo nesta últimas linhas a estudar, ascende a 18500m² de dispersão dos materiais à superfície; isto, somando as três densidades que por último definimos entre os setores 26 e 57.

Creemos que não será completamente descabido, e a título de hipótese, se pensarmos que a setorização espacial destes focos de concentração de material à superfície (trespassados pelo «cale

¹²³ Do material que recolhemos nos 'Agrupamentos 3 e 4' damos destaque: *i*) ao fragmento de terra *sigillata* hispânica, Drag. 15/17 (?), com possível cronologia entre a segunda metade (finais?) do I século d.C. ou mesmo da primeira metade do II século d.C., recolhida no foco de concentração do S26 [anexo 69, mapa 52, estampa n.º53]; *ii*) aos possíveis fragmentos de cerâmica de armazenamento (*dolia* ou talhas) recolhidas também no S26 [anexo 69, mapa 52, estampas n.ºs 50 e 51]; *iii*) a uma quantidade abundante de material de construção romano (casos de imbrices, *lateres*, e *tegulae*), [anexo 69, mapa 52, estampa n.º49]; *iv*) a alguns fragmentos cerâmicos de laranja-grosseira, laranja-fina e de cinzenta-fina [anexo 12, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem n.º26']; *v*) e, finalmente, nas imediações do S26, salientamos a presença de um tambor de coluna fragmentado, recolhido — segundo as informações dos proprietários do imóvel — aquando da abertura dos caboucos para a edificação da moradia existente nas proximidades desse setor [anexo 69, mapa 52, foto 231]. No 'Agrupamento 4' damos relevância à existência: *i*) de um tambor de coluna fraturado e surgido no local aquando da construção de um barracão no setor 57 [anexo 69, mapa 52, foto 232]; *ii*) de uma profusão de material de construção (exemplos de *tegulae*, imbrices e *lateres*); *iii*) de alguns casos de cerâmica de armazenamento — exemplos de um fragmento de um bojo de *dolium* (?); *iv*) de um fragmento de um fundo de *dolium* (?); *v*) de um fragmento de um bordo de uma panela, com possíveis paralelos formais com n.º415, prancha XXI, patente nas *Fouilles de Conimbriga*, volume V; *v*) e, por último, de um conjunto bastante significativo de cerâmica laranja-grosseira, laranja-fina, cinzenta-fina e de cinzenta-negra [anexo 20, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem' n.º57].

velho») possa também ela indiciar uma organização deste espaço, mediante as funções que desempenhavam dentro da própria estrutura interna da *villa*: a *pars urbana* onde se encontravam os *urbana ornamenta* (pavimentos de mosaico, revestimentos de estuque pintado nas paredes, termas, etc.); a *pars rustica* que alojava os criados de lavoura; e a sua *pars frumentaria* que reunia adegas, celeiro, estábulos, eira, abrigos vários para lenha e a palha, etc. (ALARCÃO, 1998b: 92).

Uma *villa* no norte e centro do Portugal romano seria uma propriedade que poderia atingir 75 ou 100ha¹²⁴ (ALARCÃO, 1998b: 92). E se levarmos em linha de conta os materiais que recolhemos nos setores 26 e 57 (concretamente o fragmento de terra *sigillata* hispânica, Drag. 15/17), [anexo 69, mapa 52, estampa n.º53], podemos sempre dizer que este espaço, esta possível *villa* (a *villa* do 'Vale do Coito'), esta hipotética grande propriedade rural do mundo romano, poderia ser pelo menos ocupada entre a segunda metade (finais?) do I século d.C. ou mesmo da primeira metade do II século d.C. — os escassíssimos materiais datáveis recolhidos, porém, não nos permitem outras ilações em relação à cronologia de ocupação desta hipotética *villa*, tal como não nos permitem assegurar que se trataria de um estabelecimento rural deste tipo; uma vez que, desde logo, os materiais recolhidos não se destacam propriamente pela sua diversidade e qualidade (antes pelo contrário) e estão por agora ausentes do seu registo os chamados *urbana ornamenta*.

Sobre o 'Agrupamento 5' — composto pelos setores 31 e 53, e inicialmente sujeitos a uma prospeção do 'tipo A' — levámos a cabo uma prospeção do 'tipo C' com uma área total de ~4,9ha. A prospeção arqueológica do 'tipo C' (recordamos com o propósito de identificarmos com mais rigor as áreas de dispersão de vestígios à superfície) trouxe-nos a confirmação dos dois focos de concentração dos achados à superfície: no setor 53 as suas áreas de dispersão dos materiais à superfície não foram mais além que os seus focos de concentração, enquanto o S31 permitiu-nos definir uma área de dispersão de ~1600m²¹²⁵.

Nos setores 31 e 53 foram recolhidos fragmentos de cerâmica de construção de época romana (exemplares de *tegulae* para o S31 [anexo 69, mapa 52, estampa n.º 43], e de *imbrices* para o S53¹²⁶. Além de um conjunto significativo de cerâmica laranja-grosseira, laranja-fina, cinzenta-fina e de cinzenta-negra [anexo 19, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', n.º31], no S31 conseguimos estabelecer alguns paralelos formais com por exemplo as tigelas do tipo 635, prancha XXX, patente nas *Fouilles de Conimbriga*, volume V, e com os almofarizes

¹²⁴ Entre fevereiro de 2012 e o presente (outubro de 2013) temos vindo a dedicar o nosso tempo à redação deste trabalho. Lamentavelmente, e talvez por este motivo, algumas das tarefas que gostaríamos entretanto de ver desenvolvidas acabaram por não se realizarem; referimo-nos, por exemplo (e viria bem a propósito para este quadro de estudo), a interpretação das morfologias rurais que circundam um ou outro caso possível de povoamento rural disperso no território periurbano da *civitas* bobadelense.

¹²⁵ Relativamente aos S52 e S33 — localizados à ilharga dos limites sul e oeste da prospeção do 'tipo C' — não fizeram parte deste quadro de investigação: a não deteção nesses setores de material de construção concreto do período romano está na base das suas exclusões.

¹²⁶ Do S53 recolhemos alguma cerâmica de construção, pequenos fragmentos de cerâmica alaranjada-grosseira, alaranjada-fina, cinzenta-fina, cinzenta escura e de fragmentos de cerâmicas pré-romanas (pastas grosseiras, com grãos de quartzo e mica de pequeno e médio calibres, e com superfícies interior e exterior de tonalidade negra). A presença deste último tipo de material (de prováveis cronologias pré-romanas) poderá estar intrinsecamente ligado à proximidade do S24, o povoado do Bronze final, ou então, do próprio S70, o tal «agregado espacial» de 'média altitude' do qual fazem agora parte os setores 22, 26, 44, 45 e o S52.

do tipo 926, prancha LIV, patente também nas *Fouilles de Conimbriga*, volume V [anexo 69, mapa 53, estampa n.º42].

No artigo que temos vindo a acompanhar, Jorge de Alarcão refere que as pequenas propriedades rurais do Mundo romano, os casais, têm como área de dispersão dos vestígios à superfície entre os 100 e os 1000m² — como dimensão média parecem ser mais frequentes entre os 400 e os 600m² (ALARCÃO, 1998b: 94-95). Ora, o nosso S31 tem uma área de dispersão de ~1600m². E aqui ficamos na dúvida quanto à sua possível classificação; se por um lado esta cifra ultrapassa em 600m² a área de dispersão de achados à superfície para que o S31 possa ser considerado um casal — neste caso o casal do 'Chão Grande' —, por outro, fica bastante no limiar inferior de vir a ser considerado de uma granja, cuja área de dispersão desta média propriedade rural do Mundo romano oscila entre os 1000 e os 5000m² (ALARCÃO, 1998b: 95).

É certo que estes parâmetros não podem ser entendidos como limites mensuráveis rígidos. E também não é menos certo que a «pobreza» (pouca diversidade) de materiais à superfície deve ser considerada na classificação tipológica deste sítio. A hipótese de casal, por isso, parece-nos a mais aceitável. E é uma hipótese que se reforça caso atendamos, por exemplo, à propriedade agrícola explorada; esta poderia muito bem corresponder à própria área da nossa prospeção do 'tipo C' (~4,9ha) e acrescida de uma zona de *silvae* que abrangesse hipoteticamente grande parte da vertente norte do 'Outeiro de São Sebastião', até perfazer no mínimo os 10ha que estas propriedades médias romanas atingiriam no centro e norte de Portugal (*idem*: 94).

Mas esta dúvida envolve uma outra particularidade espacial, que, na nossa opinião, não poderá deixar de ser considerada. E visto que os Setores 31 e 53 (este hipotético casal do 'Chão Grande') se encontram na zona de uma provável *villa*, poderão estes setores corresponder “...antes a anexos ou a edificios subsidiários de villae: a casa do guarda da vinha (a que Isidoro de Sevilha, XV, 12, 1-2 dá o nome de *tugurium* ou *capanna*), a cabana do lenhador na orla do Bosque, a cabana do pastor, etc.” (ALARCÃO, 1998b: 95). A dúvida permanece e só poderá desvanecer-se quando, num futuro próximo, se desenvolverem campanhas arqueológicas de carácter intrusivo (escavações), a par do já referido estudo das morfologias rurais que circundam estes setores, ou, sobretudo, se o local um dia for objeto de escavação.

Deixemos agora a vertente umbria da várzea de Bobadela e desloquemo-nos para a vertente soalheira desta chã, bem junto da margem norte do rio de Cavalos, no extremo nascente da nossa área-alvo de prospeção, onde se localiza o 'Agrupamento 6'. Este agrupamento é formado pelos setores S20 e S7. E ele só surge dadas a escassez de achados à superfície do setor 61 e a interrupção espacial neste setor em relação ao padrão que definimos para o tecido urbano contínuo da *civitas* bobadellense. Sobre o espaço que circunscreve os focos de concentração de vestígios à superfície desencadeamos uma prospeção do 'tipo C', com uma área de ~1,9ha. Como resultado desta tarefa arqueológica, os setores S7 e S20 viram aumentados os seus focos de concentração de materiais; ou melhor, depois da prospeção inicial do 'tipo A', os setores S7 e S20 viram transformados os seus focos de concentração em áreas de dispersão de materiais à superfície após a prospeção do 'tipo C'. As suas áreas finais de dispersão pautam-se em ~1200m² para o S20¹²⁷ e ~1000m² para o S7¹²⁸.

Se prestarmos atenção apenas às áreas individuais de dispersão de achados à superfície (assim como ao tipo/qualidade de materiais), o 'Agrupamento 6' é bastante semelhante ao anterior 'Agrupamento 5'; ou seja, podemos estar na presença de mais um hipotético casal com o topónimo 'Ameal Redondo'; comprometendo, por exemplo, o S20 (ou vice-versa) como sendo um anexo, um casebre, do próprio casal. Mas se o 'Agrupamento 5' está nas imediações dos 'Agrupamentos 3 e 4', da possível *villa* do 'Vale do Coito', (daí a possibilidade que levantámos do 'Agrupamento 5' pertencer ainda a estruturas de apoio agrícolas à *villa*), o 'Agrupamento 6' está, por seu turno, nas cercanias do limite nascente da nossa proposta para a segunda fase construtiva desta *urbs* em época romana [anexo 69, mapa 52, linha L1]. Sem pormos de parte a possibilidade do 'Agrupamento 6' ter sido um casal ou um casebre de apoio às atividades agrícolas de quem poderia ter a sua morada na cidade, gostaríamos de levantar uma outra hipótese para este espaço, onde entram nesta equação os setores 7, 20, 32, e um espaço cujo topónimo é 'Quinta da Cal' [anexo 69, mapa 52].

Para levantarmos esta hipótese devemos chamar aqui o Setor 32. Dentro deste setor existe atualmente uma nascente. Mas nem sempre assim foi este o seu propósito. O Sr. João Mota (dono da propriedade) recorda-se que na sua infância era possível percorrer o trajeto de ~100m que este túnel por essa altura detinha. O mesmo Senhor lembra-se que o túnel era facilmente percorrido sem qualquer esforço na vertical e que ao longo do seu curso havia algumas inflexões, alguns caminhos sem saída, mas que eram logo retomadas em linha reta¹²⁹. Neste trabalho já tivemos a oportunidade de falarmos sobre o 'caulino' e da sua transformação química que resulta na 'caulinite'. E sabemos de igual modo da persistência romana quando tocava à exploração mineira. Esta tarefa levava os romanos, não tão raras vezes quanto isso, a procederem a alterações de grande vulto na própria

¹²⁷ O espólio que recolhemos no S20 repartiu-se na sua maioria por pequenos fragmentos de cerâmica alaranjada-grosseira, alaranjada-fina, cinzenta-fina e cinzenta negra. Houve também a presença de fragmentos de cerâmicas de pastas calcíticas e de eventuais cerâmicas pré-romanas (?). E um ou outro fragmento de cerâmica moderna, com pastas finas e de tonalidades bege [anexo 12, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', n.º31].

¹²⁸ O espólio que recolhemos no S7 cingiu-se a alguns fragmentos de cerâmica de construção indefinida, com pastas compostas por pequenos, médios e grandes calibres de mica, feldspato e quartzo. De superfícies interiores e exteriores de tonalidades alaranjadas, existindo, no entanto, fragmentos com superfícies externas de tonalidades bege, e outros que sofreram a ação do fogo [anexo 18, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', n.º7].

¹²⁹ Em função desta linha reta e caso traçássemos um ponto na vertical que coincidisse com o fim do túnel, o Sr. João alerta-nos para o facto que o fim do dito túnel coincidiria aproximadamente com o 'Outeiro de São Sebastião', com o S24.

fisionomia da paisagem. Exemplo paradigmático desta determinação, entre muitos outros, é o caso das extensas trincheiras que foram abertas nas encostas da serra da Malcata, em busca dos tão apetecidos filões de ouro (SÁNCHEZ-PALENCIA, PÉREZ GARCÍA, 2005: 267-307).

É claro que o túnel e/ou nascente não deixa de ser uma suposição. Mas é no mínimo estranho que uma várzea tão rica em recursos naturais (nomeadamente recursos hídricos) necessitasse de uma nascente com ~100m de extensão para captação de água. Imaginemos então o túnel como ponto de extração do granito (principalmente da estrutura cristalina do feldspato, humedecido e em desagregação) e o 'Agrupamento 6', conjuntamente com a 'Quinta da cal' (que distam ~100m em linha reta uns dos outros), como um núcleo de transformação conjunta do 'caulino' em cerâmicas de pastas de tonalidades brancas ou beges: um complexo de olaria fora do tecido urbano da *civitas* bobadense. E como é possível observar no anexo 69, mapa 52, a 'Quinta da cal' ainda se encontra no «raio» de ação da milha que estipulamos como limite do território periurbano da *civitas* de Bobadela. É *lugar-comum* dizer-se «que na Arqueologia não há como escavar!». E a anterior suposição não foge a esta regra. Esperamos, fervorosamente, que futuros trabalhos, desenvolvidos no âmbito académico e por outros(as) colegas, possam fazer luz sobre este e outros assuntos que até ao momento temos vindo a apresentar, muitos dos quais apresentados como hipóteses de trabalho.

Fechamos o nosso modelo-teórico de povoamento rural disperso para a várzea de Bobadela, em época romana, indo ao encontro do 'Agrupamento 7', situado no extremo norte da nossa área-alvo de prospeção. Este agrupamento é constituído pelos setores 65, 68 e 69. Inicialmente, os três setores foram individualmente alvos de uma prospeção do 'tipo A'. E em todos foram identificados focos de concentração de materiais à superfície [anexo 69, mapa 52]. À semelhança dos 'Agrupamentos 3, 5 e 6', levamos a cabo uma prospeção do 'tipo C' no 'Agrupamento 7' com ~6,9ha para definirmos com mais rigor as suas áreas de dispersão de vestígios à superfície¹³⁰. O seu resultado fixou-se, fundamentalmente, numa área de materiais dispersos à superfície de ~1300m², abrangendo os focos de concentração de materiais dos S68 e S69, e numa outra área de dispersão que ampliou o foco de concentração de materiais do S65 para ~1600m².

Os materiais que recolhemos do setor 65 são essencialmente constituídos por alguns fragmentos de cerâmica de construção indefinida, cerâmica alaranjada-grosseira, alaranjada-fina, uma quantidade abastada de cerâmica cinzenta-fina, poucos fragmentos de cinzenta-negra, alguns fragmentos de pastas gresosas, pequenos fragmentos de eventual cerâmica pré-romana (?) e faianças [anexo 14, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', n.º65]. Por sua vez, o saldo dos fragmentos cerâmicos recolhidos nos Setores 68 e 69 pautou-se por uma escassa e indefinida cerâmica de construção, alguns fragmentos de cerâmicas alaranjadas grosseiras e finas (com paredes exterior e interior de tonalidades alaranjadas), um possível fragmento de cerâmica pré-romana (?) e um lítico (?) [anexo 14, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', n.º68, e anexo 20, 'Ficha de Registo de Materiais por Setor/propriedade e de Formas Inscritas na Paisagem', n.º69, respetivamente].

¹³⁰ A área prospetada circunscreveu as linhas dos sopés, quer do 'Outeiro Gordo', quer do 'Outeiro de Senhora da Luz', abarcou duas vias (uma rural, a sul — limite sul da prospeção, linha 4, L4 — e uma outra via municipal situada sensivelmente a meio da área de prospeção). É certo que a via municipal «corta» a área de prospeção. Contudo, não definimos o espaço com outra linha divisória, neste caso, com a 5ª linha (L5). Para sul, a área de prospeção foi delimitada pela L4, visto existir ainda algum espaço por prospetar: desde da L4 até ao S17. E o cenário de prospeção não é o mesmo para norte: os S65, S68 e S69 são praticamente contíguos, tendo pelo meio a dita via municipal. A prospeção do 'tipo C' findou com a fronteira natural entre as propriedades cultivadas e a formação arbórea — pinhal — que para norte se desenvolve.

Se neste agrupamento (no 'Agrupamento 7') nos voltarmos a fixar unicamente para as áreas de dispersão de achados à superfície, o caso é muito similar ao anterior agrupamento, ao 'Agrupamento 6'. E como ambas as áreas de dispersão de vestígios à superfície são superiores a ~1000m² — e aqui voltamos a recordar que os casais, têm como área de dispersão dos vestígios à superfície entre os 100 e os 1000m² (ALARCÃO, 1998b: 94), ficamos também na dúvida se classificamos este agrupamento, por defeito, de casal, ou, por excesso, de granja. Por outras palavras “A distinção entre *villa*, *granja* e *casal* não deve fazer-nos esquecer que havia provavelmente algumas *villae* diminuídas ao ponto de serem quase *granjas*, *granjas* ricas no caminho de virem a ser *villae* e alguns casais graúdos quase *granjas*.” (ALARCÃO, 1998b: 94).

Não tomando como rígida essa compartimentação em termos de áreas de dispersão de materiais e não deixando de ter em conta o efeito dos processos pós-deposicionais nessa dispersão (podendo ampliar ou encurtar essas áreas), por um lado, e atendendo ao tipo de materiais observado à superfície, por outro, parece-nos que a hipótese casal será aquela que responderá melhor à dúvida antes colocada. Mas talvez esta dúvida se desfaça — ainda que a vá noutro sentido — se apresentarmos um dado que merece também todo o nosso cuidado. Quando prospetávamos o setor 65 (propriedade da Senhora Filomena e do Senhor Júlio) conseguimos identificar um conjunto de três peças arquitetónicas que atualmente se encontram em «exposição» no pátio da sua moradia. São dois tambores de coluna, e, aplicando aqui a terminologia no âmbito do trabalho de Lídia Fernandes, um 'capitel jónico liso de influência toscana' (?). Em resultado dos diálogos que estabelecemos com os proprietários ficamos a saber que estas peças tinham sido dali «desterradas» pelo pai da Senhora Filomena, aquando da construção da moradia. Esta habitação pode ser vista ainda em «pano-de-fundo» na foto 233 que apresentamos ainda no anexo 69, mapa 52.

Estaremos, nós, (à imagem dos 'Agrupamentos 3 e 4') perante uma possível granja ou mesmo uma *villa*, no 'Agrupamento 7'? As tipologias dos materiais, as suas áreas de dispersão e os elementos arquitetónicos que recolhemos e registámos no S65, 68 e 69, não parecem ir ao auxílio e muito menos corroborar sobretudo a hipótese *villa*. Com efeito, é certo que este quadro tipológico baseado numa *villa* padece de indicadores mais claros que comprovativamente denunciem essa classificação, tais como mosaicos e termas. Mas também é certo que já temos um outro tipo de materiais, com sejam, os capitéis clássicos que podem de certa forma direcionar-nos para essa classificação (CARVALHO, 2007: 401). Ademais, é importante referi-los; não vá a voragem do tempo e do Homem desgastá-los, perdendo-lhes de vez o seu rasto. Quanto às classificações por nós avançada para o 'Agrupamento 7', só futuras campanhas de escavações arqueológicas é que poderão confirmá-la. Seja como for, este será um exemplo típico de como pode ser difícil classificar tipologicamente muitos sítios com base apenas em prospeções e em materiais observados à superfície: uma vez que a imagem que hoje muitos mostram à superfície (face à ação intensa de vários processos pós-deposicionais) não refletem minimamente de forma fidedigna o que se encontra soterrado.

Mas mesmo sem a comprovação evidente deste cenário arqueológico que propomos para o território periurbano da *civitas* bobadelense, não deixaria de ser interessante podermos imaginar uma capital de *civitas* cujo seu diâmetro periurbano de 1 milha romana seria composto: *i)* por duas hipotéticas *villae* [ou uma *villa*, localizada na vertente sudoeste do 'Outeiro de São Sebastião' (a *villa* do 'Vale do Coito'), e uma outra *villa*, granja ou casal, estabelecida na vertente norte, no enclave entre os outeiros 'Gordo e da S.^a da Luz' (a *villa*, granja ou o casal do 'Cimo de Vila']. E sendo *villae*, ambas poderiam, literalmente, alimentar a *urbs* romana com os seus *fundi*, tornando toda a várzea de

Bobadela autossuficiente, fosse ela naturalmente fértil, fosse ela fecunda pela mão do Homem; *ii*) por um caso ou outro de pequenas propriedades de exploração agrícola — casais; *iii*) por núcleos específicos de artefices para a manufatura de produtos também eles específicos, casos das «indústrias» da olaria, fundição, moagem ou da transformação dos lanifícios situados no exterior do tecido urbano romano; *iv*) e também não nos esqueçamos do hipotético *castellum*, situado no 'Monte do Vale de Loureiro'.

Traçado este cenário, apercebemo-nos (a ser correta a nossa interpretação) que o caráter de lata diacronia assume-se como a chancela temporal de praticamente todos estes espaços. Por exemplo: *i*) o alegado «agregado espacial» de 'média altitude' veio a tornar-se numa crível *villa* situada na vertente do 'Outeiro de São Sebastião', na *villa* do 'Vale do Coito'; *ii*) a forma subcircular (o S59) Setores 31 e 53 (este hipotético casal do 'Chão Grande') tornou-se num plausível casal (casal do 'Chão Grande'), ou em possíveis anexos (*pars rustica*) da anterior *villa* do 'Vale do Coito'; *iii*) nas proximidades onde a Prof^a. Ivone Mendes reconheceu os machados de pedra polida, está localizada a possível *villa*, granja ou casal do 'Cimo de Vila', situada no enclave dos 'Outeiros Gordo e de Senhora da Luz'; *iv*) o povoado do Bronze Final/Idade do Ferro foi «romanizado», tornando-se no *castellum* do 'Monte do Vale de Loureiro'; *v*) e o hipotético aglomerado habitacional, com «perímetro amuralhado», de cronologias pré-romanas, tornou-se na própria cidade romana.

Apresentamos no anexo 70, mapa 53, uma forma mais simplificada do quadro que acabámos por traçar no parágrafo anterior. E à imagem do modelo teórico proposto para a ocupação proto-histórica e pré-romana da várzea Bobadelense — sob a forma de um Modelo Digital Terrestre — deixamos um outro, mas agora com vista à exposição, no anexo 70a, mapa 53a, do modelo teórico do povoamento dessa várzea, em época romana.

Uma capital de *civitas* como Bobadela o era, com um vasto território para administrar, estava seguramente apetrechada com uma rede vária capaz fazer fluir e estabelecer o contato de todo um conjunto de movimentos de bens e pessoas dentro do seu território e, deste, com as demais *civitates*.

Neste âmbito, são já vários (muito embora não sistemáticos) os estudos que têm vindo a ser desenvolvidos ao longo destes últimos quarenta anos. Debruçados sobre um ou outro quadrante geográfico, eles vão compondo e dando a conhecer o seu traçado. À escala nacional, Bobadela teria uma ligação à via de *Olisipo a Bracara*, parecendo assim “...viável um percurso por 4/313, 314, 312, 279, e por 3/70, 68, 67 e 79. Desta estrada ocidental de Bobadela sairia o caminho de Viseu, por 4/312, 278, 254, 250, 203, 202 e 163A, ou por 3/70, 4/276, 251, 250...” (ALARCÃO, 1988: 104). E para este quadrante oriental de Bobadela, devemos, pois, atribuir relevância ao contributo de João Luís Inês Vaz, no seu artigo intitulado *Contributo dos Documentos Medievais Para a Prospeção Arqueológica* (VAZ, 1979: 181-197). “Para oriente, sairia de Bobadela uma via que podia cruzar os pontos 4/284, 287, 286, 285, 265 e que, em 4/266, encontraria a grande estrada de «Emerita» a «Viseu».” (ALARCÃO, 1988: 104).

Para o traçado das vias a nível regional devemos considerar o miliário de Maximiano¹³¹, que foi achado em Saião, entre Pinhanços (Seia) e Paços da Serra (Gouveia); por São Romão e Seia passaria

¹³¹ O achado do miliário de Maximiano revela-se de extrema importância, na medida em que o milénário em questão não só assinalar um percurso viário romano, como nos poderá remeter para a extensão do *territorium* da capital de *civitas* Bobadelense. Cremos que o concelho de Seia e grande parte do de Gouveia (talvez com a exceção do seu limite norte) seriam *territorium* de Bobadela. E o seu limite norte seria assinalado pelo rio Mondego (CARVALHO, 2009: 35-38).

uma via romana (ALARCÃO, 2002/2003: 168), “As suas XXI milhas harmonizam-se com a distância a Bobadela, numa área que passaria pela área de S. Bartolomeu de Meruge (*Idem: Ibidem*).

A passagem por Sandomil e Valezim, onde há vestígios de uma calçada muito antiga (ABREU, 1893: 24-25), e curiosos topónimos como Romana e Darrua, seria bem mais difícil que o traçado por S. Bartolomeu de Meruge. E tal traçado “...só se justificaria se houvesse uma via que, por Loriga, Alvoco da Serra e Unhais da Serra, descesse à Cova da Beira, constituindo a ligação mais directa de Bobadela com a «*civitas Igaeditanorum*».” (ALARCÃO, 2002/2003: 168)¹³².

À escala local, a via que saía de Viseu dirigia-se a Tondela; entroncando, por sua vez, com a via que da cidade de Viseu ia a *Aeminium* (COELHO, 1970: 60). Após o entroncamento, a estrada, apelidada de «caminho dos Mouros» (*Idem: Idem*), seguia para sul — encontrando-se vestígios dela, próximo de Midões — e atingiria, após galgar a ponte romana sobre o rio de Cavalos, a povoação de Bobadela pelo seu lado poente (COELHO, 1970: 62). Esta via, depois de bifurcar no centro do tecido habitacional do centro histórico desta localidade, daria seguimento ao «cale velho» (COELHO, 1970:67). Por sua vez, o «cale velho», depois de ladear por poente o 'Outeiro de São Sebastião', não deveria passar muito longe da povoação de Vendas de Galizes. Ademais, bem perto dessa povoação, em Santa Ovaia, existem vestígios de uma outra via apelidada de 'caminho fundo' (*Idem: 68*). Confia-se que esta via desça o Alva em direção a Avô “...onde deveria entroncar com a estrada militar imperial que depois de partir de Conimbriga se dirigia a «*Lancia Oppidana*» tendo antes cruzado o rio Ceira na Foz-de-Arouce e o Alva em Avô (*Ibidem: 69*).

O cruzamento de duas estradas principais nas imediações da possível *Estalagem Romana da Raposeira — Mangualde* (CARVALHO, 2014: 14-25), permite-nos reforçar e complementar alguns dos dados viários que atrás foram descritos sobre a principal rede viária que ligava a capital de *civitas* Bobadelense às demais *civitates*. Uma das vias, com extensão de 12 milhas romanas (1 milha romana

¹³² Esta ligação entre a *civitas Igaeditanorum* e a capital de *civitas* Bobadelense seria importante e justificaria a relação entre estas duas cidades; relação, esta, que extrapolava a viária e a relativa proximidade geográfica entre ambas. A estreita aliança manifestou-se também ao nível dos laços familiares: onde membros da mesma família coexistiam nessas duas *civitas*. A epigrafia de Idanha dá-nos a conhecer algumas das principais famílias locais; casos das *Lulli*, *Curii*, *Marcii* e *Graecinii* (CARVALHO, 2007: 522). E é esta primeira família (a *Lulli*) que particularmente interessa a Bobadela. A sua presença é atestada pela “... inscrição que configura no «*Corpus Inscriptionum Latinarum*», de *Emilius Hübner*, respeitante à *Península Hispânica*, o célebre *CIL II*, sob o n.º 397...” (ANACLETO, 1981: 9), e que é desta forma lida e interpretada segundo o último estudo realizado por Jorge de Alarcão (2002/2003): HAS PORTAS ET PORTICVS REFECIT ET DONAVIT / SPLENDIDISSIMAE CIVITATI IVLIA MODESTA / FLAMINICA / EX PATRIMONIO SVO (rever anexo 2, foto 11). Deste modo, Jorge de Alarcão concorda com a fundamentação promovida por A. E. Maia do Amaral, ao supor “... que *Júlia Modesta* refez as portas do fórum da cidade.” (ALARCÃO, 2002/2003: 156). Por seu turno, mas concorrendo para a mesma «proximidade» entre cidades, está *Caius Cantius Modestinus*. É por iniciativa evergética deste ilustre *Igaeditani*, “...uma das figuras dominantes em Idanha-a-Velha e em Bobadela nos finais do século I, quando os 'fora' destas cidades foram reformados.” (MANTAS, 184: 2010), que *Caius cantius Modestinus* mandou construir às suas expensas (e admitindo que eram dois) os templos de Marte e de Vénus no *forum* da *civitas Igaeditanorum*. O mesmo notável, “...de quase certa ascendência itálica...” (*Idem: Ibidem*), desenvolveu semelhante evergetismo na capital de *civitas* bobadelense. A atestá-lo estão as inscrições patentes no *CIL II* com os n.ºs 401 e 402: GENIO MVNICIPI TEMPLVM / C. CANTIVS MODESTINVS / EX PATRIMONIO SVO / e VICTORIAE TEMPLVM / C. CANTIVS MODESTINVS / EX PATRIMONIO SVO /, respetivamente. Estas duas inscrições poderão estar associadas a dois templos edificados por *Caius Cantius Modestinus* em honra do Génio do Município e a Vitória. E ambas as inscrições exprimem a “... promoção de Bobadela a 'municipium' decorrente da extensão do 'ius latii' a toda a Hispânia por Vespasiano.” (ALARCÃO, 2002/2003: 158-159).

corresponde a ~1480m), partia de Viseu (*Vissaium*, capital de *civitas* em época romana). Esta entrosava-se com uma outra, vinda da capital de *civitas* Bobadelense, com um troço 30 milhas romanas de extensão (CARVALHO, 2014: 24). “*A oriunda de Viseu prosseguiria depois em direção à Serra da Estrela (e às outras civitates, como as dos Lancienses e dos Igaeditani, que se encontravam para além da serra), passando antes por Almeidinha, Serra da Baralha, Cassurães e Abrunhosa-a-velha (onde se conhecem 3 marcos miliários, indicativos das distâncias em relação à cidade mais próxima), para depois fazer a travessia do Mondego e entrar no atual território de Gouveia, galgando a Estrela pela calçada dos Galhardos, em Folgoso.*” (*Idem: Ibidem*). Por sua vez, a procedente de Bobadela, entroncava na anterior e seguia “...em direção às capitais da *civitates* dos Aravi (*Marialva, Mêda*), Meidubrigenses (*Numão, Vila nova de Foz Côa*) e Arabrigenses (*talvez com sede em Paredes da Beira, São João da Pesqueira*) que, mais para norte, anunciavam outros territórios para além do Douro...” (*Idem: Ibidem*).

Deixamos no anexo 71, mapa 54, o esquema simplificado de algumas das vias apontadas nestes últimos 4 parágrafos; principalmente no que tocam às escalas regional e local. Devemos, porém, alertar para o seguinte facto: os seus traçados referem-se exclusivamente aos pontos de passagem das localidades aqui referidas, e não aos contornos «reais» de cada um deles.

5. Conclusões

Durante estes 4 anos de trabalho, o nosso plano geral de investigação assentou em 4 pilares fundamentais e que, em bom rigor, se complementaram: a prospeção arqueológica de superfície; a escavação arqueológica; o exame interpretativo das formas constantes nas imagens obtidas através da fotografia aérea, ortofotométrica (a fotointerpretação); e um afluente estudo das morfologias rurais/urbanas do emblemático núcleo histórico de Bobadela.

Assim: *i)* detetados os afloramentos rochosos existentes um pouco por toda a várzea (pelo menos os mais significativos ou visíveis), tidos *a priori* como espaços suscetíveis de causarem um verdadeiro embaraço ou entrave no processo construtivo da sede de *civitas*, ou mesmo de possíveis núcleos rurais dispersos (i.e., potenciais zonas de *non aedificandi*); *ii)* interpretados os fatores de ordem geomorfológica, geotopológica, hidrológica e aprendidos os de caráter agrológico, definimos deste modo a nossa área-alvo de prospeção arqueológica de superfície; *iii)* depositada a nossa confiança no método de prospeção arqueológica intensiva, de cobertura total e de alta intensidade — muito embora com algumas *nuances* aplicadas à sistemática do método: a nossa área-alvo de prospeção abrangeu uma superfície de 262,26ha. Até novembro de 2013 — data em que concluímos os trabalhos de campo — estão prospeçados 64 setores que perfazem 132.13ha, equivalendo assim a 50% da área total alvo de prospeção.

Estes setores foram classificados em três grupos, segundo as suas cotas-mestras altimétricas: I – setores 'em altitude', situados nas cumeadas dos outeiros que «montam-guarda» à várzea de Bobadela, mais concretamente entre os 425m e os 472m; II – setores de 'média altitude', dispostos nas meias-encostas dessas cumeadas (na ordem dos 425m e os 380m) e, por fim, III – setores de 'baixa altitude', estabelecidos nas «zonas ribeirinhas» e planura da várzea (na casa dos 380m/365m).

A prospeção realizada nos setores 'em altitude' permitiu-nos identificar dois sítios arqueológicos até então completamente desconhecidos: um no seguimento da «cordilheira montanhosa» para sul do 'Monte do Vale de Loureiro', a possível atalaia do 'Monte do Vale do Mogo', o S38; e outro, precisamente no vértice aplanado do próprio monte, o hipotético *castellum* do 'Monte do Vale de Loureiro', o S37. Sem desprezarmos o primeiro, as nossas atenções recaíram voluntariamente sobre o segundo sítio, que acabou por revelar-nos um dado interessante, portanto, segundo pensamos, digno de ser aqui explorado!

Por entre algumas centenas de fragmentos de cerâmica que compõem o vasto e rico espólio de superfície observado nesse segundo sítio arqueológico, alguns destacaram-se pela sua tipologia, funcionalidade e rareza regional. Referimo-nos, concretamente, aos fragmentos cerâmicos que formam os recipientes de asas internas e com paralelos formais em espécimes de outros povoados da Idade do Ferro, como antes referimos. E se a estes singulares «cacos» juntarmos outros com fabricos e formas associadas ao período romano (nomeadamente, *tegulae*), que recolhemos na mesma safra e no mesmo setor, não podemos descartar a hipótese de estarmos perante um *castellum*, isto é, um «aglomerado populacional» 'em altitude', habitado por comunidades indígenas (pelo menos durante grande parte do I milénio a.C. — Idade do Bronze Final e I/II Idades do Ferro) e, que, sublinhe-se, no decorrer do processo de «romanização» continuou a ser ocupado. Assim, é muito provável que este «povoado», num determinado momento da História, tivesse coexistido com a capital da *civitas* romana de Bobadela.

Feitas as contas, ascendem assim a três os sítios arqueológicos 'em altitude', dispersos pela fértil várzea bobadelense, pois aos dois anteriormente referidos importará ainda associar o já razoavelmente conhecido «povoado» do 'Outeiro de São Sebastião'. Estes e outros exemplos, um pouco disseminados pelo concelho, poderão certamente contribuir para que num futuro próximo possamos conhecer melhor a «manta-de-retalhos» étnica, bem como o processo evolutivo e o modo de vida das comunidades nativas que habitavam esses montes, aquando da ocupação romana de Bobadela.

Nos setores de 'média altitude', a prospeção levada a cabo, por vezes em estreita articulação com a fotointerpretação, possibilitou-nos identificar um «agregado espacial», situado no 'Vale do Coito' (o S70), a meia-encosta da vertente nordeste do 'Outeiro de São Sebastião', com uma forma pronunciadamente circular e trespassado pelo «cale velho», possível via romana. Algum do acervo de superfície que recolhemos (dentro e na envolvência desse espaço) é também passível de remeter-nos para cronologias pré-romanas — hipótese que deve ser confrontada com a continuidade das investigações.

Ao avançarmos para os setores que considerámos de 'baixa altitude', conseguimos perceber que o cenário não muda de figura. Neste quadro de investigação devemos aqui reiterar a identificação de uma segunda forma inscrita na paisagem, o S59, que se situa praticamente no sopé da vertente norte do 'Outeiro de São Sebastião' e ronda os 62m de diâmetro. Dos 21 setores prospetados nesta classe altimétrica, 7 são contíguos e circundantes ao atual casario de Bobadela, e todos os restantes gozam de uma curta proximidade em relação aos que já foram investigados. Ademais, em alguns dos setores houve a possibilidade de recolhermos certos exemplares cerâmicos com formas pré-romanas — nomeadamente, fragmentos cerâmicos carenados. E a par destes, uma — ainda que parca e pouco diversificada — utensilagem lítica.

Os resultados que obtivemos da escavação arqueológica, levada a cabo no âmbito da 3.^a edição do projeto 'Férias Arqueológicas' (verão/2010), contribuíram ainda para reforçarmos algumas das nossas ideias, no que diz respeito ao espaço abrangido pelos setores que enquadrámos dentro da classificação de 'baixa altitude'.

Recuperamos agora alguns desses dados, nomeadamente no que dizem respeito ao provável piso selado (o topo da U.E.17), que identificámos sobre o substrato geológico, a sensivelmente 1,45m de profundidade. Importa desde já salientar a possibilidade desse piso estar relacionado com uma estrutura de combustão (U.E.'s 11A e 25); dada a presença de um lastro de barro consolidado ao longo dos tempos por ação do fogo (um termoclasto). Nesta área, em pleno coração da conhecida cidade romana, recolhemos e registámos todo um conjunto de materiais cerâmicos e líticos associados ao mesmo piso selado (cerâmicas carenadas e estampilhadas à roleta, lascas, núcleos e lâminas em sílex, restos de talhe em quartzo, polidores e pesos-de-rede) que denunciam uma cronologia pré-romana. Identificámos igualmente uma aparente «cisterna», com uma conduta em «meia-cana» — reconhecida no perfil estratigráfico do corte/norte da escavação —, ambas escavadas na própria rocha e que poderão ser contemporâneas do piso e dos materiais já elencados. E, finalmente, um pedaço de madeira queimada, recolhido do interior dessa «cisterna» (recolhido da U.E.07A), que poderemos datar, segundo o método do radiocarbono 14 — portanto, com alguma margem de erro — entre 408 a.C./608 a.C.; datas que, de resto, se enquadram dentro das cronologias pré-romanas (Idade do Ferro).

Face ao que foi exposto anteriormente, há um dado inédito que merece ser sublinhado: parece-nos que existem fortes indícios para concluirmos que a cidade romana da Bobadela não foi fundada *ex nihilo*, i.e., não foi fundada do nada. Ou, ainda por outras palavras: quando os «Romanos» chegaram à

planura da várzea de Bobadela (ou quando o domínio romano se fez claramente sentir, provavelmente em época de Augusto) já se depararam com uma ocupação do espaço que hoje em dia circunscreve, na sua generalidade, a atual zona central do seu emblemático núcleo histórico.

O manuseamento do prolífico conjunto de vestígios anteriormente enumerados e a deteção das formas inscritas na paisagem que registámos no interior e na envolvência do atual tecido urbano de Bobadela, levou-nos a identificar a existência de três grandes períodos construtivos do sítio arqueológico situado na planura da várzea bobadelense, mais concretamente até ao final da ocupação romana (século IV d.C.). Passaremos agora a apresentá-los, em traços gerais.

Um primeiro momento, marcado pela possível existência de um «aglomerado habitacional» de cronologias pré-romanas. Esse aglomerado encontrar-se-ia delimitado por um «perímetro amuralhado», com ~3,2ha de área, e seria atravessado por duas vias principais que se cruzariam no interior do espaço habitado: os já nossos conhecidos 'eixos estruturantes 1 e 2'.

Uma segunda etapa construtiva (a primeira de cronologias romanas), caracterizada por uma malha urbana com ~6.5ha e verdadeiramente funcional graças ao eficaz traçado tendencialmente ortogonal romano. A par de uma arquitetura nitidamente romana, este tecido urbano vê também surgir destacada o que nos parece ser compatível com a primeira etapa edificadora do *forum*-bloco romano: um *forum*-bloco de possíveis cronologias pré-flavianas, julio-claudianas. Os dados resultantes de outros trabalhos arqueológicos desenvolvidos no núcleo histórico de Bobadela — principalmente advindos de escavações arqueológicas — são verdadeiramente escassos para compreendermos a primeira metade do século I d.C., deste sítio arqueológico; à semelhança, aliás, do que se verifica noutros núcleos urbanos do norte da Lusitânia. O sítio da Póvoa do Mileu (Guarda), possível capital dos *Lancienses Transcudani*, não tem quase dados relativos à dinastia julio-claudiana.

Por fim, detetámos uma terceira fase edificante (a segunda e talvez a última de cronologias romanas), impelida muito possivelmente pelo espírito laborioso e arrojado da época flaviana, ou já nos inícios do século II d.C.. Aliás, é nesta sequência que a cidade vê surgir outro importante edifício da arquitetura romana, o tão conhecido anfiteatro. Depois, esta última etapa contemplou também o *forum*, ainda que com outras dimensões (76,18m de comprimento por 58,23m de largura), assim com uma renovada configuração geométrica, mais condizente com o novo estatuto político-jurídico da cidade. Também nos parece que a monumentalização das cidades neste interior norte da Lusitânia de se dá a partir dos Flávios ou com Trajano: veja-se a construção do templo de Orjais, a inscrição à *civitas Aravorum* ou o próprio caso do *vicus Venia*. Importará agora registar, que, tendo em consideração os nossos cálculos, nessa derradeira fase, a malha urbana contínua da *civitas* bobadelense poderia ascender a 14ha: ou a mais um ou outro hectare se atendermos às formas inscritas na paisagem.

Para o estabelecimento das novas características físicas do *forum*, de muito nos valeram as estruturas e os elementos arquitetónicos que identificámos no decurso da escavação, mas, desta feita, no que concerne às épocas romanas. Entre os dados observados teremos de necessariamente destacar: uma estrutura (a U.M.16) conciliável com uma base alicerçada no próprio afloramento rochoso [os vestígios de um cabouco (com $\pm 1,40$ m de largura), construído em *opus incertum*, e de uma parede com a largura de 3 pés romanos (± 90 cm), edificada em *opus vitatum*]; e as 4 «aduelas» pertencentes a um outro arco romano.

Naturalmente que o levantamento topográfico que levámos a efeito para tentarmos perceber — já que identificámos as 4 «aduelas» — qual seria o alinhamento do arco romano existente, projetado paralelamente à parede exterior/norte do *forum*, também viria a revelar-se importante. A propósito desta questão importará ainda tecer aqui algumas considerações.

Segundo o que apurámos, o alinhamento passou precisamente sobre o nosso espaço de escavação, havendo mesmo aqui uma boa margem de segurança para avançarmos a hipótese deste conjunto de elementos pertencer à parede exterior poente da maior e mais importante praça da cidade romana da Bobadela: o *forum*, no seu momento de maior expressão urbana. Esta parede incorporaria um arco, que, no enfiamento do existente, funcionaria como entrada/saída oeste deste espaço nevrálgico da cidade.

Ainda no âmbito desta terceira e última etapa de desenvolvimento urbano, devemos considerar mais uma hipótese diretamente ligada ao padrão de povoamento rural periurbano da capital de *civitas* bobadelense. A suposição prende-se com a existência de alguns casos de unidades de povoamento rural disperso, exemplos: *i*) de duas possíveis *villae* [ou uma *villa*, localizada na vertente sudoeste do 'Outeiro de São Sebastião' (a *villa* do 'Vale do Coito'), e uma outra *villa*, granja ou casal, estabelecida na vertente norte, no enclave entre os outeiros 'Gordo e da S.^a da Luz' (a *villa*, granja ou o casal do 'Cimo de Vila'], ambas com localizações privilegiadas, sobranceiras, à então capital de *civitas* bobadelense; *ii*) de um ou outro caso de explorações agrícolas de pequenas dimensões (casais); *iii*) e de um possível exemplo específico destinado à produção/transformação de cerâmica.

Esta conjuntura arqueológica é toda ela enquadrada pelo que acreditamos que seja o território «periurbano» da Bobadela romana, que, com centro na interceção do *cardo maximus* e do *decumanus maximus*, perfaz um *raio* que ronda os 735m, i.e., aproximadamente ½ milha romana (740,75m), por conseguinte 1481,5m de diâmetro: um diâmetro que é passível de enquadrar, em simultâneo, o tecido urbano da cidade romana e os espaços reservados ao estabelecimento de um conjunto de casos de povoamento rural disperso. Ou seja, estarmos perante um espaço que englobe o limite periurbano da *civitas* Bobadelense, ou, por outras palavras, a área de influência direta da cidade, na qual estão inseridos os núcleos rurais dispersos de época romana.

Reservamos as últimas linhas deste trabalho para deixarmos abertas algumas hipóteses para futuros trabalhos e uma ação que procuraremos a curto prazo desenvolver. Achamos pertinente e até mesmo necessário levar a cabo mais uma campanha de prospeção arqueológica (dentro do mesmo método, de preferência dentro das prospeções do 'tipo A', com as adaptações necessárias em função dos resultados das metodologias aqui ensaiadas), nas imediações do setor 36 [anexo 69, mapa 52], e no espaço reservado à 'Quinta da Cal' e às suas cercanias. Dever-se-á também desenvolver uma série de sondagens de diagnóstico, devidamente localizadas sobre uma ou outra suposição que levantámos no decorrer desta investigação. Casos disso são os exemplos que localizamos no anexo 71, mapa 55, com os n.ºs 1, 2, 3 e 4. O exemplo n.º 1 permitirá avaliar a presença ou não de uma das possíveis *viae publicae* que delimitam a nossa proposta para os limites sul da segunda fase construtiva da *civitas* bobadelense. O n.º 4 tentará aferir a existência/inexistência de estruturas em subsolo que poderão rasar o espaço da nossa proposta para os limites sul da capital de *civitas* bobadelense, na sua segunda fase construtiva de cronologias romanas.

Já os exemplos n.ºs 2 e 3 possibilitariam aquilatar o potencial arqueológico de um outro espaço. Este caso poderá eventualmente ser uma possível solução enquadrada no terceiro impulso urbanístico e que passaremos a desenvolver de pronto. Neste sentido, propomos aqui equacionar a possibilidade de ter existido um outro imóvel monumental, de utilidade pública, na Bobadela, durante o período romano: um teatro. Este — a ter efetivamente existido — ajudou a reforçar o epíteto de *Splendidissima* que esta cidade detinha, ainda que, importará recordá-lo, se continue a desconhecer o efetivo nome pelo qual o povo de Roma a designava.

Já foram dados alguns passos no sentido de averiguarmos a última teoria apresentada. A este respeito, o estudo das morfologias urbanas foi o primeiro a ser colocado em prática, nomeadamente com a «regressão» das linhas atualmente visíveis na paisagem. E tal descortino veio quando projetávamos o traçado viário romano na segunda fase construtiva de cronologias romanas. Nesse momento detetámos um conjunto de transformações lineares, relativamente ao *cardo maximus* e ao *decumanus maximus*, e uma forma subcircular que ainda hoje faz parte integrante do tecido urbano do núcleo histórico de Bobadela [anexo 72, mapa 56]. Claro que outros passos deverão ser dados! Mas existe um em particular que se revela decisivo para validar (ou infirmar) a referida hipótese: sujeitar o espaço da possível localização de tal imóvel às cada vez mais necessárias — mas dispendiosas — sondagens geofísicas. Este «ver sem escavar» permitir-nos-ia obter uma «radiografia» do subsolo e assim aferirmos, com exatidão, qual o seu potencial arqueológico e as formas que nele se «escondem».

A este propósito, gostaríamos de salientar que as localizações dos edifícios públicos da arquitetura romana, expostos no «esquiço 3D» que apresentamos de seguida, estão relativizadas e as suas «talhas arquitetónicas» são meramente ilustrativas. Deixamos-vos então a localização e a disposição possíveis do hipotético teatro da outrora *Splendidissima Civitas* de Bobadela [anexo 72, mapa 57, e anexo 73, croqui 1].

Prestes a finalizarmos este trabalho, gostaríamos de o fazer, lançando um apelo às autoridades competentes para o efeito. Da nossa parte fá-lo-emos com insistência (caso necessário) e determinação. O repto vem ao jeito de alerta. Em 2008 foi proposta e aprovada uma ZEP que agora abrange a Ponte Romana (classificada como Imóvel de Interesse Público desde 1992), a propriedade 'Juízo', o Anfiteatro e o Arco Romano; este último classificado como Monumento Nacional desde 1936. No início deste milénio acentuou-se o fenómeno da urbanização na várzea de Bobadela. Falamos da desmedida construção de habitações. Bobadela nestes últimos doze anos assistiu ao nascimento de um moderno bairro na zona norte do lugar da Urzela: a Urbanização das Devesas. O fenómeno é preocupante no que diz respeito à salvaguarda do património, pois esta urbanização aproxima-se rapidamente e a passos largos do centro histórico de Bobadela. Lançamos o alerta para que futuramente fenómenos como este sejam necessariamente considerados e devidamente acautelados. Caso não o façamos a situação tenderá a piorar, ao ponto de descaracterizar, de infligir danos irreparáveis ao património e ao louvável estado agro-pastoril que Bobadela ainda conserva e que a muitos apaixona.

Face ao exposto, e em função dos dados que apresentámos no decorrer deste trabalho, parece-nos evidente que a ZEP em vigor já não cumpre o propósito para o qual foi criada. Logo que concluamos este projeto académico, e no quadro das nossas funções que desempenhamos no seio da orgânica camarária, está nos nossos horizontes contatarmos as autoridades máximas para a preservação do património (Direção Geral do Património Cultural — DGPC — e Direção Regional de Cultura do Centro — DRCC), com o intuito de levarmos junto destas a proposta para o alargamento da atual ZEP. E contando desde a Igreja Matriz de Bobadela, o seu raio de salvaguarda deverá, fundamentalmente, ultrapassar os limites dos S37 (o possível *castellum* do 'Monte do Vale de Loureiro' e S38 (a hipotética atalaia do 'Monte do Vale do Mogo'). Neste plano de atuação, assim sendo, a documentação e a investigação andarão a par da salvaguarda e da valorização do património bobadense.

6. Bibliografia

- ABREU, Adelino de (1893): *Oliveira do Hospital: Traços, Histórico-críticos*. Imprensa da Universidade. Coimbra, p.17-18, 24-25, 27-28, 33.
- ALARCÃO, Jorge de (1974): "Les Monnaies", in «*Fouilles de Conimbriga*», publiées sur la direction de Jorge de Alarcão e de Robert Etienne. Vol. III, p. 111. Dépositaire - Diffusion E. de Boccard, Paris.
- ALARCÃO, Jorge de (1975): *La Céramique Commune Locale et Régionale*, in «*Fouilles de Conimbriga*», publiées sur la direction de Jorge de Alarcão e de Robert Etienne. Vol. V. Paris, p. 7-128, Planches II a LXXX.
- ALARCÃO, Jorge de (1977): *L'Architecture*, in «*Fouilles de Conimbriga*», publiées sur la direction de Jorge de Alarcão e de Robert Etienne, Paris, planches X e LVIII.
- ALARCÃO, Jorge de (1997): "A tecnologia agrária romana", *Portugal romano. A exploração de recursos naturais*, Lisboa, p. 137.
- ALARCÃO, Jorge de (1988 a): *O Domínio Romano em Portugal*. Forum da História. Publicações Europa-América. Ed. n.º 158001/4725. Lisboa, p. 42/fig. 10, 46/47, 74, 110, 104. Depósito legal n.º22432/88.
- ALARCÃO, Jorge de (1998 b): "A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal", in *Conimbriga*, XXXVII, p. 89-119.
- ALARCÃO, Jorge de (1999 a): "Os arredores das cidades romanas de Portugal", *Archivo Español de Arqueología*, 72, p. 31-37.
- ALARCÃO, Jorge de (2001): "Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)", in «*Revista Portuguesa de Arqueologia*», 4 (2), p. 293-349.
- ALARCÃO, Jorge de (2002/2003): *A Splendidissima civitas de Bobadela (Lusitânia)*, in revista *Anas*, 15-16. Museo Nacional de Arte Romana. Mérida, p. 155-156/Est. 1, 158-159, 160, 161-165, 168-171, 174.
- ALARCÃO, Jorge de (2004): *Introdução ao Estudo da Tecnologia Romana*. «*Cadernos de Arqueologia e Arte*», n.º 7. Ed. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 15/Fig. 1.21, 16, 21, 106/fig. 2.2.
- ALARCÃO, Jorge de (2009): *O Forum de Aeminium: A Busca do Desenho Original*. Edição do Instituto dos Museus e da Conservação, do Museu Nacional de Machado de Castro e da Edifer. Impressão: Textype - Artes, Coimbra, p. 35 e 49 - planta 24. Depósito Legal: 298417/09. ISBN: 978-972-776-394-8.
- ALARCÃO, Jorge de (2010): *As Casas da Zona B de Conimbriga*. Ed. Centros de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. Fundação para a Ciência e Tecnologia, fotos n.ºs 23, 27, 41 e 42). Depósito Legal: 322469/11. ISBN: 978-989-95954-1-5.
- ALARCÃO, Jorge de; BARROCA, Mário (2012): *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Edição e Distribuição: Figueirinhas. Impressão: Figueirinhas. Porto. Depósito Legal n.º 345503/12. ISBN: 978-972-661-219-3
- ALMEIDA, Sara Oliveira (2005): *A Idade do Ferro no Planalto de Viseu: o Caso do Morro da Sé*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Área de especialização de Arqueologia Regional, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Raquel Vilaça, p. 35, 40-47.
- ANACLETO, Regina (1981): *Bobadela Epigráfica*, EPARTUR - Edições Portuguesas de Arte e Turismo, Lda. Coimbra, p. 7-8, 9, 10, 12-13, 20, 22, 39, 43, 47, 64, 77-78/ inscrição n.º 10, 78-79.

- ANACLETO, Regina; BORGES, Nelson Correia de (1993): *Para que a memória dos Homens se não esqueça*, in «Jornal de Arganil», n.º 5545, 7 de maio, p. 3.
- AMARAL, A. E. Maia (1982): *Sobre Três Inscrições Perdidas da Bobadela (Oliveira do Hospital)*, in revista «Conimbriga», n.º 21. Coimbra, p. 103, 106, 108, 111-112, 116, 121, 126.
- AMARAL, A. E. Maia (1983): *Considerações Preliminares Acerca do Forum II de Bobadela*, in revista «Conimbriga», n.º 5. Coimbra, p. 4, 6-8, 9/fig.2, 10, 12-13, 16. Parte II: 4/fig.2.
- BARBOSA, Bernardo; FERREIRA, Narciso e BARRA, António (1999): "Importância da Geologia na Defesa do Património Geológico, no Geoturismo e no Ordenamento do Território", in revista «Geonovas», n.º 13, p. 24, 28-29/fig.3.
- BARKER, Philipe (1977): *Techniques of Archaeological Excavation*, Batsford, London.
- CANHA, Alexandre J.F. (2002): *Canedotes: povoado do bronze final do Alto Paiva*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiada).
- CARANDINI, Andrea (1997): *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*. Ed. Crítica. Barcelona, p. 31-37, 47-56.
- CARVALHO, Pedro C.; RIBEIRO, Carla; SILVA, Ricardo e ALMEIDA, Sara (2002): "Povoamento rural romano ao longo da Ribeira da Meimosa - Fundão (1ª campanha de prospeção intensiva)", in revista «Conimbriga», XLI, p. 127-152.
- CARVALHO, Pedro C. (2004): "Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano", in «O Passado em cena: narrativas e fragmentos». Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão. Coordenação de Maria Conceição Lopes e Raquel Vilaça. Coimbra/Porto, p. 121-140. ISBN: 972-9004-19-6. Depósito legal: 221476/5.
- CARVALHO, Pedro C. (2006): *Cova da Beira: Ocupação e exploração do território na época romana*. Dissertação de Doutoramento na área de História, especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Jorge de Alarcão. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 40-41, 61-67, 73-74, 78, 83, 106-114, 118, 124-125. ISBN: 978-972-8959-06-7. Depósito legal: 261283/07.
- CARVALHO, Pedro C. (2007): *Cova da Beira: Ocupação e exploração do território na época romana*. Ed. Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Fundão/Coimbra. GRAFISETE, p. 61, 350, 352 (mapas 10 e 11), 401, 522. ISBN: 978-972-8959-06-7. Depósito legal: 261283/07.
- CARVALHO, Pedro C. (2009): *O Forum de Aeminium*. Coordenação de Jorge de Alarcão. Instituto de Arqueologia da Fac. de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto Português dos Museus. Impressão: SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia, p. 177 e 187. ISBN 972-776-002-3. Depósito Legal: 126134/98.
- CARVALHO, Pedro C. (2009): *Há 2000 anos em Celorico da Beira (Entre as encostas da Estrela e o vale do Mondego no tempo dos Romanos)*: in "Celorico da Beira Através da História". Edição da Câmara Municipal de Celorico da Beira. Colaboração da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Celorico da Beira, p. 35-38. ISBN: 978-972-97938-1-3. Depósito Legal: 297607/09.
- CARVALHO, Pedro C. (2010): *O interior norte da Lusitânia romana. Resistências, mudanças e rupturas nos primeiros tempos do Império*, in "El bronce de El Picón (Pino del oro). Procesos de cambio en el occidente de Hispania. Actas, Castilla y León, p. 70, 79, 81-82.
- CARVALHO, Pedro C. et al (2010): "Caminhando em redor do forum de Aeminium", in «Ciudad y Foro na Lusitania Romana». Revista Studia Lusitana, n.º4. Mérida, p. 69-88. ISBN: 978-84-613-4193-1, Depósito legal: BA-381-2010.

- CARVALHO, Pedro C. (2014): *A Estalagem Romana da Raposeira — Mangualde*. Ed. Município de Mangualde /ArqueoHoje, Ldª. p. 14-25. Depósito Legal: 370748/14.
- CARRILHO, Prior Miguel Alves (1721): *Informações paroquiais de 1721*, n.º 45. Bobadela. Manuscrito do Arquivo da Universidade de Coimbra.
- CASTANHEIRA, J. M. (2012): *Marco miliário único na Península Ibérica no meio dos vestígios romanos em Coja*, in «A Comarca de Arganil». Arganil, ano 112, n.º 11.956, 17 de maio, p. 9.
- CASTELLO-BRANCO, José Barbosa Canaes de Figueiredo (1849): *Diferentes inscrições*. Actas das Secções da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1 (7), p. 385, 390, 394.
- CATARINO, Helena (1988): *A Arqueologia de Campo: Uma Introdução Geral às Técnicas e Métodos de Escavação*. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, p. 2
- COELHO, Fernando Manuel Dias (1970): *Bobadela - Encruzilhada de dúvidas*. Dissertação de licenciatura em ciências Históricas, apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 9, 16-17, 27, 32-33, 40-56, 60, 67, 69-70, 73-74, 78, 89, 91, 97-98.
- CHOUQUER, Gérald (2007): *Quels scénarios pour l'histoire du paysage? - Orientations de recherche pour l'archéogéographie*. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. Coimbra - Porto, p. 268. ISBN: 978- 972- 9004- 21- 6.
- COUTINHO, Hélder (1997): *Terra Sigillata Clara do Monte das Laranjeiras (Alcoutim)*. *Terra Sigillata Clara D*. Ed. Câmara Municipal de Alcoutim, p. 39-42.
- CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, António Nogueira (1953): *Inventário Artístico de Portugal, Vol. IV, Distrito de Coimbra*. Academia Nacional de Belas Artes. Lisboa, p.165.
- CORREIA, Vergílio (1944): *Museu Machado de Castro. Secções de Arte e Arqueologia. Catálogo-guia*. Coimbra, p. 11.
- CORREIA, Vergílio (1972): *Obras*, vol. IV, *Estudos Arqueológicos*. Coimbra, p. 227, 229/figs. 4, 5 e 7.
- CORREIA, Virgílio Hipólito; CRUZ, Maria das Dores (2007): *Cerâmica Utilitária. Normas de Inventário*. Arqueologia. Instituto dos Museus e da Conservação, p. 19-57. ISBN: 978-972-776-332-0. Depósito legal: 263351/07.
- CORREIA, Virgílio Hipólito (2013): *A Arquitectura Doméstica de Conimbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*. Anexos de Conimbriga n.º6, Edição: Coimbra, 2013, p. 190. ISBN 978-989-95954-4-6 (CEAUCP), ISBN 978-989-9052-50-6 (DGPC), ISBN 978-972-8659-40-0 (LAC). Depósito Legal: 366169/13.
- COSTA, Miguel Cipriano Esteves (2010): *Redes Viárias de Alenquer e suas Dinâmicas: um estudo de Arqueogeografia*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, especialidade em Arqueogeografia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Gérard Chouquer, p. 45, 47-48.
- DALLMAYER, R. D. & MARTINEZ GARCIA (1990): *Introduction to the Pré-Mesozoic Geology of Ibéria...* in «Pré-Mesozoic Geology of Iberia». Dallmayer, R. D. & Martinez Garcia, E. (Eds.), Springer-Verlag, Berlin, p. 3-4.
- Dossier Cerâmico: técnicas de Investigação Arqueológica*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 1-40.
- DINIS, António Pereira (2002): *O povoado da Idade do Ferro do Castroeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal)*. Ed. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, p. 50/fig. 26, 51 e 52/fig.27 e 28, 48, 105, 110-111, 114-115. Depósito Legal: 183590/02.

- ECO, Umberto (2009): *Como Se Faz Uma Tese Em Ciências Humanas*. Prefácio de Hamilton Costa. Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. 15ª Edição. Editorial Presença. Lisboa, fevereiro, p. 55. Depósito legal n.º 288 465/09.
- FARIAS, P.; GALLARTEGUI, G.; GONZALEZ LOUDEIRO, F.; MARQUINEZ, J.; MARTIN PARRA, L. M.; MARTINEZ CATALAN, J. R.; PABLO MACIA, J. G. & RODRIGUEZ FERNANDEZ, L.R. (1987): *Aportaciones al conocimiento de la Litoestratigrafia y estructura da Galicia Central*, Men. Mus. Labor. Miner. Geol. Fac. Ciências do Porto, n.º1, p. 411-431.
- FERDIÈRE, Alain (1998): "Les prospections au sol". *La prospection*, Coll. «Archéologiques». Ed. Errance. Paris, p. 9-77.
- FERNANDES, Lúcia (2008): "A ordem toscana na Lusitânia ocidental: problemática e caracterização do seu emprego: a propósito das peças reutilizadas da Igreja de S. Pedro de Lourosa (Coimbra) ", in revista portuguesa de Arqueologia. Volume 11. Número 2, p. 238, 254-255.
- FERREIRA, Vicente; FARINHA, Brasão (1974): "Tabelas Técnicas para Engenharia Civil", in revista «Técnica». 7ª Edição. Associação dos Estudantes do I.S.T. Lisboa, p. 37/tabela 9.
- FIGUEIREDO, A. Mesquita de (1897): *Bobadela (Beira)*, in "Archeologo Português", Vol. III. Imprensa Nacional. Lisboa, p. 221.
- FRADE, Helena; PORTAS, Clara (1992): *A Arquitectura do Anfiteatro Romano de Bobadela*. Bimelenario Del Anfiteatro Romano de Mérida, in «Coloquio Internacional: El Anfiteatro em la Hispania Romana». Mérida. Noviembre, p. 349-350, 355.
- FRADE, Helena; CAETANO, José Carlos; PORTAS, Clara; MADEIRA, José Luís (1995): *Notas Para o Estudo do Urbanismo da Cidade Romana de Bobadela*. Separata das Actas dos Trabalhos de Antropologia e Etnografia. Vol. XXXV - Fasc. 4. Porto, p. 221-223, 225, Est. II - fig.2, 227-228.
- FRADE, Helena (2010): "Os *Fora* de Bobadela (Oliveira do Hospital) e da *Civitas* de *Cobelcorum* (Figueira de Castelo Rodrigo) ", in «Ciudad y Foro na Lusitania Romana». Revista Studia Lusitana, n.º4, Mérida, p. 224/lâmina 3.2, 230-231/fig.1, 232-233, 235. ISBN: 978-84-613-4193-1, Depósito legal: BA-381-2010.
- GOMES, Mário Varela; DIAS, Maria Manuela Alves (1995): *Jarro Litúrgico, Visigótico, de Bobadela (Coimbra)*, in «IV Reunió d'Arqueologia Cristiana Hispânica». Barcelona, p. 91-98.
- HAYES, J. W. (1972): *Late Roman Pottery. The British School at Rome*. London, p. 272-277.
- HARRIS, Edward C. (1989): *Principles of archaeological stratigraphy*, Academic Press Limited. London, p. 34-38.
- HOMO, Léon (2005): *Rome impériale et l'urbanisme dans l'antiquité*, la collection "L'Évolution de L'Humanité". Éditions Albin Michel, p. 1.
- HOURCADE, David (2002): *Géographie des Villes Fortifiées en Lusitanie Romaine: Tentative de Définition de Réseaux et de Hiérarchies Urbaines*. V mesa redonda internacional sobre Lusitania romana: Las Comunicaciones, Facultad de Filosofia y Letras. Cáceres, p. 229.
- ILHARCO, João (1932): *Terras da Beira: Bobadela, antiguidades romanas — um pouco da sua história*, in "Comarca de Arganil". Arganil, ano 32, n.º 1886, 14 de outubro, p. 6.
- JULIVERT, M.; MARTINEZ, F.M. & RIBEIRO, A. (1980): *The Iberan segment from the Hercynian Folbelt*. Congrés Geologique International, 26/1980/Pareis, 3, p. 1408.
- LEAL, A. Pinho (1875): *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário geográfico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, histórico, biográfico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias*. Vol. VI, p. 280.

- LE MAN, Adriaan (2006): *Conimbriga do Baixo-império à Idade Média*. Prefácio de Virgílio Hipólito Correia. 1ª Edição. Ed. Sílabo, p. 96. Depósito legal: 238143/06. ISBN: 972-618-401-0.
- LE MOS, Paulo Ferreira de (2004): “Ceitis”, in revista «Moeda», Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática. Porto, p. 182.
- LE ROUX, Patrick (1996): “Droit latin et municipalisation en Lusitanie sous l’Empire”, in Estebalíz Ortiz de Urbina e Juan Santos (coord.) *Teoría y práctica del ordenamento municipal en Hispania (= Revisiones de Historia Antigua, II)*. Vitória-Gasteiz, p. 243.
- LOURENÇO, Sandra (2007): *O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva*. Trabalhos de Arqueologia 50. Instituto de Arqueologia. Lisboa, p. 47-149. Depósito legal: 237851/06. ISSN: 0871-2581. ISBN: 978-972-8662-33-2.
- LOPES, M^a. Conceição (2003): *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 39, 41-42. Depósito legal: 193933/03. ISBN: 972-9004-16-1.
- LOPES, M^a. Manuela Ferreira (1980): *Relatório da 1ª Campanha Arqueológica de Bobadela*.
- M. P. (1961): *Pesquisas Arqueológicas no concelho de Oliveira do Hospital. Numismas Romanos*, in “Comarca de Arganil”. Arganil, ano 61, n.º 5298, p. 6-7.
- MADEIRA, Ana Luísa de Sá; SILVA, Leila Marisa da CUNHA; BRANDÃO, Maria Gabriela Rodrigues; BARROS, Patrícia Cláudia Nascimento de Sousa (1992/93): *Levantamento Histórico e Arqueológico do Concelho de Oliveira do Hospital: contributos para um levantamento a arqueológico do concelho de Oliveira do Hospital*. Trabalho realizado no âmbito da disciplina de Arqueológica do curso de Ciências Históricas. Instituto de Arqueológica da Universidade Portucalense, p. 65-86 - fichas n.ºs 5, 5-8/12-14/20-33/41-44
- MADEIRA, José Luís (2002): *O Desenho na Arqueologia*. Instituto de Arqueologia. Faculdade de letras da Universidade de Coimbra. Palácio Sub-Ripas. Coimbra, p. 13-76. Depósito legal: 187613/02. ISBN: 972-9004-15-3.
- MANTAS, Vasco Gil (1996): *A rede viária romana da faixa atlântida entre Lisboa e Braga*. Coimbra (dissertação de Doutoramento em Arqueologia, policopiada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. I, p. 31, 59, 429-430.
- MANTAS, Vasco Gil (1987): *As Primitivas Formas de Povoamento Urbano em Portugal*. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Universidade Católica portuguesa. Lisboa, p. 17-18, 19-20/fig. 1 e 2.
- MANTAS, Vasco Gil (2002): “C. Cantius Modestinus e seus templos”, in «J. Cardim Ribeiro, Religiões da Lusitânia Loquuntur saxa. Lisboa, p. 232-233.
- MANTAS, Vasco Gil (2010): “*Ammaia e Civitas Igaeditanorum*: Dois espaços forenses lusitanos”, in «Ciudad y Foro na Lusitania Romana». Revista Studia Lusitana, n.º4, Mérida, p. 184. ISBN: 978-84-613-4193-1, Depósito legal: BA-381-2010.
- MARQUES, Mário Gomes; SAMPAIO, João Lopes de (1981): *Moedas de cobre de D. Duarte*. Ed, Universidade de Évora. Home.dhis.uevora.pt/~jls/files/moedas de cobre de d. Duarte.pdf., p. 167.
- MARTINS, Maria Manuela (2004): “Urbanismo e Arquitectura em *Bracara Augusta*. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana”, in «Simulacra Romae»- Roma y Las Capitales Provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos, p. 154.
- MAYET, Françoise (1983): *Les Céramiques Sigillées Hispaniques*. II. - Planches. Diffusion de Boccard. Paris, p.25, n.º47/prancha LX, 27, n.ºs 124, 127, 128, 129/prancha LXVII.

MENDES, Marcial (1963): *Bobadela - Terra de grande interesse arqueológico*, in «Comarca de Arganil». Arganil, ano 63, n.º 5624, 7 de novembro, p. 1, 5-6.

NEVES, Francisco Correia das (2010): *Arqueologia Rural - Concelho de Oliveira do Hospital*. Edição do Município de Oliveira do Hospital. 1ª Edição, p. 7-53, 65-69, 117. Depósito legal n.º 316200/10.

NOLEN, Jeannette U. Smit (1985): *Cerâmica Comum de Necrópoles do Alto Alentejo*. Fundação da Casa de Bragança. Lisboa, p. 159-170 e est. XLI.

PEDRO, I. (1995): *O povoamento proto-histórico da região de Viseu*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).

PEREIRA, Vítor M. Fernandes (2012): “O Sítio da Póvoa do Mileu (Guarda). Povoamento, Estruturas e Materiais Arqueológicos de Uma Pequena *Civitas* Localizada nos Confins Ocidentais do Império Romano”. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a Orientação do Professor Doutor Vasco Gil Mantas. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. Volume I, pág. 61, 92-93. Est. H. Tab. B-A. N.º11555. Coimbra.

PERESTRELO, M. Sabino, SANTOS, André e ÓSORIO, Marcos (2003): “Estruturas em fossa no sítio do Picoto (guarda, Portugal)”, *Pré-actas del Encuentro de Jóvenes investigadores sobre Bronze Final e Hierro en la Península Ibérica* (Salamanca, 20-22.Out.2003), Cátedra Condes de Barcelona e Fundación Duques de Soria, p. 156-176.

PIGANIOL, André (1962): *Les Documents Cadastraux de la Colonie Romaine d’Orange*. Centre National de la Recherche Scientifique. XVIº Suplément à «Gallia», p. 434: il., XVIII p.st, p. 269/fig. 30, 270/fig. 31, 276/fig.32.

PIMENTA, Cristina (2012): *D. Pedro I*, in “Reis de Portugal”, vol. VIII, 9ª edição. Círculo de Leitores e Centro de estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Lisboa, p. 175. Depósito legal: 340 862/12.

PORTAS, Mª. Clara; FERRAZ, Mª. José (1981): *Relatório da 2ª Campanha Arqueológica de Bobadela*.

PORTAS, Mª. Clara (1982): *Relatório da 3ª Campanha Arqueológica de Bobadela*. Arquivo bibliográfico da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

PORTAS, Mª. Clara (1983): *Bobadela. Escavações Arqueológicas de 1982*, in «Munda», revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, n.º 6, novembro, p. 32-34, 36, 38-39/planta, 40-42.

PORTAS, Mª. Clara; FRADE, Mª. Helena Simões (1984): *Anfiteatro Romano de Bobadela: Relatório de Escavação*. Campanha de 1984. Arquivo bibliográfico da Câmara.

PORTAS, Mª. Clara (1984): *Bobadela. Escavações Arqueológicas de 1983*, in «Munda», revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, n.º 8, novembro, p. 44.

PORTAS, Mª. Clara; FRADE, Mª. Helena Simões (1985): *Anfiteatro Romano de Bobadela: Relatório de Escavação*. Campanha de 1985. Arquivo bibliográfico da Câmara.

PORTAS, Mª. Clara (1985): “Anfiteatro Romano. Bobadela”, in «Informação Arqueológica», n.º 7. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Português do Património Cultural. Departamento de Arqueologia. Lisboa. Arquivo Bibliográfico da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

PORTAS, Mª. Clara; FRADE, Mª. Helena Simões (1986): *Anfiteatro Romano de Bobadela: Relatório de Escavação*. Campanha de 1987. Arquivo bibliográfico da Câmara.

PORTAS, Mª. Clara; FRADE, Mª. Helena Simões (1987): *Anfiteatro Romano de Bobadela: Relatório de Escavação*. Campanha de 1987. Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto de Arqueologia da Zona Centro. Arquivo bibliográfico da Câmara.

- PORTAS, M^a. Clara (1985): "Anfiteatro Romano de Bobadela. Oliveira do Hospital", in «Informação Arqueológica», n.º 8. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Português do Património Cultural. Departamento de Arqueologia. Lisboa. Arquivo Bibliográfico da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.
- RENFREW, C. e BAHN, P. (1991): *Archeology. Theories, Methods and Practice*. Thames and Hudson. London, p. 19-42, 61-62, 68, 72-73.
- REPRESAS, J.L (2010): *A Cerâmica Decorada do Mundo Baiões/Santa Luzia*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia - Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; 2 vols. (policopiado - volume 1) p. 110-114.
- ROSKAMS, Steve (2001): *Excavation*, Cambridge University Press. London, p. 30-31, 35-36, 45.
- ROUQUINHO, Pedro Parente; CRUZ, Rui (2011): *Sondagens de diagnóstico no Chão da Pedra - 2009: ZEP às Ruínas romanas da Splendidíssima Civitas da Bobadela (Oliveira do Hospital)*. Relatório Final. Coimbra. p. 17, tabela do inventário e anexo 22 do relatório final desta escavação, respeitante ao Inventário do Espólio Numismático.
- SANTOS, Ana Margarida Nunes dos (2007): *Rochas Magmáticas da Região da Serra da Estrela. Uma aplicação didática*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro - Departamento de Geociências, p. 25-28.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, Javier y PÉREZ GARCÍA, Luis Carlos (2005): "Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges / Erjas y Bazágueda (Lusitania): la zona minera de Penamacor-Meimoa", in Actas das 2^{as} Jornadas de Património da Beira Interior. «Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia». CEI / ARA, Guarda, p. 267-307.
- SARAIVA, Rita R. (2013): "Povoamento Proto-Histórico e Romano no Território dos Atuais Concelhos de Gouveia e Seia — Distrito da Guarda". Tese de Mestrado em Arqueologia, sob a orientação Prof. Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 35-49.
- SARMENTO, Francisco Martins (1883): *Expedição Científica à Serra da Estrela em 1881*, Secção de Archeologia, Lisboa, p. 11-21,71.
- SECCO, António Luís de Sousa Henriques (1853): *Oliveira do Hospital e seu concelho, memória Histórico-corographica dos diversos concelhos do districto administrativo de Coimbra*. Coimbra. Imprensa da Universidade, p. 26, 103 e 105-106, 115.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1982): *Materiais campaniformes do concelho de Oliveira do Hospital*, in revista «Clio». Vol. 4. Centro de História da Universidade de Lisboa, p. 23.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1993): "A ocupação do Bronze Final da 'sala 20' do Buraco da Moura de São Romão", in «Trabalhos de Arqueologia da EAM», 1. Lisboa. Colibri, pp.125-135 (em colaboração com A. C. Valera, C. Teixeira e J. M. Ventura).
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1993): "A ocupação do Bronze Final do Cabeço do Cucão, Pedra Cavaleira (Silgueiros, Viseu): uma primeira análise", in «Trabalhos de Arqueologia da EAM», 1. Lisboa. Colibri, p.143-147.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1993): "A ocupação do Bronze Final da Malcata (Carregal do Sal): uma primeira análise", in «Trabalhos de Arqueologia da EAM», 1. Lisboa. Colibri, p.149-154.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (1993/94): "Contribuições para uma tipografia da Olaria do Megalitismo das Beiras: Olaria da Idade do Bronze (I) ", in «Clio Arqueologia», Ver. da uniarch. Instituto nacional de Investigação Científica. Vol. I. Lisboa, p. 105-138. SENNA-MARTINEZ, J.C. (1994): "Castro de S. Cosme", in «Informação Arqueológica», 9, pp.55-56 (em colaboração com N. Coelho).

SILVA, António Coelho Ferreira da (2007): *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. 2ª. Edição. Edição da Câmara Municipal de Paços de Ferreira. Paços de Ferreira, p. 187-195, 607/Est. L. Depósito Legal 265251/07. ISBN 978-972-9408-28-1.

SILVA, A.M. e CARVALHO, P. C. (2004): “À porta duma quinta romana do Alto Império: resultados preliminares do estudo intrasítio do assentamento romano de Terlamonte I. (Teixoso, Covilhã)”, *Conimbriga*, XLIII, 2004, p. 99-147 (de colaboração com António M. Silva).

SILVA, António Manuel S. P. e RIBEIRO, Manuela C. S. (2006/07): “Cerâmica Medieval das Escavações do Castelo de Arouca: Ensaio de Análise Morfotipológica”, in revista «Portugália». Nova série. Vol. XXVII/XXVIII, p. 75.

SILVA, João Carlos; RIBEIRO, Elsa e OLIVEIRA, Óscar (2008): *Desafios, Biologia e Geologia*. Vol. 2. Curso Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias. 1ª Edição Ed. Asa. Porto, p. 51. Depósito legal n.º 272 311/08. ISBN:978-989-23-0132-7-2.

TEIXEIRA, C.; BRITO de CARVALHO, L.H.; BARROS, R.F.; ÁVILA MARTINS, J.; HAAS, W.E.L. (1961): *Carta Geológica de Portugal 1/50 000 - Notícia Explicativa da Folha 17/C (Santa Comba Dão)*. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

TENTORIO, Sara G. (2007/2008): *La Piatabanda Armata Nell'Architettura Romana Tra I e II Secolo. Verifiche delle indagini archeologiche e ipotesi strutturali per il caso Lusitano di Conimbriga*. Tesi di Laurea. Facoltà di Ingegneria. Università Degli Studi di Brescia. P. 84, figs. 3/32 e 3/33

VASCONCELOS, António (1922): *Brás Garcia de Mascarenhas, Estudo de Investigação Histórica*. Instituto de Estudos Históricos e Filosóficos. Imprensa da Universidade, Coimbra, p. 144-145, 147.

VASCONCELOS, António (1996): *Brás Garcia de Mascarenhas. Estudos de Investigação Histórica, com a Reedição Fac-Similada e a apresentação de José V. de Pina Martins*. Edição Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, p. 146.

VASCONCELOS, José Leite de (1896): “Bobadela (Beira)”, in «O Archeologo Português». Colecção Ilustrada de Materiaes e Noticias. Vol. II. Lisboa. Imprensa Nacional, p. 311.

VASCONCELOS, José Leite de (1897): “Bobadela (Beira)”, in «O Archeologo Português». Colecção Ilustrada de Materiaes e Noticias. Vol. III. Lisboa. Imprensa Nacional, p. 221-222.

VASCONCELOS, José leite de (1901): “Arco romano de Bobadella”, in «Archeologo Português». Vol. VI. Imprensa Nacional. Lisboa, p. 57.

VASCONCELOS, José Leite de (1913): *Religiões da Lusitânia*. Vol. III. Lisboa, p. 172, 296, 299.

VAZ, J. Ferraro (1973): *Livro das Moedas de Portugal*. «Book of the Coins of Portugal». Preçário. Price List. Actulização. Braga-Porto, p.107-108, 128-137.

VAZ, João Inês (1979 b): “Contributo dos documentos medievais para a prospeção arqueológica”, in «actas das I jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro». Coimbra, p. 181-197.

VILAÇA, R. (1995): *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul), nos finais da Idade do Bronze*. Trabalhos de Arqueologia, n.º9. Volume 1. Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico. Lisboa, p. 23-38, 90-123. Depósito legal: ISSN: 0871-25 - ISBN: 972-8087-18-7.

VILAÇA, Raquel (2008): *Através das Beiras: Pré-História e Proto-História*. Terra ocre. Coimbra, p. 31, 33, 34 - fig. 11 -, 35, 66, 71-72/fig. 28, 76, 91. ISBN: 978-972-8999-63-6. Depósito legal: 287123/08.

VITRUVIO (2006): *Vitrúvio: Tratado de Arquitectura*. Tradução do latim, introdução e notas por M. Justino Maciel, p. 44-46, 60/fig. 5, 63/fig. 8, 129, esquema II/fig.10, esquema III/ fig. 16. Guide, Artes Gráficas. ISBN: 972-8469-43-8 Brochado, 972-8469-44-3 Cartonado. Depósito legal: 250/971/06.

WHEELER, Mortimer (1954): *Archaeology from the earth*. Oxford University Press. Pelican Books. London, p. 20-37.

“Sinto-me afortunado...”, in «Correio da Beira Serra». Oliveira do Hospital. Ano II. N.º 100, 25 de Março de 2010, p. 2.

“Escavações na Bobadela já deram frutos”, in «Jornal de Oliveira». Oliveira do Hospital. Ano XVI. Número 277, 25 de Agosto de 2010, p. 3.

“Em busca de uma vila romana desaparecida em Santa Ovaia”, in «Diário As Beiras». Coimbra. Edição n.º 5306, 26 de Abril de 2011, p. 4-5.

“25 peças com valor arqueológico foram encontradas durante escavações na Bobadela”, in «Folha do Centro». Oliveira do Hospital. Ano XVII, n.º 275, 13 de Setembro de 2010, p. 2.

«Pequenos “Indiana Jones” descobrem artefactos romanos», in «Diário As Beiras». Coimbra, (edição publicada conjuntamente no *Diário de Notícias*) de 21/22 de Agosto de 2010.

Inventário Histórico, Patrimonial e Sociocultural da Freguesia de Oliveira do Hospital. Edição conjunta da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital. Outubro de 2001, p. 10-11.

Inventário Florestal do concelho de Oliveira do Hospital - Relatório Final, Departamento de Engenharia Florestal do Instituto Superior de Agronomia. Lisboa. Edição da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 1992, p. 1-106.

Carta Geológica de Portugal 1:50000 - Folha 17-C/Santa Comba Dão. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa, 1962.